

Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável

TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

**Contribuições para a prática de uma atividade turística
sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**

David Leonardo Bouças da Silva

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, abril/2008



Universidade de Brasília
Centro de Desenvolvimento Sustentável

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

David Leonardo Bouças da Silva

Orientador: Elimar Pinheiro do Nascimento

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, abril/2008

Silva, David Leonardo Bouças da.

Turismo em Unidades de Conservação: Contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. / David Leonardo Bouças da Silva.

Brasília, 2008.

206 p.:

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

David Leonardo Bouças da Silva

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

David Leonardo Bouças da Silva

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção acadêmica.

Aprovada por:

Elimar Pinheiro do Nascimento, Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB)
(Orientador)

Joseph Samson Weiss, Doutor (Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB)
(Examinador interno)

José Roberto da Silva Lunas, Doutor (Universidade Estadual do Mato Grosso – UEMS)
(Examinador externo)

Brasília-DF, abr. 2008

Dedico este trabalho aos meus pais Rafael e Vitória, aos meus irmãos Rafael Jr., Débora e Vitor, ao meu querido sobrinho-afilhado Rafaelzinho e às maravilhosas Verusca e Basti. De forma conjunta, apoiaram-me na busca pelos meus sonhos e rechearam de doces e inesquecíveis momentos a minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido o inigualável prazer de viver e por sempre abençoar meus distintos caminhos.

Aos meus amados pais, pela inimaginável dedicação ao longo da vida e símbolos magnos da materialização do meu amor.

Aos meus amados irmãos e sobrinho, pelo amor fraterno e paciência.

A Verusca, por quebrar barreiras e, imensamente, apoiar-me nas minhas (também suas) escolhas longínquas.

A Basti, que me adotou como um filho, por sua alma pura e dedicada.

Ao meu orientador, Elimar Pinheiro do Nascimento, pela simpatia e sábia orientação.

A Rossane Cardoso Carvalho, minha conterrânea professora, a qual espero retribuir os indispensáveis conselhos para esta dissertação.

A Kimiko Matsumoto, pela amizade e por abrir caminhos em Barreirinhas imprescindíveis à concretização desta dissertação.

Aos meus maravilhosos *landlords*, tias Nazaré e Conceição, e primo Léo, pelo acolhimento caloroso e inigualável estadia em Brasília.

Aos meus familiares os quais convivi em Brasília, pela atenção, momentos de alegria e por me fazerem sentir tão próximo de casa.

Aos especiais amigos em Brasília, Vitor Guará, Luciana Bouéres e Jamile Calado, pelos tempos nada-ociosos e dos quais guardarei com carinho.

Aos meus muitíssimos queridos amigos, Alessandro, Antonio Neto e Gabi, pelo carinho de sempre.

Aos meus inesquecíveis amigos da UEMA, Augusto, Natália e Letícia, por me proporcionarem momentos sempre muito valiosos.

Aos estimados turismólogos Wilmara, Silvestre, Mariana, Yuri, Roberto Marques e Carol Maluf, pelas contribuições preciosas em minha vida acadêmica e/ou neste trabalho.

A Carolina Camargos do IBAMA/Barreirinhas, pela sinceridade e presteza no decorrer da pesquisa.

A Régis Júnior da SEMTUC, pela prestatividade nas informações necessárias à pesquisa.

Ao Doutor Barreto Júnior, por sabiamente mostrar-me o caminho para o debate mote desta dissertação.

Ao professor José Augusto Drummond que, ao longo do mestrado, demonstrou preocupação e constante interesse em ajudar-me com os assuntos acadêmicos.

Aos demais professores e funcionários do Centro de Desenvolvimento Sustentável que, ao longo do mestrado, compartilharam experiências e foram solícitos comigo.

Aos colegas de mestrado da turma 2006, em especial Henrique, Brunão, Leandro, Orlando, Jera, Juliana e Fernanda, pela mescla de conhecimentos, costumes e experiências compartilhadas.

Aos membros da banca de qualificação, Zé Luís e Fernando Scardua, e banca examinadora pelo empenho no aprimoramento deste trabalho.

Ao CNPq, pelo suporte nas pesquisas e moradia em Brasília.

Aos professores do LABOHIDRO/UFMA, em particular Policarpo e Antonio Carlos, pelos sábios direcionamentos.

Ao saudoso tio Maia, sua família e Dona Ribamar, pela amizade e apoio em Barreirinhas.

À minha querida madrinha Ceres, por ser alguém muito especial em minha vida.

Aos alunos da UVA que contribuíram nas pesquisas.

À comunidade de Barreirinhas, pelos depoimentos sinceros e por me acolher com carinho.

Aos demais familiares não citados, pelas alegrias e tristezas compartilhadas.

Aos que, porventura, não foram citados, todavia tiveram papel decisivo na concretização desta etapa da minha vida.

*O melhor uso que podemos fazer de nossa vida
é consumi-la em alguma coisa de mais
duradoura do que a própria vida.*

William James

RESUMO

A instituição de áreas protegidas em todo o mundo constitui, atualmente, uma ferramenta indispensável à proteção da natureza. Contudo, as unidades de conservação brasileiras enfrentam um grande desafio no manejo do uso público, porquanto é necessário conciliar objetivos historicamente divergentes: preservação da natureza em meio à permissão de atividades de visitação. Nesse contexto, instiga observar que o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o qual possui graves limitações para o manejo do uso público, defronta-se com um aumento, significativo, no fluxo de visitantes motivado por constantes incentivos de órgãos federais, estaduais e municipais para promover o conhecimento e reconhecimento dos seus atributos cênicos. No mesmo sentido, as comunidades que vivem no interior da unidade de conservação, são impedidas por lei de permanecerem residindo no parque em questão, embora turistas e empresários possam explorar as riquezas naturais da região. O presente estudo partiu da hipótese norteadora da existência de racionalidades conflitantes de um turismo em parques nacionais. Em outras palavras, a concepção de que a atividade turística tradicional se opõe aos propósitos preservacionistas e conservacionistas da biodiversidade presentes na gestão de um parque nacional. O objetivo prioritário deste trabalho foi o de compreender em que medida a organização da atividade turística no município de Barreirinhas contribui para o desenvolvimento de um turismo sustentável no destino Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: descrever e analisar o sistema de gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; identificar a atuação e a relação dos principais segmentos, *Trade* e poder público local, com a gestão desta unidade de conservação e, por último, investigar a participação da população e sua percepção acerca do turismo neste Parque. A metodologia adotada baseou-se em um trabalho de campo e em referenciais teóricos obtidos por meio de pesquisa documental em fontes primárias e secundárias. A técnica de investigação foi baseada em uma amostragem não-probabilística e qualitativa, utilizando roteiros de entrevista do tipo semi-estruturado e aplicação de questionários contendo perguntas abertas e fechadas. A análise dos dados possibilitou a confirmação da existência de três racionalidades: *opostas*, chocando os propósitos de gestão ambiental dos Lençóis Maranhenses com os do poder público e *Trade* local; *diferenciadas*, lógica ambiental do órgão gestor do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e das comunidades residentes na unidade de conservação e *complementares*, caminhando em linha os ensejos do poder público e do *Trade* local. Estas conclusões se apoiaram nas diversas evidências de que o processo de desenvolvimento turístico do município de Barreirinhas, em função do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, tem ocasionado: dificuldades em gerir o avanço da atividade turística local; conflitos sobre o remanejamento das comunidades locais; embates decorrentes dos interesses opostos entre a gestão ambiental do Parque e o desenvolvimento turístico de Barreirinhas; impactos sobre os recursos naturais e sobre a comunidade local.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; Parques Nacionais; Uso público; Turismo Sustentável; Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

ABSTRACT

The creation of protected areas, in the world context, constitutes nowadays as an essential instrument for the natural resources protection. However, Brazilian protected areas face a great challenge in the public usage management, trying to conciliate historically divergent objectives: nature preservation and visitation activities. This study follows the hypothesis of conflicting rationalities presenting tourists in national parks. In other words, the opposition between the traditional tourism conception and the national parks management wills of biodiversity preservation and conservation. This context instigates an observation of Lençóis Maranhenses National Park, which has serious limitations for the public usage management, confronting itself with a significant increase in the number of visitors, motivated by constant incentives of federal, state and municipal agencies to promote the recognition of its scenic attributes. In the same direction, the communities that live inside the protected areas cannot remain inhabiting the Park, even though tourist and entrepreneurs can explore the region's natural resources. This study seeks to understand how tourism organization in the city of Barreirinhas contributes to the sustainable tourism development in Lençóis Maranhenses National Park. Therefore, the following specific objectives were defined: describe and analyze the management system of Lençóis Maranhenses National Park; identify the influence and the relation of the main local segments, Trade and public administration, with the protected area management and, finally, investigate the population participation and its perception concerning to the tourism in this Park. The adopted methodology was based on an investigation in the city of Barreirinhas, as well as on theoretical reference through documentary research in primary and secondary resources. The investigation technique was based on a non-probabilistic and qualitative sample, using semi-structured interview scripts and the application of questionnaires containing open and closed questions. Data analysis proofed the existence of three rationalities: opposite, shocking the environmental management and the intentions of public administration and local Trade; different, environmental logic of Lençóis Maranhenses National Park and the needs of the resident communities, complementary, having the same desires the public administration and the local Trade. This paper's conclusions were based on the diverse evidences of Barreirinhas' tourism development process: manage difficulties among the local tourism development; conflicts due to local communities' relocation; opposite interests between the Lençóis Maranhenses environmental management and the tourism development of Barreirinhas; impacts on the natural resources and the local community.

Keywords: Protected areas; National Parks; Public usage; Sustainable tourism; Lençóis Maranhenses National Park.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 3.1	MA-402 ou Translitorânea.....	60
Figura 3.2	Localização do Estado do Maranhão.....	65
Figura 3.3	Mapa de acesso ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	67
Figura 3.4	Aspecto físico do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	69
Figura 3.5	Imagem de satélite do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	71
Figura 3.6	Areia de coloração cinza esbranquiçada dos Lençóis Maranhenses.....	71
Figura 3.7	Carta da Rede de Drenagem do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e Zona de Amortecimento.....	73
Figura 3.8	Povoado de Vassouras às margens do rio Preguiças.....	72
Figura 3.9	Comunidades aluviais com predomínio de palmeiras de Buriti.....	74
Figura 3.10	Vegetação de Restinga.....	75
Figura 3.11	Manguezais às margens do rio Preguiças.....	75
Figura 3.12	Espécies da Zoologia do PNLM representada pela tartaruga-de-pente e macaco-prego.....	76
Figura 3.13	Frentes de ocupação Litorânea e Agrícola-Pastoril dos Lençóis Maranhenses.....	77
Figura 3.14	Mapa da Área de Influência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	78
Figura 3.15	Barcos de pesca tradicionais da região no leito do rio Preguiças.....	83
Figura 3.16	Fotografia por satélite de comunidades barreirinhenses ao longo do rio Preguiças.....	84
Figura 3.17	Estrutura de canoa em estaleiro da comunidade de Tapuio.....	85
Figura 3.18	Caburé, à esquerda, vista ao fundo do alto do Farol Mandacaru e, à direita, vista aérea.....	86
Figura 3.19	Farol da Vila de Mandacaru intitulado Farol Preguiças.....	87
Figura 4.1	Mapa da Área Estratégica do município de Barreirinhas e Zona de Amortecimento.....	91
Figura 4.2	Carta de Zoneamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	93
Figura 4.3	Roteiro Lagoas.....	98
Figura 4.4	Balsa para travessia do Preguiças e acesso às lagoas do PNLM.....	98
Figura 4.5	Toyotas em trilhas de difícil acesso para as morrarias e lagoas do PNLM..	99
Figura 4.6	Estacionamento das Toyotas, à esquerda acesso à Lagoa Azul e do Peixe, à direita à Lagoa Bonita.....	

		100
Figura 4.7	Carta das áreas de atuação dos Setores de Fiscalização do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	102
Figura 4.8	Turistas caminhando sobre dunas de acesso às lagoas do PNLM.....	103
Figura 4.9	Turistas desfrutando as lagoas do PNLM. À esquerda, Lagoa Azul, à direita, Lagoa do Peixe.....	104
Figura 4.10	Sede do IBAMA/Barreirinhas interdita no povoado do Cantinho.....	104
Figura 4.11	Voadeiras no roteiro Preguiças, à esquerda cais de Barreirinhas, à direita descida em Caburé.....	105
Figura 4.12	Macacos-prego abundantes no povoado de Vassouras e forte atrativo turístico local.....	106
Figura 4.13	Farol Preguiças, principal atrativo de Mandacaru. À direita, vista da foz do Preguiças.....	106
Figura 4.14	Estrutura turística de Caburé, representada por equipamentos para passeio e pousadas.....	107
Figura 5.1	Sede improvisada do IBAMA/Barreirinhas.....	108
Figura 5.2	Sede desativada do IBAMA/Barreirinhas no povoado de Atins.....	109
Figura 6.1	Mapa do rio Preguiças e entorno, núcleos urbanos de Atins e Mandacaru, sede do município e regiões estratégicas de interesse ambiental e turístico	141
Figura 6.2	Mapa do zoneamento de parte da sede urbana de Barreirinhas.....	145
Figura 7.1	Entrada da cidade de Barreirinhas. À esquerda, em 2003, à direita, em 2007.....	150
Figura 7.2	Feira municipal de Barreirinhas. À esquerda, em 2003, à direita, em 2007.....	151
Figura 7.3	Parte da oferta barreirinhense de meios de hospedagem de variados portes.....	152
Figura 7.4	Casa do Turista em Barreirinhas construída com recursos do Governo Federal.....	155
Figura 7.5	Beira-rio em Barreirinhas urbanizada com recursos do Governo Federal...	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 7.1	Faixa etária dos entrevistados.....	170
Gráfico 7.2	Grau de instrução dos entrevistados.....	170
Gráfico 7.3	Tempo de residência dos entrevistados em Barreirinhas.....	171
Gráfico 7.4	Naturalidade dos entrevistados.....	171
Gráfico 7.5	Situação dos entrevistados quanto à empregabilidade.....	171
Gráfico 7.6	Situação dos entrevistados quanto à ocupação desenvolvida.....	171
Gráfico 7.7	Percepção do surgimento de benefícios advindos da atividade turística.....	173
Gráfico 7.8	Percepção do surgimento de prejuízos advindos da atividade turística.....	173
Gráfico 7.9	Mudanças positivas causadas, a partir da implantação do turismo, aos habitantes de Barreirinhas.....	174
Gráfico 7.10	Mudanças negativas causadas, a partir da implantação do turismo, aos habitantes de Barreirinhas.....	174
Gráfico 7.11	Impactos positivos para a cidade de Barreirinhas, a partir da implantação do turismo.....	175
Gráfico 7.12	Impactos negativos para a cidade de Barreirinhas, a partir da implantação do turismo.....	175
Gráfico 7.13	Percepção sobre o aumento do fluxo de visitantes em Barreirinhas.....	178
Gráfico 7.14	Opiniões sobre o desenvolvimento turístico em Barreirinhas.....	178
Gráfico 7.15	Percepção sobre a ação do IBAMA/Barreirinhas na melhoria de vida da população de Barreirinhas.....	179
Gráfico 7.16	Percepção sobre a ação da SEMTUC na melhoria de vida da população de Barreirinhas.....	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Área de Influência
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FNNP	Federação Européia de Parques Nacionais e Naturais
GVBS	Grupo Voluntário de Busca e Salvamento
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-estrutura Portuária
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA	Parque Nacional
PD	Plano Diretor
PNLM	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNESCO	Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>
ZA	Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO.....	17
1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO.....	23
1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	23
1.2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O TURISMO.....	25
1.3 O TURISMO SUSTENTÁVEL.....	35
1.3.1 As dimensões do Turismo Sustentável.....	36
1.3.1.1 Sustentabilidade ambiental.....	36
1.3.1.2 Sustentabilidade social.....	39
1.3.1.3 Sustentabilidade econômica.....	42
1.3.1.4 Sustentabilidade cultural.....	43
1.3.1.5 Sustentabilidade político-institucional.....	45
2 TURISMO E PARQUES NACIONAIS.....	48
2.1 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS.....	48
2.2 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE OS PARQUES NACIONAIS.....	51
2.3 COMENTÁRIOS FINAIS SOBRE O TURISMO EM PARQUES NACIONAIS.....	58
3 O PÓLO TURÍSTICO DOS LENÇÓIS MARANHENSES.....	60
3.1 O PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES.....	64
3.1.1 Aspectos gerais.....	64
3.1.2 Aspectos físicos e bióticos do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	68
3.1.3 Os municípios da Área de Influência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.....	77
3.1.3.1 Barreirinhas.....	81
4 O ZONEAMENTO E O USO PÚBLICO ESTABELECIDO NO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES.....	89
4.1 O ZONEAMENTO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES.....	90
4.1.1 Zona Primitiva.....	92

4.1.2 Zona de Uso Extensivo.....	94
4.1.3 Zona de Uso Intensivo.....	94
4.1.4 Zona de Uso Especial.....	95
4.1.5 Enfoque do zoneamento.....	95
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA VISITAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DOS LENCÓIS MARANHENSES.....	96
4.2.1 Roteiro Lagoas.....	97
4.2.2 Roteiro Preguiças.....	105
5 A GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DOS LENCÓIS MARANHENSES NO CONTEXTO DA VISITAÇÃO PÚBLICA.....	108
5.1 INFRAESTRUTURA VOLTADA AO USO PÚBLICO.....	108
5.2 ATIVIDADES EDUCATIVAS.....	110
5.3 RECURSOS FINANCEIROS.....	110
5.4 QUADRO DE FUNCIONÁRIOS.....	111
5.5 PARTICIPAÇÃO EXTERNA NA GESTÃO DO PNLM.....	112
5.6 SERVIÇOS DE APOIO E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA VISITAÇÃO.....	112
5.7 MANEJO DE IMPACTOS E ORIENTAÇÃO AOS VISITANTES.....	114
5.8 SINALIZAÇÃO.....	117
5.9 SEGURANÇA DO VISITANTE.....	117
5.10 PRINCIPAIS ENTRAVES À GESTÃO DA VISITAÇÃO.....	118
5.11 A IMPORTÂNCIA DA VISITAÇÃO PARA O PNLM.....	118
5.12 A QUESTÃO DAS POPULAÇÕES RESIDENTES NO PARQUE NACIONAL DOS LENCÓIS MARANHENSES.....	121
6 O MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS NO CONTEXTO DO TURISMO NO PARQUE NACIONAL DOS LENCÓIS MARANHENSES.....	129
6.1 PLANO DIRETOR.....	134
6.1.1 O Plano Diretor de Barreirinhas.....	136
6.1.2 Zoneamento do município de Barreirinhas.....	137
6.1.2.1 Zoneamento ambiental proposto para a zona de amortecimento do PNLM.....	138
6.1.2.2 Zoneamento ambiental proposto para a margem direita do Preguiças.....	142
6.2 COMENTÁRIOS FINAIS DO CAPÍTULO.....	147
7 O MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS E SUA ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO.....	150
7.1 A INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DE BARREIRINHAS.....	150

7.2 PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NA ORGANIZAÇÃO DO TURISMO DO PNLM.....	154
7.2.1 Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Barreirinhas.....	154
7.2.2 As agências de viagem e receptivo de Barreirinhas.....	162
7.2.3 A comunidade de Barreirinhas.....	169
CONCLUSÕES.....	182
REFERÊNCIAS.....	189
APÊNDICES.....	197

INTRODUÇÃO

Ao longo da história do planeta, a relação entre homem e natureza se desenvolveu em diversas configurações. No entanto, o breve século XX relata a ocorrência das mais profundas transformações no cotidiano humano, em decorrência do exponencial progresso tecnológico aplicado aos setores produtivos e do crescimento vertiginoso na demanda por matéria e energia – fomentado pelo “boom” econômico e populacional – resultando na geração de impactos que dificultam a qualidade de vida na Terra.

O quadro de conflitos sociais, guerras políticas, desgastes e desastres ambientais, suscita inúmeros debates voltados à busca de novas propostas capazes de compatibilizar interesses econômicos, sociais e ecológicos. Nesse âmbito, emerge o conceito de Desenvolvimento Sustentável enquanto nova perspectiva a qual direciona as pautas políticas mundiais na busca de condutas mais racionais no preenchimento das necessidades vigentes e futuras. Conjuntamente, o setor turístico almeja a extensão dos seus ensejos econômicos à melhorias socioambientais nas comunidades receptoras.

Processo contínuo, a evolução das discussões sobre o meio ambiente traz à tona uma preocupação mundial e um interesse crescente na busca pela conservação da natureza. A implementação de áreas naturais protegidas, a partir do *Yellowstone National Park*, foi uma estratégia adotada por outros países essencial à proteção dos ecossistemas terrestres (DIEGUES, 2004; MILANO, 2002; MORSELLO, 2001). A categorização das áreas protegidas, de acordo com propósitos de criação e uso diferentes, repercute em grande desafio ao manejo destes espaços, porquanto, necessariamente, precisa conciliar objetivos historicamente divergentes: preservação da natureza em meio à permissão de atividades de visitação.

O presente estudo parte da hipótese norteadora da existência de racionalidades conflitantes de um turismo em parques nacionais e da concepção de que a atividade turística tradicional, com sua racionalidade capitalista de consumir os recursos naturais para a obtenção de lucros (DIAS, 2003), opõe-se aos propósitos preservacionista e conservacionista da biodiversidade presentes na gestão de um parque nacional. Tal visão é corroborada com o entendimento do professor Fernando Scardua¹, segundo o qual “os planos de manejo não

¹ SCARDUA, Fernando. (Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília), Comunicação Pessoal, 2007.

seguem uma lógica econômica e não tem o turismo como elemento principal. O foco dos documentos de manejo é a conservação da biodiversidade e não a promoção do turismo”.

De posse dessa perspectiva, acredita-se que a lógica ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)², órgão gestor do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), contrapõe-se ao enfoque econômico da organização turística do município de Barreirinhas, representada pelo poder público e outros atores da cadeia turística local. Desse modo, o necessário diálogo, entre as diferentes instâncias, para a condução sustentável das atividades de uso público, como também para a integração das comunidades residentes, parece relegado.

No processo de delimitação deste problema de pesquisa, surgiram indagações que delineiam os rumos da discussão, atendo-se, *a priori*, nas questões subseqüentes:

- ✓ Como se processa a gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses?
- ✓ Como se configura no Plano de Manejo e na prática o uso público nesta unidade de conservação?
- ✓ Qual a situação das comunidades residentes na UC?
- ✓ O plano diretor de Barreirinhas foi elaborado obedecendo ao estabelecido no plano de manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses?
- ✓ De que forma o poder público municipal e os agentes da cadeia turística contribuem para o desenvolvimento de um turismo sustentável para este parque nacional?
- ✓ De que maneira as comunidades locais percebem e participam do turismo em torno do PNLM?

Por intermédio destas questões norteadoras, definiu-se como objeto deste estudo **compreender em que medida a organização da atividade turística no município de Barreirinhas contribui para o desenvolvimento de um turismo sustentável no destino**

² A divisão deste órgão, em IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ocorreu ao longo do processo de construção e conclusão deste trabalho. Embora a responsabilidade de administração do PNLM seja atribuída ao Instituto Chico Mendes, utiliza-se o nome antigo IBAMA, fazendo referência ao escritório em Barreirinhas, como IBAMA/Barreirinhas.

Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Os caminhos para alcançar o propósito geral são demonstrados nos objetivos específicos que seguem:

- ✓ Descrever e analisar o sistema de gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses;
- ✓ Identificar a atuação e a relação dos principais segmentos, *Trade* e poder público local, com a gestão do PNLM;
- ✓ Investigar a participação da população e sua percepção acerca do turismo no PNLM.

Os motivos que justificam o presente estudo residem nas lacunas percebidas no desenvolvimento turístico de Barreirinhas, em função do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Esta unidade de conservação, não aberta oficialmente à visitação e com sérias limitações para manejar seu uso público, defronta-se com uma tendência no aumento da procura por áreas protegidas, além dos constantes incentivos de órgãos federais, estaduais e municipais para promover o conhecimento e reconhecimento interno e externo dos atributos cênicos dos Lençóis Maranhenses. No mesmo sentido, as comunidades que vivem no PNLM são impedidas por lei de permanecerem residindo no interior da unidade de conservação, embora turistas possam usufruir da riqueza natural da região.

A chegada do fenômeno turístico a Barreirinhas vem apresentando sinais característicos de agressão aos ecossistemas e forte influência nos hábitos culturais das comunidades locais que, há poucos anos, viviam em relativo isolamento e cujo estilo de vida se assentava em práticas, predominantemente, rurais (CARVALHO, 2007).

O turismo “bate-volta”, característico da localidade, aparentemente não tem gerado muitos benefícios socioeconômicos à região, tampouco proporcionado o conhecimento do *modus vivendis* das suas populações. Além disso, o notório incremento da infraestrutura urbana, da expansão de equipamentos e serviços turísticos, da especulação imobiliária e da circulação intensa de turistas advindos de vários lugares do mundo, atesta a preocupação com o futuro do destino, fato este que, *per si*, é merecedor de um estudo aprofundado.

A atualidade do tema “turismo em parques nacionais”, conjugada ao recente, todavia impactante, desenvolvimento turístico em Barreirinhas, ratifica a relevância do presente trabalho e suas premências teórica e empírica. Ademais, uma temática focada na oposição entre planos de manejo e planos diretores, documentos os quais deveriam dispor de propósitos convergentes, demonstra a originalidade e a importância da pesquisa na busca de respostas ao embate existente, via de regra, entre a gestão de unidades de conservação e a de cidades turísticas.

Desse modo, optou-se por realizar um estudo de campo, transversal, de amplitude teórica e interdisciplinar, haja vista a necessidade de relacionar ao fenômeno turístico, conceitos de diferentes campos do saber como Sociologia, Ecologia, Geografia e História.

Na perspectiva do alcance do trabalho e respaldo científico dos seus dados, fundamentou-se a pesquisa em referenciais teóricos obtidos através de bibliografia específica, informações pertinentes ao tema na Internet, além de outros mecanismos necessários ao verdadeiro conhecimento da problemática do turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, dos quais: constantes visitas ao município de Barreirinhas; acesso a documentos oficiais disponíveis; busca de informações em empresas, setores públicos e outros atores locais envolvidos com o visitação no PNLN.

Realizadas todas as etapas de pesquisa, nas quais estão inclusas leituras, seleção de informações e escrita, bem como a análise estatística e a tabulação dos dados oriundos do questionário aplicado, procedeu-se à redação final.

No Capítulo 1, fez-se uma discussão teórica a respeito do conceito do Desenvolvimento Sustentável, de praxe nos trabalhos apresentados pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Acrescentou-se a influência deste conceito ao setor turístico e a conseqüente proposta do Turismo Sustentável.

O Capítulo 2 aborda o contexto histórico de criação dos parques nacionais, a categorização das unidades de conservação brasileiras, bem como a legislação específica sobre parques nacionais e aspectos atinentes ao turismo nestes espaços. O Capítulo 3 afunila a temática apresentando uma caracterização da área de estudo em diversos aspectos. Expõe, também, as condições socioeconômicas de outros municípios que integram o PNLN, com ênfase ao município de Barreirinhas.

Os Capítulos 4 e 5 tratam da gestão do IBAMA/Barreirinhas sob a influência da visitação pública. Primeiramente, exibe-se o zoneamento estabelecido no plano de manejo, as áreas e infraestruturas permitidas para a visitação, e normas peculiares ao uso público. Em seguida, apresenta-se a infraestrutura existente no PNLM e voltada ao uso público, atividades educativas desenvolvidas, recursos financeiros e humanos disponíveis, formas de organização da visitação, manejo de impactos e orientação aos visitantes, aspectos referentes à sinalização e segurança no Parque, assim como as percepções do órgão gestor sobre as dificuldades enfrentadas e a importância da visitação. O Capítulo 5 apresenta, entre outros, uma visão sobre as comunidades residentes no interior do PNLM, a posição do IBAMA neste debate, bem como a exposição de um caso de remanejamento no Estado do Maranhão, cujos resultados foram nocivos ao bem-estar humano.

O Capítulo 6 explana o plano diretor de Barreirinhas no tocante ao seu zoneamento, comprovando graves incoerências com o plano de manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. São expostas as legislações pertinentes que confirmam as transgressões legais daquele documento, nas áreas rurais e urbanas do município.

O Capítulo 7 dedica-se à abordagem do turismo em Barreirinhas. Expõe a organização municipal para a recepção e suporte de visitantes, bem como a atuação dos principais atores envolvidos: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Barreirinhas (SEMTUC), agências de viagem e receptivo de Barreirinhas, como também a comunidade local. Para esta, as informações obtidas oportunizaram a verificação das suas percepções sobre o desenvolvimento turístico em torno do PNLM e a sua participação neste processo.

Objetivando uma melhor fundamentação, no presente trabalho, adota-se uma técnica de amostragem não-probabilística e qualitativa. Para o IBAMA/Barreirinhas, SEMTUC, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e coordenador geral da equipe técnica de elaboração do plano de manejo do PNLM, utilizou-se roteiros de entrevista do tipo semi-estruturado. Para as agências de viagem/receptivo de Barreirinhas e comunidade local foram aplicados questionários contendo perguntas abertas e fechadas.

O caráter, eminentemente, *qualitativo* desta pesquisa pode ser explicado pela sua forma de abordagem do objeto, ou seja, neste tipo de investigação, o pesquisador busca o entendimento dos fenômenos conforme a perspectiva dos participantes da situação estudada e,

a partir deste ponto, situa sua interpretação de tais fenômenos (NEVES, 1996). Além disso, o enfoque descritivo e indutivo do *estudo de caso* – entendido como um “exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular” (GODOY, 1995, p. 3) – ratifica as características qualitativas do presente estudo³.

A partir deste ponto, foram feitas as conclusões do estudo. Como elementos pós-textuais da dissertação, apresentam-se os apêndices, constando dos roteiros de pesquisa utilizados nas entrevistas semi-estruturadas individuais, além dos questionários aplicados junto às agências de viagem/receptivo locais e comunidade barreirinhense.

Como resultado da estruturação ora apresentada, acredita-se que as informações obtidas no processo de elaboração do trabalho foram dispostas de maneira clara, objetiva e consistente, procurando refletir a necessidade de se discutir problemáticas que envolvem a atividade turística mundial e, principalmente, no âmbito local, como forma de apresentar contribuições para estudos futuros.

³ No decorrer deste trabalho, as terminologias “visitantes” e “turistas” são entendidas como sinônimas, porquanto esta diferenciação não influi nos objetivos da pesquisa.

1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO

1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A inter-relação turismo e meio ambiente permeia todos os momentos da história evolutiva dessa atividade. Diversas evidências apontam para a Grécia antiga (século VIII a.C.), como sede das primeiras viagens turísticas no mundo. Soma-se a esse fato, a adoção e difusão do cristianismo, as quais impulsionaram viajantes a locais sagrados como Jerusalém e Santiago de Compostela. Esses deslocamentos não apresentavam as configurações do fenômeno turístico moderno, todavia já envolviam infraestruturas de acomodação e alimentação, guias de viagem, bem como itinerários e distâncias a serem percorridas. A partir de Thomas Cook, em 1841, as viagens turísticas adquiriram status de atividade econômica, planejada e que, aproveitando-se das inovações do setor de transportes, além da disponibilidade de tempo e renda das populações, inseriram-se no cotidiano do homem urbano-industrial (SWARBROOKE; HORNER, 2002).

No sucinto contexto histórico apresentado, o interesse de investigação se detém na conjuntura capitalista atual, sobretudo, no pós II Guerra Mundial, momento em que a atividade turística reuniu condições logísticas e passou a constituir o escapismo ao mundo globalizado, exigindo, portanto, densas discussões sobre planejamento e gestão da atividade, principalmente em espaços naturais.

A ressalva feita a essa abordagem encontra respaldo em Godoi Trigo (1993), ao expor que as visitas aos ecossistemas naturais e intactos moldadas, com destaque, nos séculos XVIII e XIX, começam a estabelecer uma conexão inversamente proporcional entre demanda turística e conservação da natureza. Refletindo-se em maior poder de devastação, a partir da década de 1950, porquanto o fluxo de viajantes aumentou em consequência do grande avanço tecnológico, especialmente, nos meios de transporte e de comunicação, transformando a atividade turística em uma imensa fonte de renda.

O resultado da utilização de destinos de viagens se evidencia nos dados apresentados pela Organização Mundial do Turismo (OMT)⁴: entre 1950 e 2000, os deslocamentos internacionais cresceram vertiginosamente de 25 para 699 milhões de turistas por ano. Fato de

⁴ Organização Mundial do Turismo (OMT): <http://www.world-tourist.org>. Acesso em: 22 abril 2002.

alento são os US\$ 4,5 trilhões gerados e 192 milhões de empregos criados, em 1999, pelo setor turístico (WTTC⁵ apud SEABRA, 2005).

Dados expressivos assim, certamente, remetem à reflexão sobre o fenômeno turístico e sua contribuição ao desgaste ambiental, foco de discussões das diversas nações em todo o planeta, em três aspectos: primeiramente, porque o turismo, gradativamente, vem exercendo maior pressão sobre os ambientes naturais, em decorrência da sua popularização. Em outras palavras, “o turismo já não é uma prerrogativa de alguns cidadãos privilegiados; sua existência é aceita e constitui parte integrante do estilo de vida para um número crescente de pessoas em todo o mundo” (RUSCHMANN, 1997, p. 13).

Em segundo, o estilo de vida atual tem conduzido as populações a buscarem o contato direto com a natureza, privilegiando destinações⁶ cujos ambientes naturais estejam intocados ou com o mínimo de interferência humana. Esta tendência do turismo em suas distintas apresentações – ecoturismo, turismo brando, suave, verde, alternativo, entre outros – ratifica a necessidade das viagens ‘ao ar livre’ como uma condição *sine qua non* ao restabelecimento físico e mental do homem, em meio à crise ambiental dos séculos XX e XXI.

Por último, é fato que o turismo possui uma relação dialética com a sociedade, constituindo uma das principais alternativas das nações para otimizar suas receitas (BARRETTO, 1995). Entretanto, inúmeras são as experiências que direcionam seus esforços para a canalização dos benefícios econômicos os quais, normalmente, os moradores locais não os usufruem devidamente (KRIPPENDORF, 2000), relevando-se aspectos como a qualidade dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades locais. Assim sendo, o aumento da demanda, logrado pelos destinos, e a viés preservacionista entram em conflito, dificultando o desenvolvimento de um turismo mais harmonioso com a natureza.

Essas constatações demandaram debates mais consistentes quanto ao planejamento e gestão dos espaços turísticos face à problemática ambiental vigente. Tendo em vista o delineamento de novos caminhos para as viagens em âmbito mundial, lançou-se a Declaração de Manila (1980) a qual afere que

⁵ *World Travel Tourism Council* (Conselho Mundial de Viagens e Turismo).

⁶ Entende-se por destinação turística a transformação de um determinado local ou espaço geográfico para visitação. Isso significa que esse local foi adaptado para propiciar a hospedagem e ofertar serviços, viabilizando a permanência de visitantes.

A satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e econômicos das populações das regiões turísticas, para o meio ambiente, especialmente para os recursos naturais, atração essencial do turismo, nem para os lugares históricos e culturais [...] As comunidades nacionais e a comunidade internacional inteira devem desenvolver os esforços necessários para a sua preservação (OMT⁷, 1980 apud DIAS, 2003, p. 55).

A atividade turística nas suas configurações atuais⁸ é, excessivamente, consumidora de bens naturais e apóia-se no meio ambiente, enquanto variável fundamental na diferenciação da destinação. É um setor diferenciado que se desenvolve, via de regra, nos mesmos moldes de racionalidade dos demais, ou seja, busca incessante a qualquer custo de geração de renda, em detrimento dos recursos naturais. O turismo moderno, assim, apresenta-se como filho legítimo da Revolução Industrial, herdando a racionalidade capitalista de consumir os recursos naturais para a obtenção de lucros (DIAS, 2003).

A Declaração de Manila (1980), anterior ao Relatório Brundtland (1987), antecipou o que permearia as discussões futuras sobre o progresso econômico, social e ambiental das nações em todo o mundo – o Desenvolvimento Sustentável – tornando indiscutível a relevância de introjetar à esfera do turismo, premissas de cunho sustentável com o objetivo de modificar os padrões de exploração turística das destinações.

1.2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O TURISMO

O discurso do Desenvolvimento Sustentável emerge no momento histórico em que as sociedades globais começavam a perceber os frutos deixados pela Modernidade e reagem frente aos devaneios do mundo moderno ou que, consoante análise de Marshal Berman (1986, p. 16) representavam

grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas

⁷ Criada em 1975, objetiva “promover e desenvolver o turismo com vista em contribuir para o desenvolvimento econômico, a compreensão internacional, a paz, a prosperidade e o respeito universal e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos [...]” (DIAS, 2003, p. 52).

⁸ Demanda, oferta, espaço geográfico e operadores de mercado são os quatro elementos básicos que compõem a atividade do turismo (SANCHO, 2001).

formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão.

Diante das constatações acima, o século XX evidenciou significativas transformações no cotidiano humano em todas as suas dimensões. Conjuntamente, o exponencial desenvolvimento tecnológico aplicado aos setores produtivos e a crescente demanda por matéria e energia – fomentada pelo boom econômico e populacional⁹ – agravaram a situação de desequilíbrio do meio ambiente.

Até então, defendia-se o crescimento econômico ilimitado e o desenvolvimento vinculado à dominação da natureza pelo homem, conforme observações de Daniel Hogan (2005, p. 326):

[...] o ambiente físico era tratado geralmente como algo estático, como um recurso a ser explorado ou um obstáculo a ser superado. Enquanto os recursos naturais foram percebidos como ilimitados (uma hipótese incorreta em teoria, mas que é um forte elemento da ideologia desenvolvimentista), era possível ignorar os ciclos ecológicos dinâmicos sem sérias conseqüências para a compreensão das mudanças econômicas e demográficas.

Contudo, a perversidade do sistema capitalista evidenciava os abismos sociais e a inviabilidade de um mundo mais equitativo. Se de um lado, muitos usufruíam das benesses do progresso científico, de outro, era crescente o número dos que não dispunham dos bens básicos de sobrevivência – como saúde e educação – maior do que em qualquer período da história terrestre. A universalização das condições de vida adequadas para todos os povos cedeu espaço à expansão do fosso entre nações ricas e pobres e, dadas as circunstâncias atuais e as disposições institucionais, há poucas perspectivas de que essa tendência se inverta (CMMAD, 1991).

⁹ A teoria *Malthusiana* (1798) evidencia o crescimento populacional como principal problemática a ser resolvida em um mundo cuja capacidade produtiva de alimentos é finita e tem reduzido com o passar dos anos.

O quadro de conflitos sociais, guerras e problemas ambientais provocaram reações em âmbito global, principalmente, entre 1960 e 1980. Concomitantemente, constatou-se que os recursos naturais disponíveis não mais oportunizam a expansão econômica inesgotável, devido à incapacidade do meio ambiente em se recuperar do ritmo de exploração de matéria disponível na natureza e dos resíduos jogados *in natura*. Além disso, vários desastres ambientais – as catástrofes na Baía de Minamata e Bophal, na Índia, o acidente nuclear de Chernobyl, o naufrágio do *Exxon Valdez*, o lançamento da Bomba de Hiroshima, entre outros – impulsionaram um substancial crescimento da conscientização sobre a problemática do meio ambiente, sua correspondência com a irresponsabilidade humana, assim como a contradição do papel da ciência na busca do progresso e do bem-estar das sociedades.

Corroborando com as exposições acima, a singularidade de trabalhos como o da bióloga Rachel Carson – Primavera Silenciosa (1962) – o do Clube de Roma – Relatório *Meadows*¹⁰ (1972) – e o de Schumacher (1973) – *Small is Beautiful*¹¹ – incitaram o reconhecimento dos limites impostos pela natureza para o progresso econômico contínuo, assim como os descaminhos assumidos pela ciência em sua aplicabilidade no desgaste ambiental, na exploração irracional dos bens disponíveis e na influência tecnológica sobre a humanidade.

Liderado por Dennis Meadows, o Relatório *Limits to Growth* expôs sem pormenores:

Se se mantiverem as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, contaminação ambiental, produção de alimentos e esgotamento dos recursos, este planeta alcançará os limites de seu crescimento no curso dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um súbito e incontrolável declínio tanto da população como da capacidade industrial (MEADOWS et al., 1973, p. 40).

Não ao acaso, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou, em 1972, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), cuja incumbência maior é a de tratar, globalmente, questões relativas ao meio ambiente. Esta evolução do movimento ambientalista global proporcionou a sua causa maior – o meio ambiente – ganho notório, em especial, através da inserção de adeptos do meio científico, de organizações não-governamentais e da sociedade civil, bem como, por meio da institucionalização do ambientalismo como integrante da pauta de discussões no sistema político-econômico das nações.

¹⁰ “Limites do Crescimento”, aproveitando a repercussão da Conferência da Biosfera, em 1968, a qual se discutiu, pioneiramente, sobre conservação e uso racional dos recursos da biosfera;

¹¹ Traduzido como ‘O Negócio é ser pequeno’.

O resultado do interesse comum em escala planetária foi a sucessão de eventos¹² voltados à preocupação ambiental – Conferência de Estocolmo, em 1972, e Rio-92 – até então, inéditos, buscando novos valores e paradigmas capazes de romper com a dicotomia sociedade/natureza.

O pensamento crítico, evidenciado em propostas de novos paradigmas, comprova que a construção de novas formas de produção e relação entre as nações faz-se necessária e com urgência, visto que esse momento de transição tem um aspecto peculiar, “[...] é o de ser uma corrida contra o tempo, ou seja, se não conseguirmos construir uma cultura que esteja de acordo com o verdadeiro destino humano, vamos destruí-lo” (HERRERA, 1984, p. 61).

O imediatismo de novas decisões influencia o surgimento de teorias, conceitos como o ecologismo e ecodesenvolvimento, este último considerado o precursor do termo Desenvolvimento Sustentável (DS), em torno do qual se considera condição fundamental para a nossa permanência na esfera terrestre, em resposta à descrença na possibilidade de compatibilizar crescimento econômico e populacional com conservação ambiental.

Das terminologias emergentes, o Desenvolvimento Sustentável, contido com primazia no documento “*Nosso Futuro Comum*”¹³, adquiriu maior notoriedade por abarcar, em suas diversas e abrangentes discussões, aspectos de ordem global em amplas escalas, com destaque às vertentes social, econômica e ambiental. Confirmando a abordagem relativa ao DS,

[...] A mudança mais notável dos últimos trinta anos, que abre possibilidades inéditas para a incorporação do meio ambiente como fator significativo na economia e nas políticas públicas, foi a evolução ocorrida do *ambientalismo* inicial, marcado pelo protesto, pela militância e pelo poder defensivo, para uma visão mais ativa que é o *desenvolvimento sustentável* (ASPÁSIA CAMARGO, 2003, p. 315)

Apesar das inúmeras conceituações que envolvem este tema, o Relatório *Brundtland* (1987), expõe o ensejo de partida das mudanças em âmbito mundial ao expressar que o

¹² Ademais, acordos e conferências temáticas globais como a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres (1973), a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição pelos Navios (1973), a Conferência Alimentar Mundial (1974), a Conferência das Nações Unidas sobre a Água (1977), a Conferência das Nações Unidas sobre a Desertificação (1977), a Conferência Mundial sobre o Clima (1978), a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migrantes pertencentes à Fauna Selvagem (1979), a Convenção sobre a Conservação da Fauna e da Flora Marítimas da Antártida (1980), entre outros, apresentavam procedimentos que deveriam ser adotados pelas nações em relação ao meio ambiente natural (DIAS, 2003).

¹³ Originalmente intitulado “*Our Common Future*”.

Desenvolvimento Sustentável¹⁴ propicie o atendimento das necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações atenderem equitativamente as suas. No referido relatório, nota-se que o DS contempla duas vertentes principais: a satisfação das necessidades das camadas mais pobres da população e as limitações que o estado atual da tecnologia e da organização social impõe sobre o meio ambiente (DIEGUES, 2004).

Na concepção de Van Bellen (2005, p. 21) “trata-se, na verdade, da história da reavaliação da noção de desenvolvimento predominantemente ligado à idéia de crescimento”. O termo “sustentável”, desse modo, adjectiva a qualidade do desenvolvimento, desviando-se da noção puramente economicista de progresso econômico, atendo-se também a universalização de direitos sociais como educação, saúde, trabalho e moradia. Lenzi (2006) acrescenta que a grande contribuição do DS é a tentativa de reestruturação da sociedade industrial capitalista em uma perspectiva também moral pautada na justiça e democracia.

A imprecisão conceitual do desenvolvimento sustentável possibilitou a sua apropriação por variados grupos de interesse e, por conseguinte, em resposta ao seu caráter polissêmico, direcionou a uma universalização do termo, atingindo, consoante alguns autores, um consenso geral de idéia inovadora e articulada, com foco na garantia de bem-estar das populações intergeracionais.

Lelé (1991 apud LENZI, 2006) e Nobre (2002) abordam uma tendência nesta adoção desmedida do DS em todo o mundo. Este manifesta que o desenvolvimento sustentável foi elaborado, justamente, como noção fadada a produzir consenso, uma resposta final sobre o que seja tal noção a que quase ninguém parece se opor. Aquele, por sua vez, acredita existir um perigo real nesta clichêização do DS, por resultar em uma imprecisão conceitual e, portanto, inutilidade do termo.

No mesmo sentido, Lenzi (2006) cita a existência de outros cientistas sociais os quais afirmam que a diversidade interpretativa do conceito de desenvolvimento sustentável constitui um aspecto enfraquecedor desta conceituação. Isto justificaria o dissenso que cerca a idéia de DS e, conseqüentemente, inviabilizaria a existência de uma política ecológica coerente. Citando pensamento de Richardson (1997), Lenzi destaca uma percepção bastante crítica sobre o desenvolvimento sustentável, segundo o qual o DS não é somente um engano político,

¹⁴ Esse termo foi mencionado, pela primeira vez, em 1980, em documento elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

mas uma fraude, porquanto obscurece a contradição entre a finitude do planeta e o caráter expansionista da sociedade industrial.

Pensamento compartilhado por Acselrad (2004), ao afirmar que o DS representa uma readaptação do modelo capitalista de produção e consumo, a partir do reconhecimento dos limites naturais e/ou em resposta às pressões geradas pelo avanço dos movimentos ambientalistas e da conscientização ecológica. O desenvolvimento sustentável, assim, continuaria atrelado à noção de desenvolvimento como “expressão máxima da crença no processo e na contínua melhoria do bem-estar” (CASTRO, 1996). Ou ainda, “a idéia implícita é de que as sociedades podem progredir indefinidamente para níveis cada vez mais elevados de riqueza material” (DIEGUES, 1994).

Nessa lógica de raciocínio, a concepção de progresso continua, intrinsecamente, relacionada ao crescimento econômico e produção de bens materiais, estendendo-se aos países subdesenvolvidos as condições de atingir padrões industriais compatíveis com os do mundo desenvolvido, o que, certamente, ocasionaria o agravamento das condições ecológicas no planeta, em vez de melhorias à qualidade ambiental.

Apoiado na visão anterior, Diegues (1994) defende o conceito de *sociedades sustentáveis* como mais adequado que o de desenvolvimento sustentável

[...] na medida em que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. Além disso, deixa-se de lado o padrão das sociedades industrializadas, enfatizando-se a possibilidade da existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, desde que pautadas pelos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política.

Esta reflexão sugere uma atenção às comunidades locais e sua inserção na esfera participativa, de modo que elas mesmas reconheçam suas necessidades, contrariamente à padronização de um estilo de vida industrial e globalizado.

Na tentativa de esclarecer essa discussão, Veiga (2006) identifica pontos-de-vista antagônicos no debate sobre o DS: os otimistas, que encaram o desenvolvimento como uma consequência natural do crescimento econômico, confiam na capacidade tecnológica do industrialismo de superar os limites impostos pela natureza e crêem no crescimento como, *per si*, gerador de recursos necessários para a proteção do meio ambiente; os pessimistas ou

panglossianos, com a visão de que as mudanças estruturais e institucionais são bastante amplas e complexas e, portanto, inviabilizam o ideal de um desenvolvimento sustentável.

A crítica listada abaixo por Daly (2005, p. 1) contesta o entendimento dos panglossianos segundo o qual não há real dilema entre conservação ambiental e crescimento econômico:

Confiar dessa maneira no crescimento poderia não trazer problemas se a economia mundial existisse em um vácuo, mas as coisas não são assim. A economia é um subsistema da biosfera finita, que lhe dá suporte. Quando a expansão da economia afetar excessivamente o ecossistema circundante [...] Teremos, então, o que denomino crescimento deseconômico, produzindo “males” mais rapidamente do que bens – tornando-nos mais pobres, e não mais ricos.

Mawhinney (2005) complementa essa discussão alegando existir o caminho do meio, tendo como integrantes o grupo moderado que sugere a necessidade de alguma mudança nas relações econômicas e socioambientais, inclui defensores de um compromisso entre as partes, que muitas vezes acreditam que o sistema atual precisa de ajustes e mudanças e de mais trabalho conjunto. É desse modo, que se vislumbrou no Relatório *Brundtland* a proposta do DS enquanto “um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras” (CMMAD, 1991, p.10).

Apesar de críticas às variadas interpretações do DS, reconhece-se as contribuições deste conceito, sobretudo, ao ressaltar “a importância de questões como igualdade, justiça e direitos humanos, e também [...] uma visão cultural e construtivista da relação entre ambiente e sociedade” (LASH; SZERSZYNSKI; WYNNE, 1996 apud LENZI, 2006, p. 90). Além disso, introduz-se uma dimensão ética, política e moral, firmando-se a idéia de que o processo desenvolvimentista deve ser guiado pela solidariedade intergeracional (CASTRO, 1996), ensejo este que, por si mesmo, consiste em um enorme desafio à humanidade.

Em meio a essas discussões, entende-se que o debate entre as diversas correntes, defensoras ou não do desenvolvimento sustentável, possui importância vital no caminho de mudança através da articulação de diversos conceitos os quais focam em diversas variáveis e seus sistemas como forma de entender o ambiente e construir cenários futuros. Por natureza, o DS não constitui um fim em si, todavia um meio que facilite a elaboração de alternativas as quais venham a suplantam as necessidades do homem e da natureza, posto que, no campo

empírico, poucas são as experiências com provas de um desenvolvimento realmente sustentável (MONTIBELLER FILHO, 2004).

Nesse âmbito, a sustentabilidade¹⁵ passou a direcionar o processo de institucionalização ambiental nas agendas políticas internacionais, além de incitar que o meio ambiente passe a permear a formulação e a implantação de políticas públicas em todos os níveis nos Estados nacionais, bem como nos órgãos multilaterais e de caráter supranacional (VEIGA, 2006).

Face às exposições supramencionadas, o desenvolvimento sustentável – enquanto proposta de mudança na condução dos processos produtivos, na inserção dos países no usufruto de suas necessidades básicas e, do mesmo modo, no respeito à capacidade de recuperação da natureza – influencia, nos dias atuais, todos os setores econômicos, políticos, ambientais, sociais e institucionais, presentes na vida humana. Positivamente, as múltiplas interpretações do DS têm acirrado os debates sobre o tema e contribuem para ampliar e aprofundar a compreensão da questão ambiental.

Com propriedade, a sustentabilidade do desenvolvimento é utilizada como referencial para as práticas societais, delineando novos caminhos para atividades como o turismo¹⁶. Nesse contexto, insurgem preocupações concernentes ao setor, posto que a massificação da atividade turística contribuiu, significativamente, para o agravamento dos problemas ambientais nas destinações, devido à expansão de infraestrutura e equipamentos voltados ao suporte dos viajantes, normalmente, desconfigurando a paisagem local através de urbanização desenfreada e atípica. Os impactos diretos nos meios naturais envolvidos, resultantes do grande fluxo de visitantes e do desrespeito à capacidade de sustentação dos ecossistemas, colaboram na perda da qualidade de vida das comunidades receptoras e dos ambientes.

O descomprometimento com o planejamento e gestão dos destinos turísticos refletidos em desrespeito a essas comunidades, insatisfação da clientela turística e desgaste ambiental, conduz o setor turístico a envolver-se com o discurso do DS, a fim de que a atividade contribua para a valorização das populações locais e de sua cultura, promova ações que estimulem a conservação do meio natural, estimule o desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras e proporcione ao turista uma experiência singular.

¹⁵ No presente trabalho, entende-se o Desenvolvimento Sustentável como o conjunto das sustentabilidades (social, econômica, ecológica (ambiental), espacial e cultural) elaborado por Ignacy Sachs (1993).

¹⁶ “Sistema inter-relacionado que inclui os turistas e os serviços associados (facilidades, atrações, transporte e hospedagem) fornecidos e utilizados para auxiliar a movimentação do turista, tal como é concebido pela Organização Mundial de Turismo” (FENNELL, 2002, p. 17).

Em 1985, a Organização Mundial do Turismo lançou a Carta do Turismo e o Código do Turista, explicitando a vinculação entre a atividade turística e o meio ambiente. Além de retomar diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu artigo 24, segundo o qual toda pessoa tem direito ao descanso, ao desfrute do tempo livre, a uma limitação razoável da duração do trabalho e férias periódicas pagas, o documento elaborado pela OMT, atribui aos Estados o dever de “proteger o interesse das gerações presentes e futuras, o meio ambiente turístico que, por ser ao mesmo tempo um meio humano, natural, social e cultural, constitui o patrimônio da humanidade inteira” (OMT, 1985).

Nesse sentido, em 1993, a Federação Européia de Parques Nacionais e Naturais divulgou o relatório final do Grupo de Trabalho sobre o Turismo Sustentável apresentando uma definição referente ao turismo sustentável como aquele que promove todas as formas de desenvolvimento turístico, gestão e atividade que mantêm a integridade ambiental, social e econômica e o bem-estar dos recursos naturais, construídos e culturais para as gerações futuras (FNNP, 1993).

Entretanto, estudiosos como Sharpley (2000) retratam a dificuldade em transpor o modelo de desenvolvimento sustentável para a prática de um turismo capaz de compatibilizar diferentes aspirações. Grande parte das abordagens sobre a atividade turística sustentável está focada na vertente ambiental, pregando conceituações como o de capacidade de carga, embora o setor turístico necessite de um incremento contínuo no fluxo de visitantes para manter o seu funcionamento (LIU, 2003; SHARPLEY, 2000).

Nesse entendimento, as abordagens do turismo sustentável não estariam preparadas para lidar com o turismo de massa e com o aumento da demanda turística, apenas com a visitação em baixas proporções. O maior desafio do turismo, portanto, é o de comportar o fluxo turístico do qual depende e, simultaneamente, oferecer condições da comunidade local manter preservados seus patrimônios natural e cultural. Mais importante do que limitar o crescimento da demanda seria manejar este crescimento (LIU, 2003).

No entanto, a prática turística tradicional tem demonstrado que o descontrole nas ações de planejamento e gestão, agravado pela incapacidade de receber sustentavelmente o crescente fluxo de turistas, ocasionaram sérios transtornos às destinações. Possivelmente, essa seja um dos motivos da utilização de áreas protegidas – que por essência, pregam a limitação

na visitação – seja entendida como forte ferramenta na geração de benefícios socioeconômicos e preservação ambiental.

Contudo, as tendências atuais do turismo em áreas protegidas demonstram disparidades nos ensejos da administração da Unidade de Conservação (UC) – controle de demanda – do *Trade*¹⁷ turístico e da municipalidade – aumento de demanda – normalmente, representada pelo Plano Diretor (PD) local. O constante choque de objetivos no ambiente turístico, opondo promoção e preservação do destino, suscita que “a expansão do turismo deve ocorrer até o limite da capacidade territorial de receber visitantes. Deve-se impor limites ao crescimento do turismo, pela preservação do meio ambiente, tanto do ponto de vista físico como do social” (PETROCCHI, 1998, p. 59).

Neste ponto, a WWF¹⁸ (1992 apud DIAS, 2003, p. 59) entende que o turismo sustentável, a partir de sua gestão e planejamento integrados,

[...] opera dentro das capacidades naturais de regeneração e produtividade futura dos recursos naturais; reconhece a contribuição que as pessoas e comunidades, costumes e estilos de vida fazem à experiência do turismo; aceita que essas pessoas devam ter uma participação equitativa nos benefícios econômicos do turismo; e é guiado pelos desejos das pessoas e comunidades locais nas áreas visitadas.

Como referencial a ser tomado no presente trabalho, elegeu-se a conceituação definida pela Organização Mundial de Turismo, segundo o qual o turismo sustentável satisfaz às necessidades dos turistas e, do mesmo modo, às necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para as futuras gerações (WTO, 1999).

Objetivando a tomada de novos rumos para mitigar a problemática ambiental vigente, apresentou-se a proposta do Desenvolvimento Sustentável. Em poucas palavras, o DS vem empenhando a sociedade a uma concepção a longo prazo das suas atividades na biosfera terrestre. Essa nova perspectiva direciona as pautas políticas mundiais na busca de condutas mais racionais (sustentáveis) no preenchimento das necessidades vigentes e futuras.

¹⁷ O *Trade* turístico é o conjunto constituinte do produto turístico, representado pelas agências de viagens e turismo, meios de hospedagem, empresas de transporte e demais prestadores de serviços turísticos, além de todas as atividades comerciais ligadas direta ou indiretamente ao setor turístico (SILVA, 2004).

¹⁸ *World Wildlife Fund*.

Conjuntamente, o setor turístico, reconhecendo a importância dos ecossistemas naturais, como matéria-prima essencial para a atividade, estende os seus ensejos de ganho econômico à promoção de melhorias sociais às comunidades receptoras, bem como à redução dos impactos ambientais negativos.

Vislumbrando uma condução sustentável da atividade nos destinos turísticos, apresentar-se-á abordagens referentes ao planejamento e gestão do turismo sustentável, logrando avançar nos debates sobre o setor em questão e as complexidades da sua integração com as unidades de conservação.

1.3 O TURISMO SUSTENTÁVEL

A constante ampliação nos casos de agressão socioambiental e de impactos negativos nas culturas das comunidades receptoras compromete a qualidade de vida nas destinações. As ausentes ou deficientes ações de planejamento¹⁹ e gestão da atividade proporcionam efeitos adversos ao que se espera de uma salutar prática de visitação turística. O amadorismo na prestação dos serviços e na oferta de equipamentos tem gerado insatisfação crescente da demanda e facilitado prejuízos ao meio ambiente.

Variadas são as exemplificações para tal abordagem, conforme sustentações de autores como Godoi Trigo (1993, p. 115) expondo que “os grandes desafios para o desenvolvimento pleno do turismo [...] são a preservação ambiental, a qualidade de serviços turísticos e a capacitação profissional em larga escala e em todos os níveis”.

O turismo não deve ser entendido como um ‘vilão moderno’, cujo desenvolvimento resulta apenas em benefícios econômicos a poucos, às custas de muita degradação e desrespeito aos locais. Se esse quadro fosse inflexível, combater-se-ia o avanço da atividade turística e não se reconheceria as inúmeras melhorias promovidas pelo setor, como a geração de emprego e renda, às comunidades residentes, e recursos para a gestão de áreas protegidas. Além da valorização do patrimônio cultural, artístico e histórico das populações receptoras.

¹⁹ Para Petrocchi (1998), o escopo do planejamento, no contexto do turismo, é definir as decisões básicas que articulam as políticas turísticas de um estado, região ou organização. Em outras palavras, estabelecer as diretrizes que orientarão as decisões para o desenvolvimento do turismo, o tipo de turismo que se quer promover, os mercados que serão atingidos, a posição que se deseja ter nesses mercados, as metas a alcançar e as estratégias dos programas de ações.

O Ministério do Turismo (MTur), em seu Plano Nacional de Turismo (PNT), define as seguintes diretrizes a serem tomadas como base em prol do desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro:

[...] parceria e gestão descentralizada; desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística; diversificação dos mercados, produtos e destinos; inovação na forma e no conteúdo das relações e interações do arranjo produtivo; adoção de pensamento estratégico, exigindo análise, pesquisa e informações consistentes; incremento do turismo interno; e, por fim, o turismo como fator de construção da cidadania e de integração social (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p. 7).

Em meio à abrangência do Turismo Sustentável, apresentar-se-á as suas dimensões e aspectos da sua gestão, com base em estudos do Ministério do Turismo (2006), Beni (2006) e de outros autores, os quais possuem estrita fundamentação na idéia de sustentabilidade formulada por Ignacy Sachs (1993). De antemão, subtende-se que as abordagens seguintes consideram a gestão a longo prazo do desenvolvimento turístico, priorizando o bom relacionamento com as populações locais e o respeito aos recursos endêmicos disponíveis.

1.3.1 As dimensões do Turismo Sustentável

Metodologicamente, Mário Beni (2006) categoriza tais dimensões em dois grupos: dimensões-objetivo e dimensões-instrumento. As primeiras integram as vertentes do Desenvolvimento Sustentável – *sustentabilidades ambiental, social, econômica, cultural e político-institucional* – e nesses moldes serão abordadas a seguir, no contexto do turismo, enquanto as últimas constituem as que não são consideradas a finalidade dos esforços de desenvolvimento, mas pressupostos de alcance das dimensões-objetivo: sustentabilidades mercadológica, espacial, financeira, política, administrativa, organizacional e jurídica.

1.3.1.1 Sustentabilidade ambiental

O meio ambiente pode ser entendido como o “conjunto dos fatores que envolvem um ecossistema, inclusive os socioeconômicos, afetando a vida dos organismos e a qualidade de

vida dos seres humanos” (GIOVANNETTI; LACERDA, 1996, p. 129). Sendo assim, o meio ambiente integra um todo bem mais complexo que apenas o cenário natural, perpassando pelas inter-relações entre o meio ambiente físico, as espécies da flora e fauna, inclusive, o homem.

No contexto do turismo, o meio ambiente pode ser compreendido como o conjunto dos atrativos, bem como o elemento que recebe as resultantes dos usos desses atrativos, serviços e de outras atividades relacionadas ao setor. É necessário, conseqüentemente, o conhecimento dos níveis máximos de consumo para a sustentação da localidade turística, dos limites naturais para a visitação das destinações e dos resíduos gerados por essa prática, sem degradar o ecossistema do qual faz parte e depende (BENI, 2006).

O que se extrai dessa soma de fatores é que a degradação ambiental está diretamente conectada à insustentabilidade do turismo. O efeito bola-de-neve na geração de poluição e destruição de *habitats* influi na perda de qualidade ambiental da destinação e, por conseguinte, insatisfação e diminuição da demanda turística, assim como limitação às comunidades locais na permanência de suas práticas telúricas habituais.

Justamente motivado pelos ocasionais fatores negativos, fruto da influência da visitação, é que Beni (2006) compartimentaliza as diretrizes de sustentabilidade ambiental, como etapas vitais para conduzir à eficiência em relação aos recursos utilizados, assegurando a compatibilidade do desenvolvimento turístico com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, bem como com a diversidade biológica e hídrica.

A primeira diretriz constitui a *proteção dos ecossistemas*, tendo em mente, a oferta de atrativos naturais equilibrados ecologicamente, que satisfazem as aspirações dos visitantes e garantem o bem-estar das populações locais, especialmente, quando o sustento dessa comunidade está condicionado aos recursos naturais. Na concepção de Mario Beni (2006, p. 100), “a forma de garantir os atrativos naturais se dá por meio de áreas protegidas públicas e privadas, devidamente manejadas e com avaliação permanente da capacidade de suporte dos principais fatores afetados pela visitação e uso indireto dos recursos”.

A segunda diretriz se refere às *mudanças climáticas e poluição atmosférica*. Discussão mais em voga, o aquecimento planetário, decorrente do aumento das emissões de gases de efeito estufa, exige iniciativas no contexto micro e, destarte, cada destino precisa mitigá-lo, através de diferentes condutas do tipo utilização de combustíveis menos poluentes, redução

nas práticas urbanas e agrícolas que colaboram com o desmatamento e esforços coletivos contra o desperdício de energia.

Como diretriz terceira, a problemática dos *resíduos sólidos* cujo aumento é, significativamente, influenciado pelo setor turístico e, ao mesmo tempo, pode acarretar em severas insatisfações dos turistas que esperam um espaço limpo e dos moradores locais que atribuirão tanto lixo às práticas turísticas. Ademais, o tratamento e a destinação dos resíduos devem integrar as metas de cada localidade, turística ou não. A coleta seletiva e a reciclagem, comprovadamente, favorecem a geração de recursos para os catadores, aumentam o tempo de vida útil dos produtos e aperfeiçoam a disposição do lixo remanescente.

A diretriz de número quatro integra a *gestão de recursos hídricos e saneamento*. Nesse ponto, a problemática da água²⁰ se apresenta como um dos principais desafios das instituições públicas e privadas, posto que este recurso é insubstituível e constitui fator primordial para o desenvolvimento econômico e condição-base para a vida humana.

Quesitos fundamentais sobre os recursos hídricos aludem ao seu manejo integrado e fornecimento. O primeiro trata das iniciativas por parte dos atores públicos e privados e almeja condutas mais pertinentes à qualidade das bacias hidrográficas, quais sejam: recuperação das matas ciliares ao longo dos rios; políticas de tratamento e destinação final do lixo e do esgoto; políticas de monitoramento da qualidade da água; e gestão comum aos governos e sociedades organizadas. O segundo direciona suas inquietações à demanda para a saúde das populações e para atividades agro-industriais e se firmam em torno da produção e tratamento da água (TEIXEIRA; SPINK, 2005).

Atualmente, esse tema compõe um dos mais preocupantes assuntos a respeito do desgaste ambiental, uma vez que a redução da oferta e a contaminação da água conduzem à perda de espaços de vida, ocasionando enormes custos sociais e econômicos às destinações.

Por último, as quinta e sexta diretrizes da sustentabilidade ambiental tratam das *poluições sonora e visual*, respectivamente. Afora a contaminação atmosférica abordada anteriormente, os destinos turísticos, principalmente os de ecoturismo, ficam extremamente comprometidos com a abundância de ruídos advindos de construções, circulação de veículos terrestres, barcos e lanchas próprios para o conforto dos visitantes, entre outros, perturbando a

²⁰ O consumo de água no mundo está distribuído da seguinte maneira: produção agrícola (70%), indústria (20%) e uso doméstico (10%) (THE WORLD BANK apud AZEVEDO; PEREIRA, 2006).

tranquilidade local e afugentando espécies da fauna. Contribuindo com o agravamento da poluição, a ausência de gerenciamento do impacto visual também fere os olhos do visitante, influenciando na sua percepção final acerca da viagem.

Diante de evidências sobre o crescimento urbano e de equipamentos para o suporte de visitantes, é preciso reconhecer os possíveis impactos positivos da atividade turística, em torno da questão ambiental, destacando-se: o aumento no investimento para conservação e manutenção do ambiente visitado, por meio de vendas de serviços, cobranças de ingressos e taxas ambientais; a melhoria das condições ambientais do destino aliado à melhoria da infraestrutura básica da localidade, como os sistemas de transporte, de saneamento, de comunicações, de saúde e o paisagismo urbano; a geração de emprego e renda em variados setores da economia; a escolha e o uso eficiente de tecnologias ambientalmente saudáveis; a conservação, preservação, proteção e recuperação dos ambientes naturais; e a sensibilização dos turistas para as questões ambientais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006a).

Sob essa égide, as ações para a preservação e conservação dos ecossistemas naturais e construídos devem estar pautadas, a fim de que seja garantida a qualidade de vida para o futuro das localidades turísticas.

1.3.1.2 Sustentabilidade social

Uma das propostas mais tentadoras do Desenvolvimento Sustentável foi promover a integração de aspirações econômicas com o bem-estar humano. A idéia-foco versa sobre a socialização dos ganhos econômicos por meio de políticas, programas e projetos, os quais distribuam benefícios sociais (educação, saúde, moradia, direito ao trabalho, participação, entre outros) universalmente.

A sustentabilidade social consiste em um processo de desenvolvimento que conduza a um crescimento econômico estável com distribuição equitativa de renda, resultando, assim, na diminuição das atuais diferenças sociais e na melhoria das condições de vida dos indivíduos de cada estrato da sociedade.

Na esfera das viagens, a utilização turística dos destinos tem a capacidade de implementar iniciativas voltadas à integração social, participação popular, facilitação do

acesso aos meios básicos de sobrevivência, garantindo a satisfação e a qualidade de vida para as populações envolvidas.

Porém, em muitos casos, o aumento do fluxo turístico gera, reforça ou intensifica as injustiças socioculturais pré-existentes. [...] São poucos os que se beneficiam do patrimônio natural e cultural de todos; enquanto a maioria, especialmente a população receptiva, não se beneficia e vive um processo de exclusão social e desterritorialização espacial (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006c, p. 9).

As diretrizes da sustentabilidade social são apresentadas por Beni (2006), a fim de que sejam alcançadas condições dignas de sobrevivência para as comunidades locais, provenientes da atividade turística.

Diretriz de número um, *a influência na dinâmica da população* reflete os impactos do turismo e os consequentes investimentos, os quais levam a mobilização temporária de mão-de-obra para as construções. As expectativas de trabalho mobilizam os residentes que migram e criam ocupações subnormais, além de aumentar a pressão por serviços, infraestrutura e ocupação. A sustentabilidade espacial pode ser inserida na social, posto que infere nas atividades humanas locais, “devendo-se procurar uma configuração rural-urbana mais adequada para proteger a diversidade biológica, ao mesmo tempo em que se melhora a qualidade de vida das pessoas” (BELLEN, 2006, p. 38).

A *dinâmica do mercado de trabalho* caracteriza a segunda diretriz da sustentabilidade social. A inevitável diversificação da economia no desenvolvimento turístico deve resultar em um modelo incluyente e estável. “O desenvolvimento do produto turístico deve considerar o contexto de forma integrada, prevendo a maior distribuição possível dos gastos do visitante com diversos segmentos organizados para a atividade” (BENI, 2006, p. 105).

No rastro da alegação supramencionada, a *capacitação para o turismo* constitui a diretriz terceira e indica a possibilidade de participação direta da comunidade na prestação de serviços que compõem o setor turístico. O morador local, não habituado ao mundo das viagens, carece de instrumental prático-teórico que o qualifique para exercer funções de suporte e recepção de turistas.

A diretriz de número quatro equivale à *educação*. Base para o desenvolvimento de qualquer nação ou povo, o processo educacional forma cidadãos conscientes e habilita-os a realizar as mais diferentes funções. A educação, como parceira da atividade turística, precisa

ser inserida desde os primeiros anos de formação escolar. A conscientização dos estudantes do valor de sua cultura, da importância de aliar o turismo à promoção de benefícios socioeconômicos, motiva-os a se reconhecerem como futuros contribuintes do setor. A Educação Ambiental, ferramenta igualmente indispensável, tem o poder de sensibilizar todos os partícipes sobre os problemas ambientais e as contribuições individuais que cada cidadão pode realizar.

A quinta diretriz integra a *saúde* e pode ser atendida através de investimentos no setor de saúde, oferecendo condições e serviços básicos para a comunidade e visitantes. O setor turístico necessita de boas práticas de higiene, especialmente, os estabelecimentos que lidam com alimentos e bebidas. Entretanto, é fundamental ter em mente que a saúde do município será refletida em segurança e satisfação para a demanda turística, somente se os padrões de saneamento e higiene forem atendidos e acessados pela população local.

Como última diretriz da sustentabilidade social, tem-se o *ordenamento territorial e habitação*. A idéia de sustentabilidade para o setor turístico está sujeita ao desenvolvimento local, fundamentada no planejamento do espaço e do uso do solo, de forma que oportunize uma boa manutenção dos atrativos, disponibilidade de serviços e qualidade dos ecossistemas explorados.

Na busca do desenvolvimento do turismo sustentável, é necessário definir espaços de utilização, levando em consideração as peculiaridades locais, a fragilidade dos ecossistemas naturais e a originalidade cultural das comunidades receptoras. As necessidades do turismo “precisam e devem ser discutidas e consideradas nas definições de usos e restrições do espaço para garantir o ir e vir, a manutenção de áreas naturais e verdes, a harmonia estética, o atendimento a potenciais expansões etc.” (BENI, 2006, p. 108).

A Organização Mundial de Turismo (WTO, 2007) finaliza a temática da sustentabilidade social, declarando que a atividade turística, potencialmente proporciona inúmeros efeitos positivos à comunidade receptiva, através do fornecimento de bens e serviços, da comercialização de artesanato e produtos locais com os visitantes, bem como dos investimentos na infraestrutura que beneficie esta população.

1.3.1.3 Sustentabilidade econômica

A partir do Plano Nacional de Turismo, por intermédio do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil –, o Ministério do Turismo (2006b, p. 1) define as suas prioridades políticas ao expor que

O objetivo central da política pública é alcançar taxas elevadas e permanentes de crescimento econômico e desenvolvimento social sem comprometimento das riquezas naturais. E isto pode ser obtido com o desenvolvimento sustentável da economia, isto é, a busca pelo crescimento sistemático de toda a cadeia produtiva, sem o comprometimento dos recursos existentes.

As quatro diretrizes da sustentabilidade da economia, estabelecidas por Beni (2006), melhor delineiam os caminhos para a efetivação dos ensejos do PNT e alcance da racionalidade na utilização dos recursos socioambientais.

A *geração e distribuição de renda* através da exploração turística, de modo que os modelos de investimentos possam gerar renda e incorporar os negócios locais. Um dos processos vitais para realizar essa tarefa constitui na diversificação da oferta de destinos, com investimentos estratégicos em infraestrutura, serviços e capacitação. Miguel Acerenza (2002, p. 117) elucida melhor essa questão ao analisar que “[...] o gasto do turista produz uma derrama econômica entre os diferentes setores ligados à atividade turística local, que beneficia um grande número de pessoas da região na qual se localiza o centro turístico”.

Pegando gancho nesta concepção, a *expansão da formação de capital* caracteriza a capacidade do setor privado em se capitalizar para promover a expansão de seus investimentos e a garantia de um fluxo constante de recursos. Para Mário Beni (2006), as potenciais linhas de ação são as seguintes: investimentos na capacidade de desenvolvimento dos negócios turísticos em consonância às diretrizes de sustentabilidade; ampliação da oferta de crédito a pequenos empreendedores com projetos sustentáveis para o turismo; permanentes iniciativas de melhoria da qualidade dos serviços; utilização das prerrogativas locais e incentivos para projetos de geração de renda.

A terceira diretriz – *melhoria do balanço de destino das receitas* – se refere à necessidade de melhorar o balanço de pagamentos nas localidades turísticas, normalmente, de baixa arrecadação e distribuição. Como propostas para atribuir caráter sustentável, a esse

aspecto, destacam-se: a importância de fomentar as cadeias produtivas locais de bens e serviços, promovendo a capacidade empresarial local de hospedagem, consumo de produtos da região, sobretudo, os produzidos na própria comunidade; empregar mão-de-obra local; combate à sonegação fiscal e ampliação das receitas por meio da cobrança de taxas.

A última diretriz da sustentabilidade econômica concerne à *geração de postos de trabalho*. O resultado para a população, de toda a utilização dos espaços para o turismo nas destinações, não pode ser limitado aos impactos ambientais (poluição, destruição de habitats, entre outros). É preciso proporcionar a esse público a satisfação do trabalho e os aspectos positivos advindos dele.

Mais uma vez, Acerenza (2002, p. 121) coopera, com a presente temática, ao relatar que

Normalmente, os empregos gerados pelo turismo têm sua origem no gasto do visitante e, portanto, não se geram só no próprio 'setor' turístico e nos seus setores provedores, pois esse gasto também dá origem a empregos adicionais que se derivam em atividades conexas, fundamentalmente aquelas relacionadas com a construção da infra-estrutura e com o desenvolvimento das facilidades turísticas, tais como a construção de hotéis, centros de diversões, comércio, etc.

Fica evidente que a atividade turística, inevitavelmente, oportuniza proveitos econômicos e satisfações pessoais, mormente, quando o poder público e o setor privado buscam na comunidade receptora, parceiros para o processo de desenvolvimento do turismo. Somando-se a esse fato, as diretrizes da sustentabilidade da economia permeiam os necessários retornos econômicos para prover os segmentos turísticos.

Evidentemente, o desenvolvimento sustentável do turismo exige que o capital gerado na atividade seja revertido para a salvaguarda dos espaços naturais – públicos ou privados – e compartilhado com os moradores locais que, ao longo dos tempos, conviveram com um meio ambiente natural de qualidade.

1.3.1.4 Sustentabilidade cultural

A sustentabilidade cultural possui uma estrita vinculação com a social, uma vez que não se concebe o desenvolvimento sustentável sem a articulação das sociedades e das culturas

envolvidas, no processo construído historicamente. Esse processo deve objetivar: a manutenção da diversidade social e a promoção cultural; a valorização dos saberes, conhecimentos, práticas e valores étnicos da população e a preservação e inserção das populações tradicionais na economia (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006c).

Refere-se, também, à utilização do patrimônio histórico-cultural e imagético da população receptora com respeito, garantindo a sua identidade – que a diferencia – estimulando iniciativas de financiamento das manifestações artísticas populares e criando mercados para o artesanato e manufaturas locais. Ou ainda, a sustentabilidade cultural está relacionada ao caminho da modernização sem o rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais específicos (BELLEN, 2006).

Na busca concreta de tais ensejos, a *conservação da herança cultural*, primeira diretriz da sustentabilidade cultural, consiste na preservação da cultura da região explorada turisticamente, de modo que processos de aculturação ou transculturação sejam evitados. A recriação e/ou a adaptação de traços culturais locais ao gosto dos visitantes acarreta “num processo de transformação próprio de zonas de alta densidade turística onde se busca imitar na escala local o estilo de vida dos centros emissores” (BENI, 2006, p. 112).

Nesse sentido, é preciso respeitar a idéia de identidade e coletividade dos diferentes grupos sociais, e também reconhecer que esses aspectos diferenciam o produto turístico, tornando-os, muitas vezes, o principal ensejo da visita.

A diretriz de número dois diz respeito à *conservação e uso do patrimônio histórico* os quais ganham maior valorização a partir da visita turística. À título de exemplificação, o Centro Histórico de São Luís do Maranhão, em 1997, foi reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO) e, desde então, a capital maranhense vem recebendo inúmeros investimentos para manutenção e conservação do seu patrimônio histórico, constituindo parte fundamental da oferta turística do Estado.

Os *meios de interpretação e difusão cultural* compreendem a penúltima diretriz da sustentabilidade cultural e remetem à importância de tornar acessíveis o conhecimento e os conteúdos culturais aos visitantes, a fim de que a percepção do local passe não somente pelos recursos ambientais, mas, especialmente, pelos usos e costumes da comunidade local.

Por último, a *manutenção da autenticidade cultural* determina a proteção da cultura contra a influência externa dos processos econômicos tendentes à banalização. Deve-se impedir, através da capacitação dos gestores culturais e da sensibilização da população e *Trade*, a descaracterização dos traços culturais peculiares da região, evitando que a oferta cultural original se transforme em subprodutos que não tenham correlação com a realidade do destino.

Em suma, o Ministério do Turismo (2006c), em seu Plano Nacional de Turismo, evidencia que a valorização do patrimônio histórico-cultural, a preservação dos costumes locais e o incentivo ao resgate das tradições e da cultura popular, constituem condição *sine qua non* para o alcance da sustentabilidade social e cultural, particularmente importantes para o desenvolvimento do turismo regional brasileiro.

1.3.1.5 Sustentabilidade político-institucional

A sustentabilidade institucional e política está relacionada à construção da cidadania plena dos indivíduos por meio do fortalecimento dos mecanismos democráticos de formulação e de implementação das políticas públicas em escala global e diz respeito ainda ao governo e à governabilidade nas escalas local, nacional e global (OMT, 1997; MMA, 2000 apud SEABRA, 2005). O atendimento dos interesses coletivos por meio dos processos de tomada de decisão e da capacidade das instituições para normatizar e definir rumos democraticamente estabelecidos, denotam os desafios da sustentabilidade em questão.

No setor de viagens, a complexidade das relações socioeconômicas e as divergências de interesses entre setores públicos e privados comprometem o desempenho do turismo e obstaculizam a implementação de planos e programas voltados à sustentabilidade. Na visão de Beni (2006, p. 115), a institucionalização não deve ser entendida apenas no contexto governamental, “mas também se refere ao setor privado e a seus agentes e trabalhadores. Sem uma razoável unidade operacional e de propósitos, dificilmente a atividade de turismo tem chances de obter sucesso”.

As diretrizes da sustentabilidade político-institucional para o turismo são estabelecidas para direcionar os esforços desenvolvimentistas dos governos em seus diferentes níveis,

expressando as aspirações de avançar nos processos democráticos para proteger os interesses públicos.

Desse modo, o *marco normativo*, como primeiro aspecto a ser definido, assinala as normas específicas sobre o turismo e as suas regras essenciais de conduta, e terá maior credibilidade se formado em consulta e participação populares. “Nosso marco legal estabelece normas gerais que devem ser atendidas por todo o país, normas estaduais e locais que devem guardar as exigências mínimas da regra maior, mas que podem ser mais restritivas” (BENI, 2006, p. 115)

Os *planos e programas* têm o papel de efetivar o que se pretende realizar na prática e expressa a ação institucional guiada pelo planejamento. Conjuntamente com a última diretriz – *instrumentos de implementação de políticas* – objetiva-se a sustentabilidade do desenvolvimento, através do envolvimento e da participação de todos os setores envolvidos no fomento da atividade turística, do fortalecimento dos instrumentos de controle e fiscalização, da consolidação de uma base orçamentária de investimentos no setor e do permanente monitoramento e avaliação das ações turísticas.

Com isso em mente, o Ministério do Turismo (2006a) faz ressalva à decisiva participação do setor público no desenvolvimento turístico no Brasil, lançando o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – para que o planejamento estratégico seja também participativo, aproximando as instâncias governamentais à sociedade.

Como se trata de um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, sua gestão impõe a organização de uma infraestrutura política, técnica e administrativa compatíveis com a estratégia escolhida [...] Assim, para cada nível de abrangência – nacional, regional, estadual e local – há Conselhos, Comitês e Fóruns com responsabilidades que se entrelaçam, gerando uma mobilização e participação a partir do município. Este é um ponto central para a compreensão do novo modelo turístico brasileiro (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006a, p.14).

Nessas palavras, percebe-se a administração municipal como personagem vital na estruturação das destinações, definindo regras quanto ao uso e ocupação do solo, priorizando a limpeza pública, a manutenção de vias públicas e acessos – entre outros – além de bem definir seus planos diretores garantindo segurança também ao setor privado.

Tendo como referencial as diretrizes do turismo sustentável, o desafio maior é o de trabalhar holisticamente cada uma dessas sustentabilidades. Embora, o meio ambiente receba

maior enfoque nas abordagens sobre o futuro do setor turístico, infere-se que sua administração somente angariará o êxito almejado, caso todas as dimensões sejam priorizadas.

Essas condutas aludem aos sete princípios do turismo sustentável, os quais definem aspectos a serem integrados nas políticas de planejamento e gestão das destinações, condição de base para os efetivos resultados pretendidos, quais sejam: 1) respeitar a legislação vigente; 2) garantir os direitos das populações; 3) conservar o ambiente natural e a sua biodiversidade; 4) considerar o patrimônio cultural e valores locais; 5) estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos; 6) garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes; 7) estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006a).

Definidos os conceitos e inter-relações do DS e do turismo contidos na literatura, procede-se a uma abordagem mais específica sobre a atividade turística em parques nacionais brasileiros, tendo em vista o afunilamento em torno do enfoque principal da presente pesquisa.

2 TURISMO E PARQUES NACIONAIS

2.1 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

Uma das grandes preocupações acerca da problemática ambiental centra-se na preservação e/ou conservação da natureza e das espécies animais e vegetais. As perdas ecossistêmicas atuais motivam tais inquietações, em decorrência da progressiva destruição de habitats naturais.

O Primeiro relatório nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica (MMA, 1998), afirma ser o Brasil a nação mais rica em biodiversidade. Possui dados tão expressivos²¹ que, seguramente, demandam preocupações quanto ao manejo e à utilização de mecanismos de proteção dos seus variados ecossistemas.

O reconhecimento da importância da conservação da biodiversidade²² ocorre devido à certeza de alguns aspectos: suas contribuições financeiras, como base de produtos alimentares, farmacêuticos, industriais e biotecnologia; manutenção dos ciclos ambientais da Terra; valor estético para fins de entretenimento e turismo e o valor intrínseco, inerente a cada espécie (KINKER, 2002).

As primeiras iniciativas para a salvaguarda das espécies naturais, em território brasileiro, estão referendadas no Parque de Yellowstone – 1872 – nos Estados Unidos (DIEGUES, 2004; MILANO, 2002; MORSELLO, 2001). Outros parques nacionais foram criados sequencialmente, como o Yosemite e o Sequóia, com o fito que revela a essência da filosofia norte-americana de estabelecê-los: proteger, interpretar e administrar lugares com paisagens cênicas espetaculares, com atributos naturais de grande valor, para benefício das atuais e futuras gerações de cidadãos norte-americanos (ZIMMERMANN, 2006).

A concepção que fundamenta o modelo importado de parques nacionais é a do homem enquanto agente transformador de toda a biosfera, sendo necessária a criação de áreas protegidas voltadas à conservação de ecossistemas em seu estado primitivo e intocado,

²¹ Possui 55 espécies de primatas (24% do total mundial), 516 espécies de anfíbios, 55 mil espécies de plantas com flores (22% do total no planeta), mais de três mil espécies de peixes de água-doce, de 10 a 15 milhões de tipos de insetos, 467 espécies de répteis diferentes, 428 de mamíferos, 1.622 de aves e 387 de palmeiras (MCNEELY et al. apud MORSELLO, 2001).

²² “Diversidade Biológica significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas” (MMA, 2000, p. 9).

protegendo da intervenção humana. Espaços em que o ser humano possa reverenciar a natureza intocada, refazer suas energias materiais e espirituais, assim como pesquisar a própria natureza (ARRUDA, 1999).

No Brasil, o primeiro Parque Nacional (PARNA) – Parque Nacional do Itatiaia (RJ) – foi criado em 1937 e, desde então, a estratégia brasileira adotada é a mundialmente difundida conservação *in situ*²³ da biodiversidade (MILANO, 2002), baseada na criação de Unidades de Conservação, em que cada UC tem objetivos específicos, definidos em função das características dos ecossistemas e da destinação de seu uso.

É fundamental atinar que o surgimento das áreas protegidas ocorreu dentro de uma lógica de mercado impulsionada pelo desejo de satisfazer as aspirações espirituais e de lazer do homem urbano, em detrimento da necessidade de sobrevivência de diversas comunidades as quais residiam em espaços de exuberância paisagística e, ao longo dos tempos, podem ter contribuído para a situação de conservação dessas áreas.

Não ao acaso, Drummond (1997) destaca o contexto de distribuição espacial das áreas protegidas no Brasil, marcadamente situada na zona litorânea. À título de exemplificação, os cinco primeiros parques nacionais, excetuando-se o Parque Nacional do Iguaçu, foram criados a menos de 100 km do litoral brasileiro, o qual abarcava grande parte da população urbana em cidades de grande e médio portes e, desse modo, proporcionariam acesso facilitado à essas pessoas.

Andréa Zimmermann (2006) corrobora com o exposto ao afirmar que parques como os de Brasília (1959) e Chapada dos Veadeiros (1961) representaram uma interiorização das UCs, contudo sem as pretensões protecionistas dos biomas interioranos. Motivação real foi o ensejo de acompanhar a inserção administrativa do poder público em Brasília e arredores, ofertando áreas de turismo e lazer para os funcionários governamentais transferidos à capital federal nos anos subseqüentes à sua construção. Somente, a partir de 1979, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) passou a definir parques com base em critérios de representatividade ecossistêmica e de raridade relativa de paisagens e a priorizar o estabelecimento de parques em áreas pouco degradadas.

²³ “Conservação *in situ* significa a conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características” (MMA, 2000, p. 9).

Em resumo, após o surgimento de Yellowstone, o entendimento acerca dos parques nacionais foi desmembrado em variados prismas. Os critérios para a definição de áreas protegidas deixaram de ser meramente cênicos, passando a destacar fatores como representatividade dos ecossistemas, necessidade de proteção da fauna e flora, dos recursos hídricos, da biodiversidade, bem como incorporando aspectos sociais. Desse modo, outras modalidades de unidades de conservação emergiram como estações ecológicas, reservas biológicas e reservas da biosfera (DRUMMOND, 1997).

Os movimentos ambientalistas do pós Segunda Guerra influenciaram essa evolução, contrapondo-se ao modelo importado de Yellowstone. Os movimentos socioambientalistas propunham novas ideologias de conservação que não opusessem “povos” e “parques”, consubstanciados nas alegações de Diegues (2004, p. 37) de que

[...] a transposição do “modelo Yellowstone” de parques, sem moradores, vindos de países industrializados e de clima temperado para países de Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas.

Yellowstone incutiu o entendimento do homem como ser exterior ao ambiente natural e este como algo também exterior àquele. A noção excludente de que ambos não poderiam conviver em harmonia, ocorre por consequência aos processos de antropização dos habitats naturais. Essa idéia-chave não seria passível de contestação, caso todos os povos do mundo desempenhassem seu *modus vivendi* tais quais os das sociedades urbano-industriais, provando que a realidade de muitas populações do Terceiro Mundo opõe-se à do Primeiro Mundo.

Nesse rastro, uma nova concepção sobre a ocupação humana das UCs defendeu a possibilidade de compatibilização dos interesses das populações residentes e das correntes contrárias a sua presença. A União Internacional para a Conservação da Natureza²⁴ afirma que as comunidades tradicionais que habitam áreas protegidas em todo o mundo podem contribuir para a sua manutenção, lançando mão dos conhecimentos adquiridos ao longo das gerações. A UICN, portanto, direcionou estratégias quanto ao controle do uso dos recursos naturais e condicionou a ocupação ao uso sustentável dos bens naturais locais, como forma de priorizar o fito maior de conservação (DIEGUES, 2004).

²⁴ *The World Conservation Unit.*

Milano (2002), Dourojeanni e Pádua (2001) seguem a dimensão da incompatibilidade na coexistência de populações humanas e conservação da biodiversidade. Nesses termos, a saúde dos ecossistemas seria inadequada aos usos antrópicos e, portanto, “a essência da conservação da natureza é a defesa desta em relação às atitudes humanas, majoritariamente destrutivas” (MILANO, 2002, p. 198).

No entanto, é fundamental atinar para as comunidades que residem no interior das UCs e as peculiaridades inerentes a cada uma. Muitas correntes apontam para a valorização da identidade dos grupos locais, dos seus conhecimentos adquiridos e transmitidos ao longo de séculos, das práticas e dos direitos de cidadania dessas populações. A proteção das unidades de conservação por meio da gestão compartilhada, da manutenção da cultura dos povos locais e da realização de atividades sustentáveis constitui um novo marco para integrar os valores naturais aos culturais, contrapondo-se à excludente e conflitante filosofia de Yellowstone.

2.2 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE OS PARQUES NACIONAIS

A incumbência de proteger os ecossistemas e a biodiversidade, estabelecendo espaços territoriais especialmente protegidos no cenário brasileiro, é de atribuição constitucional do Poder Público, estabelecido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

O mesmo artigo em seu § 1º define, como uma de suas estratégias de conservação, o estabelecimento de uma rede de Unidades de Conservação. Nessa esfera, a Lei nº 9.985/00 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), consolidando o arcabouço normativo concernente às UCs em território brasileiro e as definindo como

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

O SNUC abarca todas as áreas protegidas brasileiras, nos âmbitos federal, estadual e municipal, de modo que seja possível proporcionar o máximo de proteção aos ecossistemas do País, reduzindo a perda da diversidade biológica. Para tanto, são considerados órgãos integrantes responsáveis pelo alcance dos objetivos de conservação: Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo; Ministério do Meio Ambiente, órgão central; e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis²⁵ e órgãos estaduais e municipais, órgãos executores (BRASIL, 2000).

A organização temática do Sistema Nacional de Unidades de Conservação estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de UCs em âmbitos federal, estadual e municipal. Um dos objetivos do SNUC, intrinsecamente relacionado ao turismo sustentável, está contido no artigo 4º e intenta favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Em consonância aos seus fins de exploração, as UCs se dividem em: Unidades de Uso Sustentável e Unidades de Proteção Integral²⁶. Para fins de estudo, o primeiro grupo abrange: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. O segundo grupo de unidades categoriza cinco tipos de UCs: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000). O interesse de investigação deste trabalho centra-se na categoria Parque Nacional.

Essas subdivisões das tipologias de UCs, destacada no SNUC, demonstram as influências das pretensões antagônicas sobre a presença antrópica nas áreas protegidas. Algumas unidades são criadas e não admitem a permanência de comunidades locais, tampouco a utilização dos recursos naturais disponíveis. Outras, apesar da expressão ‘utilização racional’, admite que populações residam em seu interior, independente dos traços próprios de lidar com o espaço telúrico e do grau de incidência dos seus impactos ambientais.

²⁵ A partir da Lei 11.516/07 foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, cabendo a este órgão, conforme artigo 1º, Inciso I, da mesma Lei, “executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União”.

²⁶ O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Na definição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, artigo 11, o PARNA é entendido como um espaço próprio para a preservação

[...] de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

As atividades de Educação Ambiental²⁷, recreação²⁸ e ecoturismo se referem ao uso público dos parques nacionais e, embora tenham conceituações distintas, são atividades correlatas e devem ser entendidas como as formas de visitação permitidas, apesar do turismo ecológico ser o mais popularmente visado.

Fica evidente, *a priori*, que o setor turístico deveria, somente, promover a visitação sustentável nos parques nacionais, haja vista a fragilidade dos ecossistemas envolvidos e os interesses crescentes de aumento de visitantes por parte dos órgãos públicos. Aliás, as UCs de uso indireto são acusadas, grosso modo, de serem estabelecidas contra os interesses da população local ou marginalizando os benefícios advindos de sua criação.

É por isso que o planejamento e o desenvolvimento do turismo, em áreas protegidas, devem levar em consideração a disputa de interesses conflitantes:

[...] o primeiro, que é o de prover oportunidade e acesso às experiências recreacionais ao maior número de pessoas possível, contrapõe-se ao segundo, de proteger e evitar a descaracterização dos locais privilegiados pela natureza e do patrimônio cultural das comunidades (RUSCHMANN, 1997, p. 87).

Tema recorrente, o ecoturismo vem angariando densas discussões, em torno do qual se pretende trabalhar a visitação de um número cada vez maior de pessoas, em áreas protegidas legalmente, tudo isso fomentado pelas políticas públicas nacionais voltadas ao incremento do setor. Para ilustrar tal pensamento, Benita Rocktaeschel (2006, p. 16) certifica que:

De 1999 para hoje, a demanda pela visitação nas UCs tem crescido muito, principalmente em razão do ecoturismo. No cenário do desenvolvimento

²⁷ Processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente (BRASIL, 1999).

²⁸ Quando realizadas em parques nacionais, envolvem o contato com a natureza através de atividades ao ar livre, passeios, caminhadas, escaladas, contemplação, filmagens, fotografias, pinturas, piqueniques, acampamentos e similares, desde que realizadas sem perturbação do ambiente natural ou desvirtuamento dos fins estabelecidos (BRASIL, 1979).

sustentável, essa modalidade de turismo constitui alternativa para a conservação do meio ambiente e a inclusão social, por meio da geração de empregos e de renda para as populações do entorno das UCs.

Baseado nas colocações ultra, elegeu-se a definição de ecoturismo elaborada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), juntamente com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis:

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR; IBAMA, 1994, p. 19).

Nas bibliografias sobre a visitação em parques nacionais, usa-se muito o termo ecoturismo e, para este trabalho, entender-se-á o turismo ecológico como uma das tipologias do turismo sustentável cuja influência incide diretamente sobre os ambientes naturais, mormente em unidades de conservação.

Esse entendimento parte da premissa de que os objetivos, logrados no ecoturismo, são voltados: ao aumento de receita gerada nas diversas áreas conservadas, possibilitando recursos para a manutenção e para as comunidades locais; fomento à visitação ordenada; preservação dos recursos naturais florísticos, faunísticos e das paisagens cênicas locais; e promoção da utilização racional dos bens naturais (ROCKTAESCHEL, 2006).

Sônia Kinker (2002), estabelecendo um paralelo entre as diferentes tipologias turísticas, destaca que o turismo desenvolvido na natureza somente pode ser considerado ecoturismo, se forem considerados três fatores principais: a conservação do ambiente visitado, seja ele natural ou cultural; a conscientização ambiental, tanto do turista como da comunidade receptora; o desenvolvimento local e regional integrado. Segundo a autora, cumprindo-se essas três premissas, o ecoturismo garante a sustentabilidade da destinação.

Para o alcance dessas metas, têm-se as diretrizes ecoturísticas: definição de prioridades e gerenciamento dos atrativos; desenvolvimento de infraestrutura adequada; regulamentação da atividade, incluindo incentivos financeiros e fiscais; educação ambiental de turistas e empresários; envolvimento das comunidades locais (ROCKTAESCHEL, 2006).

Pode-se perceber que a conceituação do turismo ecológico, confunde-se com a do turismo sustentável, justamente por promover o equilíbrio econômico, social e ambiental, para as comunidades que o escolhem como principal atividade. Por esse motivo, a linha adotada para o prosseguimento desta pesquisa, por vezes, não distingue uma terminologia da outra, haja vista, o turismo sustentável englobar qualquer atividade de visitação e deslocamento que requer tais diretrizes.

Ratificando os objetivos dos Parques Nacionais e enfatizando seu papel no contexto atual, Sônia Kinker (2002, p. 36) assegura:

Os Parques Nacionais destinam-se à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica, cênica, científica, cultural, educativa e recreativa, onde é proibida qualquer interferência humana direta, com exceção das ações de manejo necessárias para sua administração [...] a visitação pública é permitida, mas está sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão gestor e àquelas previstas no regulamento dos Parques Nacionais brasileiros.

O Plano de Manejo, consoante a Lei do SNUC, artigo 2º, Inciso XVII, caracteriza-se como um documento técnico fundamentado nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, estabelecendo o zoneamento territorial e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, incluindo, a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

De acordo com o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (BRASIL, 1979), todas as unidades de conservação devem elaborar seu plano de manejo no prazo máximo de cinco anos após a data de sua criação, atualizando no mesmo período de tempo, visto que os processos ecológicos e a pressão antropogênica não constituem fenômenos estáticos.

O zoneamento estabelecido na Lei nº 9.985/00, artigo 2º, Inciso XVI, é entendido como a “definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

Nesta dimensão, emerge o importante conceito de zona de amortecimento (ZA) – contido na Lei do SNUC, artigo 2º, Inciso XVIII – a qual constitui o “entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”. Para Carla Morsello

(2001), a ZA consiste na porção adjacente à área protegida, na qual o uso da terra é parcialmente restringido para incorporar uma camada a mais de proteção para a UC.

Apesar do caráter obrigatório do plano de manejo, a sua operacionalização esbarra em uma série de entraves, como a insuficiência financeira dos órgãos e/ou instituições mantenedoras e a mínima quantidade de funcionários para supervisão, avaliação e execução do plano. Com a pretensão de contribuir para o entendimento de tal questão, Dourojeanni e Pádua (2001, p. 86) sustentam que “os planos de manejo [...] de pouco servem se não existe dinheiro para aplicá-los. Na sua preparação, devem primar a experiência local, o senso comum e a imaginação”.

Soma-se a esse quadro, a incapacidade dos órgãos públicos responsáveis pelo suporte da atividade nas destinações de colher os impostos gerados pela exploração de áreas de visitação. A informalidade no setor turístico é uma grave situação a ser mitigada, pois compromete a qualidade dos serviços oferecidos e, ao mesmo tempo, inviabiliza a arrecadação a ser investida para a melhoria de vida da própria comunidade.

Rocktaeschel (2006, p. 65) esclarece a conjuntura mencionada anteriormente, ao alegar que a atividade ecoturística, em unidades de conservação, é considerada

[...] uma alternativa econômica promissora, uma vez que os recursos gerados pela visitação a UCs podem vir a apoiar o manejo das unidades, propiciar a criação de empregos e a conseqüente geração e distribuição de renda para a população das comunidades vizinhas, além de disponibilizar conhecimento e informações ambientais, culturais e históricas, captando mais adeptos para conservação.

Aliado ao déficit financeiro das instituições administrativas das unidades de conservação, insurge outra problemática: a presença humana em seu interior. A regularização fundiária perpassa questões delicadas como o direito individual de propriedade e os ensejos de proteção ambiental e cultural. É pouco provável definir áreas de proteção da natureza sem incidir na propriedade privada, seja estabelecendo restrições de uso ou, como no “[...] caso dos parques, transferindo a propriedade para o patrimônio público, normalmente, contra a vontade do cidadão, compulsoriamente” (KINKER, 2002, p. 37).

O SNUC (2000), em seu artigo 11, § 1º, estabelece o exposto ao estabelecer que o “Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em

seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”. E para promover soluções para o deslocamento do interior da UC definiu, no artigo 42:

As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes (BRASIL, 2000).

O problema é que, independentemente dos seus moradores formarem ou não um grupo tradicional, a realocação dessas populações, mesmo mediante indenização, não garante a satisfação e o apego ao novo espaço que lhes foi destinado, também não é garantida a oferta de recursos que possibilite o seguimento do seu estilo de sobrevivência. Este, aliás, é um dos motivos pelos quais as comunidades se opõem à criação das UCs, pois a administração limita e restringe o uso dos bens naturais e pouco estimula a compreensão da importância das áreas protegidas e os benefícios gerados.

É fundamental romper com a inflexível idéia preservacionista de que todas as atividades humanas são incompatíveis com a proteção do meio ambiente. É o que demonstra Diegues (2004), em *O mito moderno da natureza intocada*, segundo o qual, a legislação específica brasileira, apresenta-se perversa, ao pregar o remanejamento das populações tradicionais. Historicamente, como em Yellowstone²⁹, o deslocamento das comunidades configurou sua expulsão de áreas as quais, habitualmente, exerciam suas práticas telúricas, na concepção de que a presença humana não garante, de forma alguma, a salvaguarda dos ecossistemas.

De fato, percebe-se, em conformidade às alegações do autor em voga, que acusar as comunidades locais de destruidores da vida selvagem, despreza as reais oportunidades de incorporá-los ao processo de conservação o qual, possivelmente, tem sido garantido, com base no modo de seu estilo tradicional de vida.

Por esse motivo, é imprescindível perceber as interligações de cada UC com seu entorno, integrando os planejamentos socioeconômicos regionais ao seu manejo de forma sustentável. Os planos diretores dos municípios do entorno, necessariamente, devem orientar as suas atividades para evitar a degradação ambiental e fomentar o uso racional dos recursos disponíveis, facilitando o manejo das UCs.

²⁹ “Embora algumas vezes afirme-se que os índios americanos moveram-se de Yellowstone por vontade própria, alguns dados históricos parecem mostrar o contrário. Em 1877, portanto cinco anos após a criação do parque, cerca de 300 pessoas morreram em combates entre tribos locais e a superintendência civil da área” (GHIMIRE & PIMBERT, 1997; KEMPF, 1993 apud MORSELLO, 2001, p 143).

2.3 COMENTÁRIOS FINAIS SOBRE O TURISMO EM PARQUES NACIONAIS

A gestão das áreas protegidas deve ser compartilhada por todas as personagens envolvidas na atividade turística, especialmente, a comunidade que habita o espaço visitado, conhece a região e apresenta traços culturais potencialmente enriquecedores do produto turístico local.

O turismo precisa constituir mais um aliado ao manejo sustentável das unidades de conservação, reconhecendo que não cabe a um organismo ou instituição toda a responsabilidade de bem gerir a área. Pelo contrário, todos os que influenciam e dependem da UC, possuem papel de destaque para mitigar os impactos sobre o meio ambiente. Seja por suas condutas, seja pela prestação de serviços e informações capazes de satisfazer a demanda e conscientizar da importância da preservação e conservação da natureza.

Nota fundamental ao prosseguimento desta pesquisa trata da bibliografia utilizada no presente trabalho, em que os diversos autores não estabelecem diferenciações entre “comunidades tradicionais”, “populações indígenas”, “autóctones”, “nativos” e “populações locais”, talvez em decorrência da falta de classificação mais adequada e não muito bem explicitada na legislação brasileira sobre unidades de conservação.

Desde a ratificação pelo Governo, em 2004, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, que garante tanto a autodefinição destes povos como sua participação nas demais decisões referentes às questões que lhes dizem respeito, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, em seu artigo 3º, compreende por povos e comunidades tradicionais

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

De tal modo, ao conceito de populações tradicionais, antes restrito a indígenas e quilombolas, foram inclusos grupos como pantaneiros, caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, pescadores artesanais, geraizeiros e ciganos, entre outros.

Apesar de por vezes, aludir-se a textos que discorrem sobre a alcunha de “tradicionais”, a nomenclatura utilizada para este trabalho trata as populações que vivem no interior do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, e em sua área de entorno, como comunidades locais. Entende-se que a categoria ora utilizada abarca os indivíduos e famílias que nasceram e moram nas áreas das quais dependem para garantir sua sobrevivência, e cujas comunidades são originárias do mesmo lugar e vivam nas mesmas condições.

As características que singularizam as comunidades do PNLM são bem referidas no trabalho de Arruda³⁰ (1999), sob a enunciação de que essas comunidades apresentam um modelo de ocupação espacial e uso dos recursos naturais voltados, sobretudo, para a sobrevivência, com fraca articulação com o mercado, baseado no uso intensivo de mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de saberes e fazeres tradicionais.

Somam-se, ainda, as contribuições culturais adaptativas indígenas que configuram as peculiaridades das comunidades locais: base alimentar constituída pelo plantio de milho, mandioca e feijão, a partir de técnicas como roça consorciada e queimadas, além da utilização de artefatos como peneiras e pilões; coleta de produtos locais como o caju; a caça e a pesca apoiadas nas técnicas de fabricação e uso de canoas, de jangadas, de redes e armadilhas de pesca; estilo rústico de vida, no qual as famílias são unidades de produção e consumo que através de relações de ajuda baseadas na reciprocidade (na instituição do “mutirão”, nas festas religiosas, etc.) se articulam umas com as outras em estruturas frouxas, todavia mais abrangentes que constituem os “bairros rurais”; cobertura de habitações rurais com material vegetal e uso de redes de dormir.

Definidos conceitos e argumentos basilares, avança-se na pesquisa apresentando a área a ser estudada – Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – os municípios do entorno, sobretudo, Barreirinhas, principal cidade de acesso e suporte aos visitantes dessa região, a comunidade e os aspectos de sua cultura, além das características físicas e bióticas relacionadas a essa unidade de conservação.

³⁰ Rinaldo Arruda é docente do Departamento de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e cujo artigo, utilizado no presente trabalho, foi resultado de palestra proferida no I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, em Curitiba (1997).

3 O PÓLO TURÍSTICO DOS LENÇÓIS MARANHENSES

O Estado do Maranhão iniciou o seu processo de desenvolvimento turístico, a partir do lançamento do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo (Plano Maior), em 2000, o qual direcionou as ações de fomento e estruturação dos destinos turísticos maranhenses.

O trabalho metodológico do Plano Maior, tendo em vista os dez anos iniciais do planejamento do turismo no Maranhão, foi concebido respeitando duas fases. Primeiramente, o diagnóstico que identificou as potencialidades turísticas locais, seguida da definição das estratégias, demarcando pólos de visitaçã³¹ para a exploração do turismo e o plano operacional, objetivando o desenvolvimento integrado (social, econômico e ambiental), a promoção do destino (marketing), a qualidade na prestação de serviços, a sensibilização da comunidade e a comunicação entre os diversos atores envolvidos. Na segunda fase do Plano, duas etapas se apresentam: a de estruturação, encerrada em 2003, focou em infraestrutura para recepção e suporte dos visitantes, e a de Consolidação, com término estipulado para 2010, a qual se prevê uma visitaçã de até 1.069.500 pessoas em todo o Estado (MARANHÃO, 2000).

Em decorrência da singularidade paisagística existente no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, as iniciativas estaduais se voltaram para o incremento dessa região. Para tanto, foi construída a MA-402 ou Translitorânea, interligando Barreirinhas às rodovias BR 222 e BR 135, as quais oportunizam o acesso por São Luís do Maranhão (Figura 3.1).



Figura 3.1 – MA-402 ou Translitorânea.

Fonte: David Bouças Silva, setembro 2007.

³¹ Definiu-se cinco pólos turísticos a serem explorados: São Luís do Maranhão; Lençóis Maranhenses; Floresta dos Guarás; Delta das Américas; e Chapada das Mesas (MARANHÃO, 2000).

A posteriori, iniciou-se um forte trabalho de mídia³², com o intuito de levar as potencialidades turísticas do Estado, em especial, os Lençóis Maranhenses, ao conhecimento do público geral e, concomitantemente, fomentava-se a criação de estruturas e equipamentos turísticos. A era do turismo maranhense foi, desse modo, inaugurada, tendo à frente o PNLM, juntamente com o Pólo São Luís.

Qualquer tipo de visitação ao Estado, em especial, aos Lençóis Maranhenses, anterior ao encetamento do Plano Maior, foi realizado alheio a um planejamento turístico e intenso conteúdo de divulgação, portanto, incipiente, dado o desconhecimento e distanciamento desse destino em relação aos grandes centros emissores brasileiros e internacionais.

A partir do projeto de construção da Translitorânea e da ampliação do aeroporto internacional de São Luís, até os primeiros anos de visitação no Pólo dos Lençóis, já é expressiva a quantidade de estudos cujos resultados apontam para os impactos e as deficiências no planejamento socioeconômico, urbano, turístico e ambiental na área de influência do PNLM.

Álvaro D'Antona identificou em um dos seus trabalhos sobre os Lençóis Maranhenses e as comunidades do entorno, as percepções locais sobre a pavimentação da MA-402, a qual reduziu de nove para três horas o tempo de deslocamento entre São Luís do Maranhão e Barreirinhas. Antecipando as primeiras noções da população sobre os impactos do turismo, antes da inauguração em 2002, o autor concluiu:

A rodovia MA-402, um projeto para unir São Luís a Fortaleza, é vista com bons olhos pela comunidade, é uma reivindicação antiga, uma necessidade. Contraditoriamente é vista também como ruim por, justamente, trazer transformações. O contraponto entre o progresso e o vício, o crescimento e a miséria, a preservação e a degradação. A estrada é condição para o turismo, condição para o progresso, mas Barreirinhas está mal preparada para o novo movimento. O IBAMA reconhece a necessidade da estrada, pois a região é carente e tem potencial turístico. Mas é preciso cuidado, há necessidade de um plano de ação emergencial porque, ao sair a estrada, o controle sobre a UC deverá ser intensificado devido ao aumento de visitantes. Preservar se tornará mais difícil [...] (D'ANTONA, 2000, p. 59).

³² Os *slogans* já utilizados oficialmente pelo Governo do Maranhão para promoção dos destinos foram: *Maranhão: o segredo do Brasil*; e *Maranhão: uma nova descoberta*. No caso dos Lençóis Maranhenses, servindo de cenário para programas televisivos de alta veiculação nacional e internacional, chegou-se ao alcance de diversos públicos curiosos em conhecer um ecossistema singular formado, principalmente, por dunas e lagoas.

Nas reflexões supra, percebe-se, no período ‘pré-turismo’, as lacunas, em Barreirinhas, da oferta de equipamentos e serviços turísticos, sobretudo, na administração da visitação turística do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Em seu estudo, D’antona (2000) previu as influências do turismo no cotidiano da comunidade local³³ e do PARNA lá existente. Ambigüamente, a nova rodovia oportuniza o progresso econômico da região, mediante mudanças significativas no cotidiano da população do PNLM.

Fernandes Neto (2005) faz ressalva, em sua abordagem sobre a qualidade da experiência dos visitantes no PNLM, à importância do levantamento periódico do perfil dos visitantes e da verificação tanto de sua satisfação quanto dos próprios indicadores, principalmente, porque o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses ainda não conta com estatísticas oficiais e está aberto a todo tipo de visitação estimulada, inclusive pelas instâncias governamentais.

Rossane Carvalho (2007, p. 41), por sua vez, destaca uma percepção social sobre os atores envolvidos na visitação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, relatando que

Quando a prática turística se torna realidade em determinado lugar, mesmo que seja orientada para a sustentabilidade, com a predominância de baixos fluxos de turistas, os espaços locais são incessantemente invadidos pelo *novo*. O *novo* pode vir representado pelos visitantes com seus costumes³⁴, sotaques e línguas; construções civis atípicas; dinâmica nova em transportes e no modo de comerciar; novos moradores, enfim. Isso é exatamente o que vem ocorrendo, em diferentes proporções, nos municípios de Barreirinhas (MA) e Santo Amaro (MA).

A integração do turismo às atividades locais tem conduzido a comunidade receptora a uma maior utilização dos recursos naturais para o aumento da produção e a confecção dos bens necessários à sua sobrevivência e ao atendimento da demanda de visitantes para a região dos Lençóis Maranhenses. Ademais, a diversificação de estabelecimentos na cidade de Barreirinhas tem contribuído para uma grande competitividade entre os empreendedores locais (SILVA, 2004).

O próprio Ministério do Turismo, em um de seus estudos, corrobora com as alegações acima ao mencionar que

³³ Também nomeadas como comunidades residentes ou receptoras do interior ou ZA do PNLM.

³⁴ “Muitas vezes expressados nas destinações por sua maneira de vestir, de se alimentar, de se comunicar, enfim” (grifo do autor).

[...] a cidade de Barreirinhas já possui, além de atratividade, infra-estrutura turística instalada, e um grande dinamismo turístico, com aumento do fluxo e, conseqüentemente, da migração. Neste sentido, convive com impactos positivos e negativos decorrentes desta atividade turística: assoreamento do rio Preguiças, abuso sexual infanto-juvenil, aumento do abandono escolar por parte dos adolescentes, crescimento do tráfico de droga, dentre outros. E, atualmente, compete com Santo Amaro para manter sua posição de porta de entrada para o Parque dos Lençóis Maranhenses (MTUR; LIMA, 2006b, p. 19).

Apesar do pouco tempo de visitação na região dos Len ois Maranhenses, a partir da conclusão da MA-402, no final de 2002, vários aspectos negativos já podem ser constatados, o que demonstra a rapidez com que o desenvolvimento de atividades econômicas, como o turismo, influencia e modifica as práticas cotidianas dos moradores locais (CARVALHO, 2007; FERNANDES NETO, 2005).

Observa-se, por exemplo, altera es nos hábitos de produ o – como o artesanato em Barreirinhas – antes predominantemente manuais, passam a incorporar novos instrumentos com o fim de aumentar a produtividade e, dessa maneira, atender ao incremento da demanda ocasionado pelo turismo (CARVALHO, 2007).

Além disso, o notório incremento da infraestrutura urbana, da expansão de equipamentos e serviços turísticos, da especula o imobiliária e da circula o intensa de pessoas no centro da cidade, sobretudo, nos finais de semana, atesta os impactos imediatos do turismo – positivos e negativos – os quais têm conduzido a um ritmo de vida completamente diferente ao antigo estilo de vida da comunidade, cujas atividades econômicas baseavam-se, exclusivamente, na pesca, no artesanato e no cultivo de produtos para o consumo próprio.

Miguel Acerenza (2002, p.144) já bem antecipava esse entendimento ao expor que

O turismo exige o desenvolvimento de vias de acesso   zonas de atra o turística e de facilidades que permitam a permanência do visitante no lugar. A constru o da infra-estrutura e das facilidades para esse fim, inevitavelmente, transformam o aspecto físico do lugar e se não forem planejadas adequadamente, podem chegar a afetar a qualidade do meio ambiente natural que constituiu o atrativo inicial para o visitante, o que torna o turismo uma atividade autodestruidora.

Diante dessas evidências, o meio científico possui motiva es em demasia para refletir sobre a influência do turismo no que concerne aos aspectos econômicos, ambientais e sociais,

buscando corroborar com as práticas turísticas, a fim de que o destino Lençóis Maranhenses possa apresentar características de uma atividade sustentável para o Estado do Maranhão.

A relevância dos ensejos, aferidos anteriormente, reside na tentativa de soerguer a economia maranhense, cujo desempenho é um dos piores do Brasil. Os baixos resultados apresentados nas taxas de analfabetismo, renda per capita e desigualdade social (IBGE, 2000, 2007), refletem a necessidade do Estado em promover melhorias a sua população através de diferentes setores econômicos, como o de serviços, por meio da atividade turística.

Sendo assim, atestada a notória visitação³⁵ que apresenta indícios de desrespeito à boa condução de um turismo sustentável para a região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, parte-se para um estudo mais detalhado da localidade objeto da presente pesquisa, a fim de que sejam identificadas, subsequentemente, as contribuições da administração do PNLN e dos atores envolvidos na condução do turismo.

3.1 O PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

3.1.1 Aspectos gerais

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses integra o rol dos 60 PARNAs existentes no Brasil³⁶. O ato de sua criação é justificado pelo ensejo de preservar os ambientes naturais, promover a Educação Ambiental e a visitação pública, a partir do Decreto Federal 86.060/81 o qual estabelece em seu artigo 1º:

Fica criado, no litoral do Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com área estimada em 155.000 ha (cento e cinquenta e cinco mil hectares), subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal IBDF, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura.

A partir de 1989, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, a administração do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses passou a ser regida por esse Instituto. Atualmente,

³⁵ Dados apresentados na página 97.

³⁶ Lista de Parque Nacional. <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 31 Ago 2007.

o IBAMA/Barreirinhas é responsabilizado pelas ações de fiscalização e proteção dos ecossistemas locais e tem alegado muitas dificuldades na execução de suas atividades. Além disso, o PNLM, em setembro de 2003, teve seu plano de manejo homologado pela Portaria 48-N/03 do IBAMA. Este documento, essencial para direcionar o manejo e as ações de incentivo à visitação turística e infraestrutura de suporte, ainda não foi implementado e já carece de atualizações.

Enquadrado no Bioma Marinho Costeiro (IBAMA; WWF, 2007), o PARNA em questão tem ainda como fins de uso, a proteção da flora, da fauna e das belezas naturais da região, e estão sujeitas ao regime especial do Código Florestal, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (BRASIL, 1981).

Quanto ao aspecto geográfico, o PNLM faz parte do litoral oriental do Maranhão – Estado da região Nordeste do Brasil (Figura 3.2) – apresentando uma área costeira regular, com 270 km de perímetro e grande parte de sua extensão coberta por vasta faixa de dunas de areia. A imensidão de dunas e lagoas – estas formadas, principalmente, em decorrência do alto índice pluviométrico – está localizada entre as coordenadas geográficas de 02°19’S a 02°45’S, 42°44’W a 43°29’W, abrangendo os municípios de Santo Amaro do Maranhão (42,15%), Primeira Cruz (6,89%) e Barreirinhas (44,86%) (MMA; IBAMA, 2003a).



Figura 3.2 – Localização do Estado do Maranhão.

Fonte: www.ibge.gov.br/mapas/. S/E: sem escala.

Em termos mais práticos, limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com os municípios de Santo Amaro do Maranhão e Barreirinhas, a leste com Paulino Neves e a oeste com Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão. Os meios de chegar ao PNLM ocorrem por vias rodoviárias – 260 km da capital, São Luís do Maranhão – e marítima, partindo de São José de Ribamar – na Ilha de São Luís – distando 80 km de Humberto de Campos, aproximadamente 70 km de Primeira Cruz e 100 km de Santo Amaro. A partir dos municípios anteriores, adentra-se ao Parque através dos rios Peria e Alegre. Ademais, Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz dispõem de campos de pouso para aviões de pequeno porte, diversificando as possibilidades de acesso aos Lençóis (Figura 3.3).

Uma descrição mais didática sobre a geografia local é encontrada em estudo de Aziz Ab'Saber (2001, p. 98), no qual os Lençóis Maranhenses são caracterizados como

[...] um campo de dunas da ordem de aproximadamente 1.500 quilômetros quadrados, completados a leste por dois pequenos 'lençóis'. As dunas regionais se estendem ao longo da costa em um eixo leste-oeste, por 75 a 80 quilômetros, adentrando de 25 a 30 quilômetros na mancha central. Em seu corpo total, os Lençóis Maranhenses têm um formato de um pastel alongado com terminações bem marcadas para outros setores e ecossistemas da planície costeira do nordeste maranhense.

Resumidamente, os Lençóis Maranhenses ocupam desde o Golfão Maranhense até a foz do rio Parnaíba. O limite do Parque a leste é o rio Preguiças. Entretanto, o vasto campo de dunas se estende ainda por um longo trajeto até desembocadura do Parnaíba, próximo ao município de Tutóia. O Preguiças, assim, separa os 'Grandes Lençóis', a oeste, dos 'Pequenos Lençóis' situados à margem direita do referido curso fluvial.

Traço interessante sobre a dialética espaço e tempo, é a percepção das comunidades locais sobre as estações do ano definidas pela ocorrência e término das precipitações. Com a proximidade da Linha do Equador, as estações não são bem definidas como em regiões com maior latitude e, dessa forma, identificam-se apenas dois momentos: o verão e o inverno. Este é caracterizado pela grande quantidade de chuva, momento de buscar o meio de sobrevivência na plantação dos produtos disponíveis na região, enquanto aquele se relaciona à estiagem, período ideal para a pesca artesanal (D'ANTONA, 2002).

Retratando bem o modo tradicional do residente da região do PARNA dos Lençóis Maranhenses, o autor referido percebe o ‘calendário social’ no qual o deslocamento físico dos moradores ocorre do interior para o litoral, no verão, e do litoral para o interior, no inverno. Em outras palavras,

Nas mudanças entre o verão e o inverno marca-se, pelos lugares e pelas práticas, a relação do tempo com o espaço nos Lençóis Maranhenses. O deslocamento, contudo, não deve ser generalizado a todos os indivíduos, de todas as localidades. Nem deve ser entendido apenas como deslocamento físico, literal. Este tipo de deslocamento, verificado em várias famílias, é acompanhado por uma diferença de enfoque, representação ou associação de idéias mesmo entre aqueles que não se deslocam: verão, litoral, pesca; inverno, interior, lavoura (D’ANTONA, 2000, p. 25).

Em pesquisa realizada sobre o povoamento dos Lençóis Maranhenses, D’Antona (2002) identificou, até 1997, mais de 500 localidades totalizando pouco mais de 49 mil pessoas. Destas, 53 localidades – com mais de três mil habitantes – estavam no interior do PNLN e 46 – com mais de 13 mil moradores – se encontravam em uma faixa de 3,5 km ao redor da unidade de conservação aludida (D’ANTONA, 2002).

Visando a sistematização das informações, apresenta-se abaixo algumas peculiaridades da região dos Lençóis, tendo em mente, a abordagem geral das riquezas naturais e a complexidade dos ecossistemas envolvidos que, na totalidade, formam o conjunto dos atrativos turísticos do Parque Nacional em questão.

3.1.2 Aspectos físicos e bióticos do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Em toda a extensão do PNLN, misturam-se ecossistemas distintos como mangues, cerrado, restingas e, com mais evidência, dunas (MMA; IBAMA, 2003a). Estas se formaram em uma conjunção de elementos variados como dinâmica dos ventos, areia fina e as correntes marítimas. Comprovando tal afirmação, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (1989) sustenta

A zona costeira apresenta-se baixa, com dunas elevadas formando inúmeras lagoas no inverno, rios com amplas desembocaduras e vegetação de mangues em pequena densidade. O solo na maior parte da região é arenoso, proveniente de aluviões marinhos, depósitos eólicos e sedimentos carreados

pelo Rio Parnaíba, composto de areia quartzosa marinha fina, conferindo ao ambiente baixo conteúdo de argila, baixa fertilidade natural e alto teor de sal (IBAMA, 1989 apud MMA; IBAMA, 2003b, p. 3).

O papel desempenhado pelos Lençóis Maranhenses, na promoção turística do Estado do Maranhão, é entendido tanto a partir da descrição de suas características, quanto pela sua exuberância cênica, resultado de todos os processos envolvidos na composição natural da região, que mais parece um deserto formado por milhares de lagoas interdunares (Figura 3.4). Apresentando-se o aspecto físico do PNLM, percebe-se, de antemão, o porquê dos moradores da região intitularem o plano campo de dunas, Lençóis Maranhenses. Os Lençóis também recebem dos seus habitantes a alcunha de *morrarias* (D'ANTONA, 2002).

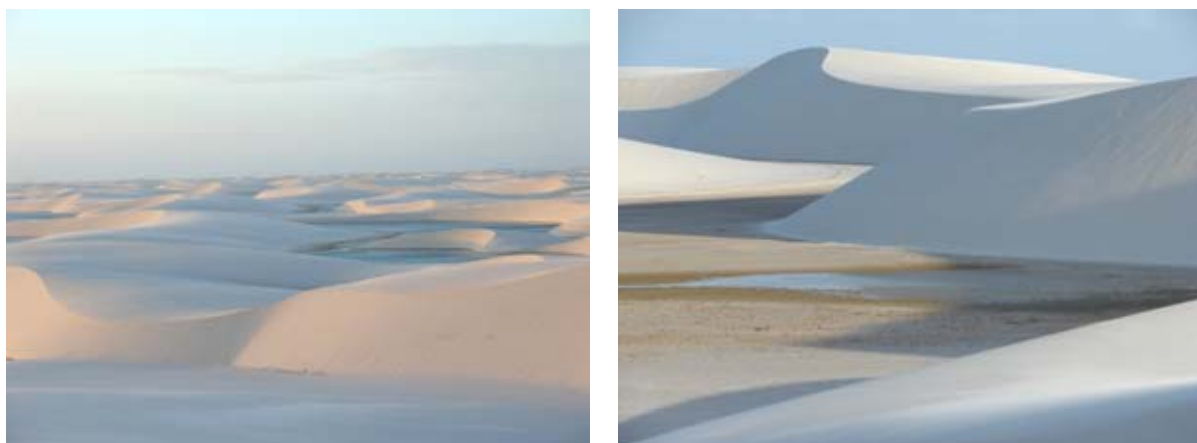


Figura 3.4 – Aspecto físico do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Fontes: À esquerda, David Bouças Silva (agosto 2007) e à direita, acervo de Kimiko Matsumoto (junho 2007).

A origem dos Lençóis se encontra na seleção dos sedimentos devido à retrogradação dos depósitos sedimentares da Formação Barreiras e, conseqüente alargamento da plataforma continental, em correspondência às sucessivas transgressões marinhas ocorridas desde o Pleistoceno³⁷, associadas ao aporte dos sedimentos fluviais provenientes dos principais rios, como o Parnaíba e o Preguiças (MMA, 1996; MUEHE, 1998 apud MMA; IBAMA, 2003b). No Pleistoceno incidiram as mais consideráveis transformações do recorte litorâneo brasileiro, em decorrência das transgressões e regressões marinhas, as quais delinearão os atuais recortes da costa maranhense (AB'SABER, 2001).

³⁷ Ou Plistoceno corresponde, na escala geológica do tempo, ao primeiro período do quaternário (era Cenozóica), com duração de um milhão de anos, os quais ocorreram glaciações, dilúvios e períodos interglaciários, em cujo final apareceu o homem com suas características atuais (GIOVANNETTI; LACERDA, 1996).

A geomorfologia da região do PNLN se distingue, especialmente, por apresentar relevo suavemente rebaixado, predominantemente aplainado, no qual são reconhecidas primordialmente duas grandes unidades naturais perfeitamente caracterizadas: campos de deflação (Regressão Pré-Flandriana) e Lençóis Maranhenses (Transgressão Flandriana) (MMA; IBAMA, 2003a). Palma (1979 apud MMA; IBAMA, 2003b) afirma que a plataforma interna adjacente aos Lençóis Maranhenses é estreita – de 70 a 80 km – e rasa – profundidade de aproximadamente 80 metros – cujo recobrimento é predominantemente de areias, chegando a compor ondas e dunas subaquáticas que se deslocam no sentido oeste, consoante o sentido da deriva litorânea no local. O vasto estoque de areia, que transborda por sobre o litoral, forma, sob ação dos ventos alísios, os extensos campos de dunas na costa oriental maranhense.

A dinâmica costeira está representada pela interação de alguns agentes dinâmicos – clima, deriva litorânea, regime de marés e correntes fluviais – na qual a planície costeira constitui-se como zona receptora dos sedimentos trazidos pela deriva litorânea, da plataforma interna pelas ondas e da carga sólida (arenosa) remodelada pelas drenagens locais. Nesses termos, significativa carga sedimentar é depositada na praia, sendo exposta diariamente à ação dos ventos durante os ciclos de mesomarés – entre 2,5 e 4 metros de amplitude – em intervalos de 12 horas (GONÇALVES, 1995).

A respeito da origem e dinâmica das dunas, Ab'Saber (2001) afirma que a conjunção dos fatores supramencionados resultou na Bacia Sedimentar Costeira de Barreirinhas, localizada na Microrregião dos Lençóis Maranhenses, podendo ser considerada um dos maiores campos de dunas costeiras desenvolvidos no período quaternário (Figura 3.5). Em decorrência da sua natureza e extensão territorial, a região é constante alvo de pesquisas, especialmente no que diz respeito à atuação dos processos eólicos de transporte e acumulação de sedimentos, assim como das formações vegetais.

As formações geológica e geomorfológica justificam o produto final dos Lençóis Maranhenses que atrai visitantes de várias partes do mundo e, recentemente, foi escolhido a mais bela maravilha natural do Brasil, concorrendo, assim, para ser integrado ao quadro das sete maravilhas naturais do mundo³⁸.

³⁸ O concurso está sendo promovido pelo mesmo grupo suíço, Fundação *New 7 Wonders*, que organizou a eleição das Sete Novas Maravilhas do Mundo. Fonte: http://www.ma.gov.br/cidadao/vote_lencois.php. Acesso em: 20 Set 2007.



Figura 3.5 – Imagem de satélite do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. S/E: sem escala
Fonte: Google Earth.

Quanto à pedologia, o PNLM é composto por areias quartzozas marinhas e solos indiscriminados de mangues. A coloração cinza esbranquiçada da areia possui granulação fina a média com diâmetro médio variando de 0,125 a 0,354mm, pequenas proporções de argila, moderada e bem selecionada (Figura 3.6). Os mangues se constituem de materiais transportados e sem diferenciações de horizontes, com alto conteúdo de enxofre advindo do Atlântico, distribuídos em áreas sujeitas à influência permanente das marés (MMA; IBAMA, 2003b).



Figura 3.6 – Areia de coloração cinza esbranquiçada dos Lençóis Maranhenses.
Fonte: David Bouças Silva, agosto 2007.

A diversificada hidrografia dos Lençóis apresenta rios, igarapés, córregos, lagos, lagoas e lagunas. Destacam-se o Lago de Santo Amaro, considerado o maior do Maranhão, o Lago de Travosa, o segundo maior da UC, bem como o Rio Negro formador da lagoa Esperança (uma das mais famosas) e o único a atravessar os Lençóis Maranhenses (MMA; IBAMA, 2003b), possibilitando habitações permanentes do interior do PARNA. Ademais, os rios Peria e Preguiças constituem as duas maiores bacias hidrográficas na área do PNLM (Figura 3.7).

Para a cidade de Barreirinhas, o rio Preguiças é o mais influente. Sua denominação advém de duas teorias distintas: a primeira remete ao fato de, no passado, encontrava-se muitos bichos-preguiças às suas margens; e a segunda trata do ritmo lento (preguiçoso) do curso fluvial. Em sua extensão de 120 km, a partir da nascente no município de Anapurus, o Preguiças apresenta inúmeros povoados (Figura 3.8) – como Barra da Campineira, Cantinho, Tapuio, Vassouras, Mandacaru, Caburé e Atins – até a sua foz, desaguando no Atlântico.



Figura 3.8 – Povoado de Vassouras às margens do rio Preguiças.

Fonte: Acervo de Kimiko Matsumoto, junho 2007.

A importância do rio Preguiças, para o PARNA dos Lençóis Maranhenses e para as suas comunidades, pode ser percebida, conforme palavras de Álvaro D'Antona (2000, p. 37):

Muito da vida de Barreirinhas ocorre em função do rio Preguiças ou graças a ele: via de acesso para as comunidades e para o Parque Nacional; fonte de alimentos e recursos; área de lazer e de trabalho; enfim, o rio integra a vida cotidiana das pessoas que, sem hesitar, dizem: “o Preguiça é a nossa riqueza”.

O clima é considerado tropical megatérmico, muito quente, úmido a sub-úmido, com precipitações anuais entre 1.600 e 1.800mm. A distribuição pluviométrica incide em dois períodos sazonais distintos no decorrer do ano, apresentando temperaturas médias entre 26°C e 27°C, com temperaturas máximas que podem alcançar 38°C (MMA; IBAMA, 2003a).

A vegetação do Parque Nacional é caracterizada como um Sistema Primário (natural), enquadrada na Classificação das Áreas Pioneiras e que, em uma escala regional, compõem-se de comunidades pioneiras como: Vegetação com Influência Marinha (Restingas); Vegetação de Influência Fluviomarinha (Manguezais) e Vegetação com influência Fluvial (Comunidades Aluviais) (IBGE, 1992 apud MMA; IBAMA, 2003b). A ocorrência dos manguezais, situados nas desembocaduras dos rios Peria e Preguiças, apresenta três gêneros de árvores próprios deste ecossistema presentes no Brasil: mangue vermelho (*Rizophora sp*); mangue branco (*Laguncularia sp*) e mangue preto (*Avicenia sp*). As comunidades aluviais (Figura 3.9) se destacam por estruturas arbóreas e arbustivas com predominância de Buritizais (*Mauritia flexuosa*) e açazeiros (*Euterpe oleracea*).



Figura 3.9 – Comunidades aluviais com predomínio de palmeiras de Buriti.

Fonte: David Bouças Silva, agosto 2007.

Apesar da variedade ecossistêmica dos Lençóis Maranhenses, predomina a vegetação de restinga (Figura 3.10) em alguns pontos da área de dunas, bem como no entorno do PNLM. As peculiaridades desse ecossistema – solo arenoso, ventos, temperatura, salinidade, solo instável, insolação forte e direta – responde pela sua fragilidade e demanda um manejo oposto à prática de lavouras, pastagem plantada e silvicultura (MMA; IBAMA, 2003b).



Figura 3.10 – Vegetação de Restinga.

Fontes: À esquerda, David Bouças Silva (agosto 2007) e à direita, Roberto Marques (julho 2005).

A distribuição da paisagem natural, no PNLN e em sua área periférica, é desproporcional e ocupa as bordas do imenso campo de dunas ao longo da sua extensão territorial de 453,28 km². A restinga, vegetação predominante, corresponde a 89,4% (405,16 km²), os manguezais (Figura 3.11), 10,2% (46,20 km²) e as comunidades aluviais – matas ciliares – 0,4% do total (1,92 km²) (MMA; IBAMA, 2003b).



Figura 3.11 – Manguezais às margens do rio Preguiças.

Fontes: À esquerda, David Bouças Silva (agosto 2007) e à direita, Acervo de Kimiko Matsumoto (julho 2005).

A zoologia (Figura 3.12) da região, influenciada pelos biomas cerrado, restinga e caatinga, se comparada com outras áreas, contém baixa diversidade de espécies. No entanto, apresenta fauna ictiológica ameaçada³⁹, 112 espécies de aves⁴⁰, incluindo espécies migratórias

³⁹ Segundo a Lista Provocativa das Espécies de Peixes Ameaçadas no Brasil, elaborada pela Sociedade Brasileira de Ictiologia, há cinco espécies presentes no PNLN: Galha Preta (*Charcharhinus limbatus*); Lombo Preto (*C. obscurus*); Mero (*Epinephelus itajara*); Pargo (*Lutjanus analis*) e Cangulo (*Balistes vetula*) (FERNANDES NETO, 2005).

da América do Norte, e cerca de 17 tipos de mamíferos, normalmente habitando o entorno da UC, como veados mateiros (*Mazama americana*), pacas (*Agouti paca*), capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*), guaxinins (*Procyon lotor*), macacos-prego (*Cebus apella*), peixes-boi (*Trichechus manatus*) e tatus-bola (*Tolypeutes matacus*). Relatos locais comprovam a presença de raposas brancas (albinas), tipo exclusivo da região e cuja ocorrência pode ter ocorrido por isolamento genético e/ou processo adaptativo aos campos de dunas, além da existência de variadas espécies de tartarugas marinhas observadas no período de desova na zona litorânea do Parque, como tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), tartaruga-comum (*Lepiduchelys olivacea*), tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*) e a tartaruga-pininga (*Trachemys adiutrix*) (MMA; IBAMA, 2003a).



Figura 3.12 – Espécies da Zoologia do PNLM representada pela tartaruga-de-pente e macaco-prego.

Fonte: David Bouças Silva, setembro 2007.

Conforme exposição acima, pode-se intuir que as características climáticas e biofísicas, da região do PNLM, são singulares e propícias à exploração turística. Não é por acaso, que os Lençóis Maranhenses despontaram pioneiramente como “amuleto” do turismo no Maranhão, constituindo o principal atrativo natural e cultural de todo o Estado. Enquadrando-se nesse contexto, abordar-se-á, em seguida, outros aspectos que complementam e enriquecem a oferta turística dos Lençóis Maranhenses, levando em consideração a influência humana sobre a região, seus traços culturais e a relação direta dos moradores locais com os recursos ambientais da UC.

⁴⁰ Como exemplo, cita-se Anum-preto (*Crotophaga ani*), Bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), Alma-de-Gato (*Piaya cayana*), Caburé (*Glaucidium brasilianum*), garças (*Egretta thula*) e guarás (*Eudocimus ruber*) (MMA; IBAMA, 2003a).

Campos, Paulino Neves e Tutóia (Figura 3.14). O critério de seleção utilizado para determinar a área de influência foi por meio da identificação dos municípios do entorno os quais possuem micro-bacias que drenam para o interior do PNLN (MMA; IBAMA, 2003a).

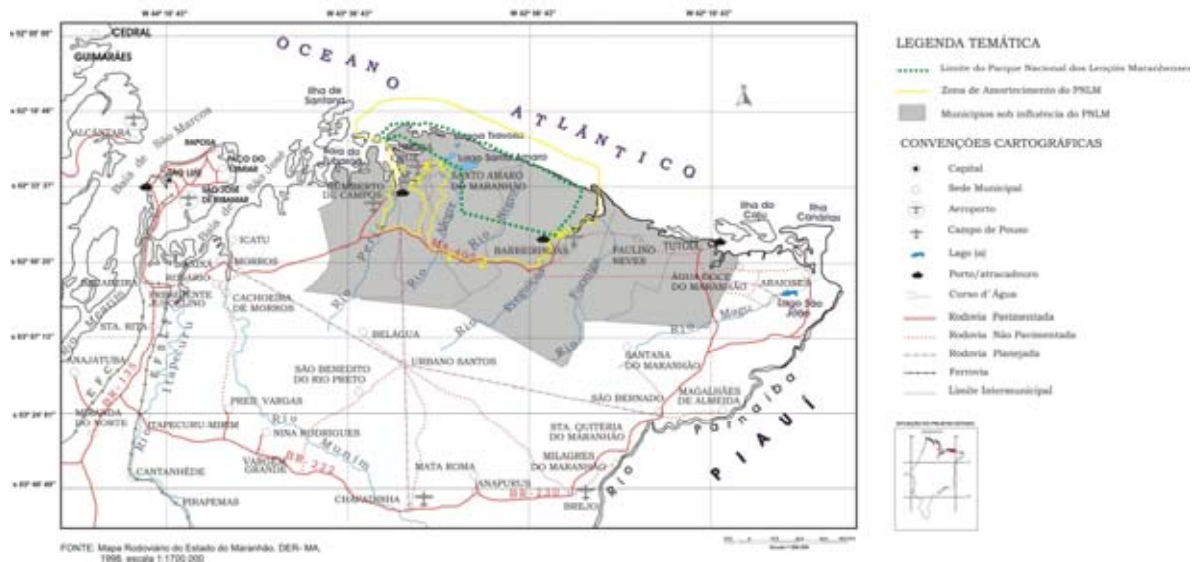


Figura 3.14 – Mapa da Área de Influência do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. S/E: sem escala

Fonte: Fonte: MMA; IBAMA, 2003a, p. 61.

A necessidade de incorporar as comunidades do entorno às práticas turísticas, intentando melhorias de renda e, conseqüentemente, de qualidade de vida, pode ser justificada pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região dos Lençóis Maranhenses. Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) comprovam o insatisfatório desempenho dos municípios, os quais possuem um dos piores IDHs do país. No ano de 2000, anterior ao início da visitação nos moldes atuais do PNLN, Barreirinhas apresentava IDH de 0,552; Santo Amaro do Maranhão 0,512; Primeira Cruz 0,557; Humberto de Campos 0,569; Paulino Neves 0,508; e Tutóia 0,538 (PNUD; LABGEO-UEMA, 2000).

Somado a isso, o isolamento histórico dessas localidades agravou as condições de atender aos direitos básicos de sobrevivência da população – saúde e educação, por exemplo. Esses resultados refletem o quadro de pobreza enfrentado nas localidades ao redor do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, bem como ressaltam a importância do turismo, enquanto atividade a qual possibilita melhorias nas receitas locais, polariza investimentos em infraestrutura e incentiva melhorias na capacitação dos habitantes da região. É sob esse prisma que o setor turístico precisa ser priorizado e devidamente gerido para que os benefícios se propaguem na população do PNLN.

Dos municípios da Área de Influência, Santo Amaro do Maranhão é a segunda cidade em recepção de visitantes e compete para se tornar o principal destino do PARNA dos Lençóis Maranhenses. Conta com uma população de 11.156 habitantes (IBGE, 2007) e, assim como os outros municípios do entorno, possui condições precárias de saneamento básico.

É uma área cujo desenvolvimento do turismo demanda muitos esforços de administração, posto que seu centro urbano se localiza nos limites do PNLN. Desse modo, possui comunidades residentes no interior do Parque, empregando técnicas rudimentares no cultivo de produtos agrícolas – arroz, feijão, milho e mandioca – e assim, obtendo baixos níveis de produtividade. Outro fator que dificulta o manejo local é a criação de bovinos, caprinos, suínos e asininos em seus povoados. O extrativismo vegetal e a pesca complementam as atividades cotidianas, nas épocas chuvosas (MMA; IBAMA, 2003a).

Santo Amaro resultou do desmembramento do município de Primeira Cruz e foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 6.197 de 10 de novembro de 1994. Abrangendo uma área de 1.253,9 km², apresentava em 2000, um total de 9.663 habitantes, dos quais 29,1% estavam na área urbana e os demais na área rural (MMA; IBAMA, 2003a).

Primeira Cruz, por sua vez, foi parte do território de Humberto de Campos e serviu de base das expedições de colonização portuguesas do século XVII (MMA; IBAMA, 2003a). O município se encontra na Mesorregião Norte Maranhense – Microrregião dos Lençóis Maranhenses – estendendo-se por 1.717,4 km².

Sua população de 11.968 habitantes (IBGE, 2007) sobrevive cultivando os produtos primários tradicionais da região dos Lençóis, bem como comercializando peixe e camarão frescos (CARNEIRO, 1998 apud MMA; IBAMA, 2003a). Buscando o incremento da renda e garantindo seus meios de sobrevivência, os moradores confeccionam artesanato de fibra de buriti, carnaúba e tucum, produzem tijolos e exploram também o jaborandi.

Na década de 1960, Primeira Cruz conviveu com a especulação da Petrobrás que estudou a região e descobriu petróleo, todavia abandonou a área, a qual, na época, acreditava-se constituir a maior bacia petrolífera do país (D'ANTONA, 2002; MMA; IBAMA, 2003a). Três décadas subseqüentes (1992), o município foi enquadrado na Área de Proteção Ambiental de Upaon-Açu/Miritiba e Alto-Preguiça, pelo Decreto Lei nº 12.428 (MMA; IBAMA, 2003a).

Humberto de Campos é dos municípios da AI o mais afastado do PNLN. Com 24.282 residentes (IBGE, 2007), a cidade apóia-se nas atividades pesqueiras, com exportação para outros municípios maranhenses e agricultura de subsistência. Com área de 2.424,10 km², também integra a Área de Proteção Ambiental supracitada e cedeu parte do seu território para as localidades de Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão. Não é por acaso que esses municípios apresentam características tão semelhantes quanto ao modo de vida das suas comunidades.

O município de Paulino Neves, ao ser criado em 1994, adquiriu uma área de 1.198,3 km² desmembrados de Tutóia. O estilo de organização social dos moradores aponta para um padrão notavelmente rural, fundamentado na pesca artesanal da zona costeira, com exportação de excedente para Piauí e Ceará, além de agricultura tradicional e extensiva, com predomínio de espécies frutíferas. Os setores secundários e terciários são incipientes, ocasionando uma baixa arrecadação de impostos e reduzida geração de renda para a população (MMA; IBAMA, 2003a). A pequena população de 12.088 habitantes (IBGE, 2007) apresenta hábitos rústicos da região, sofrendo cotidianamente com problemas de abastecimento de produtos e energia elétrica, provida por geradores. Os produtos próprios para o consumo local são comprados em lugares vizinhos como Barreirinhas e Tutóia, o que dificulta o pleno aproveitamento do efeito multiplicador do turismo na cidade (MTUR; LIMA, 2006a).

O fito de inverter essa situação conduziu o governo estadual a enquadrar Paulino Neves no Plano Maior, através de sua inserção no Pólo Delta do Parnaíba, juntamente com Tutóia. Recentemente, o Ministério do Turismo encetou o Consórcio Integrado de Turismo – Roteiro Integrado – associando Paulino Neves ao Pólo dos Lençóis Maranhenses, nos quais participam também, Barreirinhas, Tutóia, Araisos e Santo Amaro⁴¹.

Paulino Neves, apesar da demanda turística ainda incipiente, tem se constituído, assim, em local de suporte a alguns dos visitantes do PNLN – por ser a localidade mais próxima dos Pequenos Lençóis – e do Delta do Parnaíba.

Tutóia, no decorrer de seus 1.429,8 km² de extensão, desponta geograficamente, face a sua posição estratégica: entre os Lençóis e o Delta do Parnaíba. Integrando-se ao conjunto de

⁴¹ Juntamente com o Maranhão, Piauí e Ceará formam o quadro dos Estados do Roteiro Integrado, primeiro pólo turístico interestadual inserido no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR) NE II. Fonte: <http://www.sebrae.com.br/uf/maranhao>. Acesso em: 17 Dez 2007.

municípios do Roteiro Integrado, compete com Parnaíba para se tornar o principal núcleo de apoio à visitação do Delta (MTUR; LIMA, 2006a).

Não obstante os 46.510 moradores (IBGE, 2007) realizarem boa produção agrícola voltada ao consumo local, o porto de Tutóia desempenha papel fundamental na entrada e escoamento de produtos. Tradicionalmente, a localidade em questão apresenta traços marcantes das atividades de pesca, cata de caranguejo e camarão, apresentando imenso potencial de captura e comercialização (MMA; IBAMA, 2003a).

A infraestrutura local, precária, pouco favorece o turismo na região, apesar dos esforços para melhorias da cidade. Ademais, relatos locais mencionam a permanência de barcos provenientes de outras regiões, realizando pesca predatória, comprometendo a qualidade e a oferta do pescado vendido para estados vizinhos e para o consumo local (MTUR; LIMA, 2006a).

Com a inauguração da MA-402, todos os municípios da Área de Influência estão mais expostos aos impactos provenientes da visitação do PNLN, dada a facilidade de acesso e aos conseqüentes esforços de promover o turismo em cada uma dessas comunidades vizinhas aos Lençóis e ao Delta do Parnaíba.

No tópico abaixo, dar-se-á ênfase ao município objeto do presente estudo, Barreirinhas, seu sucinto processo de colonização e formação dos núcleos de povoamento, de modo que seja possível perceber a conjugação de fatores como localização geográfica, riqueza paisagística e dinâmica das populações residentes na unidade de conservação estudada.

3.1.3.1 Barreirinhas

Baseado em relatos da população local, entende-se que a cidade de Barreirinhas recebeu essa denominação, devido à presença de dunas que ladeavam – como discretas barreiras – toda a extensa área do distrito sede. Oficializou-se em 10 de outubro de 1835, todavia, em 1858, Barreirinhas foi elevada à categoria de Paróquia, resultado do desmembramento de outras localidades como Tutóia, Brejo, São Bernardo e Miritiba (atual Humberto de Campos), por força da Lei Provincial nº 481 (MMA; IBAMA, 2003b; GOMES, 2002).

No entanto, somente no final do século XIX, foi elevada à categoria de vila pela Lei Provincial nº 951, de 14 de junho de 1871, a qual transferiu para a povoação de Barreirinhas, a sede da vida de Tutóia, então decadente, sendo este município suprimido em consequência deste ato e somente restaurado, em 29 de dezembro de 1890 (MMA; IBAMA, 2003a).

No processo de colonização, acredita-se que os primeiros habitantes de Barreirinhas tenham sido os índios Caetés, os quais formaram os primeiros povoados no século XVIII. A localização geográfica privilegiada possibilitou a formação de núcleos de povoamento, em virtude da fertilidade de áreas circunvizinhas ao rio Preguiças e devido à abundância píceia deste (BARREIRINHAS apud TSUJI, 2002). Alega-se também a possibilidade de povoação anterior a essa data, em face da descoberta de um cemitério, na comunidade de Santo Antonio, local em que, provavelmente, existiu um engenho de açúcar, movido a roda d'água, nos moldes da sociedade escravista do período colonial (MMA; IBAMA, 2003a).

Concluindo o processo histórico de formação do povoamento de Barreirinhas, algumas estradas abertas possibilitaram a migração – uma que utilizava a ponte sobre o rio Mucambo e outra interligando localidades, atualmente conhecidas como São Bernardo e Humberto de Campos – de modo que se tornou possível a ocupação de áreas ao longo do rio Preguiças para o desenrolar de atividades como lavoura, pecuária e produção de açúcar (MMA; IBAMA, 2003a).

A respeito do desenvolvimento socioeconômico de Barreirinhas, Álvaro D'Antona (2002, p. 69) alega:

O município de Barreirinhas foi criado em 1930 mas esteve em relativo isolamento por várias décadas do século XX, vivendo, principalmente, da exportação da castanha de caju para outros estados. Somente recebeu maior destaque a partir dos anos 70, quando a Petrobrás ensaiou a prospecção de petróleo na região. Nas últimas décadas, transformou-se na porta de entrada do Parque Nacional, firmando-se como pólo turístico prioritário para o governo estadual.

Historicamente, a comunidade barreirinhense sobrevive apoiada em atividades do uso direto dos recursos naturais. A pesca e a extração de produtos primários – mandioca, caju, arroz, milho, entre outros – constituem a base alimentar local. Voltados à exportação, a castanha de caju, o doce de Buriti e o artesanato – cuja matéria-prima é retirada das palmeiras abundantes no local – contribuem para melhorias na renda da população.

Contudo, a influência do turismo tem proporcionado uma transição para atividades do setor terciário, principalmente, por intermédio da prestação de serviços em empreendimentos hoteleiros e de alimentação. Além disso, a força de trabalho, empregada nas constantes obras em saneamento, infraestrutura e urbanização, tem gerado mais oportunidades remuneradas aos moradores barreirinhenses (SILVA, 2004).

Concernente aos aspectos naturais de Barreirinhas, destaca-se, mais uma vez, o rio Preguiças que garante a subsistência de inúmeras famílias, através da oferta de pescado e do fornecimento de água para beber, cozinhar alimentos, lavar roupas e para higiene pessoal (Figura 3.15). Ademais, o Preguiças vem sendo utilizado pelo setor turístico para a prática de esportes aquáticos e passeios de barco, propiciando a contemplação de diversas espécies vegetais e visitação às comunidades mais afastadas da área urbana de Barreirinhas.



Figura 3.15 – Barcos de pesca tradicionais da região no leito do rio Preguiças.

Fontes: À esquerda, Acervo de Kimiko Matsumoto (junho 2007) e à direita David Bouças Silva (setembro 2007).

Retomando a abordagem do tópico anterior, Barreirinhas, juntamente com Paulino Neves, Tutóia, Santo Amaro e Araisos, insere-se no programa de roteiros integrados do Ministério do Turismo, fazendo parte do Pólo Costa Norte. As atividades, outrora mais importantes no município, cederam espaço ao setor do turismo, a qual tem impulsionado a população rural a se deslocar para o centro urbano, buscando novas fontes de renda. Antes mesmo do incremento da atividade turística em Barreirinhas, a comunidade rural havia reduzido de 74,8%, em 1991, para 66,7%, no ano de 2000.

Neste último ano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Barreirinhas possuía uma população total de 39.669 moradores. Atualmente, conta com 46.794 habitantes (IBGE, 2007), significando um aumento de 17,9%, em um período de apenas sete anos, possivelmente, impulsionado pelo ensejo das comunidades rurais e de outras localidades brasileiras de obter ganho econômico por meio do turismo.

Ao longo de seus 2.263,9 km² de extensão, Barreirinhas conta com inúmeras comunidades ribeirinhas, as quais compõem grande parte da sua população. As moradias rurais se distribuíam, no ano de 1991, em 204 sítios e 23 povoados. Os sítios continham 4.733 residências e um total de 12.779 moradores, enquanto os povoados apresentavam 2.566 casas com 9.509 habitantes (MMA; IBAMA, 2003a).

Esses pequenos povoados, de ocupação secular, segundo relatos locais, representam muito do estilo de vida barreirinhense, especialmente concebido nas práticas socioeconômicas que atribuem caráter singular e complementam a oferta cultural do PNLM. Os povoados barreirinhenses mais conhecidos pelo setor turístico – Tapuio, Laranjeira, Vassouras, Caburé, Mandacaru e Atins – distribuem-se ao longo do rio Preguiças (Figura 3.16).



Figura 3.16 – Fotografia por satélite de comunidades barreirinhenses ao longo do rio Preguiças. S/E: sem escala

Fonte: Google Earth.

Em Tapuio e Laranjeira, dois povoados distintos separados apenas por uma pequena ponte, é comum duas atividades econômicas diametralmente opostas e impraticáveis no mesmo terreno: a agricultura e as olarias. Enquanto Tapuio se concentra no cultivo da mandioca para o preparo da farinha e no extrativismo, principalmente, de árvores frutíferas, em Laranjeira predomina a preparação de tijolos para as construções em Barreirinhas. Ambas as comunidades buscam o alimento na pesca e realizam o deslocamento interior-litoral.

Retratando bem tal acontecimento, D'Antona (2002, p. 94) tece o seguinte comentário:

Em Tapuio [...] A agricultura é a ocupação mais importante, a qual – para muitos lavradores – se combina à pesca no rio e àquela no litoral, durante o inverno [...] Já em Laranjeira, os oleiros afirmam ser inadequada a combinação espacial lavoura-olaria, argumentando que o terreno bom para tijolos não serve para o plantio [...] A dificuldade de acesso às terras agricultáveis, ocorrida no final da década de 60, teria sido o fator decisivo para o incremento do ofício de oleiro enquanto atividade remunerada.

Meio de transporte tradicional em Barreirinhas, as canoas encurtam as distâncias entre os povoados e possibilitam o deslocamento dos seus habitantes. É comum, em todas as localidades ribeirinhas, a utilização de barcos para transportar passageiros e mercadorias. Por isso, pode-se observar, em muitas comunidades, a fabricação de embarcações de pequeno e médio portes, a exemplo do estaleiro existente em Tapuio (Figura 3.17).



Figura 3.17 – Estrutura de canoa em estaleiro da comunidade de Tapuio.

Fonte: David Bouças Silva, agosto 2007.

Vassouras constitui mais um povoado formado por pescadores, já utilizado turisticamente. Faz parte da área dos Pequenos Lençóis e constitui rota para os passeios terrestres ao longo do litoral maranhense. Nesse povoamento, pode-se constatar a força dos ventos, através do avanço das dunas sobre a vegetação dos mangues. Relatos locais indicam que o campo de areia avança a cada ano, destruindo toda a cobertura vegetal e adquirindo características mais evidentes de uma extensão do Parque Nacional.

Caburé, localizada nas proximidades da desembocadura do Preguiças, compreende uma estreita faixa de areia que separa o rio do oceano (Figura 3.18), sujeita à intensa ação eólica que movimenta a areia e dificulta a construção de cabanas feitas de palha e madeira do mangue.



Figura 3.18 – Caburé, à esquerda, vista ao fundo do alto do Farol Mandacaru e, à direita, vista aérea.

Fonte: À esquerda, David Bouças Silva (agosto 2007) e à direita, acervo de Kimiko Matsumoto (julho 2005).

Muitos moradores alegam que o rio desembocava em Caburé, contudo, a forte influência dos ventos, transportou grande quantidade de areia a qual fechou a saída para o Atlântico, levando-a próxima a Atins (Ponta da Brasília). Área de pesca de muitos moradores de Barreirinhas e demais povoados, Caburé convive com o turismo e a especulação imobiliária, desconfigurando a paisagem natural e expulsando os moradores locais para outras localidades (MMA; IBAMA, 2003a).

Ilustrando a dinâmica de deslocamento das comunidades e de seu calendário social, verifica-se, em Caburé, que

Sua característica marcante é que os pescadores abandonam as cabanas ao fim do inverno porque o vento é muito forte, o que dificulta o estabelecimento das moradias e a pesca em pequenas embarcações. No entanto, quando chega o inverno, os pescadores retornam. Desmontam as

antigas cabanas (tomadas pela areia) e reaproveitam o material nas novas, substituindo partes deterioradas por material recém-coletado. A maioria das pessoas vem de Tapuio e Laranjeira; em menor número estão as barracas ocupadas por residentes na sede de Barreirinhas e em outras localidades (D'ANTONA, 2002, p. 103).

Nos povoados de Mandacaru e Atins, em virtude da localização, realizam-se atividades pesqueiras durante todo o ano. No entanto, a roça familiar complementa a base alimentar da comunidade e, diferentemente de outras comunidades localizadas mais ao interior, o cultivo de produtos, como arroz, feijão e mandioca, é voltado apenas para o consumo dos próprios moradores. Presentemente, existe o farol da Vila de Mandacaru o qual guia os pescadores que se lançam ao mar noturnamente (Figura 3.19).



Figura 3.19 – Farol da Vila de Mandacaru intitulado Farol Preguiças.

Fonte: David Bouças Silva, novembro 2007.

Mais uma vez, Álvaro D'Antona corrobora com o entendimento dos hábitos culturais das comunidades barreirinhenses, ao narrar algumas peculiaridades em Mandacaru e Atins:

Boa parte das casas e pesqueiras, locais onde se guardam as canoas e materiais de pesca, não usam tijolos. São feitas de madeira extraída do mangue do Grão-Pará e cobertas por palhas de buriti. As características do terreno não favorecem a atividade de olaria, e o transporte fluvial é inadequado (caro) para fazer com que o tijolo chegue facilmente até Atins. Do mangue, extrai-se também a madeira que origina o carvão para cozinhar. Da sede municipal, vêm os utensílios de pesca, o gelo para conservar os peixes e outros bens de uso geral (D'ANTONA, 2002, p. 117).

Ao expor o aproveitamento turístico do PNLN e de seu município mais influente – Barreirinhas – identifica-se a sua imensa riqueza paisagística e cultural e as razões pelas quais os governos nacional e estadual ensejam o fomento da atividade turística para obter os retornos necessários às melhorias sociais e econômicas da região. Por esses motivos, o pólo dos Lençóis Maranhenses se encontra apoiado na já bem desenvolvida estrutura turística disponível em Barreirinhas, somada a outras facilidades como boas condições das vias de acesso e estruturado comércio local.

As comunidades locais do PNLN evidenciam suas próprias práticas seculares de subsistência e contribuem significativamente para o incremento do turismo na região. É notável, no convívio com os moradores, a transposição de hábitos e saberes próprios os quais representam um sistema de vida organizado e enraizado na região dos Lençóis, baseado em um conhecimento empírico, todavia, lúcido dos limites naturais que lhes são impostos. Para os moradores locais, há o tempo do plantio, o momento da pesca, o instante da colheita, todos influenciados pela sazonalidade e alheios às altas e baixas estações definidas pelo turismo.

Por se tratar de uma UC que admite visitação pública, o setor turístico, cuja condução é extremamente influenciada e/ou determinada pela municipalidade (Prefeitura e Secretaria Municipal de Turismo e Cultura), pelos agentes do *Trade*, bem como pela comunidade local, exige comprometimento com as causas socioambientais em detrimento das pretensões meramente econômicas do turismo tradicional.

Ademais, o Parque Nacional estudado precisa estar em consonância aos objetivos definidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e, mais especificamente, devidamente gerido pela autoridade competente – o IBAMA/Barreirinhas, através do seu plano de manejo – contando com o apoio das demais personagens supracitadas.

Portanto, com o escopo de bem compreender a administração do PARNA em voga, avança-se nas investigações, apresentando o plano de manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no que concerne ao uso público dos seus espaços visitados turisticamente, apontando falhas, avaliando lacunas e problemáticas que, possivelmente, dificultam a sua operacionalização e o desenvolvimento de uma atividade turística sustentável no PNLN.

4 O ZONEAMENTO E O USO PÚBLICO ESTABELECIDO NO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

A tentativa de reduzir os impactos das atividades antropogênicas sobre as paisagens naturais conduziu a instituição de áreas protegidas em todo o planeta. Todavia, o fato de criar espaços oficialmente protegidos, por si só, não assegura a salvaguarda da saúde ecossistêmica. No ato de criação da unidade de conservação, os esforços de manejo devem ser intensificados e constantemente revistos, a fim de que as ameaças⁴² possam ser evitadas e/ou mitigadas (MORSELLO, 2001).

Os PARNAs ao redor do mundo, independente das suas diferenciações – localização, populações residentes ou do entorno, biodiversidade disponível e desenvolvimento do país – enfrentam problemáticas as quais obstaculizam um manejo sustentável. Sônia Kinker (2002, p. 55) apresenta boas contribuições ao esboçado, ao perceber que “esses problemas variam de ameaças à preservação, e problemas socioculturais de competição no uso dos recursos [...] a questões administrativas e institucionais relacionadas à falta de verbas para [...] manutenção”.

No contexto do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, instiga verificar a utilização cultural das comunidades locais e, do mesmo modo, os impactos ambientais da visitação descontrolada. Os esforços para definição e posterior cumprimento ao estabelecido no uso público e nas formas de controle da visitação precisam ser priorizadas.

Assim sendo, o Plano de Manejo do PNLM – documento escrito o qual direciona a utilização e controla o manejo de recursos dentro de uma área protegida, os diversos usos de área e a construção dos equipamentos necessários⁴³ – será abordado, no tocante ao seu zoneamento e uso público. Com objetivos de esclarecimentos, serão analisados dados colhidos no IBAMA/Barreirinhas e informações de campo, a fim de que as análises possam ser esclarecedoras e traduzam a realidade do turismo em torno dos Lençóis Maranhenses.

Na intenção de sistematizar o desenvolvimento das exposições, apresentar-se-á aspectos relacionados ao zoneamento do Parque, tendo como norte os roteiros turísticos elaborados e desenvolvidos a partir de Barreirinhas. *A posteriori*, serão identificados os pontos de contribuição e dificuldades de manejo dessas áreas. A área de estudo do PNLM compreende o

⁴² As ameaças constituem “as atividades humanas, ou seus efeitos, que são percebidos como ameaças à integridade ou aos objetivos dos Parques Nacionais” (SLOCOMBE & NELSON, 1992, p. 210 apud MORSELLO, 2001, p. 203).

⁴³ FAO, 1988; LEDEC, 1992 apud MORSELLO, 2001.

município de Barreirinhas, suas lagoas mais visitadas, Grandes Lençóis e parte dos Pequenos Lençóis, além da zona de amortecimento (ZA).

4.1 O ZONEAMENTO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

De acordo com legislação específica, a conservação da natureza é entendida como

o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000).

Nesse ponto, Milano (2002) destaca a evolução do conceito de manejo o qual incorpora, nos dias de hoje, além da proteção de maneira ampla, propósitos como a preservação da biodiversidade, sustentação dos processos ecológicos fundamentais, proteção das belezas cênicas vinculadas à pesquisa científica, a educação ambiental, a recreação em contato com a natureza, o ecoturismo e o desenvolvimento regional ordenado.

Retomando o conceito de zoneamento em UCs, Milano, Bernardes e Ferreira (1993) referem que consiste na alocação de um território em parcelas, cujos conjuntos formam porções relativamente homogêneas, nas quais as aptidões são identificadas por meio de métodos, definindo-se o uso dos recursos naturais, conforme suas características naturais, físicas, culturais, recreativas e científicas.

O interesse de investigação foca no zoneamento de Barreirinhas contido no plano de manejo do PNLN, abrangendo sua sede urbana, comunidades do interior do Parque e da zona de amortecimento⁴⁴, além dos Pequenos Lençóis, especificamente os povoados de Vassouras e Caburé, este último inserido na APA da Foz do Rio Preguiças.

⁴⁴ A determinação da zona de amortecimento do PNLN foi baseada na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 13/90, a qual estabelece uma faixa de 10 km em torno da UC. Nesta faixa, atividades que tenham potencial para afetar a biota deverão ser licenciadas pelo órgão ambiental competente (CARVALHO, 2007).

No PNLM, a ZA apresenta uma área de 4.232,31 km², excetuando as sedes municipais de Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro. Contudo, inclui no sentido oeste-leste duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) maranhenses: Upaon-Açu / Miritiba / Alto Preguiças e a Foz do rio Preguiças / Pequenos Lençóis / Região Lagunar Adjacente. Nos seus limites estão incluídas parte dos municípios de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão e Barreirinhas.

Em Barreirinhas, a ZA (Figura 4.1) exclui sua sede municipal, sendo delimitada pelo rio Negro a oeste, Preguiças a leste, MA-402 e nascente do riacho Mirinzal ao sul e, ao norte, o limite do Parque e o Oceano Atlântico. Neste último, a zona de amortecimento corresponde a 10 km a partir do limite do Parque no mar, incluindo o trecho da foz do rio Peria/Barra dos Veados, a oeste, até sua projeção após Caburé, incluindo parte da foz do Preguiças, a leste (MMA; IBAMA, 2003a).

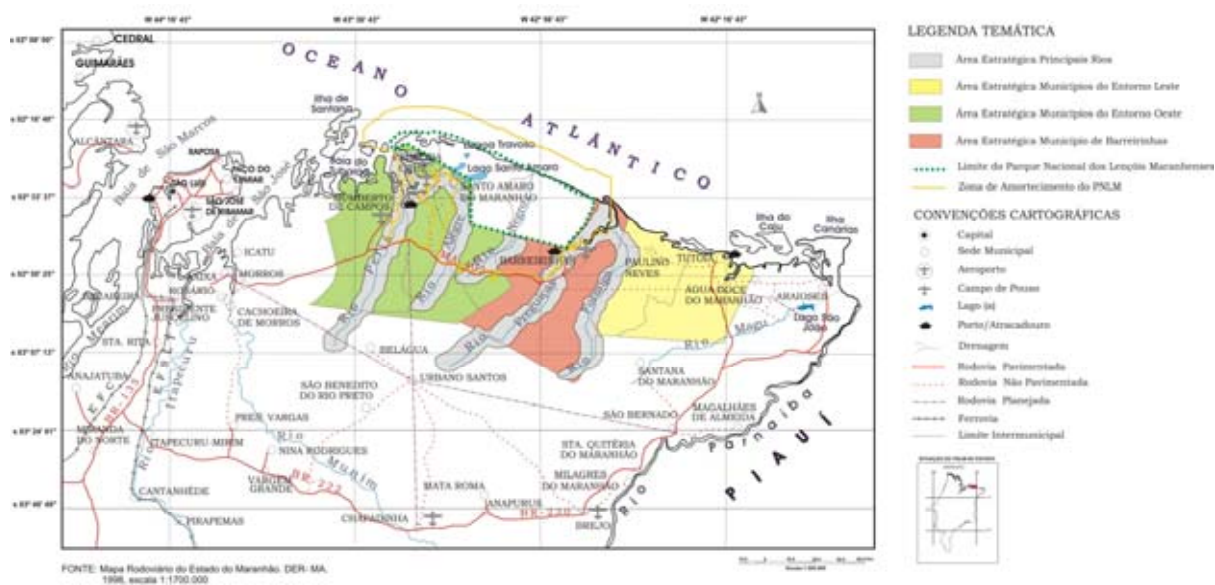


Figura 4.1 – Mapa da Área Estratégica do município de Barreirinhas e Zona de Amortecimento. S/E: sem escala.

Fonte: DER – MA. Mapa rodoviário do Estado do Maranhão. 1998.

O desenvolvimento harmônico do setor turístico com o meio ambiente deve obedecer a critérios para a utilização dos espaços na UC. No plano de manejo e uso público, as normas condutoras da visitação devem conceber que o zoneamento é estabelecido seguindo a necessidade de conservação das áreas e a tentativa de disponibilizar suas terras para o exercício de atividades culturais, recreativas e científicas.

Kinker (2002) ratifica o exposto, percebendo que o zoneamento dos parques nacionais é fundamental na identificação das áreas adequadas para receber visitantes, das atividades permitidas em cada uma delas e sua capacidade de suporte, permitindo a indicação da infraestrutura e dos recursos humanos necessários.

No PNLM, as áreas de exploração turística devem respeitar a categorização das zonas de manejo⁴⁵ – zonas Primitiva, de Uso Intensivo, de Uso Extensivo e de Uso Especial (Figura 4.2) – “definidas como divisões do território em áreas homogêneas ou áreas gerenciais, em função de suas características naturais, de suas potencialidades, de necessidades específicas de proteção, de atividades prováveis, de acertos e de conflitos de uso atual” (MMA; IBAMA, 2003, p. 139).

As zonas de manejo que competem ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses são tratadas, a seguir, visando a abordagem conceitual de tais zonas, os espaços territoriais do PNLM que lhes competem e as atividades permitidas em cada uma delas. Os conceitos a serem apresentados foram retirados do Roteiro Metodológico de Planejamento de Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (IBAMA, 2002, p. 91), fundamentado, por sua vez, no Decreto Lei nº 84.017/79.

4.1.1 Zona Primitiva

A Zona Primitiva, entendida como área de pequena ou mínima intervenção antrópica, contendo espécies da flora e fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico, deve apresentar características de transição entre a Zona Intangível⁴⁶ e a Zona de Uso Extensivo. Os objetivos do manejo são a preservação do ambiente natural e a facilitação das atividades de pesquisa científica e educação ambiental. Em suma, as atividades permitidas nas áreas primitivas de recreação são pesquisa, monitoramento, proteção, educação ambiental, visitação restrita e de baixo impacto, não sendo admitida a instalação de qualquer infraestrutura, veículos motorizados ou visitação desacompanhada.

⁴⁵ As categorias de manejo existentes são Zonas Intangíveis, Zonas Primitivas, Zonas de Uso Intensivo, Zonas de Uso Extensivo, Zonas Histórico-culturais, Zonas de Recuperação Natural e Zonas de Uso Especial. Consoante o MMA/IBAMA (2003a), atualmente, as características ecológicas e históricas do PNLM não possibilitam a existência de Zonas Intangíveis, de Recuperação Natural e Histórico-culturais.

⁴⁶ Área na qual a primitividade da natureza se encontra no mais alto grau de preservação e não é tolerada qualquer alteração humana (IBAMA, 2002, p. 90).

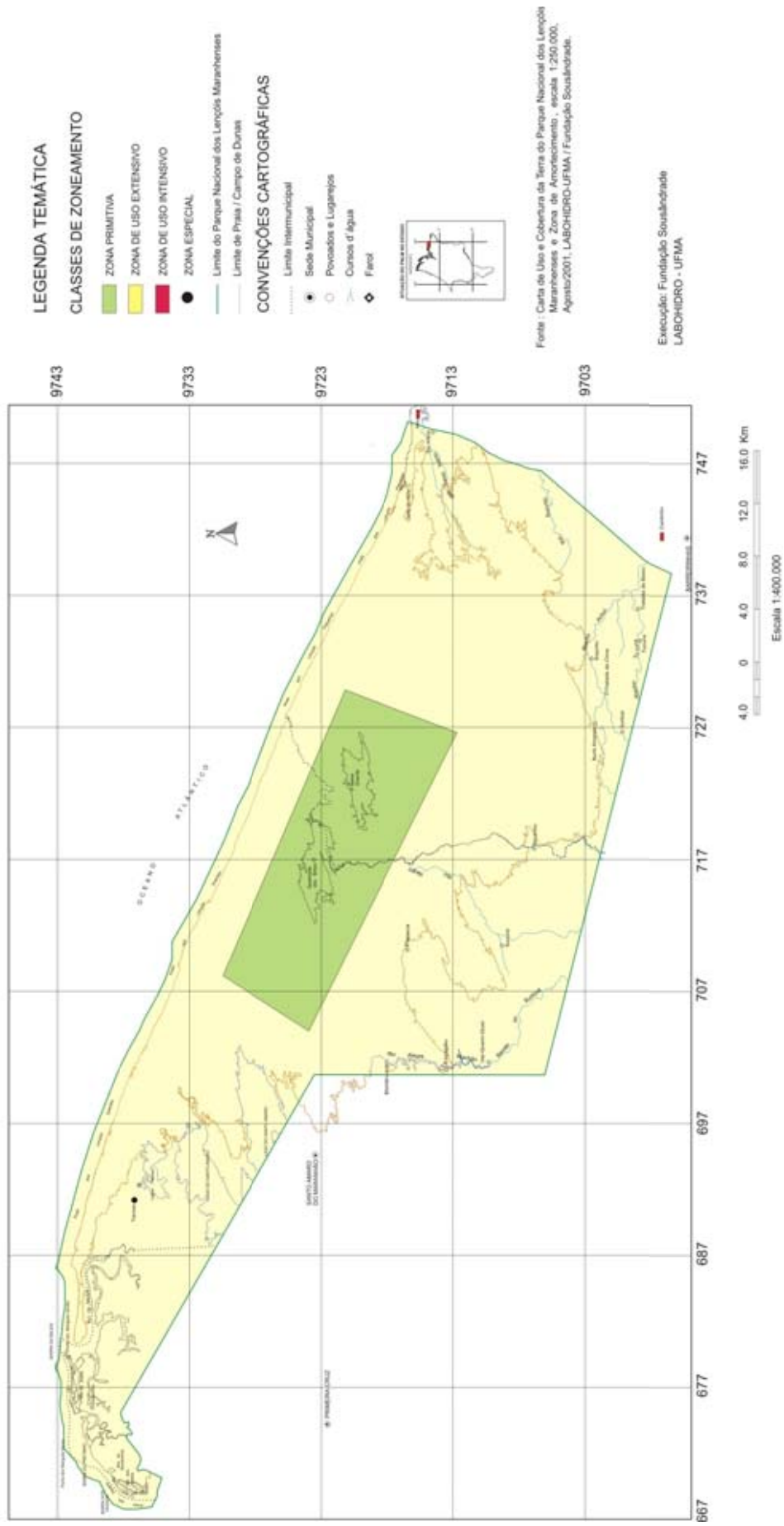


Figura 4.2 – Carta de Zoneamento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. S/E: sem escala.
Fonte: MMA; IBAMA, 2003a, p. 140.

Destina-se a assegurar maior proteção ao curso inferior do rio Negro e às lagoas dentro desta Zona e possibilitar a realização de pesquisas científicas em ambientes mais íntegros. Localiza-se na área central do Parque e corresponde a 13,18% do total, ou seja, 20.426 hectares. Compreende as localidades de Queimada dos Britos e Baixa Grande e lagoas interdunares adjacentes, limitando-se em toda sua extensão com a Zona de Uso Extensivo formando um quadrilátero através das coordenadas $2^{\circ}26'14''\text{S} / 43^{\circ}07'40''\text{W}$; $2^{\circ}31'15''\text{S} / 42^{\circ}55'59''\text{W}$; $2^{\circ}35'52''\text{S} / 42^{\circ}57'43''\text{W}$ e $2^{\circ}29'46''\text{S} / 43^{\circ}09'55''\text{W}$ (MMA; IBAMA, 2003a).

4.1.2 Zona de Uso Extensivo

A Zona de Uso Extensivo, constituída em sua grande parte por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações por ação do homem, corresponde a uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é preservar o ambiente natural com mínimo impacto humano, mesmo permitindo facilidades de acesso público para fins educativos e recreativos.

É considerada zona de média intervenção, admitindo atividades de pesquisa, monitoramento, proteção, educação ambiental, visitação menos restrita (acampamento e mirantes com infraestrutura simples, por exemplo), trilhas, sinalização e pontos de descanso, além de locais para banhos, sem comercialização de alimentos ou outros produtos. O IBAMA/Barreirinhas é rigoroso quanto ao acesso dos visitantes, exigindo que seja acompanhado de pessoal capacitado e precedido dos devidos esclarecimentos sobre as normas de segurança. A extensão de 108.268,65 hectares, 69,85% da área total, abrange quase a totalidade do Parque.

4.1.3 Zona de Uso Intensivo

A Zona de Uso Intensivo é caracterizada por áreas naturais ou modificadas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter centros de visitantes, museus, assim como outras facilidades e serviços. O objetivo do manejo é harmonizar a recreação intensiva e educação ambiental nas áreas escolhidas, por serem consideradas zona de alto grau de intervenção. As atividades permitidas são pesquisa,

proteção, lazer e recreação (centro de visitantes; serviços concedidos por licitação como lanchonete, acampamento com infraestrutura completa, estacionamentos; locais para apoio à visitação, a exemplo de mirantes, pontos de banho, piquenique e outros).

Para o PNLN, a Zona de Uso Intensivo compreende apenas duas localidades, Cantinho e Atins, ambas localizadas fora dos limites do Parque, mais especificamente ZA. Corresponde às áreas destinadas à terceirização de serviços e à construção dos Centros de Visitantes cujos fins servem, exclusivamente, a propósitos de administração e proteção do PNLN (MMA; IBAMA, 2003a).

4.1.4 Zona de Uso Especial

A Zona de Uso Especial engloba áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da UC, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estes espaços devem ser trabalhados evitando o conflito com suas características naturais, além de localizados, sempre que possível, na periferia da unidade de conservação. O objetivo geral de manejo é mitigar os impactos advindos com a implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural da UC.

Considerada zona de alto grau de intervenção, permite apenas a construção da infraestrutura necessária à administração (residência para funcionários, posto de manutenção e serviços gerais), pesquisa (alojamentos para pesquisadores) e proteção. Nos Lençóis Maranhenses, inclui o povoado de Travosa e os postos de fiscalização de Travosa e Buritizal, devendo-se ater ao controle de acesso para a praia dos Veados, Barra da Baleia, praia dos Lençóis Grandes, distrito de Travosa, Lago de Santo Amaro, Lagoas Bonita, Azul, do Peixe, da Esperança, Buriti Amarelo, Canto de Santo Inácio, praia dos Lençóis Pequenos, Queimada dos Britos e Baixa Grande (MMA; IBAMA, 2003a).

4.1.5 Enfoque do zoneamento

A investigação sobre a zona de amortecimento do PNLN tem evidenciado duas perspectivas diferentes: as práticas telúricas cotidianas dos seus residentes, consoante

estabelecido pela Lei do SNUC e, por conseguinte, em seu plano de manejo, parecem confrontar com a possibilidade de conservação na unidade; e a utilização turística dessas áreas tem gerado inúmeros impactos, positivos e negativos, às comunidades receptoras.

Nesse contexto, as áreas de exploração turística nos Lençóis Maranhenses se encontram tanto no interior do PARNA, como também na sua ZA. Internamente, as lagoas constituem os principais atrativos. No entorno, as comunidades ribeirinhas do rio Preguiças já são fortemente visitadas e dividem atenções quanto à exuberância da região dos Lençóis.

Não obstante, os agentes de fomento do turismo em Barreirinhas – *Trade* e município – precisam ter em mente que a visitação pública do PNLM, conforme a Lei nº 9.985/00, artigo 11, § 2º, “está sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento”. É fundamental, portanto, o amplo conhecimento pelos atores supracitados das normas estabelecidas no plano de manejo e de uso público para a visitação turística.

Tendo como referencial essas áreas de exploração, abordar-se-á, separadamente, cada um dos roteiros de visitação da região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, fazendo sempre menção e correlacionando ao estabelecido no seu plano de manejo.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA VISITAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

No contexto das UCs brasileiras, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses não está oficialmente aberto ao uso público⁴⁷. Andréa Zimmermann (2006) destaca em uma de suas pesquisas que apenas 32% dos PARNAs brasileiros aceitam oficialmente visitação pública. Os parques nacionais de Iguaçu e Tijuca por apresentarem melhores condições de recepção e suporte ao turismo, concentram 74% do total de visitantes. Os demais, pela precariedade desses serviços e fragilidade institucional do IBAMA, restringem a visitação e, conseqüentemente, inibem e/ou desestimulam a existência de um maior fluxo de turistas.

⁴⁷ Segundo declarações do IBAMA/Barreirinhas, contraditoriamente, o PNLM permanece oficialmente fechado ao uso público, apesar da visitação massiva promovida desde a inauguração da MA-402.

Apesar da criação em 1981, somente em 2003, o IBAMA apresentou o plano de manejo e uso público do PNLM, realizando pequenas iniciativas de contabilizar o número de visitantes e/ou turistas nos Lençóis. Os dados informados por esse Instituto apontam que pelo menos 52.819 pessoas estiveram no interior do PARNA, visitando somente um de seus trechos, em Barreirinhas, abertos ao público (Lagoa Azul e do Peixe).

A respeito do perfil de visitantes dos Lençóis Maranhenses, algumas constatações são possíveis graças à pesquisas pontuais e informações contidas no seu plano de manejo. Percebe-se que a maior demanda é proveniente de outros municípios maranhenses, sobretudo, São Luís, seguida de turistas da região sudeste. Em sua maioria é composta por profissionais liberais, com gastos médios na cidade e curto tempo de permanência no destino (dois dias). O marketing boca-a-boca favoreceu o maior conhecimento sobre o destino PNLM, apesar do forte conteúdo midiático apresentado em emissoras de televisão, jornais e revistas (SILVA, 2004). O turismo de caráter marcadamente sazonal, com ênfase no período das férias escolares, é contemplativo das áreas naturais e apoiado nos traços culturais das populações residentes (MMA; IBAMA, 2003a).

Os principais atrativos turísticos, no interior do Parque, são as lagoas e comunidades de Queimada dos Britos e Baixa Grande. No limite da zona de amortecimento, o rio Preguiças constitui forte oferta do município de Barreirinhas, a qual utiliza o potencial natural e cultural das populações ribeirinhas, complementando o produto Lençóis Maranhenses. A seguir, apresenta-se, sucintamente, os roteiros de visitação os quais têm configurado os caminhos percorridos pelos visitantes do PNLM.

4.2.1 Roteiro Lagoas

A organização da oferta turística do PNLM, cujo acesso ocorre pelo município de Barreirinhas, centra-se, principalmente, na visitação das áreas de dunas e lagoas (zona de uso extensivo), com destaque para as Lagoas Azul e do Peixe, além da Bonita e Esperança (Figura 4.3). O roteiro estabelecido para a visitação das lagoas envolve um deslocamento por meio de veículos tracionados (4x4), popularmente conhecidos como Toyotas.



Figura 4.3 – Roteiro Lagoas. S/E: sem escala.

Fonte: Google Earth.

Para alcançar a área do Parque, saindo de Barreirinhas, utiliza-se a travessia do rio Preguiças em balsas (Figura 4.4). Atualmente, existem três – Maria Bastos, Santo Antonio e Diana – para realizar tais tarefas, com destaque para a travessia da Diana, a qual é mais operada, permitindo a visita ao circuito Lagoa Azul e do Peixe.

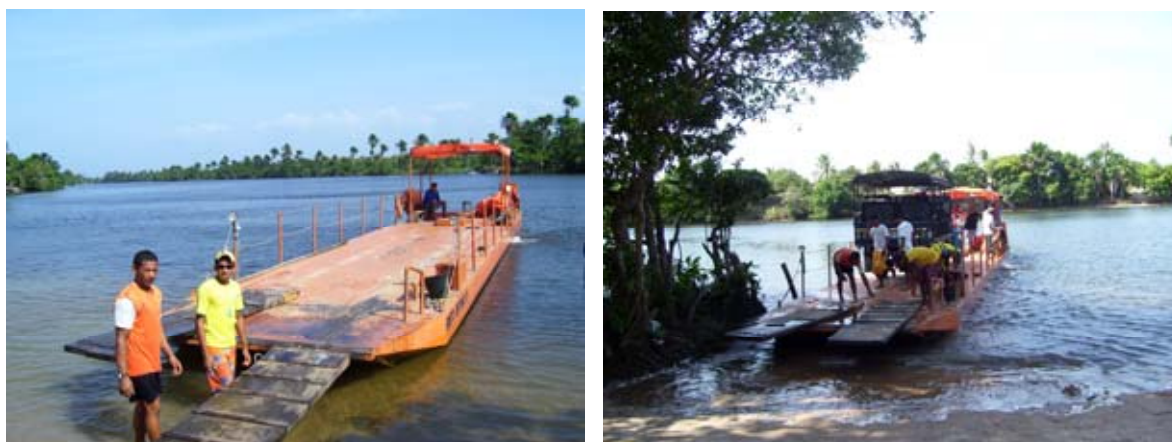


Figura 4.4 – Balsa para travessia do Preguiças e acesso às lagoas do PNLM.

Fonte: David Bouças Silva, setembro 2007.

Após a travessia, o deslocamento leva, em média, de 45 minutos a uma hora por estradas de terra e areia, bem como por trechos alagados, os quais exigem conhecimento da

região e perícia dos motoristas (Figura 4.5). No trajeto de 14km até as Lagoas Azul e do Peixe, e 18km até a Bonita, não é raro encontrar veículos particulares atolados, ao longo do percurso, os quais adentram sem a devida orientação e permissão.



Figura 4.5 – Toyotas em trilhas de difícil acesso para as morrarias e lagoas do PNLM.

Fontes: À esquerda, acervo de Kimiko Matsumoto (junho 2007) e à direita, David Bouças Silva (agosto 2007).

Em entrevista concedida pelo professor Antonio Carlos Castro⁴⁸ (APÊNDICE A), chegou-se ao conhecimento da realização de uma oficina de planejamento, em março de 2001, com participação de amplos segmentos dos meios acadêmicos, societários e governamentais, como uma das etapas de construção do plano de manejo do PARNA dos Lençóis. A outra fase de elaboração do documento de manejo foi baseada na Avaliação Ecológica Rápida (AER)⁴⁹ conforme recomendação do Roteiro Metodológico de Planejamento de Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (IBAMA, 2002).

Na oficina, previu-se o estabelecimento de locais para estacionar as Toyotas, tendo em vista os limites de aproximação a serem respeitados. Nos dias atuais, os próprios empresários de Barreirinhas convencionaram pontos de parada na borda do campo de dunas (Figura 4.6),

⁴⁸ Doutor em Engenharia Ambiental, professor do Departamento de Oceanografia e Limnologia (LABOHIDRO) da Universidade Federal do Maranhão e coordenador geral da equipe técnica de elaboração do plano de manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

⁴⁹ Consiste em um “processo flexível que se utiliza para obter e aplicar, de forma acelerada, informação biológica e ecológica para a tomada eficaz de decisões conservacionistas. Esta metodologia, conhecida em inglês como *Rapid Ecological Assessment*, integra múltiplos níveis de informações desde imagens de satélites e sobrevôos, até avaliações de campo bem detalhadas. As avaliações ecológicas rápidas resultam em mapas ecológicos atualizados e informes que descrevem o meio físico, a vegetação, fauna, assim como as atividades humanas e uso atual da terra. A síntese e análise destas informações permitem fazer recomendações apropriadas sobre o uso da terra e atividades de conservação nas áreas onde se realizaram os estudos. As AER também produzem informações básicas para programas de monitoramento de longo prazo dos recursos naturais”. Informações obtidas no sítio: <http://www.biodiversidade.rs.gov.br>. Acesso em: 29 Fev 2008.

para acesso ao Roteiro Lagoas. Na Lagoa Bonita, o estacionamento se encontra muito mais próximo do campo de dunas do que o recomendado (MMA; IBAMA, 2003a).



Figura 4.6 – Estacionamento das Toyotas, à esquerda acesso à Lagoa Azul e do Peixe, à direita à Lagoa Bonita.

Fonte: David Bouças Silva, setembro 2007.

As iniciativas promovidas pelo IBAMA/Barreirinhas, para tornar público as ações de visitação, são normalmente descumpridas, dada a incapacidade fiscalizadora de cobrir os espaços visitados. Exemplificando esta assertiva, pode-se presenciar, não raras vezes, Toyotas sobre as dunas para socorrer turistas que não reagiram bem às condições locais ou, habitualmente, grupos em quadriciclos motorizados percorrendo toda a extensão do PNLN. Embora os responsáveis pela condução dos visitantes conheçam tal proibição, verificam-se estas infrações que deveriam sujeitar-se à multa prevista em lei, excetuando-se casos autorizados como “o trânsito sobre as dunas em veículo 4X4 de pessoas idosas, portadores de necessidades especiais e casos específicos submetidos à apreciação da chefia. A autorização restringir-se-á ao acesso às lagoas Azul e do Peixe” (MMA; IBAMA, 2003, p. 205).

As edificações previstas no plano de manejo – em especial, Centros de Fiscalização (CF), Centros de Visitantes (CV), Postos de Informação e Controle (PIC) e Postos de Fiscalização (PF) – mostram-se imprescindíveis para oferecer condições de execução das atividades de fiscalização e monitoramento do PNLN, de modo a esclarecer os roteiros e seus deslocamentos, promover educação ambiental, além de oferecer suporte e segurança aos visitantes, porquanto as próprias características dos Lençóis Maranhenses impõem muito esforço físico aos visitantes, intensificado devido às altas temperaturas da região.

A metodologia de planejamento, AER e Oficina de Planejamento, possibilitou a definição de áreas de atuação com fins específicos em que poderiam ser melhor zoneadas e

definidas as normas para a visitação pública. Desse modo, nas Áreas Funcionais (AFs)⁵⁰ são apontadas diretrizes para a gestão do PNLM as quais foram divididas em Setores de Fiscalização Interno (SFI) e Setores de Fiscalização Externo (SFE), identificando cada município e os espaços geográficos de sua responsabilidade administrativa (Figura 4.7).

No que tange a AF Lagoas, esta pertence ao Setor de Fiscalização Interna (SFI) Buritizal, enquanto a AF Atins, ao SFI Atins e parte dos Setores de Fiscalização Externo (SFE) Atins e Barreirinhas, todos de responsabilidade do IBAMA/ Barreirinhas. No SFI Buritizal e SFE Atins prevê-se a edificação dos PIC e PF para dar o suporte necessário às atividades permitidas no PNLM. As principais incumbências para o manejo do Parque são: controle de desmatamentos, queimadas, criação de animais e visitação pública; fiscalização acompanhada de atividades interpretativas, educação ambiental e primeiros socorros.

Os SFEs Atins e Barreirinhas complementam as áreas interesse de investigação, posto que este município usufrui desses setores para maximizar os lucros advindos com a exploração da atividade turística e do mesmo modo abrangem boa parte da população de Barreirinhas a qual depende dessas áreas para garantir a sua sobrevivência. No SFE Barreirinhas, desenvolvem-se atividades agrícolas, extrativistas e abriga a sede urbana do município com infraestrutura turística disponível. No SFE Atins, observa-se o notório caráter pesqueiro das comunidades dos Lençóis, devido à concentração de embarcações locais que se misturam aos barcos de pesca provenientes do Piauí e Ceará. Este Setor é responsável pelos povoados de Atins, Mandacaru e Caburé.

O mais popular roteiro do PNLM envolve a visitação das lagoas ultra-referidas, além de inúmeras outras que se formam em suas proximidades. Fato interessante de se notar são as constantes reclamações⁵¹ dos visitantes sobre as dificuldades de acesso aos Lençóis e as necessárias caminhadas para se chegar às lagoas (Figura 4.8).

⁵⁰ No PNLM, as AFs estabelecidas foram: AF Primeira Cruz; AF Sede, na comunidade do Cantinho; AF Queimada dos Britos; AF Santo Amaro; AF Lagoas; AF Atins; e AF Travosa. No presente trabalho, destacam-se as AFs Lagoas, Atins e Queimada dos Britos, apesar desta última, estar inserida no setor de SFI de Santo Amaro.

⁵¹ Fato constatado a partir da experiência de campo e relatos orais colhidos ao longo da pesquisa, junto aos guias locais, toyoteiros, entre outros.

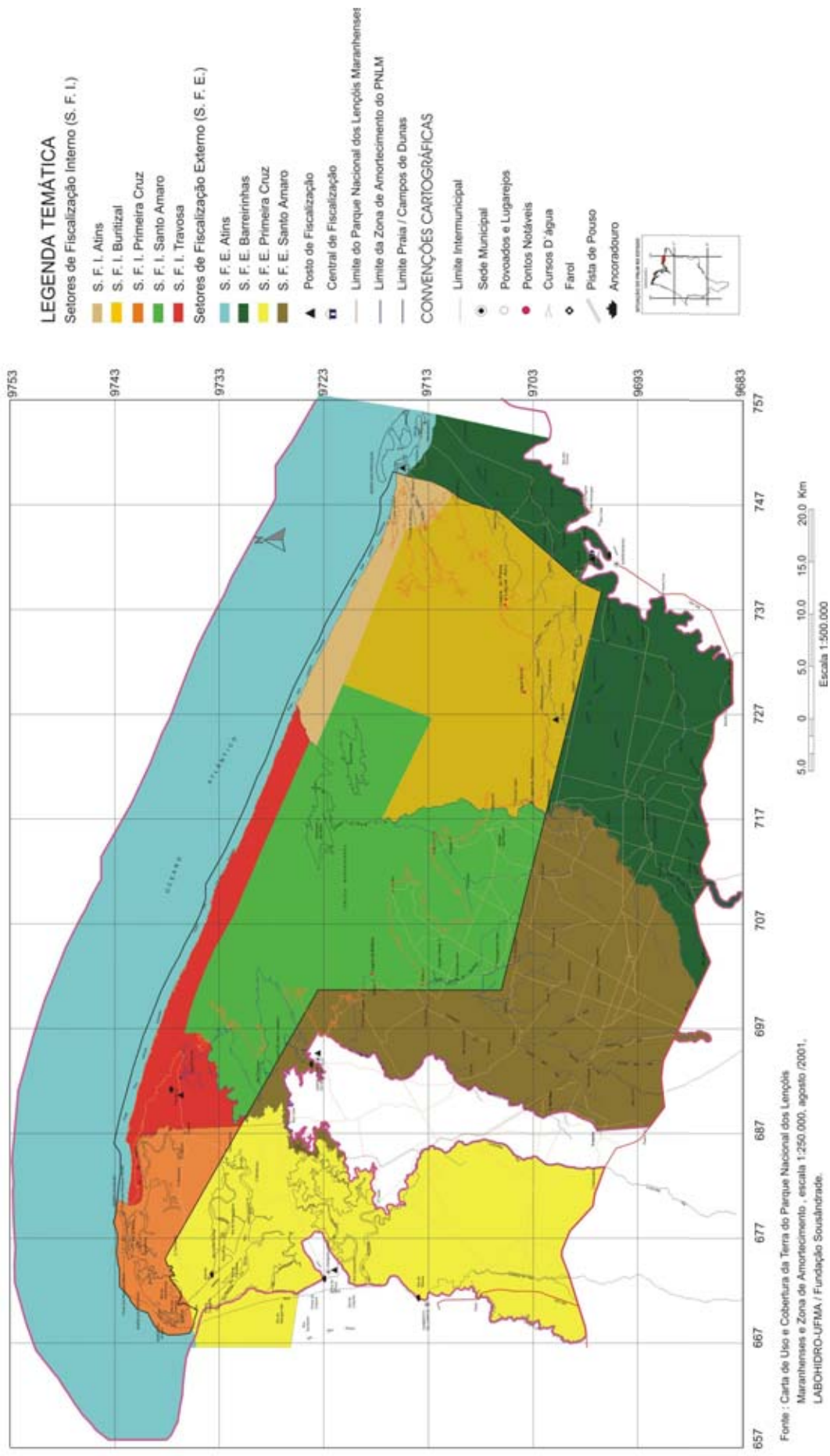


Figura 4.7 – Carta das áreas de atuação dos Setores de Fiscalização do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. S/E: sem escala.

Fonte: MMA; IBAMA, 2003a, p. 155.



Figura 4.8 – Turistas caminhando sobre dunas de acesso às lagoas do PNLM.

Fonte: David Bouças Silva, agosto 2007.

Essa situação exige a prestação de informações, pelo Centro de Visitantes do IBAMA/Barreirinhas, sobre as dificuldades de acesso e restrições impostas à visitação pública em parques nacionais, como também demanda o empenho das agências e operadoras de viagem, ou qualquer agente divulgador e promovedor do destino, em esclarecer os roteiros estabelecidos e prestar informações de caráter preservacionista, destacando os tempos de deslocamento, os caminhos de acesso e o esforço físico empregado para andar nas dunas. Assim sugere a OMT (1992), a respeito do turismo na natureza e ecoturismo, demandando estratégias mercadológicas eficazes e bons profissionais para promovê-los com êxito. Em cada área protegida, têm-se que definir as formas de divulgação e facilitar à operadoras e agências de turismo informações adequadas sobre os PARNAs, normas de visitação, aspectos da flora e fauna, contemplados em folhetos ou outras publicações destinadas aos seus clientes.

Objetivando o controle no número de visitantes, o IBAMA/Barreirinhas determinou turnos de saída dos passeios. Disponibilizando uma duração adequada para caminhadas, banhos e contemplação das paisagens, entende-se que cada um dos toyoteiros⁵² se deslocaria, no máximo, duas vezes por dia. O fluxo turístico estabelecido para as lagoas é de metade da demanda no período matutino e o restante no vespertino, com retorno previsto ao meio-dia e no pôr-do-sol, respectivamente. Não é admitida no circuito lagoas, a visitação noturna, uma vez que a fiscalização no SFI Buritizal não abrange essa parte do dia (MMA; IBAMA, 2003).

⁵² Designação usada localmente para se referir aos motoristas das Toyotas.

Apoiado em observações empíricas e informações do IBAMA/Barreirinhas acerca do número diário de visitantes, constata-se que em certos períodos do ano, mais especificamente nos meses de janeiro e julho, os deslocamentos chegam a ser de três vezes em um único dia, contrariando o previsto no documento de manejo e, possivelmente, comprometendo a satisfação dos turistas que não permanecem tempo suficiente para realizar suas atividades recreativas e interpretativas (Figura 4.9).



Figura 4.9 – Turistas desfrutando as lagoas do PNLM. À esquerda, Lagoa Azul, à direita, Lagoa do Peixe.

Fonte: David Bouças Silva, agosto 2007.

O caminho de volta das lagoas é realizado pelas mesmas trilhas de acesso ao campo de dunas. O término dos passeios foi estabelecido no CV de Barreirinhas, localizado na sede do Cantinho, travessia da balsa da Diana. À época de seu funcionamento, o escritório do IBAMA realizava o registro das Toyotas em direção aos Lençóis, prestando informações sobre a UC e Educação Ambiental, entretanto, desde o início de 2007, estas atividades foram interrompidas devido à problemas na estrutura da sua edificação (Figura 4.10).



Figura 4.10 – Sede do IBAMA/Barreirinhas interditada no povoado do Cantinho.

Fonte: David Bouças Silva, novembro 2007.

4.2.2 Roteiro Preguiças

Além da oferta diferencial dos Lençóis Maranhenses, Barreirinhas também disponibiliza aos visitantes o usufruto de sua abundância hidrológica, faunística e florística, representada turisticamente pelo passeio no rio Preguiças e comunidades da zona de amortecimento, através de lanchas motorizadas, popularmente conhecidas como voadeiras (Figura 4.11). A utilização do roteiro Preguiças, ao mesmo tempo, enriquece o produto turístico dos Lençóis Maranhenses e contribui para a necessária diversificação da oferta do turismo barreirinense.



Figura 4.11 – Voadeiras no roteiro Preguiças, à esquerda cais de Barreirinhas, à direita descida em Caburé.

Fonte: David Bouças Silva, agosto 2007.

Caso seja implementado o plano de manejo, definidos a capacidade de suporte e os mecanismos de efetivo controle da entrada de visitantes, atribuir-se-á ainda mais importância aos passeios de voadeiras no Preguiças, por constituir uma alternativa para minimizar a pressão da visitação no campo de dunas e disponibilizar o conhecimento de outros aspectos naturais e culturais da região do PNLM.

O passeio referente a este roteiro tem início no cais de Barreirinhas, local mais conhecido como Beira-rio, encerrando-se na praia de Caburé, próximo à desembocadura do rio Preguiças. O deslocamento adota o sentido jusante, verificando-se a transição de vegetação do tipo aluvial (buritizais predominantemente) para a de influência flúvio-marinha (manguezais). Antes da chegada no referido povoado, visita-se ainda as localidades de Vassouras e Mandacaru, gastando-se uma média de duas a três horas até a parada para almoço em Caburé. Ao longo do trajeto, há também a possibilidade de observar diversas espécies de aves, a exemplo de garças (*Egretta thula*) e guarás (*Eudocimus ruber*).

No povoado de Vassouras ocorre a primeira parada do passeio. Cabanas rústicas de pescadores locais possuem infraestrutura de repouso temporário aos turistas, incluindo serviços de alimentação e comercialização de artesanato barreirinhense. No local, pode-se presenciar as morrarias, componentes dos Pequenos Lençóis, avançando sobre os manguezais, além de macacos-prego soltos na natureza (Figura 4.12).

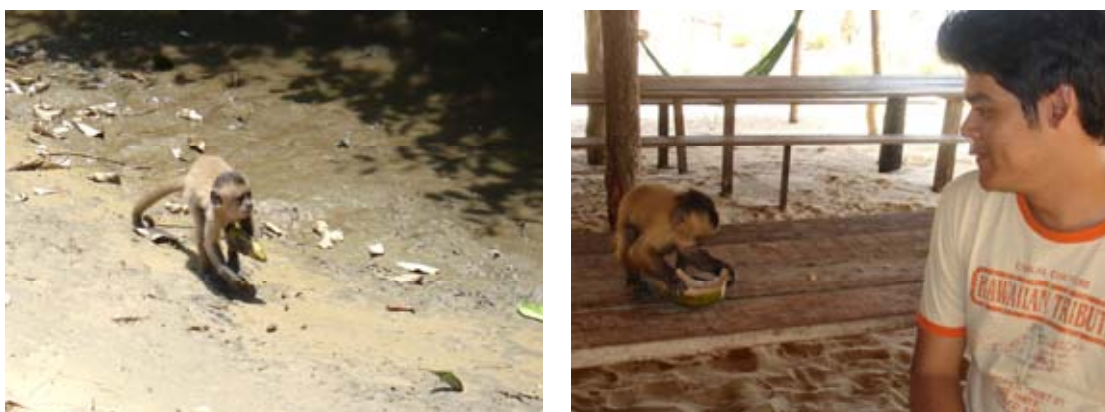


Figura 4.12 – Macacos-prego abundantes no povoado de Vassouras e forte atrativo turístico local.

Fonte: David Bouças Silva, setembro 2007.

No penúltimo povoado componente do Roteiro Preguiças, Mandacaru, presencia-se uma maior atividade pesqueira voltada para a comercialização em Barreirinhas e outras localidades próximas. O Farol Preguiças com 160 degraus, além de sua função primária de guiar os pescadores da região, turisticamente possibilita uma vista panorâmica de 360 graus da desembocadura do rio Preguiças, do início dos Grandes e Pequenos Lençóis, bem como de Caburé (Figura 4.13).



Figura 4.13 – Farol Preguiças, principal atrativo de Mandacaru. À direita, vista da foz do Preguiças.

Fonte: David Bouças Silva, setembro 2007.

Após visita aos povoados de Vassouras e Mandacaru, segue-se para Caburé em que se concentram as melhores estruturas de atendimento turístico (Figura 4.14): pousadas e restaurantes com geradores de energia, torres de telefonia celular, água encanada e equipamentos para passeios como veículos 4x4 e lanchas. De maneira geral, os passeios deste roteiro encerram após o descanso para almoço e banho na praia de Caburé. O retorno é realizado em uma hora, sem paradas, até o cais de Barreirinhas.



Figura 4.14 – Estrutura turística de Caburé, representada por equipamentos para passeio e pousadas.

Fonte: David Bouças Silva, agosto 2007.

Enquanto APA, Área de Proteção Permanente (APP) e ZA do PNLN, não deveria existir qualquer tipo de estrutura turística em Caburé. A fragilidade do ecossistema, restinga, não comporta visitação massiva, tampouco constitui terreno propício à construção e instalação de equipamentos turísticos. Ademais, por respaldo legal⁵³, a visitação em Caburé deveria ser constituída em caráter proibitivo, jamais nos moldes presentes da utilização pelo turismo.

Diante da não-execução do plano de manejo e em meio às brigas políticas pela ocupação do território, expõe-se nos próximos tópicos, aspectos pertinentes à gestão do PNLN voltados, sobretudo, ao suporte e recepção de visitantes. As informações a serem prestadas, assim como outras supra, foram obtidas por meio de entrevistas com Maria Carolina Alves Camargos, analista ambiental do IBAMA/Barreirinhas (APÊNDICE B), ao longo do ano de 2007, de pesquisa no plano de manejo, assim como observações de campo. A sistematização das informações mais pertinentes sobre a gestão da visitação foi baseada no trabalho de Zimmermann (2006).

⁵³ Aspecto discorrido enfaticamente no capítulo 6, todavia, de antemão, ressalta-se que a localidade de Caburé tem como respaldo legal a Lei nº 9.985/00, artigo 49, a Lei nº 4.771/65 (Código Florestal) e/ou artigo 3º da Resolução CONAMA nº 303/02.

5 A GESTÃO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES NO CONTEXTO DA VISITAÇÃO PÚBLICA

5.1 INFRAESTRUTURA VOLTADA AO USO PÚBLICO

No período anterior à interdição da sede do IBAMA/Barreirinhas no povoado do Cantinho, em 2007, o escritório funcionava também como CV e oferecia algumas informações aos turistas sobre condições de acesso e normas do Parque. *A posteriori*, o órgão gestor do PNLM passou por dificuldades para conseguir um novo espaço para funcionar como sede. Desde o início de 2007, o IBAMA/Barreirinhas funciona, improvisadamente, em prédio cedido por uma ONG estrangeira – Cooperação Espanhola – a qual atua na região dos Lençóis Maranhenses. O escritório atual dista cinco quilômetros do centro urbano de Barreirinhas, logo, igualmente afastado das balsas de travessia do Preguiças (Figura 5.1).



Figura 5.1 – Sede improvisada do IBAMA/Barreirinhas.

Fonte: David Bouças Silva, agosto 2007.

A sede do Cantinho foi estrategicamente definida para a realização de atividades informativas e de educação ambiental, justamente por constituir ponto de passagem para os Lençóis Maranhenses. No mesmo sentido, a sede desativada do IBAMA/Barreirinhas, localizada em Atins (Figura 5.2), poderia exercer maior contribuição à visitação e orientação aos moradores sobre a construção de novas edificações, incluindo algumas estruturas, ainda discretas, para turismo (pequenas pousadas e restaurantes).

A falta de infraestrutura para visitação no PNLM obstaculiza o desenvolvimento de um turismo mais harmonioso com a natureza, pois as imprescindíveis ações educativas e de conscientização, normalmente são promovidas somente pelos gestores oficiais da UC e a

“maioria das pessoas que procura Parque Nacional tem pouca ou nenhuma noção do que seja o sistema de áreas protegidas, do que significa conservação da natureza e qual sua importância para o planeta ou mesmo qual o papel do ser humano na natureza” (KINKER, 2002, p. 76).



Figura 5.2 – Sede desativada do IBAMA/Barreirinhas no povoado de Atins.

Fonte: David Bouças Silva, novembro 2007.

A instalação dos equipamentos de infraestrutura voltados tanto ao uso público como à administração do PARNA, dos quais, Centros de Fiscalização, Centros de Visitantes, Postos de Informação e Controle, e Postos de Fiscalização serão fundamentais ao turismo nos Lençóis Maranhenses. O SFI Buritizal, nas proximidades do campo de dunas, destina-se como área para residência de funcionários, alojamento de pesquisadores, manutenção e serviços gerais. Nas comunidades do Cantinho (SFI Buritizal) e Atins (SFE Atins), propõe-se no plano de manejo, a concessão de serviços como lanchonetes, acampamentos com infraestrutura completa e estacionamentos.

Uma vez que Barreirinhas consegue suprir bem as demandas de acomodação e alimentação turísticas do PNLN, entende-se que as edificações voltadas ao uso público em Atins seriam, estrategicamente, mais ajustadas às necessidades atuais, mitigando a ocupação de Caburé e garantindo uma maior fiscalização da zona costeira do Parque. Deve-se, todavia, atentar à orientação de Kinker (2002, p. 59) de que qualquer elemento construído para uma UC deve “preservar e intensificar as características naturais da área protegida, evitando romper a integridade da paisagem e a harmonia com o meio ambiente, levando para fora da área, sempre que possível, estruturas que não colaborem com os objetivos de manejo”.

5.2 ATIVIDADES EDUCATIVAS

O IBAMA/Barreirinhas não tem promovido atividades educativas com os visitantes, desde o fechamento da sua sede no Cantinho. De acordo com informações prestadas por Carolina Camargos, com a saída do chefe, Júlio Andrade, o ano de 2007 foi praticamente nulo quanto à promoção dessas atividades. As ações gerenciais foram designadas mais para o trabalho com as comunidades e debates com o *Trade* atuante em toda a extensão do Parque, principalmente guias/condutores, agências de viagens e toyoteiros.

A relevância das atividades educativas e interpretativas é refletida nos diversos impactos da visitação nos Lençóis Maranhenses, acúmulo de resíduos e desrespeito às normas do Parque, somados ao perfil da demanda que conhece áreas protegidas no Brasil, esboçado anteriormente por Kinker (2002). A esse respeito, Elizabeth Boo (1993 apud ROCKTAESCHEL, 2006) entende a importância da visitação planejada em unidades de conservação a qual permite aos turistas o desenvolvimento de uma maior consciência ambiental, incentivando a participação na conservação das áreas que visitam, dispondo-se a pagar mais para a UC.

5.3 RECURSOS FINANCEIROS

Como em diversos parques nacionais em todo o Brasil, no PNLN, a maior parte dos recursos disponíveis advém do orçamento da União. Alguns são gerados por outras fontes, como através de compensações ambientais devido à implantação das linhas de transmissão Tucuruí, no Pará e Açailândia no Maranhão⁵⁴. Poucos são provenientes para o gerenciamento do Bioma Marinho Costeiro, contudo não exclusivamente voltados para ações da UC. O baixo capital disponível é revertido para a manutenção dos imóveis – reparos, limpeza e conservação – e dos veículos e barcos de propriedade do IBAMA/Barreirinhas.

Não há cobrança de ingressos e nenhuma porcentagem dos lucros gerados pelo setor turístico é revertida ao Parque. Agrava-se assim, a situação financeira da UC que sofre com orçamentos limitados, insuficientes para o manejo e administração do PARNA. Segundo

⁵⁴ Fonte: <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 2 Nov 2007.

Carolina Camargos, não há previsão de recursos para implementação do plano de manejo, somente uma pequena parte para regularização fundiária e trabalhos com a comunidade.

Benita Rocktaeschel (2006) defende a importância da cobrança de ingressos sob a lógica de que a visitação gera recursos capazes de apoiar o manejo das unidades, propiciar a criação de empregos e a consequente geração e distribuição de renda para as comunidades vizinhas, além de disponibilizar conhecimento e informações ambientais, culturais e históricas, captando mais adeptos da conservação da natureza.

5.4 QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Morsello (2001) reconhece que a dificuldade de especificação dos atributos necessários ao manejo adequado de áreas protegidas é equívoca à identificação das habilidades necessárias aos funcionários responsáveis. No seu entendimento, os técnicos da UC, geralmente pouco capacitados para lidar com os aspectos sociais do manejo, apresentam inabilidade na alteração dos mecanismos institucionais e da prática de relacionamento com as populações locais. Ademais, o mínimo quadro funcional praticamente inviabiliza a sua administração.

No PNLM, explicita-se os diversos aspectos supramencionados. O número de funcionários – sete – ínfimo para manejar uma área de 155 mil hectares, resulta em severas críticas por parte da comunidade, poder público e *Trade*. Do quadro funcional, dois são analistas e os cinco restantes são técnicos com perfil de fiscalização da UC. A reflexão subsequente de Fernandes Neto (2005, p. 101) bem traduz o esboçado sobre o perfil de funcionários do PNLM:

De fato, o que se vê hoje em termos de administração são pessoas jovens, oriundas dos certames públicos para o preenchimento de cargos de Analista Ambiental, com muitas idéias e poucos recursos. A formação interdisciplinar desses gestores sem dúvidas favoreceria uma melhora para o quadro da unidade, caso tivessem suas condições de trabalho otimizadas.

Desde a criação da sede do IBAMA/Barreirinhas, em 1999, há uma descontinuidade na gestão do PNLM, o qual já contou com três chefias, iniciando, em janeiro de 2008, a quarta liderança. As mudanças na administração, certamente, prejudicam os planejamentos internos do Instituto e, possivelmente, são ocasionadas pelas fortes pressões de agentes externos, como

algumas personagens do *Trade* e do poder público municipal, que desrespeitam a legislação e não reconhecem a autoridade administrativa do IBAMA.

Seguindo o logrado pelo plano de manejo, nos setores de fiscalização competentes ao município de Barreirinhas – sede administrativa Barreirinhas, Central de Fiscalização Barreirinhas, Centro de Visitantes de Barreirinhas, Centro de Visitantes de Atins e Posto de Fiscalização de Atins, Posto de Informação e Controle de Buriti Amarelo – exige-se um efetivo de 53 funcionários, 31 com nível médio e 22 com superior. Carolina Camargos destaca ainda que, no período de alta, especialmente feriados prolongados e férias escolares, seriam necessários 90 monitores para dar o suporte necessário. Os dados apresentados comprovam a grave situação funcional do IBAMA/Barreirinhas, evidenciando as facilidades de adentrar o PNLM, sem obedecer aos critérios de visitação.

5.5 PARTICIPAÇÃO EXTERNA NA GESTÃO DO PNLM

O Parque ainda não dispõe de um Conselho Consultivo. As reuniões do IBAMA/Barreirinhas com as comunidades dos Lençóis Maranhenses, poder público municipal e *Trade*, estão direcionadas a estimular a cooperação de todos esses agentes na gestão do parque e fiscalização das atividades exercidas na região. Não há parcerias com outras instituições para a gestão da unidade.

5.6 SERVIÇOS DE APOIO E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA VISITAÇÃO

As atividades de visitação são, em geral, acompanhadas por guias/condutores de turismo, haja vista as dificuldades de acesso, a falta de sinalização e as condições naturais do campo de dunas. Apesar disso, é comum encontrar veículos particulares nas diversas trilhas de acesso ao PARNA ou trafegando sobre as dunas, desrespeitando as normas do Parque.

No plano de uso público (IBAMA, 2006), recomenda-se a instalação de placas informativas que possibilitem ao visitante caminhar de forma autônoma no entorno da UC e na área de dunas. No entanto, as longas caminhadas sobre as dunas, as altas temperaturas

anuais e a imensidão do Parque que, muitas vezes desnorteia os visitantes, demandam uma visita guiada, para atribuir uma maior margem de segurança ao turismo nos Lençóis.

O cadastro dos condutores/guias de turismo é realizado pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Barreirinhas, a qual participa, juntamente com o SEBRAE/Barreirinhas e IBAMA/Barreirinhas, da capacitação destes profissionais com debates e cursos oferecidos na própria cidade.

Não há qualquer tipo de controle na visitação, a exemplo do sistema de agendamento de visitas no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro (ZIMMERMANN, 2006). Sobre esse quesito, abraçando metas do Ministério do Turismo, o SEBRAE/Barreirinhas e a SEMTUC tomaram a frente almejando a formação de um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que venha a discutir e colocar em prática diversas práticas de controle da visitação e planejamento do turismo.

Devido a uma série de problemas existentes no PNLN, defende-se a terceirização de serviços concedida por meio das licitações previstas no plano de manejo⁵⁵ e exemplificada por experiências de sucesso como no Parque Nacional do Iguaçu. A condição *sine qua non* para que estas concessões ocorram é a de que

[...] sem abrir mão da administração, do gerenciamento, da jurisdição e da responsabilidade civil sobre as UCs, o governo deve promover, por meio de concessões e outras formas de terceirização administrativa, facilidades e serviços comerciais necessários ao uso, ao entretenimento e à recreação dos visitantes (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 77).

A cidade de Barreirinhas é responsável por toda a infraestrutura de suporte à visitação do PNLN, tendo em vista que as construções dos equipamentos previstos no plano de manejo, nas localidades de Cantinho e Atins, não possuem qualquer previsão de início.

⁵⁵ Pretende-se oferecer, através de contratos avaliados anualmente, os seguintes serviços: estacionamento, transporte no interior da UC, aluguel de bicicleta, lanchonetes, restaurante, passeios de barco e outras atividades aquáticas, trilhas guiadas, lojas de souvenir, áreas de acampamento, atividades de interpretação e demais atividades de uso público, recolhimento e transporte do lixo produzido no interior do Parque (MMA;IBAMA, 2003, p. 167).

5.7 MANEJO DE IMPACTOS E ORIENTAÇÃO AOS VISITANTES

O manejo dos impactos da visitação é realizado sem métodos ou técnicas específicas e, portanto, de forma empírica, os funcionários do IBAMA/Barreirinhas verificam a deterioração do parque na área das lagoas e dunas, mais direcionada a concentração de lixo nestes locais e também nas trilhas das Toyotas.

A conduta do visitante é direcionada, atualmente, apenas pelos motoristas das Toyotas ou condutores/guias de turismo da região, devido à inexistência de sinalização. Muitos turistas adentram o Parque desconhecendo aspectos muito simples que poderiam ser informados por esses agentes como a proibição do uso de produtos de higiene pessoal, bronzeadores (somente bloqueadores são permitidos) e o consumo de bebidas alcoólicas.

No entanto, comumente, observam-se visitantes completamente desinformados sobre tais procedimentos, refletido nos resíduos deixados no campo de dunas como sacos plásticos, latas, peças de roupa, calçados e até preservativos. Ocorrência a qual exige além da ação fiscalizadora, a necessidade de ações interpretativas e de educação ambiental, posto que a responsabilidade na conservação do PNLM, considerada atribuição única do IBAMA/Barreirinhas, precisa ser compartilhada por todos, sobretudo, pelos que se beneficiam com o turismo, *Trade* e turistas.

O plano de manejo responsabiliza os turistas pelos impactos ambientais causados, prevendo que estes assinem um termo de responsabilidade frente às diversas atividades permitidas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. O lixo gerado é entendido como responsabilidade do visitante e deverá ser conduzido de volta ao final do circuito. Na prática, a deficiência de informações prestadas aos turistas, somada ao perfil da clientela visitante dos Lençóis, responde pela atitude de muitos guias/condutores locais, únicos coletores do lixo encontrado na natureza e gerado pela demanda turística.

Não há controle de entrada de visitantes no PNLM, tampouco, determinou-se a capacidade de suporte dos ecossistemas envolvidos. Nesse sentido, a capacidade de carga, enquanto mecanismo capaz de minimizar os impactos sobre o meio ambiente natural, assenta limites no número de pessoas as quais exercem pressão, ao mesmo tempo, sobre determinada área. No mesmo sentido, a Organização Mundial do Turismo (1992, p. 18) a conceituou como

“[...] o nível de exploração turística que uma zona pode suportar assegurando uma máxima satisfação aos visitantes e uma mínima pressão sobre os recursos”.

A inexistência de um estudo de capacidade de carga ecológica é atestada pelo professor Antonio Carlos Castro, ao justificar que a falta de um conhecimento mais detalhado sobre os aspectos geomorfológicos, especialmente sobre os processos erosivos e de dinâmica das dunas, inviabilizam tais ensejos de definir limites à visitação diária. Acrescenta ainda que um grande empecilho aos Lençóis Maranhenses, no período de elaboração do plano de manejo, foi a inexistência de dados científicos relativos a solos, vegetação, ciclos hidrológicos, entre outros. “Muitos parques nacionais em todo o Brasil, no intento da elaboração de seus planos de manejo, já dispunham de bom material científico sobre diversos aspectos dos ecossistemas a serem protegidos. Contudo, os Lençóis Maranhenses não pertenciam a esse caso”.

Nesse âmbito, ressalta-se a importância da Lei nº 9.985/00, artigo 22, § 2º, a qual estabelece que “a criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade”. Observa-se, portanto, uma lacuna no PNLM, posto que, quase duas décadas depois da sua criação, foram elaborados seus primeiros estudos.

O IBAMA/Barreirinhas, em parceria com agentes do *Trade*, comunidades locais, IBAMA/Brasília e membros do Governo Federal, organizou uma reunião estipulando a capacidade de suporte para o Roteiro Lagoas, baseada em uma demanda existente na época da implementação da MA-402, a qual não condiz com a atual realidade do turismo nos Lençóis.

O limite de 100 pessoas por dia, metade para cada turno – matutino e vespertino – é permitido somente no período de alta estação (março a julho). Na baixa – agosto a dezembro – determinou-se 60 visitantes, somando-se os dois períodos do dia (MMA; IBAMA, 2003a). O IBAMA/Barreirinhas considera também como baixa estação, os meses de janeiro e fevereiro, apesar do número de visitantes bem superior ao período subsequente a agosto. Para a Lagoa Bonita, até que a capacidade máxima de pessoas seja estabelecida, admite-se 100 pessoas por turno. Este limite de visitação, determinado antes da inauguração da MA-402, não é bem aceito pelos empresários locais, devido ao crescimento vertiginoso da demanda turística que, em muito, supera as 60 ou 100 vagas permitidas diariamente.

Prova do exposto, o IBAMA/Barreirinhas, em 2006, estabeleceu na sua antiga sede do Cantinho, balsa da Diana, um controle do tráfego de Toyotas em direção às lagoas Azul e do

Peixe. Constatou em todos os meses uma demanda acima da lograda, com destaque para os meses de janeiro e julho. Segundo os dados colhidos, na época considerada de maior fluxo de visitantes, os toyoteiros transportaram 8.668 e 11.187 pessoas, respectivamente, somente para as duas lagoas citadas, sem incluir o trecho Lagoa Bonita. Desse modo, a média respectiva da visitação diária, 279,6 e 360,9 pessoas, extrapola, significativamente, o contingente permitido em um único roteiro turístico dos Lençóis Maranhenses.

Absurdamente, nesses dois meses, diariamente o limite de visitação foi extrapolado com picos de até 763 pessoas em um único dia no circuito lagoa Azul e do Peixe. O total da visitação em 2006, somente para estas lagoas, foi de 52.819. A média de 144,7 visitantes, mesmo não ultrapassando muito o limite diário permitido, não é bem distribuída periodicamente, apresentando forte concentração em feriados, excedendo substancialmente o permitido. No feriado da Independência, por exemplo, em três dias apenas, 2.151 visitantes se dirigiram ao PNLM, representando uma considerável média/diária de 717 pessoas.

Este volume de visitação expressa a urgência em controlar o turismo na região do PNLM e, ao mesmo tempo, demonstra as características de uma atividade massificada, contrária aos objetivos da visitação planejada em parques nacionais a qual, certamente, se continuamente exercida, comprometerá a sustentabilidade do turismo na região do PNLM.

O professor Antonio Castro entende que seja possível, a partir de um estudo preciso sobre as condições de suporte das dunas, permitir um maior número de acessos ao PARNA, mas não muito superior ao determinado. E ainda que se houvesse realizado este estudo, não existem pontos de apoio e mecanismos de controle da visitação, tampouco regras definidas para o cumprimento dessa estimativa.

O Ministério do Turismo reconhece a importância do controle da visitação nas localidades com potencial ecoturístico, relatando em um de seus documentos que a “experiência do município de Bonito reafirma a importância de limitar o número de visitantes nos atrativos e, mais que isso, monitorar e direcionar o comportamento do visitante, de modo a minimizar o impacto no ambiente natural” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006a, p. 53).

Fernandes Neto (2005) destaca pesquisas as quais constataam que grande parte dos impactos gerados a partir de atividades recreativas, em áreas naturais, ocorre muito mais devido à má postura dos visitantes do que como resultado de um demanda excessiva por estes

locais. De antemão, entende-se que para o PNLN, as ações de informação e conscientização ambiental, possivelmente, surtiriam maiores efeitos dado o perfil da sua atual demanda.

5.8 SINALIZAÇÃO

O Parque não dispõe de sinalização sobre atrativos, trilhas ou informações educativas. As poucas placas dispostas em alguns pontos de Barreirinhas, sinalizam para a proibição: do tráfego de qualquer veículo motorizado no campo de dunas; do transporte de mais de 10 visitantes por veículo; do consumo de bebidas alcoólicas; e do ingresso de animais domésticos. Apenas em sítios de divulgação na Internet, folhetos, ou meios de hospedagem em Barreirinhas, são encontrados mapas do PNLN, informando os locais de visita, aspectos que orientam o visitante quanto ao que é permitido fazer e como aproveitar a visita.

As placas dispostas pelo IBAMA/Barreirinhas apresentam somente limitações de comportamento e não trazem informações educativas ou interpretativas. Por isso, é importante que, cada vez mais, considere-se a importância do turismo em parques nacionais como mecanismo gerador de recursos suficientes à administração da unidade e, do mesmo modo, promovedor de uma conscientização ambiental e cultural, incitando comportamentos mais ajustados às prioridades preservacionistas e conservacionistas das áreas protegidas.

5.9 SEGURANÇA DO VISITANTE

Nos dias atuais, o turismo no PNLN é realizado à mercê de segurança para os visitantes. Em caso de emergência, os postos de primeiros-socorros se encontram cerca de uma hora das lagoas ou da parada em Caburé. Os visitantes passam por sérios riscos porque, mesmo em Barreirinhas, os hospitais oferecem apenas atendimentos mais simples. Qualquer necessidade maior de equipamentos hospitalares, São Luís constitui o ponto de apoio mais próximo. No passeio do rio Preguiças é exigido o uso de coletes salva-vidas e a habilitação dos lancheiros⁵⁶, fiscalização que fica a cargo da Capitania dos Portos.

⁵⁶ Designação local utilizada para se referir aos condutores das lanchas.

A segurança nos Lençóis é matéria importante a ser discutida. Por essa razão, já são realizadas em Barreirinhas as primeiras reuniões do Grupo Voluntário de Busca e Salvamento (GVBS) o qual atribuirá maior segurança à visitação do PNLM.

5.10 PRINCIPAIS ENTRAVES À GESTÃO DA VISITAÇÃO

Os problemas mais significativos para o manejo da visitação no parque, elencados por Carolina Camargos, são os diversos embates com o poder público municipal devido ao uso e ocupação irregulares do solo, sobre-exploração turística, carência quantitativa e qualitativa de funcionários, a insuficiência de recursos para fiscalização e manejo, como também as inúmeras interligações entre as fronteiras geográficas do Parque.

Outro fator complicador é a questão fundiária do PARNA dos Lençóis Maranhenses que possui 71% de sua superfície em situação regular. No período de elaboração do seu plano, observou-se cerca de 215 famílias residentes na UC, vivendo como posseiras. O IBAMA/Barreirinhas alega existir verba destinada, em parte, para reduzir os conflitos fundiários através de ação indenizatória. Todavia, a forte especulação imobiliária a qual vem ocorrendo intensifica os embates entre este Instituto, poder público municipal e empresários.

5.11 A IMPORTÂNCIA DA VISITAÇÃO PARA O PNLM

Em entrevista concedida a Rossane Carvalho (2007), Érika Fernandes Pinto⁵⁷ ressalta o papel do turismo como tábua de salvação de regiões de baixa renda, proporcionando à Barreirinhas geração de emprego e renda, e intensificando melhoras na infraestrutura urbana. Em uma visão complementar, Carolina Camargos percebe o Parque como condição sem a qual não haveria o turismo barreirinhense. Desse fato decorre a importância da preservação/conservação dos ecossistemas visitados para garantir a sustentabilidade da atividade turística local.

⁵⁷ Conduzida ao cargo de chefia do PNLM, em março de 2005, foi sucedida em 2006 por Júlio Andrade, o qual não permaneceu mais que seis meses no IBAMA/Barreirinhas. No decorrer da pesquisa, o PNLM encontrava-se sem chefia e as informações necessárias foram obtidas com a ajuda de Maria Carolina Alves Camargos.

Uma base de cálculo não-confiável, apresentada informalmente pelo IBAMA/Barreirinhas, revela uma renda mínima gerada para o município, em função do PNLM, de mais de R\$ 13 milhões anuais. A estimativa foi determinada a partir do contingente de visitantes em 2006 – 52.819 pessoas – e do seu perfil comum, ou seja, demanda que realiza um pernoite, pagando pelos dois roteiros de visitação, acrescidos de gastos médios com alimentação, estadia e *souvenirs*. Apesar disso, seguramente, a visitação dos Lençóis Maranhenses movimentava muito mais dividendos do que o estimado, considerando que o IBAMA/Barreirinhas tabulou apenas os visitantes que utilizavam a balsa da Diana. Se fossem realizadas pesquisas em todo o PNLM, certamente, totalizar-se-ia receitas anuais superiores aos R\$ 13 milhões.

Nessa ótica, a cidade de Barreirinhas, sobretudo o *Trade* turístico, deveria constituir a principal interessada na proteção dos recursos naturais do Parque, posto que os Lençóis Maranhenses são a razão do seu desenvolvimento turístico. Caso fosse impedida a visitação no PNLM, como ocorreu na Chapada dos Veadeiros em 1991, seguramente, toda a cadeia turística barreirinhense estaria fadada ao colapso.

O entendimento de Érika Pinto sobre a importância da visitação para o PARNA dos Lençóis está em linha com a percepção de Kinker (2002, p. 48) sobre os porquês do Governo Federal promover cada vez mais o turismo em UCs. Para esta autora, isto ocorre, pois a atividade turística gera renda para os parques, mediante taxas de visitação e concessões de serviços, “sendo o aspecto mais importante seu efeito multiplicador, que pode atingir as comunidades do entorno, considerando-se que as infra-estruturas receptoras devem estar nesses municípios e não na área dos Parques”.

Muitos aspectos apresentados no presente capítulo, esclarecem as grandes dificuldades do IBAMA/Barreirinhas no desenvolvimento de um turismo sustentável para a região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. As inúmeras contradições entre o determinado no plano de manejo e a prática do turismo no PNLM, esclarecem uma série de embates entre o *Trade* de Barreirinhas e o órgão ambiental em questão.

As ações governamentais – federais, estaduais e municipais – centram-se, atualmente na implantação do roteiro integrado – Maranhão, Piauí e Ceará – como se o PNLM reunisse condições básicas para o atendimento às necessidades turísticas e de preservação ambiental. O

desejo de incrementar a sua receita conduz diferentes esferas governamentais e iniciativa privada a somarem esforços na divulgação do turismo em Barreirinhas, Lençóis Maranhenses.

As etapas previstas no plano de manejo do PNLM, certamente, poderão contribuir para mitigar essa problemática. Entretanto, o documento em questão já carece de atualização e estudos mais aprofundados, apesar de não ter sido ainda implementado. Concluído no final de 2002, o plano de manejo do PNLM demanda novas pesquisas e revisões, sobretudo em face aos diversos estudos elaborados sobre a região dos Lençóis Maranhenses.

Em ressalva à importância do documento de manejo em parques nacionais, Fernandes Neto (2005) percebe que o uso público pode se converter muito além de um importante meio de arrecadação, mas também um instrumento de grande aplicabilidade dos objetivos que permearam as justificativas de sua criação, estimulando o seu entendimento e a apropriação pelas pessoas, estabelecendo, dessa forma, relações com a sociedade.

Se o discurso dominante é o de um turismo sustentável para a região, questiona-se o porquê dos investimentos não serem voltados à efetivação do plano de manejo, reunindo assim, condições de se gerir com qualidade a atividade turística na região dos Lençóis.

A fragilidade institucional do IBAMA, refletida na sua sede de Barreirinhas, demonstra que o manejo de UCs, especialmente no caso brasileiro, apresenta graves entraves à operacionalização de seus objetivos. A insuficiência de recursos financeiros e humanos, muitas vezes, inviabiliza a administração dessas áreas. Apesar de protegidos legalmente, os Parques Nacionais, por exemplo, não estão a salvo de degradações decorrentes de atividades como o turismo. O desrespeito ao zoneamento do Parque, com ênfase na construção de equipamentos turísticos na ZA e na exploração turística nas demais áreas internas do PNLM, não seguem os cuidados exigidos pelas normas estabelecidas para a visitação, acentuando as oposições entre as racionalidades ambiental – do PARNA – e econômica – do município.

A ausência de infraestrutura de visitação no PNLM destoa das qualificações do turismo em parques nacionais, como por exemplo, informações adequadas sobre educação ambiental, conforto e segurança aos visitantes. O PNLM se esforça para administrar com um número ínfimo de funcionários, uma área de 155 mil hectares. Desse modo, os passeios não possuem qualquer tipo de fiscalização na zona extensiva e, quando ocorria, limitava-se ao controle de pessoas transportadas nas Toyotas (dez no máximo). Nos moldes atuais, o órgão gestor do

Parque carece muito do empenho e compromisso do *Trade* em ajudá-lo na conscientização sobre a importância da proteção dos ambientes naturais, bem como na fiscalização do Parque.

Em outra vertente, o caso do PARNA da Chapada dos Veadeiros, fechado em 1991 e reaberto quase um ano depois, por força de uma visitação massiva e sem normas de condução, deveria alertar o município de Barreirinhas sobre decisões passadas do IBAMA em cessar visitação pública nas UCs brasileiras. Uma situação nesses moldes comprometeria, significativamente, toda a cadeia turística que utiliza a riqueza do PNLM, ocasionando fechamento de estabelecimentos, agências e reduzindo a geração de renda local. Este fato contribui para sérias reflexões sobre o futuro do Parque e o necessário planejamento turístico da região, priorizando a harmonia entre os diversos atores envolvidos.

Na busca do desenvolvimento de um turismo sustentável para o PNLM, o IBAMA/Barreirinhas deve lograr pela fiscalização e controle da exploração turística dos Lençóis Maranhenses, buscar parceiros para o manejo da UC, assim como aprofundar os conhecimentos a respeito das práticas telúricas das populações residentes, de modo que estas constituam parceiras na gestão do Parque e permaneçam, culturalmente, enriquecendo o produto Lençóis Maranhenses.

Nesta concepção, debate-se, a seguir a situação das comunidades residentes no interior do PNLM, aspectos da legislação brasileira, bem como expõe-se um caso de remanejamento no Estado do Maranhão o qual resultou na perda de qualidade de vida e conflitos sociais dessas populações.

5.12 A QUESTÃO DAS POPULAÇÕES RESIDENTES NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

A discussão sobre populações humanas, residindo em áreas protegidas, é bastante polêmica e controversa, podendo ser aplicada ao contexto dos Lençóis Maranhenses. De acordo com o IBAMA/Barreirinhas, no interior do Parque foram consideradas tradicionais as comunidades de Baixa Grande, Queimada dos Britos e Travosa (MMA; IBAMA, 2003).

No entanto, existem diversas outras pequenas comunidades vivendo ao longo do PNLM com estilos de vida moldados de acordo com a disponibilidade de recursos naturais. Essas

populações, nas descrições do professor Antonio Castro, desenvolvem atividades pesqueiras e extrativas, agricultura de subsistência com baixa produtividade e técnicas rudimentares, especialmente empregadas nas plantações de mandioca. Tipicamente, as comunidades apresentam uma agricultura nômade e baseada na roça familiar.

Além das comunidades ribeirinhas de Barreirinhas, em localidades como Queimada dos Britos e Baixa Grande, percebe-se a simplicidade e rusticidade do cotidiano local, representadas pelo aproveitamento dos materiais *in natura* para garantir conforto e segurança contra as intempéries dos Lençóis, assim como pela reutilização de objetos que no meio urbano, possivelmente, conteriam outros sentidos.

Na cozinha das casas, o fogão é feito com canos deixados pela Petrobrás – os quais os moradores recortam e revestem de barro – e em todas as casas se observa a incorporação de elementos coletados na praia. O que é descartável em Barreirinhas e nos barcos que atravessam o litoral, readquire significados transformando-se em objetos utilitários (baldes, cestos...) e de decoração. Na casa de Mané Brito, há lâmpadas penduradas no teto, amarradas nas ripas que sustentam as palhas de buriti. Lâmpadas fluorescentes de diversos modelos, lâmpadas incandescentes... todas queimadas. Não importa: nas Queimadas não há energia elétrica nem geradores (D'ANTONA, 2002, p. 148).

A Lei do SNUC é bem clara sobre a existência dessas populações ao pregar o seu remanejamento do local no qual estão enraizados há gerações. As comunidades de Baixa Grande, Queimada dos Britos e Travosa, consoante a legislação específica sobre UCs, não desenvolvem hábitos de vida capazes de manter boas condições naturais dos Lençóis Maranhenses. Desse modo, o IBAMA/Barreirinhas almeja:

Iniciar ciclos de reuniões comunitárias participativas com os residentes da UC, explicando as razões de proteção ambiental, o processo de regularização fundiária e os processos e diretrizes que definirão a convivência entre eles e a existência da Unidade, até que ocorra a sua remoção conforme determina a lei do SNUC (MMA; IBAMA, 2003a, p. 161-2).

Um dos maiores desafios da gestão de áreas protegidas é o de como convencer populações de que seus hábitos culturais e telúricos contrastam com os objetivos de proteção da natureza, carecendo de processos e diretrizes que determinem seu novo modo de vida. No mesmo sentido, os porquês dos espaços habitados por suas famílias, ao longo de gerações,

não comportarem sua permanência, mas admitirem a visitação de pessoas alheias ao processo histórico de construção das coletividades dos Lençóis Maranhenses.

A abordagem prática com as comunidades precisa respeitar os estilos de vida comuns dessas populações. Ao invés de serem vistas como um caso genérico de grupos destruidores da natureza, esses grupos deveriam ser considerados aliados da conservação/preservação dos espaços naturais, e, para tal, serem estimulados a realizar atividades que estejam consoantes à proteção do meio ambiente, ajudando assim, a desenvolver e consolidar o rico potencial turístico-cultural da região dos Lençóis Maranhenses, enquanto donos de saberes e fazeres particulares típicos.

A Lei 9.985/00 generaliza ao pregar o remanejamento das comunidades ditas tradicionais, sem que os casos sejam avaliados individualmente. Existem, até mesmo, lacunas a respeito da significação do termo tradicional. Problema este que conduz à errônea interpretação e identificação das populações locais, normalmente intituladas tradicionais, sem que haja uma investigação mais detalhada e sistematizada que permita identificar peculiaridades das comunidades que possam realmente ter contribuído para a conservação dos processos ecológicos. Nesse sentido, moradores ‘de fora’ podem se misturar ou serem confundidos com as populações que já habitam as unidades há muitas décadas e se enquadram no perfil esboçado anteriormente por Castro (2007).

Em conversa informal com um dos membros do IBAMA, alegou-se o seguinte:

Se nós permitirmos a permanência de todas as comunidades no interior das UCs, diversos problemas vão aparecer. Tem gente dizendo que é tradicional, mas não é não. Por isso, a lei do SNUC categoriza tipos de unidades em que se permite presença humana. Em algumas pode, em outras não. No caso das Unidades de Proteção Integral, a utilização dos recursos é incompatível aos seus propósitos de criação. As Unidades de Uso Sustentável estão aí pra isso.

A lógica de raciocínio do funcionário do IBAMA abre brecha para duas vertentes: primeiramente, afirma-se a existência de comunidades tradicionais, contudo sem que os seus tratos com os ecossistemas sejam avaliados, objetiva-se igualmente a sua retirada das áreas protegidas. Tradicionais, com hábitos seculares ou não, as populações não devem permanecer. O segundo ponto versa sobre a instituição das áreas protegidas nacionais. Apesar do SNUC tratar sobre os processos de criação das UCs com participação popular, no geral, esses

espaços foram instituídos sem que as comunidades locais pudessem definir áreas propícias à realização de suas atividades de sobrevivência (MORSELLO, 2001).

Do mesmo modo, no PNLN, os residentes estiveram alheios à instituição desta UC e não houve discussões sobre quais áreas seriam destinadas à continuidade de suas práticas telúrico-culturais. Em virtude da singularidade dos Lençóis Maranhenses e dada a sua extensão que, praticamente, ocupou todo o campo de dunas que se mesclam com vegetação e cursos fluviais, o mesmo funcionário do IBAMA, anteriormente citado, reconhece que não se estabeleceu nenhuma área na região propícia à continuidade de seus hábitos culturais.

O alento aos trabalhos prospectivos do IBAMA/Barreirinhas se faz no sentido de que essas pequenas comunidades familiares não só se encontram há gerações residindo no interior do PNLN, como também, contraditoriamente, o meio acadêmico-científico reconhece que as localidades as quais habitam – especialmente Queimada dos Britos – foram consideradas as áreas mais bem conservadas/preservadas do PARNA.

A importância do PNLN como um refúgio ecológico pode ser evidenciada pelo fato da maior riqueza vegetal ter sido observada em Queimada dos Britos, localizada na região central do Parque que, em vista aérea, apresenta-se como uma “ilha” de vegetação. Queimada dos Britos destaca-se pela riqueza da sua composição florística que, estatisticamente, é completamente diferente das demais áreas estudadas [...] (MMA; IBAMA, 2003a, p. 135).

Esse fato vai ao encontro dos estudos de Diegues (2004), baseando-se em diversos indícios de que as técnicas utilizadas pelas comunidades tradicionais e/ou indígenas em vez de contribuírem para extinguir os recursos naturais, garantem a qualidade do meio ambiente e justificam a contraditoriedade dos propósitos de criação das UCs. E ainda, a noção de proteção dos ecossistemas, através da expulsão desses agentes, é eticamente questionável e reflete os intentos de proporcionar entretenimento às populações urbanas, em detrimento aos direitos adquiridos pelos residentes antigos dessas áreas preservadas.

Os fundamentos que evocam estudos mais aprofundados sobre as práticas telúrico-culturais das comunidades do PNLN, estão consubstanciados nos resultados obtidos em pesquisas sócio-antropológicas realizadas com as populações locais, sobretudo quilombolas, da cidade de Alcântara no Maranhão. A expropriação de comunidades alcantarenses conduzida pelo Ministério da Aeronáutica, a partir da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), há mais de 20 anos, afetou negativamente mais de duas mil famílias as

quais desenvolviam distintas atividades econômicas, notadamente agrícola, extrativas e de pesca, em um extenso território (MORAES; SOUZA FILHO, 2006).

Na concepção de Souza Filho, Lôbo e Gaspar (2006), a formação histórico-social dos povos em Alcântara engendrou formas particulares de apropriação dos recursos naturais existentes nesses territórios. Por gerações sucessivas, saberes específicos foram traçados, possibilitando o manejo racional dos diferentes ecossistemas encontrados os quais, por sua vez, permitiam e ainda permitem a sustentabilidade ecológica que assegura a reprodução material das famílias alcantarenses.

O CLA, ao exigir a transferência dessas comunidades para outros espaços distintos, acarretou “a radical transformação de um campesinato de uso comum em parcelar e a desastrosa reordenação espacial forçada, à qual foram submetidas centenas de famílias e que comprometeu sobremaneira a sua reprodução material” (MORAES; SOUZA FILHO, 2006, p. 232). Em outros termos, grupos familiares distintos foram obrigados a compartilhar um mesmo espaço natural – com características diferentes – e reorganizar o convívio coletivo. Por conseguinte, inúmeros alcantarenses não dispõem mais de áreas propícias ao desenvolvimento de suas diversas atividades de subsistência.

As desconfigurações socioculturais das comunidades remanejadas, por força do CLA, confirmam os cuidados exigidos com os grupos sociais dos Lençóis Maranhenses. O discurso advindo de Yellowstone apresenta lacunas e não deveria ser aplicado no contexto brasileiro, sem a ocorrência de estudos prévios com as populações locais. O insucesso dos remanejamentos realizados em Alcântara, serve de alerta aos gestores do PNLM que devem primar pela qualidade de vida dos moradores da região, consoante a Lei nº 9.985/00, artigo 5º, Inciso X, ou seja, “garantir às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos”.

Apesar de não se poder afirmar ao certo até que ponto as populações residentes contribuem para a qualidade dos ecossistemas presentes nos Lençóis Maranhenses, a constatação do grau de conservação das áreas habitadas internamente deveria, ao menos, suscitar novas reflexões sobre o papel dessas comunidades para a sustentabilidade do PNLM. Essas afirmações podem ser estendidas às comunidades de Barreirinhas que exibem um

conhecimento adquirido ao longo de gerações, sobretudo, no tocante aos ciclos reprodutivos de espécies ictiológicas e no estilo rústico de lidar com a natureza.

O fomento de estudos interdisciplinares mais aprofundados, como o ocorrido em Alcântara, é fundamental ao real conhecimento de possíveis ligações entre o *modus vivendi* local e o estado de conservação da natureza. O foco da preocupação com o uso dos recursos naturais, pelas comunidades dos Lençóis, não pode sobressair à utilização turística do Parque. Nos dias atuais, a visitação é de tal forma descontrolada e impactante que favorece, preponderantemente, a insustentabilidade do destino.

Algumas normas de visitação para a zona primitiva, como a proibição do acesso à essas localidades sem o acompanhamento de guias e com veículos motorizados, não são respeitadas. Logo, seus habitantes não podem ser responsabilizados pelos impactos gerados pela sobre-exploração turística. Além disso, sofrem influência de agentes externos – gestores, empresários e turistas – sobre seus modos de vida, os quais constituem um dos maiores atrativos culturais dos Lençóis Maranhenses.

Resumidamente, a realocação das comunidades locais fere a justiça e a ética social, e compromete o manutenção da sua identidade refletida em sua coletividade e padrões culturais típicos da região dos Lençóis. Possivelmente, ao serem remanejadas, não serão completamente integradas à outras atividades propostas, como o turismo e atividades relacionadas à UC, podendo sofrer os mesmos danos das populações de Alcântara.

Frederik Barth, em seu artigo *Grupos étnicos e suas fronteiras*, faz uma análise das condições de existência e formação de grupos étnicos, considerando-os como uma organização social, onde se encontram características de auto-atribuição ou da atribuição por outros a uma categoria étnica. É através da identificação desta organização, denominada grupo social, que se pode extrair a concepção de identidade étnica. Assim sendo, uma atribuição categórica tem status étnico quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e aos outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional (BARTH, 2000).

De acordo com Eriksen (1993), as relações étnicas podem ser identificadas em qualquer sociedade e, contrariamente ao que comumente se pensa, estas, necessariamente, não devem

ter o caráter conflitivo e violento, podendo apresentar-se pacificamente. Tal afirmativa respalda a existência de diversas formas de fenômenos étnicos, assunto que tem sido extensamente abordado pelas ciências sociais, dentre as quais a Antropologia Social cujo interesse se reverte em como os grupos étnicos se definem e são percebidos pelos outros; como eles falam e pensam sobre e si e o os outros grupos; como visões de mundo particulares estão sendo mantidas ou contestadas (ERIKSEN, 1993).

Este mesmo autor, que elenca diversos tipos de grupos étnicos, levando em consideração as particularidades de cada contexto, declara que as *populações aborígenes*⁵⁸ têm como problemas usuais os reclames de uso e posse da terra, cujas reivindicações não são obedecidas pelo Estado no que tange à autonomia política, econômica e sócio-cultural, e sempre lutando para a preservação de sua cultura tradicional.

A experiência de remanejamento e as condições dos novos locais de habitação destroem a herança cultural e material e anulam a referência identificatória do nativo, dada pelo sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico e a não observância do que apregoa a Constituição de 1988, artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias⁵⁹ e a própria PNPCT. Esta realidade parece aproximar-se cada vez mais das populações residentes na região dos Lençóis Maranhenses, anunciando um nítido conflito entre o direito dessas comunidades em preservar seu peculiar modo de ser e fazer e as razões de Estado que levaram à implantação do PNLM.

Do ponto de vista turístico, ao efetivar o remanejamento das comunidades locais, extingue-se uma rica oferta cultural, posto que os roteiros estabelecidos e, até mesmo, os que não são tradicionalmente comercializados, utilizam suas localidades e os seus estilos de vida como atração turística. É destacável a curiosidade que os turistas estrangeiros têm ao observar os traços culturais das populações ribeirinhas do Parque e do seu interior.

Reiterando em defesa às populações tradicionais, Diegues (2004, p. 159) conclui que “em países subdesenvolvidos, a conservação poderá ser mais bem alcançada com a real

⁵⁸ Para Eriksen (1993, p. 53), as *populações nativas* “are aboriginal inhabitants, which have a traditional, non-industrial mode of production and lifestyle. They are politically powerless and hardly integrated into the modern nation state and its institutions, like capitalism, militarisation and mass observance”.

⁵⁹ O artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. A norma constitucional, portanto, não se limitou apenas a ordenar ao Estado a adoção de medidas para a posse das comunidades étnicas: reconheceu definitivamente aos quilombolas a propriedade definitiva sobre suas terras”.

integração e participação das populações tradicionais que [...] em grande parte foram responsáveis pela diversidade biológica que hoje se pretende resguardar”.

A disseminação do significado das políticas ambientais como repressivas e contra os interesses e necessidades das populações locais não é resultante ao acaso. Para as comunidades locais, a limitação no uso dos recursos e/ou sua expulsão é nitidamente inibidora de qualquer aceitação ou compreensão dos propósitos de conservação (ARRUDA, 1999).

Para quem, senão para as próprias comunidades locais é maior o interesse de preservação/conservação da natureza? A sua aceção de valor é vinculada aos seus costumes e garantias de sobrevivência, fatores bem mais significativos que os ensejos do homem urbano-industrial de utilizar áreas protegidas apenas como instrumento de contemplação e entretenimento.

A questão da presença humana demonstra que populações residentes nos locais considerados de maior conservação das espécies naturais, apontam para uma possível compatibilidade dos interesses culturais e ambientais. Partindo-se do entendimento que os parques nacionais possuem plano de manejo e estudos próprios, sugere-se a interpretação individualizada dos casos, chegando-se às conclusões de (in)compatibilidade com as práticas locais, em vez da generalização dos casos previstos na Lei do SNUC. Este pensamento deveria ser aplicado não somente aos PNLM, mas também a qualquer unidade de conservação, cuja existência de populações em seu interior não seja admitida pela legislação vigente.

No capítulo seguinte, apresentar-se-á o atual quadro turístico em Barreirinhas evidenciado nas ações governamentais, especialmente do poder público municipal, dos diferentes atores do *Trade* e a própria comunidade barreirinhense, a fim de verificar as contribuições locais para o desenvolvimento de turismo sustentável para a região dos Lençóis Maranhenses. Entende-se que conforme essa sistemática, poder-se-á atestar a hipótese da existência de racionalidades conflitantes no contexto de um turismo em parques nacionais, em outros termos, o propósito ambiental da gestão do PNLM em contraposição aos objetivos de exploração dos recursos do Parque por influência do município de Barreirinhas.

6 O MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS NO CONTEXTO DO TURISMO NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

Considerada uma das mais permissivas categorias das Unidades de Proteção Integral para a realização de atividades recreativas, os parques nacionais demandam comportamentos condizentes com os seus objetivos preservacionistas de criação. Na perspectiva deste ensejo, o desenvolvimento turístico brasileiro tem confirmado um significativo esforço nas ações de promoção das destinações. Disto se vale as estratégias de *marketing*, passadas e presentes do “Pólo dos Lençóis” – principal produto turístico do Maranhão – para atingir consumidores em todas as partes do mundo.

Na contramão desse ensejo, fica relegado o fato dos Lençóis Maranhenses constituírem um parque nacional merecedor de uma administração que fomente a prática de um turismo sustentável, contrariamente ao que existe, ou seja, marcadamente direcionada ao conhecimento e reconhecimento interno e externo dos atributos cênicos, em uma visão extremamente apelativa à visitação.

A partir do emprego de inúmeros esforços, através de parcerias com entidades de fomento nacionais e internacionais e mesmo com recursos próprios, os governos Federal e Estadual procederam à pavimentação de estradas, construção do aeroporto da cidade, incentivo à investimentos nos estabelecimentos de hospedagem nas localidades do entorno e promoção de melhorias na urbanização e saneamento de Barreirinhas. Por conseguinte, estabeleceu-se um fluxo contínuo de iniciativas almejando a consolidação do destino Lençóis Maranhenses, especialmente, por intermédio de programas como o Plano Maior e o PRODETUR⁶⁰, com ênfase em Barreirinhas, Portal dos Lençóis.

De permeio a este cenário, o PNLN, ainda não aberto oficialmente para a visitação, não possui condições de manejar o seu uso público. A grave problemática dos parques nacionais que, legalmente, concebem visitação controlada e se vêem cada vez mais desafiados por uma tendência no aumento da procura por áreas protegidas, acentua o temor pela exploração turística desses espaços, fomentada por órgãos federais, estaduais e municipais. Mesmo assim, os municípios do entorno, em especial Barreirinhas, continuam investindo na expansão da oferta de equipamentos e serviços turísticos. A prova é o crescimento vertiginoso dos meios

⁶⁰ Programa incentivador do turismo no Nordeste fomentado por meio de investimentos advindos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

de hospedagem, em Barreirinhas, o qual ocorreu na ordem de 330% com base no período anterior à operacionalização da MA-402. Em termos práticos, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Barreirinhas (2007), de 10 pousadas, em 2000, a cidade saltou para cerca de 43 meios de hospedagem, em 2006.

De acordo com este aspecto, Dias (2003, p. 136) observa uma prática comum aos destinos turísticos brasileiros, esboçando o seguinte:

De fato, a preocupação procede, pois há dificuldades de implementação de planos de gestão, em função da falta de pessoal qualificado e, com o aumento substancial da demanda pelo ecoturismo, há preocupação em não deixar passar essa oportunidade, e é aí que muitos órgãos, particularmente municipais, precipitam a visitação, numa perspectiva de auferir dividendos que auxiliarão na conservação dos recursos naturais, que conseqüentemente atrairão mais turistas, e assim por diante. Ocorre que, muitas vezes diante da renda obtida, aumenta-se a infra-estrutura de recepção ao turista em detrimento de outras obras necessárias para a preservação do ambiente natural.

Para exibir o panorama da atividade turística maranhense, principalmente relativa aos Lençóis Maranhenses e Barreirinhas, destacam-se as seguintes prioridades governamentais as quais vêm influenciando, nos dias de hoje, o incremento da demanda de visitantes⁶¹:

- ✓ **Reorganização do produto turístico Lençóis Maranhenses** – baseado no Consórcio Integrado de Turismo, também conhecido como Roteiro Integrado, projeto original do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em parceria com o Ministério do Turismo e apoio dos governos estaduais – Maranhão, Piauí e Ceará – e prefeituras municipais das cidades participantes do Roteiro Lençóis/Delta/Jericoacoara. Constitui a primeira iniciativa brasileira na roteirização de um produto turístico envolvendo pólos de turismo estaduais distintos. O objetivo geral é o de estruturar um sistema de oferta turística, com capacidade para aumentar o fluxo de visitantes e tempo de permanência nas seguintes destinações: Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia, Araisos e Santo Amaro (MA); Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia (PI); Camocim, Chaval, Barroquinha, Jijoca de Jericoacoara e Cruz (CE). Apesar de interligar os diversos municípios anteriores, o foco principal é a

⁶¹ As informações a serem prestadas a seguir, bem como as citações foram obtidas nos sítios: <http://www.sebrae.com.br/uf/maranhao>; <http://www.ma.gov.br>; <http://www.turismo.gov.br>. Acessos em: 17 Fev 2008.

exploração turística do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba e Parque Nacional de Jericoacoara;

- ✓ **Melhoria das vias de acesso** – o Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo, liberou recursos na ordem de R\$ 8 milhões para a construção do aeroporto de Barreirinhas. Com a ampliação, a pista de pouso conterà 1.500 metros de extensão, permitindo, a partir de 2008, o tráfego de aeronaves de pequeno, médio e, em casos especiais ou emergenciais, até de grande porte. No mesmo sentido, os ensejos governamentais para a conclusão da MA-402 que ligará Barreirinhas à Parnaíba, oportunizará o funcionamento do Roteiro Integrado Maranhão, Piauí e Ceará, constituindo, na prática, o encurtamento das distâncias entre os pólos e condição sem a qual não seria possível trabalhar o turismo em moldes de roteirização;
- ✓ **Promoção do produto turístico Lençóis Maranhenses** – as gestões subseqüentes ao encetamento do Plano Maior (MARANHÃO, 2000) integraram-se ao rol das localidades interessadas em promover perenemente os seus destinos turísticos. O Governo do Maranhão, desde então, como parte de sua estratégia de incremento do setor, tem participado ativamente de eventos nacionais e internacionais comercializando, sobretudo, as cidades de São Luís e Barreirinhas. Além disso, para ganhar força na eleição das sete maravilhas naturais do mundo, lançou o sítio www.votelencois.com como ferramenta da Campanha Vote Lençóis, encabeçada pelo próprio poder público estadual.

Ao apresentar as prioridades governamentais em promover o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, entende-se como o interesse econômico, representado pelas divisas advindas do turismo, sobressalta os propósitos preservacionistas da UC. No lançamento do sítio acima mencionado, o atual governador do Estado destacou: “Vamos dar todas as condições estruturais possíveis para que **a região dos Lençóis esteja apta a receber um fluxo cada vez maior de turistas de todos os cantos do mundo**”⁶². Em meio à crescente chegada de visitantes a Barreirinhas e localidades do entorno, o PNLM, no quesito administrativo, permanece na urgência de receber atenções.

Para comprovar os efeitos originados das iniciativas expostas acima, constatou-se que o Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, em São Luís, passou por um aumento, em

⁶² Grifo nosso.

2006, de 88% de passageiros, comparado às estatísticas de 2003, momento inicial da visitação dos Lençóis Maranhenses. Já no período de janeiro a junho de 2007, segundo dados da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Portuária (Infraero), o Maranhão registrou o maior crescimento no fluxo de passageiros, em comparação ao movimento nos aeroportos dos principais pólos turísticos do Nordeste, entre 2006 e 2007. Na variação de desembarques, situada neste período, o Maranhão cresceu 47,9% a mais do que outras capitais como Bahia e Ceará (INFRAERO, 2007).

A promoção⁶³ dos destinos é imperativo para o desempenho satisfatório do setor. Todavia, percebe-se que sob o ponto-de-vista da sustentabilidade do PNLM, o aspecto priorizado deveria ser o engajamento na organização da visitação controlada e implementação do plano de manejo, garantido pelo IBAMA com apoio de outros órgãos públicos e privados.

Deve chegar o momento em que todos os atores envolvidos percebam sua responsabilidade diante da qualidade ambiental dos Lençóis Maranhenses. Não basta que os esforços sejam direcionados à divulgação e comercialização do PNLM, mas principalmente, que haja condições do turismo ser trabalhado de forma sustentável. E esta pretensão, dificilmente será atingida, sem que o IBAMA/Barreirinhas possua reais condições de realizar o manejo e o controle do uso público em toda a extensão da UC.

Ruschmann (1997, p. 27) destaca o papel dos envolvidos na atividade turística de um destino como os Lençóis Maranhenses:

O Estado deve cumprir o seu papel, principalmente no que se refere à aplicação das leis ambientais e ao zelo pelo seu cumprimento, porém, é essencial que as coletividades dos locais turísticos, assim como os outros agentes de seu desenvolvimento contribuam igualmente para a proteção dos atrativos naturais que estimulam o afluxo dos turistas.

Ademais, os moldes massivos da visitação, no PARNA em questão, podem continuar comprometendo, significativamente, a percepção final dos visitantes sobre o produto Lençóis Maranhenses. Comprovando o exposto, Fernandes Neto (2005) expõe dados referentes à satisfação da clientela. Segundo este autor, 44% dos entrevistados manifestaram ter encontrado um número superior ao que esperavam nas dunas e lagoas do Parque e, no total, 66% destacaram que este fator piorou a qualidade de sua visita.

⁶³ Juntamente com o Produto, Preço e Praça, a Promoção de um destino forma os quatro Ps do *marketing* tradicional turístico (SWARBROOKE, 2000).

No período de alta estação ou datas festivas – feriados, finais de semana, férias escolares – Barreirinhas evidencia seus atributos de destinação extremamente massificada. A desorganização nas ruas da cidade, a superlotação dos estabelecimentos alimentícios e hoteleiros, o congestionamento de Toyotas nas travessias das balsas e das lanchas nos passeios pelo Preguiças, podem ser refletidos nos rostos de quem esperava um lugar tranquilo para descanso em contato com a natureza. Face ao descontrole da visitação e os conseqüentes impactos socioambientais, o turismo sustentável para a região do PNLM ainda se apresenta como um caminho a ser descoberto.

Jost Krippendorf (2000, p. 144) trata sobre a importância de melhor distribuir o fluxo de turistas no espaço-tempo das destinações assegurando que “enquanto as massas de turistas invadirem como uma avalanche as regiões turísticas, a questão dos limites do equilíbrio psicológico e ecológico permanecerá no segundo plano”.

Percebendo os objetivos-foco para o desenvolvimento do turismo nos Lençóis Maranhenses, identifica-se que o quadro de abandono do PNLM, a ausência de infraestrutura de visitação e controle de fluxo, são e continuarão sendo relegados, conforme se observa os resultados dos esforços públicos na promoção e melhoria dos acessos ao Parque. A continuidade da MA-402 prova isso.

Diante da inércia na gestão do PARNA dos Lençóis Maranhenses, as ações presentes dos poderes públicos estaduais e municipais continuam ignorando esta situação, maximizando seus esforços na busca por novos visitantes que, certamente, acentuarão os impactos negativos sobre a destinação, comprometendo ainda mais a imagem institucional do IBAMA/Barreirinhas que, em meio a um arsenal de críticas, não poderá bem gerir o Parque, a menos que haja uma mobilização externa a essa Instituição e que a visitação segura e controlada do PNLM constitua meta tão importante quanto as estratégias de fomento turístico do estado maranhense.

A qualidade na oferta do “Pólo dos Lençóis”, necessariamente, depende das formas de organização do turismo nas localidades de apoio e suporte aos visitantes, bem como no interior do Parque Nacional. Assim sendo, é fundamental que município e UC caminhem juntos, já que os “responsáveis pelo turismo e pelo meio ambiente têm consciência dos problemas difíceis e conflitantes que têm em comum; e por isso, devem criar condições e proposições para melhor administrar essa situação no futuro” (RUSCHMANN, 1997, p. 22).

Visando o prosseguimento da pesquisa e o atendimento aos objetivos propostos, buscase, nas linhas abaixo, respostas à hipótese da existência de racionalidades conflitantes entre a gestão do IBAMA/Barreirinhas e a administração pública municipal, melhor representada em seu plano diretor. Não é foco do trabalho discutir o PD de Barreirinhas em si, mas por meio do zoneamento estabelecido por este documento, comprovar incoerências com o plano de manejo do PNLN.

6.1 PLANO DIRETOR

No vasto leque das estruturas organizativas da vida nacional, destaca-se a Política Urbana, contida no artigo 182, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, regulamentada pelo Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/01:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (BRASIL, 1988).

Especificando com maior propriedade o objetivo da Política Urbana e atribuindo destaque ao quesito ambiental, o artigo 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.257/01 destaca:

Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, **bem como do equilíbrio ambiental** (BRASIL, 2001, grifo nosso).

Neste contexto, o plano diretor é o instrumento básico da Política de desenvolvimento e expansão urbana. Ele ditará os rumos ao desenvolvimento saudável e sustentável da comunidade municipal (MILARÉ, 2007). Como prerrogativas para a elaboração dos planos diretores recomenda-se: a participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e revisão; aprovação por lei municipal; e integração ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual (BRASIL, 2001).

Barreirinhas, consoante preconiza o Capítulo III, Artigo 41, do Estatuto da Cidade, necessariamente deve apresentar um PD porquanto se enquadra entre os municípios com mais

de vinte mil habitantes e integrantes de áreas de especial interesse turístico. Além do mais, os municípios precisam elaborar seus PDs para se beneficiarem dos instrumentos previstos no Estatuto que podem representar novos recursos para o desenvolvimento urbano (MARANHÃO, 2003).

No que concerne ao planejamento das cidades de interesse turístico, o Ministério do Turismo ratifica o papel dos governos municipais na definição e legalização de regras relativas ao uso do solo e código de postura. Em seu entendimento, para os municípios interessados em elevar os investimentos do Setor, é necessário, mas não suficiente, “para a atração do capital privado, a elaboração de um plano diretor que explicita claramente as ações a serem tomadas e propicie uma certa segurança ao capital privado” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006a, p. 14).

As incoerências com objetivos nacionais contidos em planos diretores locais podem ocasionar sérios prejuízos aos investidores. Exemplificando a assertiva anterior, a instalação de equipamentos e infraestrutura para o turismo em áreas não apropriadas ou legalmente protegidas, certamente, compromete o desenvolvimento sadio da atividade na destinação, impulsiona conflitos entre instâncias públicas e privadas, bem como inibe novos investimentos na localidade alvo de embates.

Sob esta ótica, Petrocchi (1998) destaca a importância da planificação urbana no alcance da qualidade de vida local, na otimização dos recursos naturais existentes e no atendimento das atividades de lazer. Segundo o autor, a ocupação territorial, necessariamente, exige a criação de um plano diretor urbano para disciplinar o uso do solo, estabelecer padrões compatíveis de construções e orientar expansões urbanas.

O tópico subsequente tratará do zoneamento territorial em Barreirinhas, contido no plano diretor do município, cujo resultado maior tem sido a eclosão de inúmeros conflitos ainda não solucionados e agressores da qualidade ambiental na localidade em questão e no PNLM.

6.1.1 O Plano Diretor de Barreirinhas

O plano diretor de um município objetiva, majoritariamente, interferir no processo de desenvolvimento local, a partir da compreensão dos aspectos políticos, sociais, econômicos, financeiros e ambientais, que determinam sua evolução e contribuem para a ocupação do seu território. Deve indicar caminhos e não somente estabelecer o ordenamento territorial das atividades, percebendo as ações de âmbito estadual e/ou nacional, que tenham repercussões sobre o seu território (MARANHÃO, 2003).

O artigo 2º, Capítulo I, da Lei do Plano Diretor de Barreirinhas, define o PD como um instrumento básico e regulador do processo de planejamento municipal e da política de desenvolvimento, que orienta a ação dos agentes públicos e privados do município, através dos objetivos, diretrizes, instrumentos e disposições gerais desta Lei (BARREIRINHAS, 2005). Levando em conta a dinâmica da realidade social, os planos diretores podem ser entendidos como um processo de planejamento contínuo, carecendo de atualização, pelo menos, a cada dez anos (BRASIL, 2001).

O plano diretor não se destina somente à área compreendida no interior do perímetro urbano, pois deve englobar o território do município como um todo (BRASIL, 2001) e precisa visar a sadia qualidade de vida da população, tanto urbana como rural. Em outras linhas, “não pode o Plano Diretor ocupar-se com exclusividade, ou mesmo com solicitude especial, dos cidadãos urbanos, em detrimento dos rurícolas” (MILARÉ, 2007, p. 533).

No que tange à cidade de Barreirinhas, o valor maior de investigação se refere ao zoneamento urbano e rural estabelecido, em 2005, pelo seu Plano Diretor. Esta é, inclusive, uma das novidades surgidas com a Lei nº 10.257/01, a qual introduziu o zoneamento ambiental em escala municipal, conforme o artigo 4º, Inciso III, alínea c.

No entanto, é fundamental atinar à prerrogativa de que o zoneamento ambiental em um município, obrigatoriamente, deve mapear sua área em escala local acatando aos planos e programas federais. Milaré (2007, p. 536) bem esclarece o exposto ao assegurar que

Como é de se supor, o zoneamento ambiental municipal tem uma dupla relação político administrativa: com o uso e a ocupação do solo no âmbito do Município e com o zoneamento ambiental em âmbito e escalas maiores (intermunicipal, metropolitano, microrregional, estadual, regional e nacional). O Município não é um ente federativo isolado e encapsulado – ele

é uma célula ativa da sociedade nacional, está inserido, de direito e de fato, nos contextos estaduais, regionais e nacionais.

Com base nesta afirmativa, parte-se para a verificação do zoneamento ambiental encetado no PD de Barreirinhas, tendo como referência o plano de manejo do PNLN, de modo que seja possível perceber as incongruências entre os dois documentos: o primeiro destinado aos interesses municipais, portanto de escala local; e o segundo regido por uma legislação federal, logo, de interesse nacional.

6.1.2 Zoneamento do município de Barreirinhas

Seguindo recomendação do Estatuto da Cidade, os planos diretores devem abranger a totalidade do território municipal, esforçando-se para que as políticas nacionais atinjam o êxito almejado (MILARÉ, 2007). O plano diretor de Barreirinhas, consoante direcionamento da Gerência de Estado de Desenvolvimento das Cidades e Municípios do Estado do Maranhão (GEDECIM), definiu o zoneamento ambiental compreendendo: áreas de expansão urbana; áreas rurais; áreas de interesse ambiental; e áreas de interesse turístico (MARANHÃO, 2003).

Objetivando a correta espacialização das zonas e seus diferentes usos, o poder público barreirinhense precisa conhecer os planos nacionais, regionais e estaduais, os quais exerçam influência em seus objetivos de gestão. Qualquer ação contida no PD de Barreirinhas a qual desrespeite as

[...] normas legais definidas para a implementação do Plano Diretor, os agentes públicos, inclusive o próprio prefeito, poderão incorrer em improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429, de 02.06.1992, que estabelece severas sanções civis (MILARÉ, 2007, p. 534).

Nesta situação, ressalta-se o zoneamento contido no plano de manejo do PNLN para a área contida até a sua zona de amortecimento – margem esquerda do Preguiças – e demais dispositivos legais – resoluções do CONAMA e Código Florestal – que remetam às edificações localizadas à margem direita. Sistematiza-se a exposição dos mapas de zoneamento, a partir do proposto pelo plano diretor de Barreirinhas, *a priori*, para as localidades situadas na ZA do PNLN e, em seguida, para as construções já existentes e

zoneamento definido para o lado direito do rio Preguiças. O ponto de referência para basilar a discussão encontra-se no artigo 49, parágrafo único, da Lei 9.985/00.

6.1.2.1 Zoneamento ambiental proposto para a zona de amortecimento do PNLN

Relembrando a obrigatoriedade de zonas de amortecimento em parques nacionais somada ao contido no artigo 49 da Lei nº 9.985/00, qualquer documento de caráter regional, estadual ou municipal, no caso de Barreirinhas, o plano diretor, precisa certificar-se que

A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais. Parágrafo único. A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, **não pode ser transformada em zona urbana** (BRASIL, 2000, grifo nosso).

Mesmo diante do que a legislação federal impõe, o plano diretor de Barreirinhas apresenta grande incoerência no tocante ao seu zoneamento territorial, ao prever Zonas de Expansão Urbana (ZEUs) tanto nas comunidades de Mandacaru (ZEU MD) como de Atins (ZEU AT), ambas situadas à margem esquerda do rio Preguiças (áreas sob jurisdição federal). Considerada área rural pela Lei do SNUC, o plano de manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses prevê somente em dois pontos, Cantinho (SFI Buritizal) e Atins (SFE Atins), a concessão de serviços como lanchonetes, acampamentos com infraestrutura completa, estacionamentos e locais para apoio à visitação (MMA; IBAMA, 2003a).

Em momento algum, o plano de manejo do PNLN trata de edificações diferentes das expostas acima, sobretudo no que se refere à expansão urbana. Partindo do respaldo legal que a ZA do PNLN é uma área rural, uma das metas do SFI Atins é justamente o de estabelecer o “**controle sobre edificação de novas residências e melhorias das atuais**” (MMA; IBAMA, 2003a, p. 159).

A distorção ao determinado pelo plano de manejo é encontrada no artigo 62 das Leis de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação dos núcleos urbanos de Mandacaru e Atins, no Capítulo X sobre desenvolvimento social e habitacional:

Art. 62. Fica aceito desenvolvimento de programas e projetos de Interesse Social para a Zona de Expansão Urbana do Atins – ZEU AT⁶⁴ com tratamento específico e com os seguintes objetivos:

[...]

III – **induzir a ocupação dos vazios urbanos**, quando não se tratar de área de interesse ambiental, inclusive através de parâmetros especiais de uso e ocupação do solo, de modo a ampliar a oferta de terra para moradia de população de baixa renda;

[...]

V – **manter**, sempre que possível, **as edificações existentes** (BARREIRINHAS, 2005, grifo nosso).

Além dessas, outras ações estão previstas para a ZEU Atins e ZEU Mandacaru. A título de exemplificação, admite-se inúmeros usos os quais atribuirão características urbanas às localidades. O setor de hospedagem em ambas as Zonas permite a instalação de inúmeras categorias diferentes como hotel, hotel residência (apart-hotel, *flat-service* e outros), pousada, pensionato, pensão, hospedaria de turismo, albergue, motel, casa de cômodos e república de estudantes (BARREIRINHAS, 2005).

A irregularidade contida no PD de Barreirinhas é visível no momento em que este documento afronta o determinado pelo plano de manejo do PNLM, pois concebe a zona rural (ZA do PNLM) como zona urbana, inclusive pregando sua expansão (Figura 6.1). As respostas para comprovar tais equívocos podem ser fundamentadas em pontos da Constituição Federal de 1988, Estatuto da Cidade e Lei do SNUC, os quais esclarecem o nível de autonomia do município frente ao âmbito maior do Parque Nacional.

O primeiro aspecto justificatório é tratado no artigo 30 da Constituição Federal (1988), Incisos I e II:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber (BRASIL, 1988).

Partindo do fato de que o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é uma unidade de conservação federal, o Plano Diretor municipal não poderia considerar a UC como de *interesse local*, posto que esta expressão significa algo de *peculiar interesse*, ou seja, aquele interesse que afeta somente o próprio município. Apesar da distribuição territorial do PNLM

⁶⁴ Mesma redação atribuída à ZEU de Mandacaru (ZEU MD) (grifo nosso).

no interior dos limites municipais, sua jurisdição é federal, destarte atendendo aos interesses nacionais, além de que o artigo 49 da Lei 9.985/00 claramente deveria ser priorizado na definição do zoneamento municipal de Barreirinhas.

Sobre esta situação, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente do Estado do Maranhão, Luis Fernando Cabral Barreto Júnior⁶⁵, afirma que

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses não é de interesse local apenas, portanto, o plano diretor não pode legislar contra o plano de manejo. Ele não pode chamar de zona urbana aquilo que pela Lei do SNUC é chamado de zona rural. Lançar localidades da zona rural do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como área urbana, torna o plano diretor, nesta parte, nulo.

A segunda justificativa é dirigida pelo artigo 2º, Inciso IV, do Estatuto da Cidade:

Art. 2. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...]

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, **de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente** (BRASIL, 2001, grifo nosso).

Complementa esta passagem, o artigo 4º, Inciso I:

Art. 4. Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2001).

Com base neste artigo, verifica-se que o convívio do microzoneamento (plano diretor) com o macrozoneamento (plano de manejo) deve respeitar escalas de planejamento, obedecendo a planos e programas estaduais, regionais e nacionais. Barreto Júnior expõe que “a UC não é municipal, devendo seguir um planejamento nacional. O Estatuto da Cidade trabalha com uma perspectiva de planejamento municipal integrada a um planejamento maior”.

⁶⁵ Entrevista pessoal registrada, com gravador de voz, no dia 14 de dezembro de 2007.

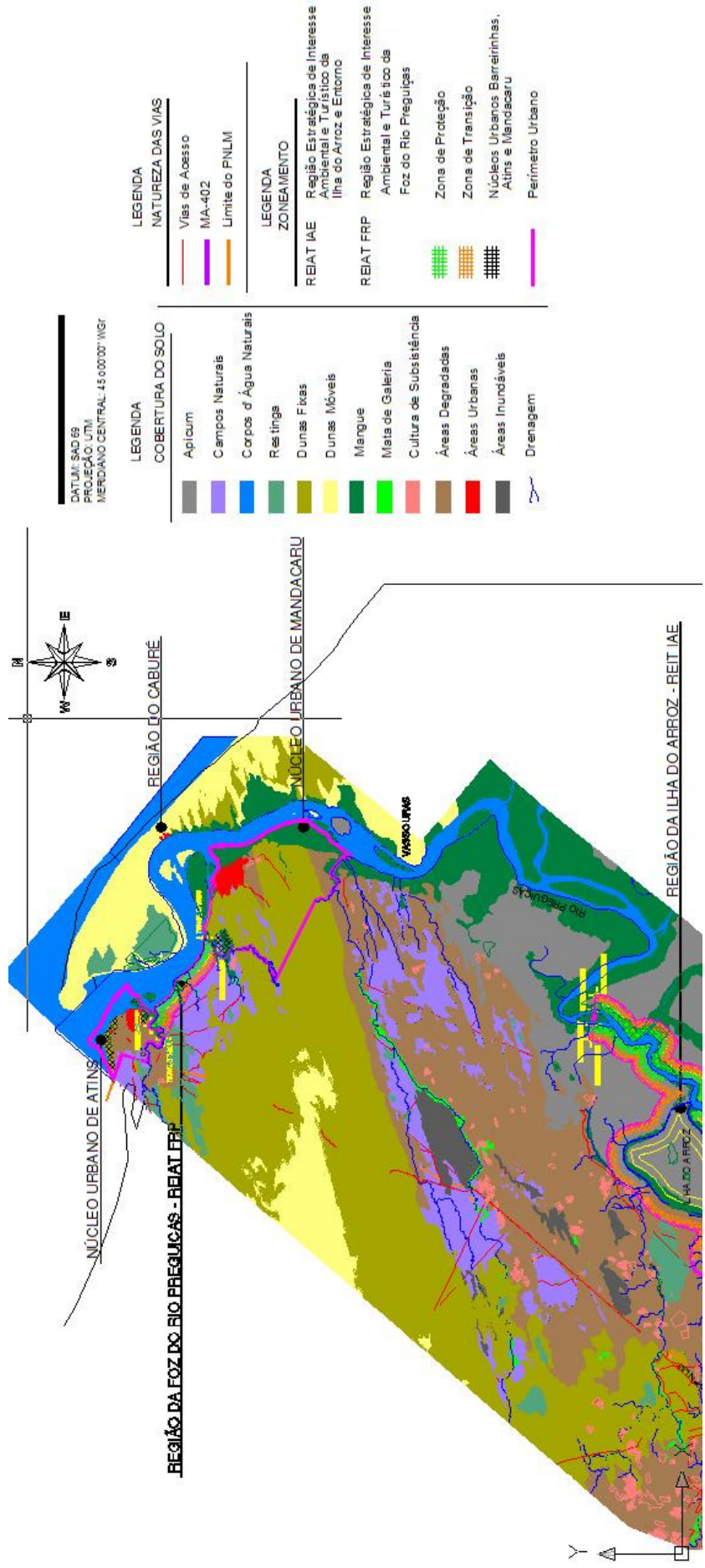


Figura 6.1 – Mapa do rio Preguiças e entorno, núcleos urbanos de Atins e Mandacaru, sede do município e regiões estratégicas de interesse ambiental e turístico. S/E: sem escala.
Fonte: BARREIRINHAS, 2005.

Desse modo, o crescimento urbano em área rural constitui inobservância dos objetivos da Política Urbana, certamente, proporcionando impactos negativos ao meio ambiente. O PD de Barreirinhas tendenciou a ocupação territorial em área urbana, tendo em vista a exploração turística dos Lençóis Maranhenses. As suas determinações não são passíveis de interpretações, posto que “a lei do plano diretor é uma lei de efeitos concretos. O plano diretor não admite interpretações, lei de zoneamento não admite isso, ou ela diz uma coisa ou não diz” (BARRETO JÚNIOR, 2007).

Pelo que se constata, ao apresentar pontos do PD de Barreirinhas, esclarece-se objetivos contrastantes entre este documento e o plano de manejo do PNLM. Os objetivos propostos nas ZEU AT e ZEU MD evidenciam o completo desrespeito a este documento e, ao mesmo tempo, demonstra o choque de interesses entre o órgão gestor da UC e o poder público municipal.

6.1.2.2 Zoneamento ambiental proposto para a margem direita do Preguiças

Os motivos de maior repercussão na mídia decorrentes dos conflitos entre IBAMA/Barreirinhas, poder público municipal e empresários locais, residem na visitação e construção de equipamentos turísticos na localidade de Caburé (ver novamente Figura 6.1), bem como na urbanização de áreas à margem direita do rio Preguiças. Mandacaru e Atins, mesmo diante de toda a especulação imobiliária existente e deslocamento dos moradores antigos devido à compra de seus terrenos, continuam à sombra das discussões em torno da margem direita do Preguiças (áreas sob jurisdição estadual).

Em um primeiro momento, o cerne das desconfigurações espaciais da localidade pode ser identificado a partir da situação na qual Caburé está inserida. Quando se trata isoladamente, deste povoado, compreende-se sua situação, completamente avessa à construção de qualquer equipamento turístico ou infraestrutura urbana, haja vista uma série de razões distintas, todavia inter-relacionadas:

- ✓ **Zona de Amortecimento do PNLM** – o plano de manejo PNLM classificou Caburé como extensão da sua ZA (zona rural) e, nesses termos, legalmente, jamais poderia adquirir características urbanas;

- ✓ **Área de Proteção Ambiental** – Caburé pertence à APA da Foz do rio Preguiças / Pequenos Lençóis / Região Lagunar Adjacente. É terra pública da União e cujos usos não são permitidos por lei;
- ✓ **Área de Proteção Permanente** – Segundo a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente⁶⁶ n° 303/02, artigo 3º, Inciso IX, alínea *b*, constitui APP “a área situada [...] nas restingas [...] em qualquer localização ou extensão, quando recoberta por vegetação com função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues” (MMA; CONAMA, 2006) e, portanto, deve ser protegida legalmente.

Contraditoriamente, na Lei do plano diretor de Barreirinhas, especificamente artigo 55, a “região do Caburé fica considerada de interesse e preservação ambiental, ficando limitado seu uso e ocupação em no máximo **06 (seis) unidades de estabelecimentos de qualquer natureza, escala e proporção**” (BARREIRINHAS, 2005, grifo nosso).

Mesmo afirmando Caburé como de “interesse e preservação ambiental”, o poder público municipal vai de encontro às exigências legais para áreas de restinga e zona de amortecimento, ao conceber a instalação de infraestrutura urbana e turística mesmo com todos os critérios legais contrários a essas ações. Buscando justificativa no artigo 46, Lei n° 9.985/00, verifica-se como o desenvolvimento dessas estruturas caracteriza o cerne de muitos problemas ainda não solucionados na região do PNLM:

A instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infraestrutura urbana em geral, em unidades de conservação onde estes equipamentos são admitidos depende de prévia aprovação do órgão responsável por sua administração, sem prejuízo da necessidade de elaboração de estudos de impacto ambiental e outras exigências legais [...] Esta mesma condição se aplica à zona de amortecimento das unidades do Grupo de Proteção Integral, bem como às áreas de propriedade privada inseridas nos limites dessas unidades e ainda não indenizadas (BRASIL, 2000).

A realidade barreirinhense demonstra os evidentes embates em torno da exploração turística do PNLM e de suas resultantes (geração de poluição, especulação imobiliária e etc.). As inúmeras construções residenciais e turísticas em APPs barreirinhenses (Figura 6.2) corroboram, paulatinamente, para o incremento das agressões ao meio ambiente e

⁶⁶ Ou artigo 2º, da Lei 4.771/65 (Código Florestal Brasileiro).

transgressões legais motes de muitos conflitos locais, especialmente, com a criação das Zonas de Interesse Turístico (ZIT).

Sobre esta situação, utiliza-se a Resolução CONAMA nº 303/02, artigo 3º, em que toda e qualquer faixa marginal de corpos d'água (rios, lagos), bem como manguezais, restingas, dunas, praias, topos de morros, encostas, entre outros, são considerados como áreas de preservação permanente, e como tal, devem ser protegidos legalmente (MMA; CONAMA, 2006).

O IBAMA/Barreirinhas alega a insistência do poder público municipal, na ocupação irregular das áreas as quais deveriam ser protegidas na prática, bem como no emprego de constantes esforços para a melhoria da infraestrutura turística e urbana nas localidades debatidas neste tópico. Caburé carece, urgentemente, da retirada das edificações lá existentes (pousadas, restaurantes, entre outras), como também as construções à beira do rio comprovam o sério desrespeito às leis ambientais.

Em meio a todos os embates citados acima, a população barreirinhense continua esperando soluções que garantam qualidade de vida e melhorias na sua renda familiar.

A preocupação dos ribeirinhos tem sentido, pois redes de pesca, fios de náilon, garrafas de vidro e plástico e pedaços de madeira tomam conta das areias da praia do Caburé [...] Além do lixo gerado em terra, a maré traz os dejetos lançados pelos navios que passam pela orla de Barreirinhas. [...] As administrações municipal e estadual não desenvolvem políticas públicas de preservação dos pontos de visitação turística. Nem mesmo a coleta do lixo produzido nas pousadas, às margens do rio Preguiça, é feita pela Prefeitura de Barreirinhas, que coleta apenas o gerado na sede do município⁶⁷.

Localidade que, há muito, abrigava pescadores de outros povoados vizinhos, Caburé vem cedendo espaço para o turismo desenfreado. As cabanas de barro e palha foram substituídas por concreto e tijolo, a atividade pesqueira não atrai mais os residentes como o setor turístico e, para agravar a situação, a pesca artesanal contrasta com a predatória e arrastão do camarão, sobretudo em Caburé e Atins, e realizados ilegalmente por “barcos com casco de ferro – bem mais velozes e melhor aparelhados, com até 30 metros de casco – vindo de outros estados para pegar camarão no litoral maranhense” (D’ANTONA, 2000, p. 59).

⁶⁷ Reportagem veiculada no sítio da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão. Fonte: <http://www.famem.org.br>. Acesso em: 31 Out 2007.



Figura 6.2 – Mapa do zoneamento de parte da sede urbana de Barreirinhas. S/E: sem escala.

Fonte: BARREIRINHAS, 2005.

Em outra séria complicação, o IBAMA/Barreirinhas confirma diversas ocorrências de pescadores locais, alegando terem suas redes cortadas e seus barcos afundados por exploradores de outros estados ou, até mesmo, pelas voadeiras de Barreirinhas. P.N., 37 anos, presidente de uma colônia de pescadores, em conversa com Rossane Carvalho (2007), narra:

Os lancheiros que transportam turista eles muitas das vezes não respeitam o pescador. Passam por cima da rede do pescador, cortam. Isso a gente já teve uma grande briga com isso. Eu tive que levar a Marinha lá pro povoado pra ter uma palestra com o pescador; chamar os pilotos pra ter uma conscientização.

A Figura 6.2, retirada do PD de Barreirinhas, escamoteia o que há, na prática, ao longo do Preguiças. Inúmeras são as construções às margens do rio sem respeitar qualquer faixa de segurança, empreendimentos turísticos de médio à grande porte foram instalados diante da inexistência de fiscalização na geração de resíduos e desmatamento das matas ciliares. Somam-se a isso, as demais edificações urbanas que juntamente às outras construções turísticas geram poluição diretamente no Preguiças, na vegetação local e não possuem qualquer tipo de fiscalização e/ou controle sobre os impactos gerados por suas atividades. Não por acaso, Barreirinhas passou a ser alvo de denúncias, comumente veiculadas na mídia.

O Ministério Público Federal (MPF) do Maranhão ajuizou 33 ações civis públicas propondo a demolição de pousadas, restaurantes e imóveis residenciais construídos à margem direita do rio Preguiças. Destes, oito estão situados em Caburé, “em descompasso com a legislação ambiental, causaram e vêm causando danos ao meio ambiente da área⁶⁸”. A alegação tese do MPF é a de que as construções foram feitas dentro da ZA do PNLM, área de preservação ambiental e terra pública da União, portanto, completamente irregulares.

Essas ações ratificam muitos conflitos entre o IBAMA/Barreirinhas e a administração pública municipal, bem expressas nas palavras de Carolina Camargos (2007), nas quais “um dos maiores entraves para a gestão sustentável do PNLM é a nítida postura do município que parece não reconhecer a legitimidade do IBAMA em atuar como fiscalizador, administrador do Parque”. Desse modo, é preciso recorrer, constantemente, ao MPF para tentar conter o avanço das infraestruturas turísticas locais.

⁶⁸ Palavras proferidas pela procuradora Carolina da Hora Mesquita, autora da ação contra as construções em Caburé, veiculada no sítio da Procuradoria Geral da República, em 29 de agosto de 2006. Fonte: <http://www.pgr.mpf.gov.br>. Acesso em: 31 Out 2007.

Nota-se, inclusive, que a autoridade do IBAMA é fragilizada através de ações municipais que contrastam com o estabelecido no documento de manejo e tentam sobrepujar as execuções legais do SNUC. Cita-se, por exemplo, uma lei municipal de Barreirinhas instituindo pontos para criação de animais em nove povoados dentro dos limites do PNLN, quatro parcialmente inseridos na área interna e cinco na ZA. Apesar do Ministério Público Federal do Maranhão ter encaminhado uma recomendação à Câmara de Vereadores de Barreirinhas, visando a exclusão do projeto de lei, a chefia do PNLN enviou novo ofício ao MPF/Maranhão, confirmando a criação da Lei nº 546/2006 do município de Barreirinhas, consentindo a permanência de criadores dentro do PARNA dos Lençóis Maranhenses⁶⁹.

Os eventuais ensejos da administração pública em Barreirinhas precisam ter em mente, uma vez mais, que a Lei 9.985/00, em seu artigo 38, advoga que a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei. Acrescente-se o artigo 31 da mesma lei, segundo o qual “é proibida a introdução nas unidades de conservação de espécies não autóctones”.

O IBAMA/Barreirinhas vem, ao longo dos anos, buscando o diálogo entre as esferas públicas, privadas e sociedade civil, visando uma gestão mais participativa e menos conflituosa do PNLN, sobretudo, concernente às determinações legais para a condução do uso público na UC. Não obstante, iniciativas como a Lei municipal nº 546/2006, citada anteriormente, ou a que retirou a gratuidade do IBAMA na travessia de balsa do rio Preguiças⁷⁰, expõem com clareza as divergências entre os atores envolvidos com o turismo barreirinhense, dificultando o desenvolvimento de um turismo sustentável para o PNLN.

6.2 COMENTÁRIOS FINAIS DO CAPÍTULO

A promoção dos destinos, a melhoria das vias de acesso, a estruturação do setor para receber visitantes são situações fundamentais para o desenvolvimento do setor turístico

⁶⁹ Notícia veiculada no sítio da Procuradoria Geral da República, em 26 de janeiro de 2007, intitulada “Ministério Público Federal do Maranhão move ação contra o município de Barreirinhas”. Fonte: <http://www.pgr.mpf.gov.br>. Acesso em: 29 Out 2007.

⁷⁰ Informações obtidas junto ao IBAMA/Barreirinhas, em 6 de agosto de 2007.

maranhense. Contudo, a inobservância à grave situação funcional e administrativa do PNLM deveria, ao menos, surtir reflexões e necessárias discussões entre todos os atores envolvidos – poder público, *Trade* e comunidade – a fim de que o IBAMA/Barreirinhas, órgão legalmente responsável pelo Parque e cuja situação de fragilidade institucional foi debatida no capítulo anterior, possa contar com reais parceiros na busca de um turismo sustentável para a região.

A gravidade da situação se acentua devido à canalização das ações divulgadoras e estruturadoras do setor de viagens para o PNLM. Os outros pólos de turismo, esboçados no Plano Maior, foram preteridos e continuam como futuras promessas de destino turístico. Nessas configurações, entende-se que a visitação turística no contexto maranhense continuará centrada no PARNA dos Lençóis Maranhenses, mesmo diante de toda a escassez de recursos financeiros e humanos pelo órgão gestor da UC.

Os caminhos divergentes do plano diretor do município e do documento de manejo do PNLM esclarecem a pouca responsabilidade pública local diante dos objetivos ambientais da Lei do SNUC. Os interesses distintos que permeiam o turismo da região têm gerado impactos negativos às comunidades locais, aos ecossistemas visitados e habitados irregularmente, bem como à qualidade da atividade turística em Barreirinhas.

Enquanto isso, o desenvolvimento turístico avança e os agentes externos permanecem sendo os maiores beneficiados pela exploração turística e pesca predatória. A contenção das ocupações irregulares continua sujeitas às ações da Promotoria de Justiça de Barreirinhas (ocupações à margem direita) e da Procuradoria da República no Maranhão (ocupações à margem esquerda).

A fragilidade institucional do IBAMA acentua os prejuízos deixados para a comunidade local. A esta são impostas diversas limitações quanto ao uso dos recursos naturais e pesca na zona costeira. Pensamento este confirmado, em parte, por D'Antona (2000, p. 59):

[...] o equipamento disponível para a fiscalização possibilita multar um pescador em uma canoa, apreender a madeira que um oleiro coleta no mangue mas não dá para fazer frente ao principal problema ecológico: a pesca predatória [...] A ineficiência dos equipamentos faz com que as práticas punitivas / preventivas da preservação ambiental recaiam mais sobre os menos 'poderosos' que, não por coincidência, são aqueles que tradicionalmente moram nos Lençóis Maranhenses.

Diegues (2004, p. 19) esclarece as contradições da legislação brasileira que, na prática, conduzem as populações locais a colherem, majoritariamente, os malefícios da criação de áreas protegidas em espaços habitados, identificadas no contexto dos Lençóis Maranhenses:

Para essas populações é incompreensível que suas atividades tradicionais, em grande parte vinculadas à agricultura de subsistência, pesca e extrativismo, sejam consideradas prejudiciais à natureza quando se permite a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de fora da área.

Muitas críticas recaem sobre a administração do Parque, representada pelo IBAMA/Barreirinhas, quando na verdade, deveriam ser estendidas ao governo brasileiro que não oferece condições para que o ‘órgão IBAMA’ exerça devidamente a gestão das UCs brasileiras. Este, aliás, é um acontecimento comum aos países do Terceiro Mundo que priorizam setores como saúde e educação, agravando a crise “nas áreas protegidas, devido às restrições, principalmente na área federal, de contratação de pessoal no serviço público, e pelos insuficientes recursos financeiros do orçamento dos governos destinados às UCs” (ROCKTAESCHEL, 2006, p. 60).

A influência política que permeia as irregularidades dispostas na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em muito concorre para a proliferação dos impactos negativos sobre o ambiente natural e cultural barreirinhense. O IBAMA/Barreirinhas, de um lado, é alvo de severas críticas, principalmente, por reagir aos moldes de exploração turística, tanto no tocante à visitação massiva como também à ocupação desordenada de parte do PNLN. Em outra esfera, percebe-se uma certa contradição do Instituto, ao declarar que a UC em questão não está aberta ao uso público, mas, ainda assim, admitir a entrada de visitantes.

Objetivando esclarecer as condições atuais de Barreirinhas na promoção do turismo no PNLN, tratar-se-á, a seguir, das formas de organização municipal representada pelo poder público local e outros agentes os quais almejam uma melhor estruturação do setor turístico. Serão expostas as condições da infraestrutura turística de Barreirinhas, as ações voltadas à melhoria do produto turístico e as formas de organização do Setor por meio de seus inúmeros atores do Trade e sociedade civil. Por fim, debater-se-á a participação e as percepções da comunidade sobre o turismo local.

7 O MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS E SUA ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

7.1 A INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DE BARREIRINHAS

O turismo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é considerado ainda muito recente – a partir da conclusão da MA-402, no final de 2002 – porém a rapidez com que as transformações vêm ocorrendo no cotidiano das comunidades locais é evidente.

No intuito de possibilitar a chegada de visitantes a Barreirinhas, houve uma série de esforços destinados à melhoria na infraestrutura turística⁷¹ da cidade, representados pelo intenso crescimento dos meios de hospedagem e oferta dos demais equipamentos e serviços turísticos (restaurantes, locadoras, lojas de *souvenirs*, entre outros). Entretanto, os investimentos em infraestrutura urbana – de responsabilidade do poder público – ainda não correspondem ao esperado de uma destinação turística cuja repercussão atinge patamares internacionais.

O primeiro ponto se refere ao aspecto urbanístico. Mesmo após duas gestões municipais diferentes, poucos esforços foram realizados para suavizar o impacto visual da chegada em Barreirinhas, embora haja um esforço governamental para consolidar a destinação PNLM no contexto do turismo nacional e internacional (Figura 7.1).



Figura 7.1 – Entrada da cidade de Barreirinhas. À esquerda, em 2003, à direita, em 2007.

Fonte: David Bouças Silva, novembro 2003 / agosto 2007.

⁷¹ Para o presente trabalho, entende-se infraestrutura turística o somatório dos seguintes componentes: infraestrutura de acesso (estradas, aeroportos, rodoviárias e etc.); infraestrutura básica urbana (ruas, iluminação pública e etc.); equipamentos turísticos (alojamentos, agências, transportadoras e etc.); equipamentos de apoio (redes de atenção médico-hospitalar, entretenimento e etc.) (BARRETTO, 2002).

O município em questão sofre com o descaso na organização da infraestrutura urbanística e de apoio, com maior evidência, na oferta à população de esgotamento sanitário, coleta de lixo e abastecimento de água. Poucos são os pontos da cidade os quais dispõem de calçamento de qualidade, limpeza e iluminação pública satisfatórias⁷².

No geral, praticamente toda a sede urbana de Barreirinhas não é calçada e a sujeira pelas ruas demonstra a necessidade de priorizar esses aspectos (Figura 7.2). Inexiste rede de esgoto em Barreirinhas e, para suprir essa falha, são utilizadas fossas sépticas. Residências e equipamentos hoteleiros/turísticos construídos às margens do Preguiças, despejam seus dejetos diretamente neste local, comprometendo, significativamente, a qualidade da água e, conseqüentemente, a vida da população que depende do rio para garantir seu sustento ou manter sua higiene.



Figura 7.2 – Feira municipal de Barreirinhas. À esquerda, em 2003, à direita, em 2007.

Fonte: David Bouças Silva, novembro 2003 / agosto 2007.

As irregularidades do plano diretor, refletidas no descontrole do avanço de edificações como hotéis, pousadas, restaurantes e residências, ou até mesmo na permissão da instalação destes empreendimentos (antes mesmo de serem realizadas as indispensáveis obras de saneamento básico) resultam em inúmeros impactos ambientais no município. Cenário este observado por Maurício Leite Lima, Gestor de Turismo do SEBRAE/Barreirinhas⁷³, segundo o qual “um dos efeitos negativos trazidos pelo turismo para Barreirinhas foi o crescimento desordenado na cidade, há um caos na estrutura física [...] é uma grande estrutura turística fincada em uma péssima infraestrutura”.

⁷² Objetivando a solução dessas problemáticas, o Governo do Maranhão anunciou a conclusão de obras no sistema de abastecimento de água e esgoto do município, além da pavimentação da entrada da cidade para o ano de 2008 ou início de 2009. Fonte: <http://www.ma.gov.br>. Acesso em: 21 Fev 2008.

⁷³ As informações colhidas no SEBRAE/Barreirinhas e utilizadas no decorrer do trabalho foram obtidas em entrevista realizada no dia 28 de novembro de 2007 (APÊNDICE C).

O excessivo contingente de visitação do Parque Nacional, a desinformação dos visitantes quanto ao comportamento harmonioso em uma Unidade de Proteção Integral, o descaso do poder público com a qualidade ambiental (esgotamento sanitário, coleta de lixo, entre outros) somados ao crescimento urbano desordenado e agressor do meio ambiente, demonstram a urgência na tomada de medidas que venham amenizar a problemática do turismo no PNLN.

As Figuras 7.1 e 7.2 demonstram, de uma forma geral, os aspectos priorizados, até o presente momento, no panorama da atividade turística em Barreirinhas. A cidade, antes da MA-402, isolada e com pouquíssimas condições de atender às necessidades básicas dos visitantes, nos dias de hoje, disponibiliza meios de hospedagem de pequeno, médio e grande portes, conforme o perfil da clientela. Os serviços oferecidos vão de passeios em Toyotas, sobrevôos e lanchas, até aluguel de quadriciclos motorizados para trafegar sobre as dunas (proibidos pelo plano de manejo) e equipamentos para a realização de esportes radicais (*kite surf*, *jet-skis*, bugres e etc.). A população, por sua vez, continua sem melhorias marcantes na infraestrutura urbana da cidade que comprometem seu bem-estar e sua qualidade de vida.

Nos nichos a serem explorados pelo capital privado, Barreirinhas já satisfaz os grupos mais exigentes (Figura 7.3). Nos aspectos de competência do poder público, raras são as ações que ‘enchem os olhos’ dos visitantes e respondem pela sua satisfação final. Este fato remete ao completo descomprometimento com a comunidade local que enxerga um turismo agressor do meio ambiente, sentindo-se alheia aos reais benefícios gerados pela atividade.



Figura 7.3 – Parte da oferta barreirinhense de meios de hospedagem de variados portes.

Fonte: David Bouças Silva, setembro 2007.

A exclusão ou a não-inclusão da população barreirinhense no processo de desenvolvimento turístico da região dos Lençóis Maranhenses se caracteriza como uma das mais perversas faces do setor turístico o qual abstêm-se da responsabilidade social e da preocupação com a qualidade de vida destes moradores.

O turismo desordenado, sem a preocupação com a sustentabilidade, sobrecarrega a infra-estrutura de água, luz, telefonia, esgoto e transporte de toda a coletividade de cidadãos de um destino turístico, cuja qualidade de vida pode ser impactada pela poluição ambiental, sonora e visual que a atividade turística produz. Congestionamento no trânsito, crescimento da violência, aumento dos preços de itens básicos da alimentação, maior consumo de água, luz e aumento na produção de lixo têm se configurado como questões recorrentes e impactantes, em áreas turísticas brasileiras e mundiais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006c, p.27).

Os impactos gerados a partir do turismo são mais evidentes nas localidades em que a expansão urbana ainda não é tão representativa. Sobre este quesito, Acerenza (2002, p. 140) bem esclarece:

Logicamente, os feitos do turismo não são similares em todos os centros urbanos. As cidades pequenas com atrativos turísticos significativos podem ser mais afetadas que as cidades grandes, nas quais só uma parte reduzida pode chegar a sentir seus efeitos, o que ocorre, normalmente, no seu centro ou em algumas partes dela.

Os contrastes gerados com a expansão dos equipamentos turísticos e inércia na melhoria das condições básicas de educação, saúde e moradia, direitos das comunidades receptoras os quais deveriam ser assegurados pela Constituição Federal (1988), repercutem negativamente no destino Lençóis Maranhenses. As imensas disparidades entre os inúmeros bens e serviços disponibilizados aos visitantes e as dificuldades de sobrevivência das comunidades residentes, representam o longo caminho da gestão pública na promoção de um turismo sustentável para a região do PNLN.

O preenchimento destas lacunas acaba sendo encargo de organismos externos à administração pública estadual e municipal como o SEBRAE, organizações não-governamentais e outros atores do *Trade* turístico, principalmente as agências de viagem/receptivo locais, meios de hospedagem e restaurantes.

A seguir, baseado em depoimentos, apresentam-se certos pontos-chaves da organização turística no município de Barreirinhas. Somente a convergência de esforços na administração do turismo, em função do PNLN, poderá contribuir para mitigar a problemática exposta.

7.2 PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NA ORGANIZAÇÃO DO TURISMO DO PNLN

Para o conhecimento da situação atual no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e de seu principal núcleo receptor – Barreirinhas – foram entrevistados, no decorrer de 2007, os agentes mais envolvidos na organização e/ou promoção do destino turístico dos Lençóis Maranhenses, ou seja, o Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/Barreirinhas), a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (SEMTUC), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/Barreirinhas) e agências de turismo locais. Paralelamente, foi realizada uma pesquisa com a comunidade local, a fim de atestar sua percepção e participação na atividade turística do PNLN.

7.2.1 Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Barreirinhas

Nos dias 08 de agosto e 26 de novembro de 2007 foram realizadas entrevistas com Antonio Réges da Silva Reis Júnior⁷⁴, turismólogo e assessor técnico da secretária municipal de turismo – Karina Keisi de Sousa Fragoso – (APÊNDICE D).

Questionado acerca dos objetivos prioritários da SEMTUC, declarou ser este órgão o responsável: pelo planejamento, elaboração, acompanhamento e fomento de políticas de desenvolvimento nas áreas de turismo e cultura, de acordo com a vocação do município; pela realização e incentivo à atividades culturais, cursos de formação e qualificação profissional e pesquisa; pela articulação com entidades públicas e privadas visando a cooperação em torno de objetivos em prol do município.

⁷⁴ Durante o processo de investigação, Reis Júnior constituía elemento decisivo na definição da própria política da SEMTUC a tal ponto que assumiu a responsabilidade de porta-voz desta Secretaria.

Na prática, Reis Júnior afirma serem efetivadas a administração e coordenação da Casa do Turista (Figura 7.4), espaço este próprio para a realização de eventos, promoção de cursos de capacitação e informações turísticas. Entretanto, a realidade demonstra que a SEMTUC tem atendido mais à articulação do *Trade* turístico local do que, propriamente, prestação de informações aos visitantes do PNLN.



Figura 7.4 – Casa do Turista em Barreirinhas construída com recursos do Governo Federal.

Fonte: David Bouças Silva, setembro 2007.

Indagado sobre as mudanças positivas observadas na cidade, a partir do turismo, o entrevistado afirmou pontos de destaque, quais sejam: melhorias na infraestrutura urbana como abastecimento de água e esgoto; a acessibilidade ao município, posto que se gastava, em média, nove horas para chegar a Barreirinhas e, atualmente, apenas três horas; aumento dos investimentos, principalmente por força do Ministério do Turismo e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); a oferta de cursos de capacitação à comunidade; e a organização de diversos segmentos do turismo em cooperativas.

A notoriedade do município de Barreirinhas é, certamente, um fator de destaque nos benefícios gerados indiretamente pelo turismo: as melhorias na infraestrutura urbanística possivelmente só aconteceram, apesar de forma ainda discreta, com a necessidade de ofertar a um público externo – visitantes – uma localidade com melhor infraestrutura turística; o isolamento da cidade só foi possível reverter por ser o incremento das vias de acesso condição *sine qua non* para a expansão turística de uma localidade; o quadro de atraso presente em Barreirinhas e confirmado no relatório encomendado pelo Ministério do Turismo (MTUR; LIMA, 2006a) clama a atenção de órgãos públicos das variadas esferas governamentais. Desse modo, os programas e planos nacionais, como o Programa de Regionalização do

Turismo e o Plano Nacional do Turismo, objetivam a inclusão das comunidades turísticas no quadro das destinações brasileiras e, conseqüentemente, voltando suas ações para melhor preparar o destino e sua comunidade local para receber o turista. A insuficiente formação educacional da maioria dos habitantes compromete a sua inserção no mercado de trabalho, situação que demanda cursos de capacitação para mitigar uma fraca ou inexistente formação de ensino. Ademais, a organização em cooperativas fortalece os segmentos de atuação no turismo, angariando parceiros como ITCP/COPPE/UFRJ⁷⁵.

A respeito do avanço turístico do município, Reis Júnior destaca

Hoje o turismo é a principal atividade econômica de Barreirinhas [...] Reconheço que a cidade ainda não está preparada para receber o turismo, mas vem se preparando e espero que isso aconteça logo, para que os impactos não sejam irreversíveis.

Nas palavras do assessor técnico da SEMTUC, intui-se que o destino Lençóis Maranhenses ‘abriu suas portas’ para o turismo sem que houvesse condições para tal empreitada. Por isso, o município e alguns de seus atores têm buscado, rapidamente, compensar a precocidade da destinação no cenário turístico brasileiro. Os inúmeros problemas elencados anteriormente, tanto relacionados à infraestrutura urbanística como a falta de integração da comunidade aos maiores benefícios advindos do turismo, somam-se aos moldes de organização da recepção dos turistas a ser relatada no tópico subsequente.

Enfatiza como principal contribuição da atual gestão da SEMTUC, o estreitamento das relações entre os diversos atores da cadeia turística. Segundo o entrevistado, a concretização do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) reflete esta realidade e, nesses termos, espera-se uma melhor organização do turismo em Barreirinhas⁷⁶.

⁷⁵ A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é um programa de extensão universitária do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em parceria com o Ministério do Turismo, o ITCP procura fortalecer as cooperativas locais – toyoteiros, lancheiros, artesãs, doceiras e etc. – apresentando exemplos cooperativos de sucesso. Informações obtidas com Gabriela Noronha no dia 1º de dezembro de 2007, bem como no sítio www.itcp.coppe.ufrj.br.

⁷⁶ O modelo de gestão do turismo em Bonito (MS) vem servindo de base para inúmeras ações de organização do setor em Barreirinhas, a exemplo do COMTUR, Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e operacionalização do *Voucher* único. A SEMTUC tem abraçado idéias e iniciativas do setor privado e do Ministério do Turismo para concretizar tais ações. Para maiores informações sobre o COMTUR, FUMTUR e *Voucher* único consultar: Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Sustentabilidade Ambiental. Princípio Fundamental. Brasília, 2006.

Quando perguntado sobre os principais entraves que retardam ou impedem a ocorrência de mais efeitos positivos para o município, destacou o modo de exploração da atividade em torno do PNLM, popularmente conhecido como o turismo ‘bate-volta’⁷⁷, e a inércia de muitos atores do *Trade* local que, segundo eles, esperam muito do poder público, contudo pouco apresentam contribuições para a melhoria do setor turístico. Concernente a este assunto, destaca-se o que segue:

O Trade turístico em Barreirinhas ainda espera muito do poder público como se fôssemos os únicos responsáveis pela solução de todos os problemas. Gostaria que os atores, salvo algumas exceções, fossem mais pró-ativos e apresentassem mais contribuições do que críticas a SEMTUC e Prefeitura Municipal (REIS JÚNIOR, 2007).

As alegações supra confirmam a fraca integração do poder público local com os demais participantes da cadeia turística de Barreirinhas. No dia-a-dia do turismo nesta localidade constata-se uma grande necessidade de organização local e oferta de serviços capazes de satisfazer ao visitante. As críticas da SEMTUC se estendem aos empresários locais:

Os empresários criticam o poder público, Prefeitura e IBAMA, mas, em contrapartida, a degradação ambiental é em grande parte ocasionada por eles. A ineficácia do poder público facilita essas ações distorcidas, impacto ambientais e super-exploração do turismo na alta estação, com Toyotas superlotadas e altos preços [...] Aqui em Barreirinhas algumas agências têm funcionado até sem alvará (REIS JÚNIOR, 2007).

Reflexão esta compartilhada por Ruschmann (1997, p. 25) no sentido em que os “profissionais do turismo não se julgam responsáveis pelos danos ao meio ambiente, pois estão integralmente engajados na venda dos produtos e, no seu entender, já arcam com custos promocionais bastante elevados”.

Margarita Barretto complementa a alegação ultra, destacando a exploração do turista como um problema interveniente na qualidade do produto turístico. Isto ocorre pela prática histórica de acreditar que o turista está de passagem, dificilmente retornará, justificando assim a cobrança de preços abusivos e atendimentos precários. Em linha a esta atitude, com a forte sazonalidade, procura-se compensar na alta estação, a fraca movimentação na baixa, ou seja,

⁷⁷ O turismo ‘bate-volta’ em Barreirinhas é entendido como aquele de curta duração, normalmente um pernoite, que reduz as possibilidades de maior obtenção de renda e pouco promove o conhecimento dos aspectos culturais da região.

“isto é mais do que problemático no caso latino-americano, onde a imprevisibilidade das políticas econômicas leva [...] a uma posição imediatista de lucrar o máximo no menor tempo, deixando em segundo plano a preocupação com o retorno do cliente” (BARRETO, 2002, p. 111).

A fraca atuação do poder público municipal no combate às diversas irregularidades correntes em Barreirinhas significa um turismo realizado aleatoriamente, sem políticas de preço ou qualidade na prestação de serviços. Nesses moldes, é comum nas ruas da cidade, os visitantes, logo na chegada, serem abordados por motoqueiros ou menores de idade⁷⁸ comercializando passeios para os Lençóis Maranhenses ou para a descida do rio Preguiças.

Esta prática tão comum em Barreirinhas forçou donos de agências e SEMTUC a tentarem organizar a venda de pacotes para mitigar o ‘turismo clandestino’. Para tanto, foram aprovadas pela Câmara de Vereadores de Barreirinhas as leis da Política Municipal de Turismo, a Lei do FUMTUR e a Lei do COMTUR, este último, oficialmente formado em setembro de 2007. Além disso, realizam-se, atualmente, reuniões para a implantação do *Voucher* único.

Na busca da organização do desenvolvimento turístico na região dos Lençóis Maranhenses, outro passo importante é uma parceria desempenhada pelo Ministério do Turismo, SEBRAE Nacional e a Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura (ABETA) no encetamento do Projeto Aventura Segura. Pretende-se com este Projeto, o qual faz parte do Programa de Regionalização do Turismo, maximizar a qualidade e a segurança das atividades de Turismo de Aventura. Para operacionalizar esta empreitada, logra-se o fortalecimento do associativismo, a qualificação de profissionais e empresas, o subsídio à certificação e a formação e capacitação de Grupos Voluntários de Busca e Salvamento (GVBS)⁷⁹. No ano de 2007, estes foram os principais avanços visando a estruturação do destino Barreirinhas/Lençóis Maranhenses.

A sazonalidade do fluxo turístico é algo extremamente visível em Barreirinhas. Enquanto em certos períodos do ano, tem-se uma média de 26,6 visitantes por dia (maio de 2006), em outros a média foi de 360,9 pessoas por dia (julho de 2006)⁸⁰. A inexistência de um

⁷⁸ Esses menores são popularmente conhecidos como meninos de rua, trabalham comissionados para proprietários de Toyotas e lanchas.

⁷⁹ Fonte: <http://www.aventurasegura.org.br>. Acesso em: 15 Nov 2007.

⁸⁰ Dados obtidos junto ao IBAMA/Barreirinhas em 2007.

planejamento local ou política de preços para diferentes épocas do ano, faz com que as agências, pousadas, restaurantes e etc., em sua maioria, cobrem preços elevados, sem que a qualidade de seus produtos e/ou serviços seja condizente com os valores cobrados. O resultado observado comumente ou mais esperado é o de insatisfação dos visitantes que se sentem explorados pelas empresas locais.

Sobre este assunto, Reis Júnior analisa que

A sazonalidade é algo muito nítido aqui em Barreirinhas. Ano passado (2006), eram várias as agências sem a mínima condição de funcionamento. Mas elas tavam lá, vendendo seus pacotes, levando pessoas pros Lençóis e pra Caburé [...] acho inclusive que muitos turistas são enganados, pois nem avisados das secas das lagoas eles são. Outro problema é que não tem qualquer ação pra atrair pessoas na baixa estação. Acho inclusive que aumentam os preços pra compensar essa baixa.

Referente à fala do entrevistado, nota-se duas questões-chaves: a primeira trata das agências locais. Apesar de muitas argumentações acerca da preservação ambiental, ausência do poder público, especialmente do IBAMA/Barreirinhas, na fiscalização do uso público, na prática, as agências as quais trabalham de ‘portas-abertas’ no centro de Barreirinhas, os proprietários de lanchas e Toyotas, com o apoio dos ‘meninos de ruas’, são os que abraçam o turismo de massa e respondem por grande parte (ou maior parte) dos impactos sobre os ecossistemas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Além disso, muitas funcionam na ilegalidade, não gerando qualquer arrecadação para o município ou para o órgão gestor do PNLM. É imprescindível que o município ganhe com a cobrança de impostos que proporcionarão novas oportunidades de investimentos básicos de caráter turístico, além de limitar a atuação de prestadores de serviços anônimos e sem regularização (SILVA, 2004).

Neste ponto, Rodrigues (2003, p. 29) confirma que o município de Barreirinhas

[...] tem arrecadação tendente a zero, tanto por não poder extrair recursos do Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU), já que imensa maioria dos imóveis é isenta de pagamento, como por não ter fiscalização para enquadrar prestadores de serviços e forçá-los a pagar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Para agravar o quadro de desorganização da atividade turística, os preços cobrados pelos prestadores de serviços estão muito elevados, gerando uma enorme insatisfação da demanda e ocasionando o principal desafio para a sobrevivência dos moradores locais, conviver com um turismo que impacta ambientalmente e, ao mesmo tempo, eleva significativamente o custo de vida.

É o que pode ser confirmado nas alegações de J.M., 29 anos, residente de um povoado em Barreirinhas: “com o turismo existe tudo isso. Subiu muito o preço das coisas. Se é caro pro visitante, pior ainda pra população [...] A poluição do rio Preguiças é o que de pior aconteceu pra Barreirinhas. Sem o rio não vai existir o turismo aqui”.

A SEMTUC não possui nenhum plano de turismo próprio. Antonio Reis Júnior assegura que a Secretaria procura se integrar aos projetos do Ministério do Turismo ou outras fontes que busquem um turismo sustentável para a região. No mais, a carência de recursos dificulta a implantação dos projetos elaborados pela SEMTUC. A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura tem servido de espaço para as reuniões promovidas pelo IBAMA, *Trade* ou demais atores envolvidos com a gestão do turismo em Barreirinhas.

O grande número de empresários que investe na região torna difícil precisar com exatidão a quantidade de estabelecimentos hoteleiros existentes. O mesmo acontece com agências de viagem e receptivo, restaurantes, bares, que juntamente com toyoteiros, lancheiros, moto-taxistas surgem no mercado com constância acreditando nos lucros advindos do setor. Essas considerações parecem confirmar a declaração de Ruschmann (1997, p. 163) de que “o maior problema da ausência de planejamento em localidades turísticas reside no seu crescimento descontrolado”, e esse é justamente uma das problemáticas que entornam o turismo do município objeto de investigação (SILVA, 2004).

Por fim, quando argüido acerca do papel do IBAMA/Barreirinhas no desenvolvimento turístico da localidade, Reis Júnior ressalta que este Instituto tem procurado o diálogo com várias entidades e representações públicas e privadas para promover um turismo mais em consonância aos objetivos do PARNA. Acrescenta também que a indicação da nova chefe do Parque e seu perfil profissional – turismóloga – cria expectativas positivas quanto ao futuro do turismo no PNLM.

Quando se relata o panorama da organização turística em Barreirinhas, nota-se que a Prefeitura Municipal e a SEMTUC promovem ainda discretas contribuições ao turismo da

região do PNLM. A alegação maior é a de falta de verbas para por em prática algumas idéias desta Secretaria, devido a compromissos maiores da Prefeitura Municipal a qual relega a administração do turismo, destinando ínfima parte dos seus recursos para implementar os projetos que poderiam dar maior suporte à atividade turística local.

No entanto, percebe-se muitas ações presentes em Barreirinhas de iniciativa externa. Muitos recursos, como a urbanização da Beira-rio (Figura 7.5), foram provenientes do Governo Federal, por força do Ministério do Turismo. As propostas de gerir o turismo local são baseadas em exemplos externos, como o de Bonito (MS), e trazidas por pessoas com experiência em outras localidades, como Kimiko Matsumoto, residente em Barreirinhas há quase uma década e cujo envolvimento com a atividade turística, naquele destino, possibilitou diversos conhecimentos sobre a organização responsável da visitação em cidades ecoturísticas.



Figura 7.5 – Beira-rio em Barreirinhas urbanizada com recursos do Governo Federal.

Fonte: David Bouças Silva, setembro 2007.

Por fim, aduz-se a escassez de diálogos consistentes entre as estruturas administrativas do município – Secretarias, Câmara de Vereadores, entre outras – e o IBAMA/Barreirinhas, posto que o PD do município apresenta graves distorções, bem como grande parte das agências de viagem e receptivo e outros participantes do *Trade* local desconhecem ou desobedecem, via de regra, as determinações legais contidas no plano de manejo do PNLM.

A reflexão síntese do desenvolvimento turístico em Barreirinhas está bem esboçada nas palavras de Ruschmann (1997, p. 23):

Constatou-se que o turismo de massa – que se caracteriza pelo deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do

ano – e o conseqüente superdimensionamento dos equipamentos receptivos para atendê-los não têm trazido a rentabilidade esperada devido, principalmente, à sazonalidade desses fluxos. Além disso, o fluxo de grande número de pessoas tem contribuído para agressões socioculturais nas comunidades receptoras e para a origem de danos, às vezes irreversíveis, nos recursos naturais.

7.2.2 As agências de viagem e receptivo de Barreirinhas

Durante os dias 28 de novembro e 1º de dezembro de 2007 foi realizada uma pesquisa qualitativa com seis proprietários de agências de viagem e/ou receptivo em Barreirinhas (APÊNDICE E). Duas funcionam apenas com escritório realizando o receptivo de turistas os quais visitam o PNLN através de um pacote adquirido em operadoras ou diretamente entrando em contato com a agência, já que estas terceirizam todos os seus serviços. As outras quatro entrevistadas são de agências que funcionam de ‘portas-abertas’, realizando tanto o receptivo externo nos moldes das supracitadas, como também lotando Toyotas e lanchas de sua propriedade ou, conforme a demanda, especialmente em períodos de alta estação, terceirizando serviços e equipamentos turísticos.

Escolheu-se este segmento do *Trade*, justamente por sua participação na condução de visitantes ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, assim como porque iniciativas como o Roteiro Integrado e Projeto Aventura Segura possuem relação direta com suas atividades e, ao mesmo tempo, objetivam estruturar e melhor organizar a visitação do PNLN.

Sobre o perfil dos entrevistados, apenas um possui nível superior, com pós-graduação em Administração Hoteleira. Os demais possuem, no máximo, até o Ensino Médio completo.

Quando questionados sobre o interesse em investir na cidade, 50% afirmaram devido aos lucros promissores. Duas agências referiram a necessidade de acompanhamento dos serviços contratados, já que a empresa trabalha com terceirização dos serviços e equipamentos. Fato este que aponta para a existência de uma forte carência de mão-de-obra local qualificada para trabalhar com o turismo, demandando esforços para promover cursos de capacitação e treinamento como medida compensatória de uma educação que prepare para o mercado de trabalho, como é a oferecida à população barreirinhense.

Estreitando o assunto sobre as normas contidas no plano de manejo e se estavam de acordo com o estabelecido pelo IBAMA/Barreirinhas, percebe-se que as agências têm

conhecimento das condutas básicas divulgadas pelo Instituto como a proibição do tráfego de veículos motorizados sobre as dunas, do consumo de bebidas alcoólicas, do ingresso de animais domésticos e o transporte máximo de 10 visitantes por veículo. Duas agências acrescentam outro aspecto como o impedimento de conduzir turistas e Toyotas até as comunidades de Queimada dos Britos e Baixa Grande, situadas na Zona Primitiva do Parque.

Contudo, a convivência com os hábitos de muitas agências denota um completo desrespeito às normas do PNLM. Diariamente, há veículos 4x4 se deslocando até as localidades citadas acima, bem como em toda a extensão do PARNA. A incapacidade fiscalizadora do IBAMA/Barreirinhas é vista como a razão, em si, de todos os problemas da UC, esquecendo-se que os impactos ambientais foram intensificados a partir do turismo e, conseqüentemente, por culpa dos que se aproveitam da fragilidade do órgão gestor em coibir as transgressões ao documento de manejo.

A ausência fiscalizatória e educativa do IBAMA/Barreirinhas e o descomprometimento de muitos agentes, guias/condutores de turismo e visitantes se complementam, resultando em um comportamento incompatível com o turismo em parques nacionais. De um lado, normalmente, o visitante se sente livre para o uso público porquanto não houve orientação sobre as normas ou não há repreensão sobre seus atos. Em outro prisma, os guias/condutores não se acham responsáveis por tal empreitada ou não se enxergam no papel de informar e coibir ações incoerentes com as normas da UC. É o que confirma um proprietário de agência em Barreirinhas:

Nós conhecemos as normas do IBAMA e do Parque. Os guias até fizeram curso com o SEBRAE. Mas apesar da gente avisar os turistas, chegando lá, tem gente com bebida, comendo dentro das lagoas, aí ficamos numa situação difícil e acabamos deixando. O IBAMA tem que tá lá pra fiscalizar isso.

No quesito relacionado à concordância ou discordância das ações previstas no plano de manejo, três agências afirmaram discordar em muitos aspectos, referindo-se, principalmente, às limitações impostas ao uso público, como a restrição no limite diário de pessoas e visitação permitida apenas para o Roteiro Lagoas (Azul, do Peixe, Bonita e Esperança). Apesar das outras quatro também não concordarem com esta situação, afirmam que o maior problema é a carência de cumprimento do papel institucional que facilita um comportamento insustentável no PNLM.

Dois proprietários apontam, em linha, que o IBAMA/Barreirinhas bem esclareceu poder público e *Trade* local sobre a legislação do SNUC e regras de visitação. Contudo, acreditam na falta de um compromisso ético, profissional e ambiental por parte destes atores, conduzindo para o quadro de agressões ao meio ambiente.

Mesmo com a assertiva de alguns sobre a limitação no número de visitantes e de lagoas permitidas para a visitação, a prática demonstra uma situação meramente simbólica na qual os turistas usufruem das belezas naturais do PARNA guiados apenas pelo seu desejo de conhecer espaços menos tocados pelo homem.

Dois entrevistados demonstram significativo desconhecimento sobre o plano de manejo e Lei do SNUC. Alegam não entenderem os porquês de forte restrição à visitação e a não concessão para fotografar e filmar o PNLM, com o propósito de utilização das imagens em seus materiais de divulgação. Desse modo, relegam o documento de manejo, como também, o artigo 33, da Lei 9.985/00:

A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento.

Na indagação sobre como enxergam a prática de um turismo sustentável, metade dos agentes entrevistados assinalou, exclusivamente, o quesito ambiental, exercitado através da prestação de informações aos visitantes sobre o lixo jogado *in natura* e a sua coleta. A segunda parte citou diversos aspectos como a Educação Ambiental, o respeito às regras de conduta na UC, a integração das comunidades e a melhora da sua qualidade de vida, assim como a oferta de uma boa infraestrutura turística.

Neste ponto, ressalta-se, mais uma vez, a importância das ações movidas pelo Ministério do Turismo, SEBRAE, em parceria com a SEMTUC e outros atores da cadeia turística – empresários e comunidade – na organização do produto turístico barreirinhense e da tomada de consciência a respeito do desgaste ambiental proveniente da visitação nos moldes atuais. O IBAMA/Barreirinhas, dificilmente, terá condições de organizar a visitação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Por isso, as parcerias são fundamentais e as

discussões conjuntas indispensáveis na busca de solução para os problemas que se apresentam.

A informação e a conscientização ecológica não são destinadas somente aos turistas. Pelo contrário, os participantes da cadeia do turismo têm o papel de sugerir mudanças organizacionais e promover a participação direta da comunidade. Wearing e Neil (2000, p. 138) compartilham dessa opinião, ao assegurarem que os atores do *Trade* “devem se envolver com a administração do recurso natural, além de se dedicarem positivamente ao relacionamento entre sua administração e os habitantes locais”.

Esta questão se relaciona ao modo como cada agente acredita beneficiar a comunidade. Metade apontou a opção: ‘oferecendo empregos ao morador local’. De fato, o turismo proporciona a absorção da mão-de-obra das comunidades receptoras na destinação, mas é difícil precisar se as condições de trabalho e a remuneração são capazes de proporcionar qualidade de vida à essas populações. E.B, 27 anos, um dos poucos entrevistados com formação universitária, denuncia prática comum em Barreirinhas: “Os serviços em Barreirinhas são muito terceirizados. Praticamente não tem gente trabalhando com carteira assinada [...] agências nem pensar, inclusive muitas pousadas são assim”.

Uma das agências não possui nenhum funcionário residente ou natural da região. Duas apontaram como principal benefício, a oportunidade de integrá-los ao turismo através da oferta de seus aspectos culturais e, desse modo, gerando renda aos povoados mais carentes de Barreirinhas.

A investigação da percepção dos empresários quanto às principais mudanças ocorridas em Barreirinhas desde a abertura da agência possuem respostas bem espaçadas, porém com total correspondência às melhorias proporcionadas pelo capital privado na expansão da infraestrutura turística. Pensamento confirmado por Maurício Lima, gestor de turismo do SEBRAE/Barreirinhas, ou seja, “Barreirinhas teve uma urbanização toda fomentada pelo turismo. Certamente sem o desenvolvimento turístico nada disso teria acontecido”.

D.V., 29 anos, expõe que relacionado ao poder público, somente a urbanização da Beira-rio, ampliação da pista de pouso e calçamento de algumas ruas as quais proporcionam acesso à pousadas e hotéis de pessoas politicamente mais influentes, foram concretizadas. A.S, 33 anos, complementa declarando que “o governo local não investe no visual, nas ruas,

no calçamento. Pode olhar aí pra rua e ver se isso te agrada. Se é ruim pra ti, imagina pra quem vem de longe e espera uma coisa bonita”.

As mudanças na infraestrutura urbana são motivadas pelas deficiências do município. Se esses investimentos não fossem efetivados, a cidade não suportaria a pressão do setor turístico. Exemplificando o exposto, Josinaldo Santos, Secretário Municipal de Meio Ambiente⁸¹, confirma a necessidade antiga de melhoramento das linhas de transmissão de energia, sobretudo, com a inserção de Barreirinhas no cenário turístico brasileiro.

A estrutura energética do município era de 1970. Nesse período, Barreirinhas tinha três mil habitantes na área urbana. Hoje, são mais de 25 mil [...] a Prefeitura tem recursos na ordem de 960 mil reais advindos do Ministério do Turismo pra construção do aterro, caminhão de compactação e outros equipamentos envolvidos. Até o final do ano está previsto o início da construção do aterro.

Cidade de interesse turístico, Barreirinhas vem sendo contemplada com verbas para obras em saneamento básico e para instalação de programas e projetos voltados para o incremento do Setor. Entretanto, espera-se que a vontade política dos que administram estes recursos seja capaz de revertê-los em prol da comunidade e de um turismo sustentável para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Aspecto interessante abordado nos questionários se refere à margem de lucros das empresas. Consoante alegação de quatro proprietários, a agência é mantida com boa parte dos lucros auferidos nos períodos de alta estação. Os meses de janeiro, julho e os feriados são os mais citados como momento de adquirir boa parte da renda anual.

Maurício Lima do SEBRAE/Barreirinhas faz menção a essa abordagem, identificando a marcante sazonalidade do município na qual “as empresas concorrem por preço em vez de concorrer com diferenciação. Em Barreirinhas os oito meses de baixa são bem acentuados. A baixa é realmente muito baixa e muito duradoura”. Este fato vai ao encontro da alegação de Reis Júnior, assessor técnico da SEMTUC, de que a sazonalidade é muito perceptível em Barreirinhas.

A baixa estação é uma realidade responsável pelo fechamento de muitas agências e de outros estabelecimentos. Apesar das agências que funcionam de ‘portas-abertas’ afirmarem

⁸¹ Entrevista realizada no dia 9 de agosto de 2007 (APÊNDICE F).

não variar preços em períodos de alta e baixa, na prática, a diferença de valores cobrados nos passeios em virtude da sazonalidade é muito grande. Os valores médios⁸² em baixa para visitar os Lençóis Maranhenses e descida do Preguiças são, respectivamente, entre R\$ 35,00 e R\$ 40,00, e R\$ 45 a R\$ 50,00 por passeio. Na alta, não raras vezes, encontra-se preços entre R\$ 40,00 e R\$ 60,00 para o passeio no PNLM e de R\$ 50,00 a R\$ 80,00, no Roteiro Preguiças.

Destaca-se, sobretudo, a prática da terceirização em período de alta e feriados prolongados, por todas as agências, mesmo as que possuem diversas voadeiras e Toyotas. A demanda de visitantes é tão massiva que os empresários se vêem obrigados a contratar serviços de outros proprietários. É o que alega S.G, 36 anos: “Aqui na Barreirinhas, todos terceirizam por causa da demanda. ‘Num’ damos conta de todo mundo que vem querer passear com a gente”.

No prosseguimento do assunto em pauta, perguntou-se aos agentes, qual o principal entrave à obtenção de mais lucros pela empresa. Para dois entrevistados, o baixo número de visitantes, determinado pela seca das lagoas, é o que mais responde pela queda na movimentação em meses como agosto, setembro, outubro e novembro. A.S, 33 anos, faz ressalva importante ao compreender que “o turismo de Barreirinhas se apóia nas dunas e lagoas. Se as lagoas secam, as pessoas perdem o interesse de vir”.

Na concepção dos responsáveis pelas agências que funcionam somente com escritório, a dificuldade se encontra no amadorismo e/ou falta de experiência dos moradores locais em trabalhar com o turismo. Submetidos a um contato repentino com a atividade, os barreirinhenses buscam, cada vez mais, o aperfeiçoamento em cursos com foco no turismo. Não obstante, R. D., 31 anos, afirma que

Não funcionamos de ‘portas-abertas’, nossos clientes são de fora [...] Partindo do princípio que nosso público é externo, o que mais dificulta nosso trabalho é a falta de conhecimento, de habilidade dos guias, das pessoas daqui pra lidar com o turismo. As belezas naturais acabam tirando o foco da má prestação de serviços de muitos nativos. Por isso a necessidade de ter um acompanhamento de perto.

⁸² A média de valores citada, baseia-se na observação do autor em períodos diferentes do ano, com relação aos preços mínimos e máximos percebidos nas agências, em que os valores mais altos são comumente cobrados nos feriados prolongados.

A referência feita no depoimento acima sobre o público externo, concerne à argumentação de quatro agentes sobre a concorrência dos ‘meninos de rua’. Estes são menores naturais da região os quais são utilizados por diversos estabelecimentos como restaurantes, pousadas e agências, abordam os visitantes na chegada a Barreirinhas ou ao longo de sua estadia.

A.S, 33 anos, descreve o que acontece na cidade: “Hoje em dia não existe mais turismo de balcão. O turismo ilegal dominou Barreirinhas. Hoje é só vindo em pacote fechado ou com esses ilegais, motoqueiros e meninos”. S.G, 36 anos, corrobora com a assertiva anterior, acrescentando o seguinte:

Existe uma concorrência desleal aqui em Barreirinhas. Todo mundo diz que não usa os meninos de rua, mas quase todo mundo usa sim. Eles cobram metade do valor, não pagam impostos, nem aluguel ou funcionário. Aí a gente fica no prejuízo.

Na verdade, em Barreirinhas, os empreendimentos ou ‘supostos anônimos’ que contratam os ‘meninos de rua’ para vender seus serviços ou equipamentos têm nome e são conhecidos por todos. A omissão de autoridades competentes, através da ausência de ações concretas e conjuntas para coibir essas práticas que desrespeitam as leis ambientais e o Estatuto da Criança e do Adolescente⁸³, resultam na continuidade do quadro de exploração dos menores.

Quando questionados sobre a percepção dos organismos/órgãos mais atuantes no desenvolvimento do turístico em Barreirinhas, todos se referendaram ao SEBRAE/Barreirinhas, mormente, por fazer frente aos Projetos Roteiro Integrado e Aventura Segura, ambos em parceria com o Ministério do Turismo (Programa de Regionalização do Turismo), além das diversas capacitações oferecidas à comunidade como forma de integrá-los a Setor. A alusão feita à SEMTUC, por quatro agentes, trata do apoio logístico e trabalhos esporádicos de conscientização com comunidade, empresários e turistas.

Por fim, no quesito que aborda a atuação do IBAMA/Barreirinhas e sua relação com a atividade turística no PNLM, quatro entrevistados alegaram completa omissão do Instituto na administração do Parque. Somam-se a esses comentários, críticas de outra ordem como

⁸³ Para mais informações ver: Estatuto da Criança e do Adolescente, capítulo V, artigos 60 a 67.

proprietários de meios de hospedagem e pessoas as quais comercializam pacotes e/ou alugam equipamentos – Toyotas, quadriciclos e voadeiras – para visitação da UC.

No entanto,   imprescindível atinar que a deficiência ou ineficiência do órgão gestor do PNLN facilita as agressões ao meio ambiente, ao passo que as personagens as quais direcionam severas críticas ao Instituto, são as mesmas que aproveitam da fragilidade institucional do IBAMA/Barreirinhas para super-explorar os recursos naturais, favorecendo ou transportando, anualmente, quantidade superiores de visitantes ao permitido pelo plano de manejo.

Duas agências afirmam que o IBAMA/Barreirinhas nem inibe, tampouco fomenta. Entendem que o foco   o de cumprimento das leis de prote o dos ecossistemas. Unanimemente, reconhecem a sua fragilidade institucional, apontando quesitos como falta de funcionários e de recursos para gerir o PNLN.

7.2.3 A comunidade de Barreirinhas

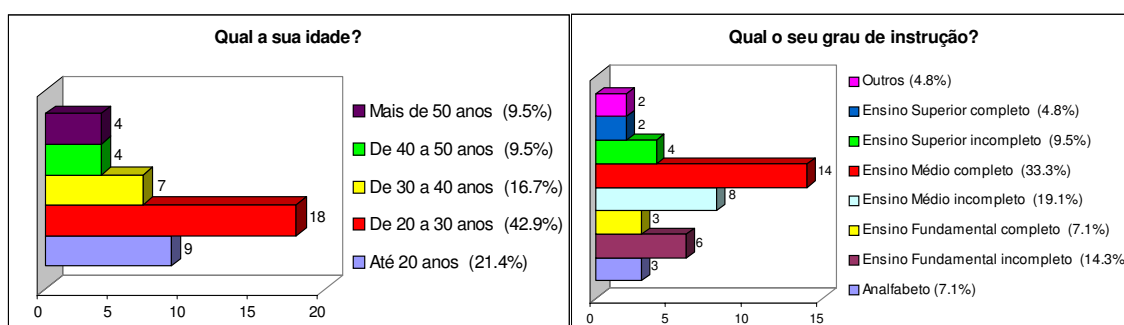
A investiga o da percep o e participa o da comunidade barreirinhense no desenvolvimento turístico, em fun o do PNLN, foi atestada por meio de uma pesquisa qualitativa, concretizada a partir de um modelo de questionário, com perguntas abertas e fechadas, seguindo uma ordem lógica (APÊNDICE G). Entre os que responderam estavam, principalmente, estudantes de escolas públicas de Barreirinhas, representantes de associa es locais e residentes em povoados localizados tanto na sede urbana como na área rural.

A aplica o dos 42 questionários aconteceu entre os dias 25 de novembro de 2007 e 05 de dezembro de 2007, com a colabora o de alunos do Curso de Gestão em Turismo e Hotelaria, da Universidade Vale do Acara  (UVA), em Barreirinhas, os quais foram familiarizados com a temática do trabalho e a devida aplica o dos questionários elaborados. Ressalta-se, ainda, que um pré-teste foi realizado no início de novembro para verificar as possíveis falhas no questionário final.

Apresentando o perfil dos entrevistados, a maioria, aproximadamente 43%, está na faixa compreendida entre 20 e 30 anos, seguida por mais de 21% de até 20 anos (Gráfico 7.1). Os graus de instru o são, na maioria, 33.3%, Ensino Médio Completo, 19.1%, Ensino Médio

incompleto, e 14.3%, Ensino Fundamental incompleto. Estatística superior a 7% de analfabetos e apenas cerca de 5% com Ensino Superior completo (Gráfico 7.2).

Esclarecendo a situação de deficiência educacional no município, Maurício Lima assinala que “a comunidade ainda está muito deslocada do turismo [...] em Barreirinhas ainda há muita mão-de-obra de maior responsabilidade de fora”. No mesmo sentido, destaca um dos efeitos positivos causados por força do turismo: “as oportunidades de melhorias educacionais e profissionais [...] universidades, cursos, inclusive voltados para o turismo”.



Gráficos 7.1 e 7.2 – Faixa etária e grau de instrução dos entrevistados.

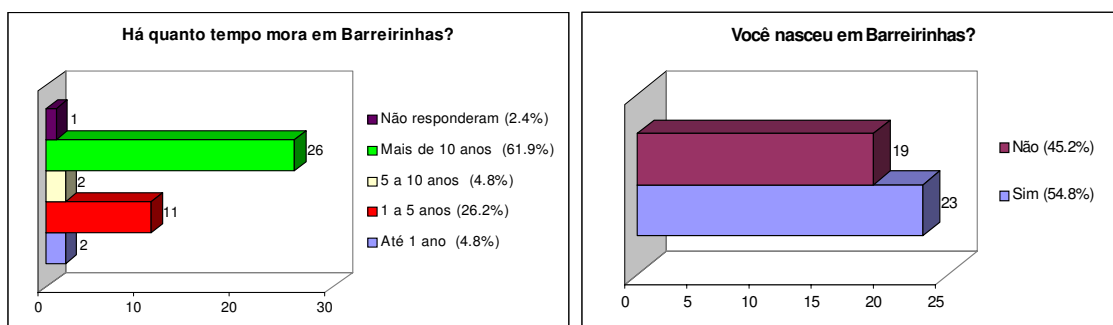
Exemplificando as situações acima, P.N., 37 anos, presidente de uma colônia de pescadores, em entrevista concedida a Rossane Carvalho (2007), relata:

Olhe, eu... essa questão do turismo sempre eu venho acompanhando aqui até o momento eu não acho assim tantas coisas boas. Porque que eu digo assim? Porque hoje o que eu percebo aqui em Barreirinhas quem ganha o dinheiro através do turismo é só o povo de fora. Você não vê aqui uma pousada, um local que seja assim... que seja de filhos assim de Barreirinhas. Sempre, sempre é o pessoal de fora que chega e bota um negócio.

Objetivando a avaliação da percepção local sobre o desenvolvimento turístico ocorrida nos últimos anos, fez-se necessário, primeiramente, conhecer o tempo de residência dos entrevistados, porquanto esta informação indica sua vivência no período “pré-turismo” e, conseqüentemente, perceberiam as modificações que os investimentos neste setor têm trazido a Barreirinhas (Gráfico 7.3).

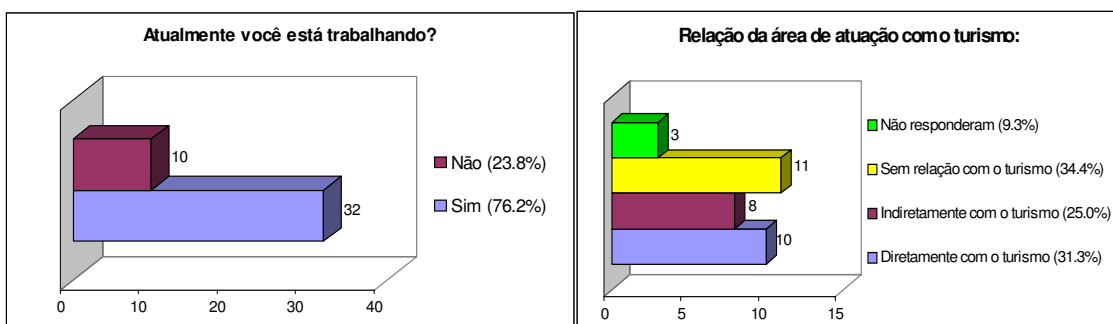
Os 61.9% dos respondentes moram no município a mais de 10 anos e somente 4.8% residem a menos de um ano. Cruzando com dados concernentes à naturalidade (Gráfico 7.4), percebe-se que mais da metade (54.8%) nasceram em Barreirinhas, 26.2% coincidem com o período de explosão do setor turístico na cidade. O que, possivelmente, constata o poder de

atração do turismo sobre pessoas de diversas outras localidades para incrementar sua renda apoiados na atividade.



Gráficos 7.3 e 7.4 – Tempo de residência em Barreirinhas e naturalidade dos entrevistados.

Um alento revelado referente às pesquisas de maior porte é que 76.2% estão exercendo alguma atividade profissional (Gráfico 7.5). Destes, apenas 31.3% possuem direta relação com o turismo e 25% atuam indiretamente com o turismo. Ainda é expressivo o número de entrevistados que não tem qualquer vínculo com o setor de viagens (34.4%) (Gráfico 7.6)⁸⁴.



Gráficos 7.5 e 7.6 – Situação dos entrevistados quanto à empregabilidade e ocupação desenvolvida.

Estas estatísticas podem ser relacionadas aos benefícios que o turismo, inevitavelmente, confere à comunidade na qual se instala. Se acrescidos, 56.3% dos que trabalham, enquadram-se no setor turístico, até mesmo porque está relacionado, “indireta e virtualmente, com toda a indústria e negócios no mundo” (ACERENZA, 2002, p. 41).

Os moradores de Barreirinhas, no momento precedente à expansão do setor turístico do município, trabalhavam, exclusivamente, na agricultura, caça, pesca, utilização de produtos naturais e confecção de artesanato. A influência turística conduziu a comunidade local a

⁸⁴ Os resultados obtidos na investigação das profissões foram: feirante, doceira e artesã (2.4% cada); guia de turismo e com meios de hospedagem (4.8% cada); lavrador/pescador e motorista/piloto (7.1% cada); com comércio (9.5%); servidor público (26.2%) e outros (9.5%).

migrar de suas atividades rotineiras para outros setores relacionados direta ou indiretamente com o turismo (SILVA, 2004).

É o que atesta muitos dos entrevistados, como Dona R.S, 56 anos, atualmente trabalhando como doceira: “durante 40 ano eu trabalhava com roça. Antigamente eu vivia colhendo leite de Janaúba e vendendo bem baratinho. Hoje nós vive pelo artesanato, ganhando mais dinheiro”. Contudo, a não-inserção à esfera turística faz com que muitos entrevistados exerçam as mesmas atividades a que estavam habituados antes do ‘boom’ turístico em Barreirinhas.

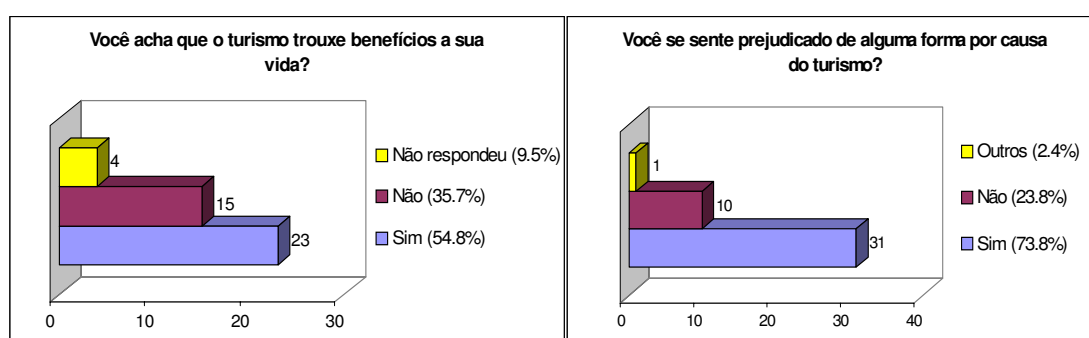
Enfatiza-se a importância da atividade turística para as regiões as quais aproveitam o seu potencial cultural e ambiental para auferir ganhos socioeconômicos, especialmente as localidades menos favorecidas economicamente. Os efeitos positivos gerados pelo turismo se dão mesmo que não haja um planejamento para tal. Até mesmo porque o referencial de sobrevivência de comunidades como Barreirinhas eram, normalmente, fincadas em atividades de subsistência, predominantemente rurais.

No tocante a este posicionamento, Krippendorf (2000, p. 68) bem diz que “o turismo penetra em regiões rurais onde as condições de vida são piores e o nível de educação dos habitantes em geral mais baixo que nas cidades”. De pronto, infere-se que no início do desenvolvimento turístico, a comunidade local siga o estabelecido pelos promotores de viagens estrangeiros, governo e promotores de viagens, acreditando nas novas possibilidades de crescimento (SILVA, 2004). Daí uma das razões pelas quais aquele autor defende formas de turismo que “tragam a maior satisfação possível a todos os interessados – população local, turistas e empresas de turismo, mas que não estejam ligadas a inconveniências inaceitáveis sobretudo nos níveis ecológico e social” (KRIPPENDORF, 2000, p. 137).

Prosseguindo com a percepção da comunidade sobre o desenvolvimento do turismo local, 54.8% acreditam que esta atividade proporcionou benefícios a sua vida, seguidos de 35.7% contrários a este pensamento (Gráfico 7.7). Fato interessante de atentar e de aparência contraditória são os 73.8% que afirmaram se sentir prejudicados de alguma forma pelo turismo, enquanto 23.8% afirmaram o inverso (Gráfico 7.8).

Os números acima parecem confirmar as respostas atinentes às duas faces distintas apresentadas pelo turismo à comunidade barreirinense. Na vertente positiva, tendo-se como parâmetro as péssimas condições de vida da população, a atividade possibilitou a

diversificação da economia, originando oportunidades, mesmo que indiretas à população. O efeito multiplicador do turismo e sua geração de emprego e renda, ainda que não se possa precisar a qualidade deste emprego e desta renda, surtiram efeitos positivos para a comunidade. Isto demonstra o potencial da atividade e como os benefícios podem ser gerados em prol da comunidade local, se as iniciativas governamentais e privadas forem direcionadas a sua real melhoria. Por outro lado, o turismo chegou sem planejamento, causando impactos, dentre eles, poluição, degradação e outras implicações ao meio ambiente e comunidade. Estes pontos justificam a contradição na percepção da população investigada sobre os efeitos causados pelo desenvolvimento do turismo em Barreirinhas.



Gráficos 7.7 e 7.8 – Percepção do surgimento de benefícios ou prejuízos advindos da atividade turística.

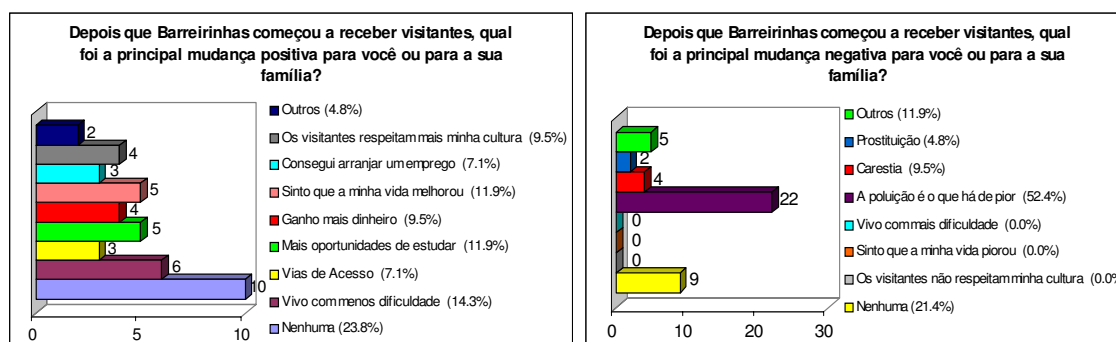
Corroborando com a assertiva ultra, Rossane Carvalho (2007, p. 64) debate estes efeitos opostos:

O desenvolvimento de atividades turísticas pode se tornar um grande aliado no desenvolvimento de uma localidade, como pode submetê-la a paradoxos indesejáveis. Em outras palavras, dependendo de uma série de fatores, o turismo pode gerar emprego e renda, ensejar o desenvolvimento de infraestrutura básica e a preocupação com a conservação de áreas naturais. Por outro lado, pode gerar empregos com baixa remuneração e causar danos ao ambiente natural, ao mesmo tempo em que pode concorrer para aumentar índices de violência, somente para citar alguns efeitos.

Para atestar estas conseqüências, os Gráficos 7.9 e 7.10 subsequentes expõem as apreensões dos moradores relacionadas às mudanças positivas e negativas nas suas vidas ou de suas famílias.

No tocante as modificações positivas expostas no Gráfico 7.9, cerca de 24% escolheram a opção ‘nenhuma’, remetendo a uma possível comprovação de que o turismo ainda não se fez presente na vida de muitos barreirinhenses. Entretanto, uma vez mais, identifica-se as

transformações do cotidiano local e influência da economia na região baseado nos seguintes números: 14.3% afirmam viver com menos dificuldade; 11.9% alegam melhorias em suas vidas; outros 11.9% declaram ter mais oportunidades de estudar; ganho mais dinheiro e aumento da valorização de sua cultura atingem 9.5% cada. Consegui arranjar um emprego e melhoramento das vias de acesso alcançaram 7.1% cada.



Gráficos 7.9 e 7.10 – Mudanças causadas, a partir da implantação do turismo, aos habitantes de Barreirinhas.

O Gráfico 7.10 apresenta um dos dados mais expressivos, pois 52.4% confirmam que a poluição é o que há de pior na cidade atualmente, incidindo diretamente em seu cotidiano. A visitação descontrolada, o crescimento desordenado de edificações às margens do Preguiças, a inexistência de saneamento básico adequado, entre outros, refletem na insatisfação da comunidade frente ao descaso com o meio ambiente do qual dependem.

São muitos os depoimentos dos locais condenando o turismo barreirinhense e as suas agressões aos ecossistemas. J. M., 29 anos, professor e morador de comunidade ribeirinha, enfatiza o exposto:

O ecossistema dos Lençóis não aceita turismo de massa [...] e em Barreirinhas, a poluição do Preguiças é o que tem de pior. Sem o rio, não vai existir turismo. Mas muitos jogam esgoto no rio, os pilotos de voadeiras lavam os motores dentro d'água, muitas festas em margens do rio, até acidentes acontecem [...] atropelamentos.

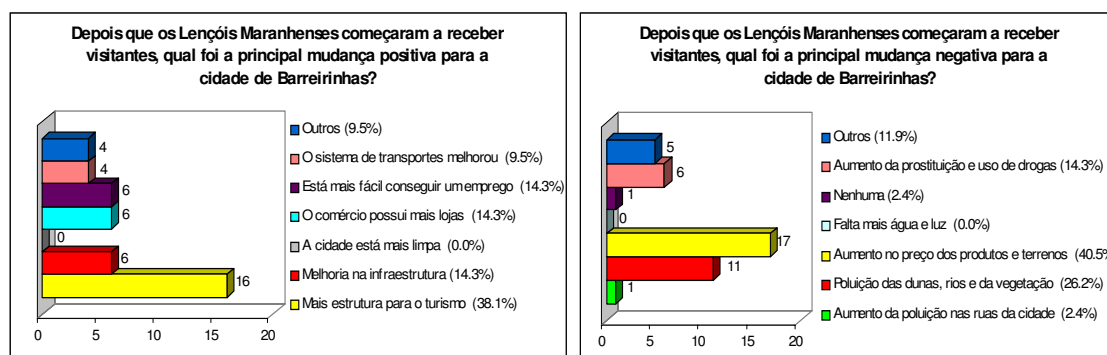
Na percepção da comunidade, 50% afirmam que os moradores e visitantes contribuem igualmente para a poluição das dunas do PNLM, rios e ruas de Barreirinhas. Não obstante, cerca de 29% acreditam que os próprios barreirinhenses são os que mais poluem. Apenas 9.5% culpam somente os visitantes e 7.1% entendem que os moradores contribuem mais com

a poluição do que os visitantes⁸⁵. Ressalta-se, neste aspecto, a importância de investimentos na educação escolar, incluindo trabalhos de educação ambiental com a comunidade para suprir esta lacuna.

Benita Rocktaeschel (2006, p. 62) enxerga, do mesmo modo, a importância de integrar a comunidade receptora, por intermédio da participação no planejamento e na implementação do ecoturismo na localidade, e conclui:

Essa participação de forma ativa e integrada faz com que esses moradores abandonem o papel de excluídos e passem não só ao papel de beneficiários, mas – mais do que isso – de defensores da unidade, orgulhosos de serem parte ativa do processo de conservação das riquezas e belezas ali existentes.

Para 21.4% não houve ocorrências ruins a partir do turismo. 9.5% tratam da carestia⁸⁶ como principal situação negativa, seguidos pela prostituição com 4.8%. Estas duas últimas opções, aliás, foram ocorrências bem marcantes para a população entrevistada como transformações negativas na cidade de Barreirinhas a partir do turismo (Gráfico 7.12). O Gráfico 7.11 expõe as positivas.



Gráficos 7.11 e 7.12 – Impactos positivos e negativos para a cidade de Barreirinhas, a partir da implantação do turismo.

Das inúmeras ocorrências negativas, algumas foram, nitidamente, destacadas. 14.3% dos entrevistados elegeram ‘aumento da prostituição e uso de drogas’, como vertente mais negativa da atividade turística, estando em consonância ao pensamento de Maurício Lima, gestor do SEBRAE/Barreirinhas, segundo o qual “há em Barreirinhas um crescimento muito

⁸⁵ Outros (4.8%).

⁸⁶ Em Barreirinhas é mais comum entre os moradores locais se referirem ao aumento no custo de vida, no preço dos produtos e terrenos como carestia.

intenso de drogas e prostituição infantil. Já há relatos de compra e consumo no interior do Parque, mas ainda não sabemos identificar esses atores”.

A poluição das dunas, rios e vegetação totaliza mais de 26% das respostas. Contudo, o dado mais alarmante são os 40.5% afirmando como grande problemática o aumento no preço dos produtos e terrenos (carestia). Os custos sociais pagos pela comunidade são bem descritos a partir dos depoimentos subseqüentes.

J. B., 21 anos, funcionário público, afirma que “o turismo trouxe prejuízo, principalmente, por causa do aumento no custo de vida. Hoje, o nativo quer comprar as mesmas coisas básicas, mas paga o preço do turista”. Ratificando a visão anterior, J.M., 29 anos, alega: “subiu muito o preço das coisas. Houve um superfaturamento [...] é caro pro visitante, pior ainda pra população”.

Esta é, aliás, uma das grandes mazelas do turismo descontrolado, nos quais os “custos, ditos sociais que ele cria, mas que não pagam as empresas turísticas, e os turistas é que ficam inteiramente a cargo [...] não aparecem em nenhuma conta e, no entanto, representam uma carga quase insuportável para os habitantes” (KRIPPENDORF, 2000, p. 75).

O autor em questão esclarece também as injustiças cometidas com as comunidades locais nas trocas desiguais a que eles são submetidos, seja vendendo seus terrenos por preços irrisórios, seja oferecendo mão-de-obra barata. Investidores, empresários, aproveitam-se das péssimas condições de vida dos moradores, os quais aceitam propostas incompatíveis com a real melhora da sua situação. Sobre esta circunstância, P.N., 37 anos, expõe o seguinte:

[...] aqui já tem gente capacitado pra atender. Agora o que acontece é que os donos de restaurante e pousadas não querem contratar essas pessoas porque eles não querem pagar o suficiente, então eles contratam pessoas mesmo que pouco entendem, mas pagam uma minoria. Então isso hoje ainda acontece aqui, não ter ainda um foco grande que positivo, mas já tem pessoas já empregadas, mas é uma minoria.

Outra problemática apresentada condiz com a compra de terrenos por agentes externos, trazendo à tona as distorções da atividade turística no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e a discussão das comunidades residentes em seu interior. Comunidades como Queimada dos Britos e Baixa Grande ainda possuem um estilo de vida muito próprio e com

pequena ação do turismo. O acompanhamento do IBAMA/Barreirinhas é um bom passo na manutenção dos seus costumes.

Atins, por sua vez, caracteriza-se por uma significativa desconfiguração do estilo de vida local, pois a especulação imobiliária, predominantemente, deslocou boa parte dos antigos moradores para a periferia de Barreirinhas, por força da aquisição de suas terras. Caminhar, atualmente, por este povoado, transparece bem mais um lado negativo do turismo do que o *modus vivendi* próprio de uma comunidade de pescadores. O loteamento de grande parte dos terrenos denota a espera pela chegada do turismo, tal como em Caburé.

Descrevendo as mudanças positivas ocorridas na cidade de Barreirinhas, destacam-se as melhorias nas estruturas turísticas – 38.1% – confirmando a tese do papel da iniciativa privada no fomento do turismo. Pouco mais de 14% perceberam melhorias na infraestrutura urbana, especialmente, no que concerne ao fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água. Outros 14.3% citam a facilidade de conseguir um emprego, acompanhado, na mesma porcentagem, dos que observaram a diversificação da economia local. A respeito destes aspectos, nota-se intrínseca relação, posto que o setor turístico fomenta oportunidades de trabalho para o morador, por meio da movimentação de amplos setores da economia, ocasionando um aquecimento no comércio local.

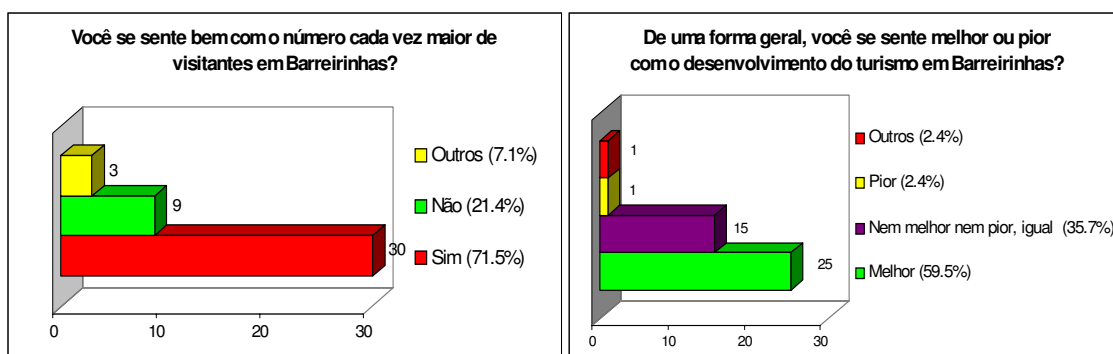
A melhoria do sistema de transportes, devido ao incremento das vias de acesso, foi a mudança mais significativa ocorrida no turismo barreirinhense para 9.5% dos entrevistados. A disponibilização de novos meios de transporte – moto-táxis e vans – ofertados, diariamente, facilitam a chegada de visitantes e proporcionam o deslocamento dos moradores locais.

Questionados sobre as mudanças desejadas para a cidade de Barreirinhas, 14.3% apontam para uma maior oportunidade de empregos e 11.9% para uma maior oferta de cursos profissionalizantes. 14.3% aspiram por uma cidade mais limpa e, no mesmo rastro, 7.1% almejam o calçamento das ruas, respostas as quais remetem aos sérios problemas de urbanização de Barreirinhas. Se a poluição é impactante para a comunidade, que dirão os turistas de um pólo receptor nessas condições?

Empatados com apenas 2.4% estão os que ensejam melhorias na educação, saúde e abastecimento de água e energia. 4.8% reclamam da falta de atenção aos pequenos produtores

rurais⁸⁷. Na visão de F.C., técnica de uma ONG local, o problema maior é a falta de iniciativa política destinada aos produtores somado à inexistência de arranjos produtivos com os agricultores barreirinhenses: “Barreirinhas não tem a cultura de produzir, por isso tudo é caro. A gente compra muita coisa fora que podíamos produzir aqui [...] existe geração de renda em Barreirinhas, mas estamos na ponta dessa história”.

Estabelecendo um paralelo entre os questionamentos direcionados à percepção sobre o aumento de visitantes, assim como a sensação dos residentes sobre o desenvolvimento turístico de Barreirinhas, 71.5% alegam se sentirem bem com o aumento do número de visitantes e quase 60% se sentem melhores com o desenvolvimento do turismo em Barreirinhas. É o que se verifica nos Gráficos 7.13 e 7.14.



Gráficos 7.13 e 7.14 – Percepção sobre o aumento do fluxo de visitantes e opinião sobre o desenvolvimento turístico em Barreirinhas.

Estas opiniões possuem total afinidade ao período de ‘euforia’, identificado por Ruschmann (1997, p.47),

[...] no qual as pessoas estão entusiasmadas e vibram com o desenvolvimento do turismo. Recebem os turistas e registram-se sentimentos de satisfação mútua. As oportunidades de emprego, negócios e lucro são abundantes e aumentam com o crescimento do número de turistas.

Pensamento compartilhado por Krippendorf (2000, p. 68) de que

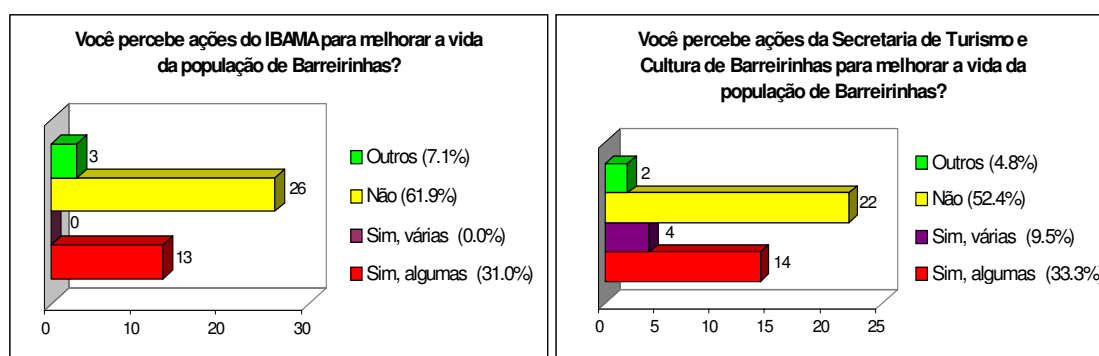
[...] no início do desenvolvimento turístico, a população autóctone faça e aceite tudo o que pedem os promotores de viagens estrangeiros, seu próprio governo e até mesmo os comerciantes locais. Ela acredita nas promessas e tudo parece cor-de-rosa.

⁸⁷ Demais resultados: Outros (21.9%); e não responderam (9.5%).

Os responsáveis pelo desenvolvimento turístico não podem “fechar os olhos” para a realidade de vida das comunidades locais, porquanto estas precisam sentir bem mais os efeitos benéficos do setor (SILVA, 2004). Os resultados do turismo agressor e desenfreado podem gerar nos moradores “o antagonismo e o turista passa a ser hostilizado pela população da localidade receptora” (MATHIESON; WALL, 1988 apud RUSCHMANN, 1997, p. 47). Ademais, a não-inclusão ou exclusão deste público, possivelmente, responde pelos 21.4% os quais não se sentem bem com um número cada vez maior de visitantes e os 35.7% que estão indiferentes à expansão do turismo local.

Por fim, os entrevistados apontam serem omissas as atuações do IBAMA/Barreirinhas e SEMTUC na melhora da qualidade de vida da população, consubstanciados nos 61.9% (Gráfico 7.15) e 52.4% (Gráfico 7.16) dos que responderam, respectivamente. Em outra vertente, 31% e pouco mais de 33% percebem atuação desses órgãos na promoção de melhorias à população. Algumas ações pontuais do IBAMA/Barreirinhas e SEMTUC, especialmente nas campanhas voltadas à organização do turismo ou conscientização de comunidade e visitantes, são notadas, apesar da sua esporadicidade.

O barreirinhense precisa, de todas as formas, ser inserido no planejamento e participar dos maiores benefícios da atividade turística. Trabalhar o turismo sem dialogar e proporcionar melhorias socioeconômicas à população é expulsar, aos poucos, a comunidade local do seu bem mais precioso, a sua terra (SILVA, 2004).



Gráficos 7.15 e 7.16 – Percepção sobre as ações do IBAMA/Barreirinhas e SEMTUC na melhoria de vida da população de Barreirinhas.

Apesar de uma série de esforços para organizar a expansão turística em Barreirinhas, percebe-se que as ações do poder público municipal ainda são muito pontuais e pouco refletem em melhorias concretas para o município. Os trabalhos normalmente não são

realizados em uma perspectiva a longo prazo e não há muita continuidade nos projetos desenvolvidos localmente pela Prefeitura local e SEMTUC. A junção de forças como do Ministério do Turismo, agências de viagens, comunidade, ABETA, SEBRAE/Barreirinhas, entre outros, demonstram como é fundamental que amplas esferas públicas e privadas se articulem para promover um bom desenvolvimento turístico para os Lençóis Maranhenses.

As propostas são feitas com boas intenções, mas ainda não se sabe ao certo, até que ponto todos os envolvidos vão se engajar na busca de um turismo sustentável para o PNLN. A nítida desorganização do município a qual vem exigindo uma melhor estruturação do setor turístico para coibir questões como a exploração de menores e de visitantes ainda não encontrou soluções para esta problemática.

O turismo 'bate-volta', comum do município, pouco tem proporcionado interação com os aspectos culturais da comunidade. Relatos da população têm apontado para diferentes comportamentos e interesses de acordo com o local de procedência do visitante. J.M, 29 anos, identifica que "os turistas que fazem passeios culturais em Barreirinhas, no Tapuio etc., a grande maioria não é de São Luís". Considerando que 57% da demanda local é proveniente da capital maranhense (FERNANDES NETO, 2005), nos moldes da visitação massiva de Barreirinhas, concorda-se com reflexão de Barretto (2002, p. 94) de que

[...] o turismo de massas não tem permitido precisamente uma convivência entre o turista e o núcleo receptor. Pelo contrário, o turista isola-se, visita apenas lugares 'pasteurizados' para ele, tira fotografias, filma e retorna ao seu lar sem ter experimentado um modo de vida diferente, sem ter efetivamente conhecido o 'outro'.

De pronto, infere-se que o público externo vivencia, mais intimamente, o modo de vida das comunidades locais. Algumas agências em Barreirinhas já têm promovido visitação constante a estas populações, oportunizando maior valorização do seu patrimônio cultural e inclusão à esfera turística, gerando, conseqüentemente, novas oportunidades de renda.

Para a comunidade receptora, o turismo barreirinhense tem gerado direta e indiretamente efeitos benéficos. Até mesmo porque no período anterior à expansão do setor turístico não havia muitas possibilidades de crescimento profissional e incremento da renda. Todavia, diversas são as evidências de que a população continua com dificuldades de viver, já

que os impactos socioambientais gerados são bem visíveis, além de que os empregos ofertados e o pagamento pela mão-de-obra local, via de regra, são pouco rentáveis.

A cidade montou sua estrutura turística para bem receber o fluxo de visitantes, mas a infraestrutura deficiente compromete a qualidade destas estruturas. Ademais, poucas são as discussões voltadas ao parque e sua infraestrutura para a visitação. Por enquanto, discutem-se propostas como o *Voucher*, contudo, minimamente são lançadas idéias para mitigar os impactos sobre o meio ambiente.

Por último, nota-se, conclusivamente, que Barreirinhas foi promovida, no cenário turístico nacional e internacional, sem que existissem condições de suportar a demanda de visitantes. Metaforicamente, o Maranhão lançou no mercado um produto antes mesmo de ele ter sido “embalado”, porquanto em vez de organizar e planejar a atividade pensando também nos impactos sobre os meios natural, cultural e humano, fez-se a oferta da destinação, em que a própria atividade turística se encaminharia de “embrulhá-la”. A qualidade dessa “mercadoria” é, certamente, posta em questão, e o desafio maior é o de, em uma corrida contra o tempo, priorizar a sustentabilidade do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses a qual foi relegada pelos interesses econômicos do turismo tradicional.

CONCLUSÕES

O presente trabalho partiu da hipótese norteadora da existência de racionalidades conflitantes do turismo em parques nacionais e seguindo a concepção de Dias (2003), segundo a qual a atividade turística tradicional possui uma racionalidade capitalista de consumir os recursos naturais para a obtenção de lucros, contrapondo-se aos propósitos preservacionistas e conservacionistas da biodiversidade presentes na gestão de um parque nacional.

Os resultados obtidos nesta investigação, embora não sejam fruto de um estudo englobando todos os espaços passíveis de visitação do PARNA em questão, são uma realidade no âmbito da área pesquisada, porquanto constitui o local de maior afluxo de visitantes. Ademais, partindo do fato que as demais áreas notáveis da unidade de conservação possuem características e fragilidades similares às pesquisadas, permite-se a extrapolação dos dados conseguidos, possibilitando a descrição do fenômeno da visitação em torno do PNLN.

No alcance dos objetivos propostos por este estudo, percebe-se que o processo de desenvolvimento turístico do município de Barreirinhas, em função do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, confirma a hipótese levantada, consubstanciada nos seguintes aspectos:

1) As dificuldades de gerir o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses frente ao avanço da atividade turística local:

No primeiro objetivo específico, ao descrever e analisar o sistema de gestão do PNLN, verifica-se os enormes desafios enfrentados pelos IBAMA/Barreirinhas para controlar a visitação pública, fiscalizar a área do PARNA, assim como promover as necessárias discussões sobre a preservação/conservação da biodiversidade disponível e compatibilizar interesses ambientais e socioeconômicos.

A insuficiência de recursos humanos e financeiros, bem como a ausência de infraestrutura e equipamentos previstos no plano de manejo e voltados ao uso público, demonstra a necessidade de priorizar estes aspectos, buscar parceiros para o manejo da UC no setor público, sociedade civil e iniciativa privada, a fim de que a conjunção de esforços mitigue as dificuldades atuais, proporcionando segurança ao visitante, respeito aos ecossistemas e educação ambiental.

Enquanto as limitações administrativas do IBAMA/Barreirinhas permanecem sem soluções, o avanço da atividade turística em função do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses continua comprometendo a qualidade ambiental, uma vez que ocorre o desrespeito ao zoneamento da unidade de conservação, com ênfase na construção de equipamentos turísticos na zona de amortecimento e na exploração turística nas demais áreas internas do PNLN, sem cumprimento de normas estabelecidas para a visitação.

O IBAMA/Barreirinhas se esforça para administrar com um número reduzido de funcionários – sete – uma área de 155 mil hectares. Nos moldes atuais, a visitação pública, além de não reverter recursos ao PNLN, está desprovida de qualquer tipo de fiscalização ou trabalhos de conscientização ambiental. Neste ponto, o órgão gestor do Parque carece de maior empenho e compromisso do *Trade* e poder público locais em ajudá-lo no trabalho de conscientização sobre a importância da proteção dos ambientes naturais e comportamento condizente com as normas do Parque.

2) O remanejamento das comunidades locais:

O primeiro objetivo específico conduziu também à reflexão sobre a questão da permanência ou não das comunidades em seus locais de origens e a tese do seu remanejamento. Situação esta que resulta no descarte das possibilidades de integrar essas populações ao manejo da unidade de conservação e ao setor turístico, além de extinguir uma rica oferta cultural do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, uma vez que os roteiros estabelecidos ou os que não são tradicionalmente comercializados em Barreirinhas, utilizam suas localidades e seu *modus vivendi* como atração turística.

Acrescenta-se ainda que o fato das populações dos Lençóis Maranhenses residirem nos locais considerados de maior conservação das espécies naturais, de acordo com o próprio plano de manejo desta UC, aponta para uma possível compatibilidade entre os interesses culturais e ambientais. Em vez da generalização e abrangência da Lei do SNUC – a qual prega o remanejamento das comunidades tradicionais residentes em PARNAs – seria mais oportuno se cada parque nacional, especialmente o PNLN, apresentasse em seu plano de manejo uma interpretação individualizada dos casos, considerando a real situação sobre as práticas cotidianas dessas populações residentes e sua possível compatibilidade aos propósitos de proteção dos ecossistemas.

3) Interesses opostos entre a gestão ambiental do PNLM e o desenvolvimento turístico de Barreirinhas:

Neste ponto, guiado pelo proposto no segundo objetivo específico – *identificar a atuação e a relação dos principais segmentos, Trade e poder público local, com a gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses* – verificou-se que a inobservância à grave situação funcional e administrativa do PARNA evidencia as prioridades governamentais acerca do turismo na região. Em outras palavras, a fragilidade institucional do IBAMA/Barreirinhas é acentuada devido à canalização de ações de promoção das exuberâncias naturais da região, de melhoria das vias de acesso e de estruturação do setor turístico que comporte a crescente demanda de visitantes pela UC.

Os demais pólos turísticos maranhenses, apresentados no Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo (Plano Maior), continuam preteridos e aguardando vontades futuras de se consolidarem como destino turístico. Nesse âmbito, percebe-se que a atividade turística no Maranhão continua se desenvolvendo em virtude do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, mesmo diante de toda a escassez de recursos financeiros e humanos pelo órgão gestor desta unidade de conservação. Neste contexto, é imprescindível que todos os atores envolvidos – IBAMA/Barreirinhas, poder público, *Trade* e comunidade – compartilhem das responsabilidades atribuídas apenas ao IBAMA/Barreirinhas, de modo que este Instituto possa contar com reais parceiros na busca de um turismo sustentável para os Lençóis Maranhenses.

As nítidas incoerências do plano diretor de Barreirinhas – ferindo a legislação ambiental e federal – ratificam uma racionalidade oposta à do órgão gestor do PNLM e do seu documento de manejo do PNLM. As construções situadas à margem esquerda do Preguiças ferem a Lei do SNUC, em seu artigo 49, ao definir a zona de amortecimento do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como zona urbana. Caburé, situada em APA, APP e extensão da ZA desta UC, tem seu uso voltado à visitação, disponibilizando, ilegalmente, infraestrutura e equipamentos turísticos. Ademais, a sede urbana de Barreirinhas apresenta edificações construídas às margens do Preguiças, incluindo algumas de médio e grande portes.

As irregularidades contidas no plano diretor municipal – descontrole no avanço de estruturas como hotéis, pousadas, restaurantes e residências, e permissão da instalação destes

empreendimentos, antes mesmo de serem realizadas as indispensáveis obras de saneamento básico – resultam em inúmeros impactos ambientais no município. Diante dessas circunstâncias, o IBAMA/Barreirinhas – cuja autoridade não é reconhecida por muitos atores do município de Barreirinhas – recorre ao Ministério Público Federal e Estadual, na tentativa de impor limites ao crescimento urbano em áreas sob proteção legal.

Os interesses divergentes que permeiam a atividade turística barreirinhense têm gerado inúmeros impactos negativos aos ecossistemas e comunidades locais, motivos que, necessariamente, devem motivar soluções a esta problemática. Enquanto a exploração turística avança e os agentes externos permanecem sendo os maiores beneficiados neste processo, os prejuízos deixados para a comunidade local são acentuados.

Muitas críticas recaem sobre o IBAMA/Barreirinhas, todavia deveriam ser estendidas ao governo brasileiro que não oportuniza a este Instituto as condições para exercer uma gestão condizente com as normas de visitação do PNLN. Além disso, a influência política que responde pelas irregularidades dispostas na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em muito concorre para a proliferação dos impactos negativos sobre o ambiente natural e cultural barreirinhense.

4) Impactos gerados a partir do turismo sobre os recursos naturais e sobre a comunidade local:

Norteados pelo terceiro objetivo específico – *investigar a participação da população e sua percepção acerca do turismo no PNLN* – e retomando o segundo, constatou-se que a influência do turismo sobre cidade de Barreirinhas vem ocasionando efeitos negativos tanto a comunidade quanto à natureza.

Concernente aos ecossistemas, a visitação desenfreada e as deficiências urbanas em Barreirinhas geram poluição diretamente no Parque, rios e vegetação. Embora ofereça variadas estruturas de suporte aos visitantes, o município em questão carece de investimentos em esgotamento sanitário, coleta de lixo, abastecimento de água, iluminação pública, entre outros. A má impressão logo na chegada dos turistas causada pela péssima urbanização existente em Barreirinhas, destoava do esperado de uma destinação cuja repercussão atinge patamares internacionais.

Resumidamente, o excessivo contingente de visitação nos Lençóis Maranhenses, a carência de informações pertinentes quanto ao comportamento harmonioso em parques nacionais, o descaso do poder público com a qualidade ambiental somados ao crescimento urbano desordenado e agressor do meio ambiente, demonstram a urgência na tomada de medidas que venham a mitigar tal situação.

Os contrastes advindos da expansão dos equipamentos turísticos e inércia na melhoria das condições básicas de educação, saúde e moradia, direitos que deveriam ser assegurados pelas comunidades receptoras, consoante a Constituição Federal (1988), repercutem negativamente no destino Lençóis Maranhenses. As imensas disparidades entre os inúmeros bens e serviços disponibilizados aos visitantes e as dificuldades de sobrevivência das comunidades residentes, representam o longo caminho da gestão pública na promoção de um turismo sustentável para a região do PNLM.

A atuação dos principais segmentos na organização do turismo local é motivada pela precocidade na comercialização do destino Lençóis Maranhenses, ou seja, a sua divulgação no cenário turístico nacional e internacional anterior à existência de infraestrutura urbana e turística adequada aos padrões de visitação logrados para Barreirinhas (de massa), juntamente ao despreparo local em lidar com o turismo.

Desse modo, a Secretaria Municipal de Turismo de Barreirinhas, em parceria com o SEBRAE/Barreirinhas e iniciativa privada, reconhecendo os problemas gerados pela falta de planejamento local da atividade turística, vem buscando condutas mais pertinentes ao turismo em parques nacionais, pautadas em bons exemplos externos de estruturação do setor. O caso de Bonito constitui o principal parâmetro para a organização da destinação, apontando ferramentas como o *Voucher Único*, COMTUR e GVBS. Entretanto, questiona-se até que ponto a realidade de Bonito pode ser adaptada ao contexto do turismo no PNLM, esboçando a necessidade de Barreirinhas procurar suas próprias alternativas de organização da visitação.

Essas ações têm o enorme desafio de combater as ‘formas’ de turismo presentes em Barreirinhas – o ‘bate-volta’ e o clandestino – as quais corroboram com a má prestação de serviços na cidade, acentuam a pressão sobre o PNLM e pouco geram benefícios à comunidade.

Os resultados obtidos a partir da investigação acerca da percepção da população e sua participação no setor turístico demonstram efeitos positivos e negativos à comunidade

barreirinhense. Destacam-se, como principais melhorias advindas do desenvolvimento turístico de Barreirinhas: a oferta de cursos acadêmico-profissionais, inclusive relacionados ao turismo; geração de emprego e renda, devido à diversificação da economia local; incremento das estruturas turísticas e melhoramento do fornecimento de energia elétrica e água potável; sistemas de transporte diversificado e melhoramento das vias de acesso.

Como resultantes negativas mais evidentes percebe-se a geração de poluição nas áreas de visitação e de ocupação urbana, o crescimento desordenado de edificações às margens do Preguiças somados à inexistência de infraestrutura própria ao suporte dessas construções. O aumento no custo de vida local (carestia), além das diversas evidências de que a população continua com dificuldades de viver, face aos empregos ofertados e ao pagamento pela mão-de-obra local, via de regra, pouco rentáveis.

Dados como 54.8% os quais acreditam ter obtido benefícios a partir do desenvolvimento da atividade turística local, seguidos por 35.7% contrários a esta concepção, ou ainda, 73.8% que afirmaram se sentir prejudicados de alguma maneira pelo avanço do turismo em Barreirinhas, remetem ao pensamento de diferentes implicações provenientes do setor turístico. A precariedade de serviços de saúde, saneamento, entre outros, passados e presentes, como também das dificuldades educacionais e de trabalho, foram mitigadas pela exploração turística do PNLN. Em contraposição, as implicações positivas acompanham uma série de efeitos negativos muito evidentes em Barreirinhas. As implicações positivas nem sempre são sentidas por toda a população, embora os impactos negativos sejam muito mais perceptíveis e atinjam com maior abrangência os moradores locais.

Somam-se ainda outras críticas como as péssimas condições das estradas maranhenses que não favorecem o despontar dos outros pólos de visitação, acentuando-se o esquecimento por essas localidades devido aos esforços governamentais de dotar as cidades circunvizinhas ao PNLN de toda a infraestrutura necessária ao turismo. Uma importante demanda proveniente de Estados do norte e nordeste, capaz de gerar inúmeros ganhos socioeconômicos a outros municípios turísticos do Maranhão, não dispõe ainda de boas vias rodoviárias, exigindo o deslocamento por linhas aéreas, o que encarece a viagem.

Conclusivamente, acrescenta-se que no presente trabalho, não somente foi confirmada a hipótese norteadora, como também, pode-se categorizar a existência de três racionalidades no desenvolvimento turístico barreirinhense, em função do Parque Nacional dos Lençóis

Maranhenses, quais sejam: *opostas*, chocando os propósitos de gestão ambiental dos Lençóis Maranhenses com os do poder público e *Trade* local; *diferenciadas*, lógica ambiental do órgão gestor do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e das comunidades residentes na unidade de conservação e *complementares*, caminhando em linha os ensejos do poder público e do *Trade* local.

Quaisquer que sejam as ações pretendidas para atribuir uma maior qualidade à oferta turística em função do PNLM, a continuidade dessas racionalidades, sem um turismo participativo, integrador e em comum aos objetivos do IBAMA/Barreirinhas, possivelmente, comprometerá o futuro do destino Lençóis Maranhenses.

O PNLM precisa ser disponibilizado para o uso público com base em atividades recreativas, interpretativas e de Educação Ambiental, contemplando o que pela Lei do SNUC é considerado o objetivo precípua desta categoria de unidade de conservação. Todavia, é imperativo o compromisso, por parte de todos os envolvidos com a atividade turística, com o respeito aos ecossistemas e aspectos culturais da destinação.

Logo, a presente pesquisa apresenta contribuições importantes ao destino Lençóis Maranhenses, uma vez que estudos voltados à descrição e análise dos problemas enfrentados na gestão do turismo em Barreirinhas e da UC aludida são fundamentais na busca de soluções e construção de caminhos os quais apontem para o desenvolvimento de um turismo sustentável para a região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2001. 288 p.
- ACERENZA, Miguel Ángel. **Administração do Turismo: conceituação e organização**. Tradução: Graciela Rabuske Hendges. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 348 p.
- ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas**. In: *Justiça Ambiental e Cidadania*. / ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. (org.). – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-40.
- ARRUDA, Rinaldo. **"Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. *Ambient. soc.*, Campinas, n. 5, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X1999000200007&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 17 outubro 2007.
- AZEVEDO, Luiz G. T.; PEREIRA, Juliana M. G. **Água no Mundo**. In: *Plenarium: os múltiplos desafios da água*. / Câmara de Deputados. Ano III. n. 3. – Brasília: Coordenação de Publicações, 2006. p 10-18.
- BARREIRINHAS. **Lei nº 531 de 05 de julho de 2005**. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do município de Barreirinhas do Estado do Maranhão e trata de outras providências. Maranhão: Prefeitura Municipal de Barreirinhas. 2005.
- BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. – 12. ed. – Campinas: Papirus, 2002. 160 p.
- BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: *O guru e o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 25-67.
- BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 253 p.
- BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. – São Paulo: Aleph, 2006. 200 p. – (Série turismo)
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 360 p.
- BRASIL. *Constituição*. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 1988-10-05, atualizada até a Emenda Constitucional n. 53, de 19/12/2006. São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, com alterações introduzidas pela Lei 11.132, de 4 de julho de 2003, e pelo Decreto nº 5.566, de 26 de outubro de 2005. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Brasília: MMA, 2006. 56 p.

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm> Acesso em: 6 fevereiro 2008.

_____. Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. **Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros estabelece as normas que definem e caracterizam os Parques Nacionais**. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br/unidades/geralucs/legislacao/coletanea/dec84017.htm>> Acesso em: 12 junho 2007.

_____. Decreto nº 86.060, de 02 de junho de 1981. **Cria, no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com os limites que especifica e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraDocLegal.php?seq_uc=11&seq_tp_documento=3&seq_finalidoc=7> Acesso em: 04 setembro 07.

_____. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm> Acesso em: 15 março 2006.

_____. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/leis>> Acesso em: 14 junho 2004.

_____. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 20 dezembro 2007.

_____. **Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm> Acesso em: 29 fevereiro 2008.

CAMARGO, Aspásia. **Governança para o Século 21**. In: Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. / TRIGUEIRO, André (org.). – Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 307-321.

CARVALHO, Rossane Cardoso. **Turismo nos Lençóis Maranhenses**: estudo das representações sociais de atores sobre a situação atual e futura do turismo nos municípios de Barreirinhas e Santo Amaro do Maranhão, MA. 2007. 311p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

CASTRO, Manuel Cabral de. **Desenvolvimento sustentável**: a genealogia de um novo paradigma. In: Revista Economia & empresa. São Paulo, v. 3, n. 3, jul./set., 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: FGV, 1991. 430 p.

DALY, Herman. **Sustentabilidade em um mundo lotado**. Scientific American Brasil. n. 41, out. 2005.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. **O lugar do Parque Nacional no espaço das comunidades dos Lençóis Maranhenses**. – Brasília: Ed. IBAMA, 2000. 88p. – (Série meio ambiente em debate, 32).

_____. **O verão, o inverno e o inverso: Lençóis Maranhenses, imagens**. – Brasília: IBAMA, 2002. 179 p.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. – São Paulo: Atlas, 2003. 208 p.

DIEGUES, A. C. **Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. 1992. Disponível em: <http://www.preac.unicamp.br/eaunicamp/arquivos/diegues_rattner.pdf>. Acesso em: 14 fevereiro 2008.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. – 5. ed. – São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP, 2004. 169 p.

DOUROJEANNI, Marc J; PÁDUA, Maria T. J. **Biodiversidade: a hora decisiva**. – Paraná: Ed. UFPR, 2001. 308p.

DRUMMOND, José Augusto. **O Sistema Brasileiro de Parques Nacionais: análise dos resultados de uma política ambiental**. Niterói: EDUFF, 1997.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA (INFRAERO). **Movimento nos Aeroportos**. Disponível em: www.infraero.gov.br. Acesso em: 19 setembro 2007.

ERIKSEN, Thomas H. **Ethnicity and Nationalism**. Anthropological perspectives. London: Pluto Press, 1993. 179 p.

FEDERATION OF NATURE AND NATIONAL PARKS (FNNP) OF EUROPE-EUROPARC. **Loving them to death? Sustainable tourism in Europe's nature and national parks**. Final report to the European Commission. Grafenau, Germany: FNNPE Sustainable Tourism Working Group, 1993.

FENNELL, David A. **Ecoturismo: uma introdução**. Tradução: Inês Lohbauer. São Paulo: Contexto, 2002. 281 p.

FERNANDES NETO, J. A. S. **Indicadores de qualidade da experiência do visitante no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: contribuições ao manejo do uso público em unidades de conservação**. 2005. 175p. (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GIOVANNETTI, Gilberto; LACERDA, Madalena. **Melhoramentos Dicionário de Geografia: termos, expressões, conceitos**. – São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996. 246 p.

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In Revista de Administração de Empresas. v. 35. n. 2, mar./abr., 1995.

GOMES, W. **Barreirinhas 63 anos**. São Luís: Quality Gráfica, 2002.

GONÇALVES, R. A. **Aspectos gerais da erosão, transporte e sedimentação costeira na região de Barreirinhas e Rio Novo – Lençóis Maranhenses-MA-Brasil**. – Rio de Janeiro: ABEQUA, 1995.

HERRERA, A. O. **A Crise da Espécie**. In: Que Crise é Essa? / BURSTYN, Marcel et al (org.). – Brasiliense, São Paulo, 1984. p. 56-68.

HOGAN, Daniel Joseph. **Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul./dez. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 setembro 2007.

_____. **Censo Demográfico 2000**: tabulação 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br/tabulacao2003+nemaranhao.html>>. Acesso em: 15 março 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR) / INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Grupo de Trabalho Interministerial – MICT/MMA. Brasília, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Projeto de Acompanhamento e Implantação de Projetos de Uso Público nos Parques Nacionais de Brasília, Aparados da Serra e Serra Geral, Emas, Grande Sertão Veredas e Lençóis Maranhenses, no que se refere à adequação dos equipamentos facilitadores e instrumentos de apoio**. Relatório Técnico Final: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Consultora: Sônia Kinker. – Brasília, IBAMA, 2006.

_____. **Roteiro Metodológico de Planejamento**: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Edições IBAMA: Brasília, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) / WORLD WILDLIFE FUND (WWF). **Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil**. – Brasília: IBAMA, 2007.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. – Campinas, SP: Papirus, 2002. 224 p. – (Coleção Turismo)

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução: Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2000. 186 p.

LENZI, Cristiano L. **Sociologia Ambiental**: Risco e Sustentabilidade na Modernidade. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

LIU, Zhenhua. **Sustainable Tourism Development**: a critique. *Journal of Sustainable Tourism*. v. 11, n. 6, 2003. Disponível em: <<http://www.multilingual-matters.net/jost/011/0459/jost0110459.pdf>>. Acesso em: 18 fevereiro 2008.

MARANHÃO. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Maior**: diretrizes e ações do Plano Maior para o turismo no Maranhão. São Luís, 2000. Disponível em: <<http://www.seplan.ma.gov.br/turismo/lencois.htm>>. Acesso em: 13 março 2006.

_____. Gerência de Estado de Desenvolvimento das Cidades e Municípios. **Desenvolvimento Urbano no Estado do Maranhão**: Planos Diretores. GEDECIM/SGDU. São Luís, 2003.

MAWHINNEY, Mark. **Desenvolvimento Sustentável**: uma introdução ao debate ecológico. Tradução: Cláudio Queiroz. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2005. 231 p.

MEADOWS et al. **Limites do Crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MILANO, Miguel Serediuk. **Por que existem as unidades de conservação?** In: Unidades de Conservação: atualidades e tendências / MILANO, M.S. (org.). – Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 193-208.

MILANO, Miguel Serediuk; BERNARDES, Ângela Tesinari; FERREIRA, Lourdes M. **Possibilidades Alternativas para o Manejo e o Gerenciamento das Unidades de Conservação**. Brasília: IBAMA/PNMA, 1993. 125 p.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**: A Gestão Ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. Prefácio à 5. ed. Ada Pellegrini Grinover. 5. ed. ref., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. 1280 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL (MMA). **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Série Biodiversidade. Nº. 1. Brasília, 2000.

_____. **Primeiro relatório nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília: MMA, 1998.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA); CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resoluções do CONAMA**. Resoluções vigentes publicadas entre julho de 1984 e maio de 2006. Nº. 1. Brasília, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA); INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. São Luís, 2003 (a).

_____. **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**: Resumo executivo. São Luís, 2003 (b).

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur) / Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA). **Sociedade e Atores Sociais do Pólo Costa Norte**: Estado do Maranhão: municípios de Água Doce do Maranhão, Araisos, Barreirinhas, Paulino Neves e Tutóia. Relatório 1: Participação social. Consultor: Elimar Pinheiro do Nascimento. UFRJ, 2006 (a).

_____. **Descrição e Análise dos Atores Sociais do Pólo Costa Norte – Roteiro Integrado de turismo.** Relatório 2: Participação social. Consultor: Elimar Pinheiro do Nascimento. UFRJ, 2006 (b).

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur) / Secretaria Nacional de Políticas do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.** Diretrizes Políticas. Brasília, 2004.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.** Sustentabilidade Ambiental. Princípio Fundamental. Brasília, 2006 (a).

_____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.** Sustentabilidade Econômica. Princípio Fundamental. Brasília, 2006 (b).

_____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.** Sustentabilidade Sociocultural. Princípio Fundamental. Brasília, 2006 (c).

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável:** meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. – 2. ed. – Florianópolis: UFSC, 2004.

MORAES, Dorinete Serejo; SOUZA FILHO, Benedito. **A última fatura de farinha:** remanejamento compulsório e insegurança alimentar na agrovila Ponta Seca. In: Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara / ANDRADE, Maristela de Paula; SOUZA FILHO, Benedito (org.). – São Luís: EDUFMA, 2006. cap. VII, p. 231-275.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas:** seleção e manejo. – São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 343 p.

NEVES, José Luís. **Pesquisa qualitativa:** características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração. – São Paulo, n., v. 2. jul./dez., 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2005.

NOBRE, Marcos. **Desenvolvimento Sustentável:** origens e significado atual. In: Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito. / NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho (org.). – Brasília: IBAMA, 2002. p. 21-106.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 26 junho 2007.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). **Carta del Turismo y Código del Turista.** 1985. Disponível em: <<http://www.apiepr.org/files/carta-codigo-turista.pdf>>. Acesso em: 26 junho 2007.

_____. **Directrices:** Ordenación de los Parques Nacionales y Zonas Protegidas para el turismo. (Serie de informes técnicos, 13). Madri, 1992.

PETROCCHI, Mario. **Turismo:** Planejamento e Gestão. – São Paulo: Futura, 1998. 381 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Mapa da Pobreza no Maranhão**. São Luís: PNUD/LABGEO-UEMA, 2000.

ROCKTAESCHEL, Benita Maria Monteiro Muller. **Terceirização em Áreas Protegidas: estímulos ao ecoturismo no Brasil**. – São Paulo: SENAC, 2006. 134 p.

RODRIGUES, Sandra de Miranda. **A qualidade na prestação de serviços dos condutores turísticos nos Lençóis Maranhenses**. 2003. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. – 8. ed. – Campinas, SP: Papirus, 1997. 199 p.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. – São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SANCHO, Amparo. **Introdução ao turismo**. Organização Mundial de Turismo. Tradução: Dolores Martin Rodriguez Cornes. São Paulo: Roca, 2001. 371 p.

SEABRA, Lilia. **Turismo Sustentável: Planejamento e gestão**. In: A Questão Ambiental: diferentes abordagens. / CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (org.). – 2. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. cap. 5, p. 153-187.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA DE BARREIRINHAS (SEMTUC). **Quantitativo dos Meios de Hospedagem**. 2007.

SENRA, João Bosco. **Água, o desafio do terceiro milênio**. In: O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. / VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (org.). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. cap. II, p. 133-144.

SHARPLEY, Richard. **Tourism and Sustainable Development: exploring the theoretical divide**. Journal of Sustainable Tourism. v. 8, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.multilingual-matters.net/jost/008/jost0080001.htm>>. Acesso em: 18 fevereiro 2008.

SILVA, David Leonardo Bouças da. **Turismo nos Lençóis Maranhenses: a identificação da modalidade turística praticada no município de Barreirinhas**. 2004. 94 p. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

SOUZA FILHO, Benedito; LÔBO, JANAÍNA CAMPOS; GASPARG, Rafael Bezerra. **Samucangaua: identidade, produção de alimentos e cultura alimentar**. In: Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara / ANDRADE, Maristela de Paula; SOUZA FILHO, Benedito (org.). – São Luís: EDUFMA, 2006. cap. III, p. 57-112.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: gestão e marketing**. v. 4. Tradução: Esther Eva Horovitz. São Paulo: Aleph, 2000. 132 p.

SWARBROOKE, John; HORNER, Susan. **O comportamento do consumidor no turismo**. Tradução: Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2002. 405 p.

TEIXEIRA, Marco A.; SPINK, Peter. **Gestão de Recursos Hídricos**: um panorama de experiências exitosas. In: Administrando a água como se fosse importante: gestão ambiental e sustentabilidade. / DOWBOR, Ladislau; TAGNIN, Renato A. (org.). – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade**: tendências contemporâneas. – Campinas, SP: Papirus, 1993. 120 p.

TSUJI, Tetsuo. **Região dos Lençóis Maranhenses**: cenários futuros de ecoturismo e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Juruá, 2002. 171p.

VEIGA, José Eli da. **Meio Ambiente & Desenvolvimento**. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006. 180p. – (Série Meio Ambiente; 5 / coordenação José de Ávila Aguiar Coimbra).

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Tradução: Carlos David Szlak. SP: Manole, 2000.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (WTO). **Guide for Local Authorities on Sustainable Tourism Development**. Madrid, Spain: WTO, 1999.

_____. **Climate Change and Tourism**. UNWTO News: Magazine of the World Tourism Organization. Year XXI, Issue 2/2007. Madrid, Spain: WTO, 2007.

ZIMMERMANN, Andrea. **Visitação nos parques nacionais brasileiros**: um estudo à luz das experiências do Equador e da Argentina. 2006. 259p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aplicado ao professor Antonio Carlos Castro, coordenador geral da equipe técnica de elaboração do plano de manejo do PNLM.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS
MESTRADO EM POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL
DAVID LEONARDO BOUÇAS DA SILVA
DATA DA ENTREVISTA:

QUESTÕES:

- a) Quais os problemas enfrentados na elaboração do plano de manejo?
- b) Quais os principais problemas identificados no plano de manejo? O senhor reconhece alguma lacuna no plano de manejo?
- c) Existiu um estudo de capacidade de carga para o PNLM? Em caso positivo, como foi determinada a capacidade de carga?
- d) Quais são as atividades previstas na zona de amortecimento do PNLM? E em Caburé?
- e) Como trata o plano sobre a presença das populações no PNLM?
- f) Para o senhor, qual é o maior desafio para uma boa execução do plano de manejo?
- g) Quais são suas sugestões para a revisão do plano de manejo?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista aplicado ao representante do IBAMA/Barreirinhas.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS
MESTRADO EM POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL
PESQUISADOR: DAVID LEONARDO BOUÇAS DA SILVA
DATA DA ENTREVISTA:

NOME:
CARGO:
ESCOLARIDADE:

QUESTÕES:

- a) Com quantos chefes o PNLM já contou? Qual a situação atual sobre a chefia do PNLM?
- b) Quais foram/são as principais dificuldades para a gestão do PNLM? Quais as maiores contribuições do IBAMA/Barreirinhas para solucionar os conflitos existentes?
- c) Quais são os conflitos existentes em Caburé? Há alguma proposta de solução? Qual a situação atual desses problemas?
- d) Como ocorre a orientação para a visitação do PNLM? Que tipo de atividades educativas foram/são feitas com os visitantes? Quais são os equipamentos/infraestrutura e serviços disponíveis atualmente para a visitação?
- e) O(A) senhor(a) acredita que a visitação do PNLM é segura para o visitante?
- f) Que tipo de atividades educativas foram/são feitas com a comunidade? Há projetos de educação com escolas e professores sobre o PNLM?
- g) Qual o número de funcionários do PNLM? Os funcionários do Parque já participaram de capacitações/treinamentos para o uso público?
- h) Qual a proveniência dos recursos financeiros utilizados para a gestão do PNLM? Existem outras fontes alternativas de recursos para o PNLM?
- i) Quais são as atribuições legais do IBAMA/Barreirinhas? Como ocorre o manejo dos impactos? O que pode ser feito para mitigar os impactos?
- j) O manejo da visitação no parque conta, de alguma forma, com a participação e consulta a atores sociais? Como é feita e quais atores participam?
- l) Qual a importância da visitação para o PNLM? Quais os pontos positivos e negativos do turismo no PNLM?
- m) Você considera que o IBAMA/Barreirinhas deva incentivar a visitação do PNLM? Por quê?
- n) Qual a sua opinião sobre a importância do turismo para a cidade de Barreirinhas?
- o) Qual sua visão sobre o futuro do turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses?
- p) Qual é a situação das populações que vivem no interior e na ZA do PNLM? Quais atividades são permitidas e/ou proibidas?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista aplicado a Maurício Leite Lima, Gestor de Turismo do SEBRAE/Barreirinhas.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS
MESTRADO EM POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL
DAVID LEONARDO BOUÇAS DA SILVA
DATA DA ENTREVISTA:

IDADE:

ESCOLARIDADE:

QUESTÕES:

- a) Há quanto tempo trabalha em Barreirinhas?
- b) Qual o papel do SEBRAE/Barreirinhas no contexto turístico do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses?
- c) Qual a sua visão sobre o desenvolvimento turístico de Barreirinhas?
- d) Quais são os aspectos positivos do Roteiro Integrado?
- e) Quais os efeitos positivos e negativos que o turismo trouxe para a cidade e comunidade de Barreirinhas?
- f) De que forma o SEBRAE/Barreirinhas contribui para reduzir os efeitos negativos do turismo de Barreirinhas?
- g) Quais são os principais entraves para o desenvolvimento de um turismo sustentável em Barreirinhas?
- h) O senhor enxerga com otimismo o futuro do turismo em Barreirinhas e Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista aplicado ao representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Barreirinhas.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS
MESTRADO EM POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL
DAVID LEONARDO BOUÇAS DA SILVA
DATA DA ENTREVISTA:

NOME:
IDADE:
CARGO:
ESCOLARIDADE:

QUESTÕES:

- a) Quais são as atribuições legais desta Secretaria?
- b) Que mudanças positivas você tem observado em Barreirinhas, a partir da influência do turismo?
- c) Esta Secretaria tem contribuído com essas melhorias? De que forma?
- d) Quais são os maiores entraves que retardam ou impedem a ocorrência de muitos efeitos positivos?
- e) Que efeitos negativos você tem observado em Barreirinhas, a partir da influência do turismo? Quais poderão ocorrer caso não haja ações para contê-las?
- f) Existe alguma estratégia por parte desta Secretaria para mitigar esses efeitos?
- g) O município conta com algum plano de turismo? Quais são as prioridades do plano e os instrumentos de gestão? Quais e quantos são os recursos financeiros?
- h) As estratégias adotadas para organizar o turismo em Barreirinhas seguem algum exemplo de sucesso no Brasil ou exterior?
- i) Você acredita que a comunidade local responde positivamente ao desenvolvimento do turismo em Barreirinhas? Quais são as principais inquietações da população?
- j) Você acredita que o IBAMA/Barreirinhas contribui ou impede o desenvolvimento do turismo em Barreirinhas?
- l) Você enxerga uma uniformidade nos ensinamentos das diversas secretarias municipais, Câmara de Vereadores e demais organismos do poder público municipal para o desenvolvimento do turismo em Barreirinhas?

APÊNDICE E – Questionário aplicado aos proprietários das agências de viagem/receptivo de Barreirinhas.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS
MESTRADO EM POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL
PESQUISADOR: DAVID LEONARDO BOUÇAS DA SILVA
DATA DA ENTREVISTA:

NOME:

IDADE:

SEXO:

ESCOLARIDADE:

I – QUESTÕES GERAIS

- 1) Qual é a categoria de sua agência?
- 2) O que despertou seu interesse em investir nesta cidade?
 - () Pouca concorrência
 - () Facilidade de instalar uma agência
 - () Os lucros promissores
 - () Outro _____
- 3) Que tipos de normas sobre parques nacionais você conhece?
- 4) Você tem conhecimento sobre o plano de manejo do PNLN? Que tipos de ações previstas no plano você discorda/concorda?
- 5) Como você enxerga a prática de um turismo sustentável?
- 6) Sua agência é preocupada com a preservação do meio ambiente? De que forma a sua agência ajuda na preservação da natureza?

II – MÃO DE OBRA

- 7) Você costuma empregar mão-de-obra local na prestação dos seus serviços?
 - () Sim
 - () Não
 - () Outro _____
- 8) Essas empresas são da própria região que você está explorando turisticamente?
 - () Sim
 - () Não
 - () Outro _____
- 9) Você costuma terceirizar serviços?
 - () Sim
 - () Não
 - () Outro _____
- 10) Os funcionários de sua agência são:
 - () Familiares seus
 - () Moradores de Barreirinhas
 - () Estudantes de turismo, hotelaria ou outra área
 - () Formados em turismo, hotelaria ou outra área
 - () Outros _____
- 11) De que forma sua agência está beneficiando a comunidade de Barreirinhas?
 - () Oferecendo empregos ao morador local
 - () Trazendo turistas para a cidade
 - () Comprando produtos no comércio
 - () Negociando com pescadores e agricultores
 - () Não sei

III – CIDADE DE BARREIRINHAS

12) Na sua opinião, quais foram as principais mudanças ocorridas na cidade de Barreirinhas desde a abertura de sua agência?

- A concorrência aumentou
- O número de visitantes aumentou
- O custo de vida cresceu
- A poluição aumentou
- Não sei

13) Com relação ao retorno financeiro, você?

- Obtém bons lucros, mantendo a agência com margem suficiente de lucros
- Obtém pouca margem de lucro, mantendo a agência com muitas dificuldades
- Talvez tenha que fechar a agência
- Ainda é cedo para afirmar

14) Você possui alguma política de preços tendo em mente a sazonalidade (período de alta e baixa)?

15) Caso você não esteja obtendo bom retorno financeiro, na sua opinião, o que dificulta a aquisição de mais lucros pela sua agência?

- A grande concorrência
- O baixo número de visitantes
- O alto custo dos investimentos na própria agência
- O baixo preço dos seus serviços
- Outro _____.

16) A sua agência se preocupa em contratar profissionais qualificados para serviços de guia/conductor de turismo?

- Sim
- Não
- Outro _____

17) Em caso afirmativo, de que forma você demonstra essa preocupação?

18) Qual você considera o diferencial de sua empresa?

19) Qual você considera a maior dificuldade para manter sua empresa em Barreirinhas?

20) Quais são os principais organismos que você percebe atuantes para o desenvolvimento do turismo em Barreirinhas?

21) Quais são as pretensões de sua empresa para melhorar os seus serviços de sua empresa e conseqüentemente da imagem do destino Lençóis Maranhenses/Barreirinhas?

22) Sua agência tem participado de alguma reunião/encontro sobre o desenvolvimento turístico de Barreirinhas?

Em caso afirmativo, existe algum assunto em discussão que esteja ocorrendo em Barreirinhas?

23) Enquanto empresário, quais são as suas sugestões para uma melhor condução da atividade turística em Barreirinhas?

24) Qual seria, na sua opinião, o papel da sua agência no desenvolvimento turístico de Barreirinhas?

25) Você considera que o IBAMA/Barreirinhas contribui para o desenvolvimento turístico de Barreirinhas?

- Sim
- Não
- Outro _____

Como?

26) Você concorda com a forma de gestão do PNLM conduzida pelo IBAMA/Barreirinhas?

- Sim
- Não
- Outro _____

Por quê?

APÊNDICE F – Roteiro de entrevista aplicado ao Secretário Municipal de Meio Ambiente de Barreirinhas.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS
MESTRADO EM POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL
DAVID LEONARDO BOUÇAS DA SILVA
DATA DA ENTREVISTA:

ESCOLARIDADE:

QUESTÕES:

- a) Como tem sido a atuação desta Secretaria no município de Barreirinhas?
- b) O senhor já esteve envolvido em conversas com o IBAMA/Barreirinhas a respeito da gestão do PNLM?
- c) Quais são as maiores problemas existentes em Barreirinhas sobre a questão ambiental?
- d) Qual a situação dos equipamentos turísticos em Caburé? Há incoerências quanto ao pretendido pelo IBAMA/Barreirinhas?
- e) Quais são as próximas iniciativas para melhoria ambiental da cidade de Barreirinhas?

APÊNDICE G – Questionário aplicado à comunidade de Barreirinhas.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS
MESTRADO EM POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL
PESQUISADOR: DAVID LEONARDO BOUÇAS DA SILVA
DATA:

Senhor(a) morador(a), a sua participação no preenchimento das perguntas abaixo contribuirá com a pesquisa de dissertação do mestrando David Bouças Silva, concludente do Curso de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Objetiva-se por meio deste questionário colher subsídios suficientes ao fechamento da pesquisa como forma de apresentar futuras contribuições ao turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

COMUNIDADE DE BARREIRINHAS

NOME:
IDADE:
PROFISSÃO:
POVOADO:
ESCOLARIDADE:

I) QUESTÕES GERAIS:

1. Você nasceu em Barreirinhas?

() Sim () Não

2. Há quanto tempo mora em Barreirinhas?

() Até 1 ano () 5 a 10 anos
() 1 a 5 anos () Mais de 10 anos

3. Atualmente você está trabalhando?

() Sim () Não () Outro _____

4. Você trabalha em que?

() Agência de turismo	() Por conta própria
() Comércio (vendedor, balconista)	() Prefeitura de Barreirinhas
() Dona de casa	() Desempregado
() Construção civil (pedreiro, pintor e etc.)	() Lavrador/pescador
() Artesão	() Outro _____

I) QUESTÕES SOBRE O TURISMO:

5. Você já foi aos Lençóis Maranhenses/morrarias

() Sim () Não () Outro _____

6. Você acha que o turismo trouxe benefícios a sua vida?

() Sim () Não () Outro _____

Quais? _____

7. Você se sente prejudicado de alguma forma por causa do turismo?

() Sim () Não () Outro _____

Como? _____

8. Depois que Barreirinhas começou a receber visitantes, qual foi a principal mudança **positiva** para você ou para a sua família?

() Nenhuma	() Vivo com menos dificuldade
() Mais oportunidades de estudar	() Ganho mais dinheiro
() Sinto que a minha vida melhorou	() Consegui arranjar um emprego
() Os visitantes respeitam mais minha cultura	() Outro _____

9. Depois que Barreirinhas começou a receber visitantes, qual foi a principal mudança **negativa** para você ou para a sua família?

- () Nenhuma () Carestia
 () Sinto que a minha vida piorou () A poluição é o que há de pior
 () Vivo com mais dificuldade () Prostituição
 () Os visitantes não respeitam minha cultura () Outro _____

10. Depois que os Lençóis Maranhenses começaram a receber visitantes, qual foi a principal mudança **positiva** para a cidade de Barreirinhas?

- () Mais estrutura para o turismo (hotéis, pousadas, restaurantes e etc.)
 () Melhoria na infraestrutura (água, luz, telefone, calçamento das ruas e etc.)
 () A cidade está mais limpa () O comércio possui mais lojas
 () Está mais fácil conseguir um emprego () Outro
 () O sistema de transportes melhorou

11. Depois que os Lençóis Maranhenses começaram a receber visitantes, qual foi a principal mudança **negativa** para a cidade de Barreirinhas?

- () Aumento da poluição nas ruas da cidade () Falta mais água e luz
 () Poluição das dunas, rios e da vegetação () Nenhuma
 () Aumento da prostituição e uso de drogas () Outro _____
 () Aumento no preço dos produtos, terrenos e etc.(carestia)

12. Na sua opinião, quem contribui mais para a poluição das dunas do PNLN, rios e ruas de Barreirinhas?

- () Os próprios moradores () Os moradores e visitantes igualmente
 () Os visitantes () Nenhum
 () Mais os moradores do que os visitantes () Outro _____
 () Mais os visitantes do que os moradores

13. O que você mais gostaria que melhorasse em Barreirinhas?

- () A limpeza () Maior oferta de cursos profissionalizantes
 () O calçamento das ruas () O abastecimento de água e energia
 () A construção de esgotos () Maior oportunidade de empregos
 () Outro _____

14. Você se sente bem com o número cada vez maior de visitantes em Barreirinhas?

- () Sim () Não () Outro _____

15. Você percebe ações do IBAMA para melhorar a vida da população de Barreirinhas?

- () Sim, algumas () Sim, várias
 () Não () Outro _____

16. Você percebe ações da Secretaria de Turismo e Cultura de Barreirinhas para melhorar a vida da população de Barreirinhas?

- () Sim, algumas () Sim, várias
 () Não () Outro _____

17. De uma forma geral, você se sente melhor ou pior com o desenvolvimento do turismo em Barreirinhas?

- () Melhor () Nem melhor nem pior, igual
 () Pior () Outro _____

COMENTÁRIOS GERAIS:
